



Linguagens
e Saberes na
Amazônia

nova revista amazônica

REVISTA DO PROGRAMA DE MESTRADO EM
LINGUAGENS E SABERES NA AMAZÔNIA (PPLSA)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ / BRAGANÇA

DOSSIÊ

Histórias, naturezas e culturas em ambientes amazônicos

Imaginação e experiência: natureza
e paisagem em fronteiras amazônicas

Ethos amazônica: a poíesis
dialógica identitária ribeirinha

História ambiental:
entre o passado e o futuro

E mais

2021

Volume IX, número 3
ISSN 2318-1346



USE UM LEITOR
DE CÓDIGOS QR E
BAIXE ESTA EDIÇÃO

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS E
SABERES NA AMAZÔNIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – CAMPUS BRAGANÇA

VOLUME IX – NÚMERO 03 – DEZEMBRO 2021 – ISSN –
2318-1346 QUALIS B3

Os artigos publicados na Nova Revista Amazônica são indexados por:

Periódicos – CAPES; Diadorim; LivRe – Revistas de Livre Acesso; latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal; ROAD – Directory of Open Access Scholarly Resources; CiteFactor – Academic Scientific Journals

NOVA REVISTA AMAZÔNICA

DOSSIÊ “HISTÓRIAS, NATUREZAS E CULTURAS EM AMBIENTES AMAZÔNICOS”

APRESENTAÇÃO

Francilene de Aguiar Parente

Irlanda do Socorro de Oliveira Miléo

Beleni Saléte Grandó

Hellen Cristina Picanço Simas5

ESCRITAS E ESCRITURAS FEMININAS NO SÉCULO XIX NA SOCIEDADE PARAENSE DA BORRACHA: 1850-1900

Ana Maria Maciel Corrêa11

IMAGINAÇÃO E EXPERIÊNCIA: NATUREZA E PAISAGEM EM FRONTEIRAS AMAZÔNICAS

Márcia Regina Capelari Naxara27

AS CHULAS DE RAMIRO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA NO ROMANCE MARAJÓ, DE DALCÍDIO JURANDIR

Max Silva do Espírito Santo

Gunter Karl Pressler43

ETHOS AMAZÔNIDA: A POIÉSIS DIALÓGICA IDENTITÁRIA RIBEIRINHA

Larissa da Silva Sicsú

Pedro Rapozo

Eneila Almeida dos Santos59

POVOADO BICA: PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO PELO RECONHECIMENTO E TITULAÇÃO DA TERRA EM ALDEIA VELHA - PIRAPEMAS (MA)

Tânia Nazarena de Oliveira Miranda71

ELOS HUMANOS E TRABALHO DE CAMPO NA AMAZÔNIA DE MEADOS DO SÉCULO XIX

Carla Oliveira Lima _____ 89

HISTÓRIA AMBIENTAL: ENTRE O PASSADO E O FUTURO

Marcelo Lapuente Mahl

Paulo Henrique Martinez _____ 105

ABSENTEÍSMO E PRODUÇÃO DE DENDÊ NA AMAZÔNIA: TRABALHO E QUALIDADE DE VIDA EM TOMÉ-AÇU/PA

Rodrigo Fraga Garvão

Warleson Pontes Ribeiro

Robson Cristo Viana

Rayra Brandão _____ 117

PRÁTICAS PRODUTIVAS DA FARINHA DE MANDIOCA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA MOCAMBO – OURÉM – PA

Josiane Santos da Silva

Lene da Silva Andrade

Andrey Mendonça de Souza

Fabio Halmenschlager _____ 129

“SEM AS PLANTAS A RELIGIÃO NÃO EXISTIRIA”: SIMBOLOGIA E VIRTUALIDADE DAS PLANTAS NAS PRÁTICAS DE CURA EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DE TERREIROS AMAZÔNICOS (SANTARÉM, PA)

Myrian Sá Leitão Barboza

Carla Ramos Munzanzu

Izonara Augusta dos Santos Souza

Edivanei de Oyá _____ 147

SEÇÃO LIVRE

JOVENS UNIVERSITÁRIOS QUILOMBOLAS E ADAPTAÇÕES DE SEUS MODOS DE VIDA NA CIDADE

Denise Machado Cardoso

Ana Carla Vieira Pimentel

Rosângela do Socorro Nogueira de Souza _____167

AVALIAÇÃO DA ARBORIZAÇÃO URBANA NO MUNICÍPIO DE MARACANÃ, PARÁ

Sérgio Brazão e Silva

Jessivaldo Rodrigues Galvão

Naiane Franciele Barreira de Melo

Hugo Manoel Santos Costa _____181

UMA PONTE PARA O PASSADO: COLONIALIDADE E MINERAÇÃO NO BRASIL E NO PERU (1990-2018)

Guilherme da Silva Monteiro

Vanderlei Vazelesk Ribeiro _____201

O EXTRATIVISMO DA MADEIRA NO IMPÉRIO DO BRASIL (1822-1831)

Paulo Henrique Martinez _____213

CRÔNICA ETNOGRÁFICA

QUANDO A VIDA PEDE ESPERANÇA

Beatriz Maria de Figueiredo Ribeiro _____225

ENSAIO ETNOGRÁFICO

O PROTAGONISMO JUVENIL EM PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO NORDESTE PARAENSE, BRASIL

João Rodrigues Silva

Sabas Mescouto e Silva

Miguel Braga _____ 229

VÍDEO ETNOGRÁFICO

AVOADO: PESCA E CULTURA ALIMENTAR NA AMAZÔNIA

Deylson Silva Paixão

Luís Junior Costa Saraiva _____ 237

HISTÓRIAS, NATUREZAS E CULTURAS EM AMBIENTES AMAZÔNICOS

APRESENTAÇÃO

Diante da riqueza sociocultural e biodiversidade existente na Amazônia, naturezas, sociedades e culturas se imbricam na e para a composição de modos de vida, ambientes sócio culturais e históricos diversos deste imenso território brasileiro, demarcado por um bioma que o identifica e o diferencia de outros. A presença humana e suas lutas explicitam disputas territoriais milenares com outras mais recentes demarcadas por interesses externos e com fins de apropriação e de dominação de humanos e não humanos, assim como, cada vez mais, tem sido objeto de visitaçao e revisão dos conhecimentos consolidados de fora para dentro.

Trata-se de uma “Amazônia profunda¹”, pouco conhecida a partir das suas próprias e complexas engrenagens históricas e socioculturais que enxerga a natureza como vida humanizada que se constrói no processo das ações e dos sonhos de (r)existência. De povos e de comunidades, cujas tradições se constroem e se tecem na vida imbricada à mata e ao campo e suas formas diversas de trabalho, de educação e de organização, rural ou urbana. Urge desconstruir e revelar as Amazônias pelas vozes que nela ecoam. Propósito este do presente dossiê da Nova Revista Amazônica, o qual apresenta um conjunto de trabalhos, que buscam compreender as relações construídas entre sujeitos, suas comunidades e os ambientes em que pulsam a vida e suas culturas do contexto amazônico.

Inserido no âmbito das discussões de gênero e protagonismo das “mulheres de letras” no decorrer do século XIX, enquanto exercício do saber-fazer das mulheres paraenses, de Ana Maria Maciel Corrêa, intitulado **Escritas e escrituras femininas no século XIX na sociedade paraense da borracha: 1850-1900**, discute as escrituras de mulheres publicadas em jornais em Belém do Pará no auge da “Era da Borracha” (1850-1900). Ao se reportar aos escritos da paraense “Euniciana” em sua “Carta à Enaíra”, publicada no periódico “O Beija-flor” (1850) e os excertos trazidos por Germana Salles (2012), sobre a obra “Não é bom brincar com a dor” da escritora francesa Delphine de Girardin, o artigo destaca a mulher intelectual e escritora paraense no transitar do século XIX, como contraponto ao contexto societário local dos anos oitocentista visivelmente caracterizado pelas relações patriarcais, patrimoniais e escravagistas reprodutoras e afirmadoras do poder do homem, elementos limitantes da figura e a escrita literária feminina num cenário de dinamismo cultural da *Belle Époque* na sociedade amazônica.

Igualmente no campo literário sob o título **Imaginação e experiência: natureza e paisagem em fronteiras amazônicas** de Márcia Regina Capelari Naxara, apresenta reflexões a respeito de dois livros de Gastão Cruls (1888-1959): o romance “A Amazônia misteriosa” (1925), ficção com reconhecida inspiração em H.G. Wells, e o relato de viagem “A Amazônia que eu vi” (1930), narrativa da Campanha de Inspeção de Fronteiras com a Guiana Holandesa comandada pelo General Rondon. Em suas análises, o artigo destaca como esses textos literários possibilitam acompanhar percursos e itinerários que sustentaram tanto a imaginação histórica e literária, como propiciaram a formulação de alguns dos quadros paisagísticos e mentais elaborados sobre a vasta região amazônica, corroborando para entender como os aspectos relacionados aos espaços,

¹ Que não está disponível ao acesso com facilidade ao mesmo tempo em que pouco tem recebido a presença do estado em termos de políticas básicas de proteção ambiental, educação, saúde, entre outras demandas dos povos indígenas, tradicionais e ribeirinhos que ficam isolados muito tempo e solitários nas lutas cotidianas da vida em comunidades.

gentes, paisagens se tornam responsáveis pela construção de aspectos duráveis da memória coletiva que tem se consolidado sobre Amazônia.

Ainda no campo da tematização literária, o artigo **As chulas de Ramiro como forma de resistência no romance Marajó, de Dalcídio Jurandir**, de Max Silva do Espírito Santo e Gunter Karl Pressler, analisa a expressão e a função da música regional a “Chula Marajoara”, no romance “Marajó” (1947), de Dalcídio Jurandir. O romance apresenta a situação do filho e herdeiro único do Coronel Coutinho, Missunga, que não consegue concluir seus estudos e entra em conflito com seu pai por não concordar com as decisões sobre a condução dos negócios da família e a situação dos habitantes no vilarejo e nas beiradas dos rios, no contorno e nas fazendas. Retrata ainda a forma como as chulas do Ramiro surgem e são recebidas pelo povo e, como a música folclórica apresenta o caráter do divertimento e descanso após um dia de trabalho, as chulas compostas pelo protagonista também trazem o caráter político e de resistência, representando homens e mulheres dos trabalhos duros dos campos, lagos e rios do “Marajó”, de Dalcídio Jurandir.

O artigo **Ethos Amazônida: a poiésis dialógica identitária ribeirinha**, elaborado por Larissa da Silva Sicsú, Pedro Rapozo e Eneila Almeida dos Santos se insere no campo das discussões do ser amazônida, o ser situado numa dialogicidade entre sua vivência social e suas inter-relações com o cenário natural do território amazônico, influenciam não somente o seu modo de vida, mas definem, tracejam seus aspectos identitários. Ao questionar a ideia de identidade, perspectiva compreender os processos identitários ribeirinhos, sua poiésis identitária, situando as características identitárias que marcam o ethos ribeirinho, a partir de uma visão multifacetada que possibilita transcrever a poiésis do ser amazônico nas suas práxis diárias, sua autodenominação e protagonismo do sujeito caboclo enquanto ser primordial na sua formação social e de suas vertentes identitárias, superando a ideia do homem amazônida preconcebido ou romantizado.

Com o título **Povoado Bica: processos de organização pelo reconhecimento e titulação da terra em Aldeia Velha - Pirapemas (MA)**, de Tânia Nazarena de Oliveira Miranda, traz como eixo de análise o processo de recomposição territorial erigida pelas comunidades quilombolas do Povoado Aldeia Velha em Pirapemas, no estado do Maranhão. O estudo foi desenvolvido no povoado Bica, por ser um território que expressa o processo político desencadeado pelas lideranças e instituições históricas do Maranhão, que lutam pelo reconhecimento estatal do direito das comunidades afrodescendentes, e descreve como o processo se deu com base nos direitos territoriais, de etnicidade, de organização política e concertações históricas para a conquista de efetivação da titulação da terra, o artigo a destaca as lutas travadas em meio aos conflitos pela terra, a reconstituição da descendência e da tradicionalidade negra centrada na memória social e a etnicidade do grupo, enfatizando o processo de resistência das comunidades quilombolas na Aldeia Velha frente a expropriação territorial, a violência e violação de direitos humanos que ainda ocorrem em pleno século XXI que comprometem a apropriação definitiva do território e as condições da sustentabilidade e a manutenção do modo de vida de seus habitantes.

Desvendar as Amazônias, no entanto, não é um trabalho fácil, implica também em dar visibilidade crítica às vozes que as definiram pelo olhar de viajantes e de naturalistas desde o século XVI. Carla Oliveira Lima, no texto **Elos Humanos e Trabalho de Campo na Amazônia de Meados do Século XIX**, se propõe a contribuir nesse processo com sua pesquisa acerca das experiências do naturalista inglês Alfred Russel Wallace, em meados do século XIX, em direção ao Rio Negro. A autora nos apresenta possibilidades outras de reconhecer as relações de cooperação e de amizade estabelecidas localmente e extra-

localmente e que em muito colaboraram para o sucesso ou não das viagens de coleta de espécies e de projeção do naturalista em uma rede de colaboradores profissionais.

No artigo **História Ambiental: entre o Passado e o Futuro**, Marcelo Lapuente Mahl e Paulo Henrique Martinez historicizam o processo de constituição e de institucionalização dos estudos sobre o meio ambiente, a partir dos anos 70 do século XX, como um campo de ensino e pesquisa, salientando a constituição e a interdisciplinaridade da História Ambiental feita no Brasil.

O interesse em descrever o absenteísmo no processo de produção de dendê, num estudo de caso em uma empresa agrícola do município de Tomé-Açu/PA, leva Rodrigo Fraga Garvão, Warleson Pontes Ribeiro, Robson Cristo Viana e Rayra Brandão a apresentarem, no artigo intitulado **Absenteísmo e Produção de Dendê na Amazônia: Trabalho e Qualidade de Vida em Tomé-Açu/PA**, as causas e as consequências do absenteísmo dentro da organização. Os dados obtidos por meio de pesquisa documental e bibliográfica, com abordagem quanti e qualitativo, aplicação de questionários, entrevistas e levantamento de índices e de taxas referentes ao absenteísmo nos anos de 2014 a 2018, apontam que a adoção de políticas internas adotadas pela empresa reduz os índices de absenteísmo, mas ainda é emergente a atenção em relação à saúde dos trabalhadores.

Com o intuito de investigar os fatores que influenciaram as possíveis mudanças nas práticas produtivas da mandioca, Josiane Santos da Silva, Lene da Silva Andrade, Andrey Mendonça de Souza, Fabio Halmenschlager, no texto **Práticas Produtivas da Farinha de Mandioca na Comunidade Quilombola Mocambo – Ourém – PA**, entrevistaram oito agricultores, por meio de um questionário, na comunidade quilombola do Mocambo, em Ourém, Estado do Pará, que tem a agricultura como uma das principais atividades de subsistência física e econômica. Espelho da realidade das comunidades tradicionais próximas aos centros urbanos nos dias atuais, sua população com idade média de 55 anos, de modo geral, estudou até a quarta série; a roça de mandioca varia de 2 a 6 tarefas de tamanho, em muito para a subsistência do próprio grupo. O grupo, no entanto, comercializa quando necessita. As influências externas chegam, todavia, com a pressão do mercado e das novas tecnologias e/ou a ausência dos jovens da comunidade ou do circuito produtivo, que impactam sobremaneira a existência da própria comunidade, que continua a produzir combinando saberes e (novas) tecnologias, mas num tempo e ritmo marcado pela tradicionalidade e pela resistência frente aos desafios impressos pela vida moderna.

Myrian Sá Leitão Barboza, Carla Ramos Munzanzu, Izonara Augusta dos Santos Souza e Edivanei de Oyá trazem, no texto **Sem as Plantas a Religião não Existiria: Simbologia e Virtualidade das Plantas nas Práticas de Cura em Comunidades Tradicionais de Terreiros Amazônicos (Santarém, PA)**, apresentam um estudo preliminar da simbologia das plantas nas comunidades afro-religiosas de Santarém, por meio de levantamento dos diferentes usos e do seu papel das plantas nas comunidades de religiões de matriz africana na cidade de Santarém, bem como o estudo observa as relações que envolvem os sujeitos que mediam e frequentam os citados espaços com fins terapêuticos e observam os cuidados que ultrapassam a visão medicamentosa comumente encontrada nos dias de hoje. Os autores apresentam uma Amazônia urbanizada e tradicional, que se encontra silenciada e marginalizada nas cidades.

Estes autores e autoras com seus textos fazem aqui ecoar as vozes silenciadas e desveladas que dão cores e formas diversas do ser e viver de Amazônias ao mesmo tempo que socializam os conhecimentos produzidos em relações de saberes coletivos da ciência produzida pelos de cá, do lugar. Cada trabalho mostra uma faceta das Amazônias,

fomentando as reflexões sobre povos tradicionais, culturas e biodiversidade existente no contexto amazônica.

A organização desta edição também busca articular vozes coletivas e em redes acadêmicas que fazem pela pesquisa neste território, suas forças produtivas de ressignificar saberes e práticas decoloniais e pluriversas, como são os povos, as naturezas e suas potencialidades de ser vida, para apresentar esta edição da Nova Revista Amazônica, no período das águas. Esperamos que se alargue os conhecimentos sobre o tema e que as discussões no dossiê apresentadas inspirem novas pesquisas

As organizadoras

Francilene de Aguiar Parente

Doutora em Antropologia, Professora Adjunto da Universidade Federal do Pará (UFPA), do Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura (UFPA) e do Programa de Pós-graduação em Educação Escolar Indígena (UEPA/UFPA/UFOPA/UNIFESSPA). Vice-Líder do Grupo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígenas (GEABI). E-mail: faparente@ufpa.br

Irlanda do Socorro de Oliveira Miléo

Doutora em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica - São Paulo. Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará/Campus Universitário de Altamira e do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica PPEB/UFPA). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Currículo e Cultura (GEPECC). E-mail: irlanda@ufpa.br

Beleni Saléte Grandó

Pós-doutora em Antropologia Social, Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT; Coordenadora do Projeto “Ação Saberes Indígenas na Escola” em Mato Grosso e do Procad-Amazônia Rede UFPA-UFMT-UFAM. Líder do Grupo de Pesquisa Corpo, Educação e Cultura (COEDUC). E-mail: beleni.grando@gmail.com

Hellen Cristina Picanço Simas

Professora Associada da Universidade Federal do Amazonas e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Possui doutorado e mestrado em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba; Pós-doutorado em Estudos da Linguagem pela Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense - UFF; graduação em Letras Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Amazonas. Membro do programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal do Amazonas. Membro da Comissão de Línguas Ameaçadas da Associação Brasileira de Linguística – ABRALIN. Líder do Núcleo de Estudos de Linguagens da Amazônia (Nel-Amazônia/CNPq). E-mail: hellenpicanço@ufam.edu.br

DOSSIÊ AMAZÔNIA

ESCRITAS E ESCRITURAS FEMININAS NO SÉCULO XIX NA SOCIEDADE PARAENSE DA BORRACHA: 1850-1900

Ana Maria Maciel Corrêa¹

RESUMO

O presente artigo se insere no conjunto de iniciativas investigativas com a intencionalidade de visibilizar o protagonismo de “mulheres de letras” no decorrer do século XIX. Nessa intencionalidade, traz à tona as escrituras de mulheres no período de 1850-1900, no estado do Pará, momento histórico de emergência e expansão da economia da borracha demarcado por importantes mudanças na esfera econômica, social e cultural na capital paraense. E nesse período, objetiva visibilizar as escrituras femininas localizadas nos jornais belenenses como contraponto ao contexto societário local dos anos oitocentista nitidamente marcado pelas relações patriarcais, patrimoniais e escravagistas reprodutoras e afirmadoras do poder do homem, então revestido de todo reconhecimento e prestígio, enquanto bases estruturadoras e referenciais de uma representação masculina e protagonista no âmbito privado e público. Condição de destaque que subalternizou e invisibilizou a atuação feminina nesta sociedade amazônica. O artigo se constitui em uma primeira aproximação com os estudos sobre a mulher intelectual e escritora paraense no transitar do século XIX.

Palavras - Chave: Escritas. Mulheres. Borracha. Pará.

WOMEN'S WRITINGS AND SCRIPTURES IN THE 19TH CENTURY IN THE RUBBER SOCIETY IN PARANÁ: 1850-1900

ABSTRACT

This article is part of the set of investigative initiatives with the intention of making the role of “women of letters” visible during the 19th century. In this intentionality, to bring up the writings of women in the period 1850-1900, in the state of Pará, moment of emergency and expansion of the rubber economy, marked by important changes in the economic, social and cultural sphere in the capital of Pará. And in that period, to recognize and give visibility to the female scriptures located in the newspapers of Belém. When considering the local societal context of the eighteenth century clearly marked by the reproductive and affirming patriarchal, patrimonial and slavery relations that affirmed the power of man, covered with all recognition and prestige, as structuring bases and referencing of a male representation, as a protagonist subject in the private and public sphere. A prominent condition that subordinated and made female activity in this Amazonian society invisible. The article constitutes a first approximation with the study on the intellectual woman and writer from Pará in the transit of the 19th century.

Keywords: Writing. Women. Rubber. Pará.

Data de submissão: 06.04.2021

Data de aprovação: 27.09.2021

INTRODUÇÃO

A escrita feminina faz-se presente no cenário brasileiro e amazônico ao longo do século XIX, embora seja notória a ausência e o não reconhecimento oficial da importância das mulheres escritoras no campo literário, dado a prevalência da produção e da valorização dos autores masculinos com reconhecimento nacional e local nas diversas expressões literárias.

¹ Mestre em Serviço Social, Universidade Federal do Pará- UFPA-2008. Doutora em Educação, Universidade Federal do Pará- UFPA-2017. Técnica em Gestão Pública na Secretaria de estado de educação SEDUC – PA. E-mail: ana01maciel@gmail.com.

Nesse contexto, a exclusão das mulheres intelectuais e literatas esteve diretamente circunscrita às bases ordenadoras da sociedade nacional e local pautadas na colonialidade do poder, do saber e da constituição do ser mulher. Sociedades estruturadas e mantidas pelas relações sociais disseminadas pelo patrimonialismo e pelo patriarcalismo, bases instituídas pelo processo colonial. Nesse contexto sócio-histórico, o olhar epistêmico decolonial instaura-se a partir da apreensão das interrelações de poder presentes nas relações entre colonialidade e patriarcado, colonialidade, gênero e raça. Enquanto compreensão epistêmica que se direciona na contraposição do ideário patriarcal e da ordem colonial. Nesse direcionamento, a decolonialidade emerge como uma proposta de enfrentamento a todo processo instaurado pela colonialidade e nesse sentido, constituindo-se caminho para a desconstrução dos padrões impostos aos povos “subalternos” e para a promoção da visibilidade de países, regiões, grupos e sujeitos silenciados e excluídos pela ordem colonial.

O artigo traz a escrita feminina paraense enquanto exercício do saber-fazer, e nesse exercício, a emissão de falas e percepções sinalizadoras de contraposições à hierarquização de poder e de ser. Entretanto, ainda que transcritas segundo os padrões tidos como convencionais, expressam o olhar e os sentimentos do feminino na contramão dos condicionamentos de invisibilidade. Observando-se nesse processo de silenciamento e ocultação da escrita feminina, a concepção de gênero, raça e classe como lugares demarcadores de colonialidade, pelo fato de que ainda não vivenciamos e ou não chegamos a um momento de pós colonialismo. A colonialidade é contínua e bem presente como arcabouço estruturador das relações entre os países, e entre os sujeitos. Contexto ordenador de “poder, saber, ser, natureza e linguagem” como afirma Lugones. (2014, p. 940)

Na sociedade brasileira, o domínio e o poder estiveram concentrados nas mãos dos senhores donos de terras, de escravos e chefes de uma grande família. Cenário em que os subalternos lhes deviam obediência, reverência e subserviência. A predominância da figura masculina impetrou ao sujeito mulher a destituição de direitos a uma participação social no espaço público e uma localização no trânsito restritivo no território do lar e da vida doméstica. No campo literário, por muito tempo esteve ausente pelo não reconhecimento do direito a expressão de seus pensamentos, vontades, desejos, sentimentos, necessidades, interesses e propósitos. No entanto, nas brechas do poder instituído, alguns fatores contribuíram para que algumas mulheres viessem a fazer o enfrentamento do silêncio da voz e da escrita. Entre eles o acesso à leitura e a escrita que possibilitaram à mulher “de ontem” não somente ler e escrever, mas produzir escritos e escrituras que anunciavam o transbordar da mulher intelectual.

O artigo traz à tona escritos e escrituras de mulheres que transitaram pelos fins do século XIX, publicados em jornais em Belém do Pará. Período historicamente conhecido como o auge da “Era da Borracha”. Momento marcado e demarcado por mudanças de toda ordem. O texto se ancora nos escritos femininos que sinalizaram o sujeito mulher, seus pensamentos, seus sentimentos e seu lugar social nesse tempo-lugar e de sobremodo desvela falas, fatos, histórias e traduções imersas por sentidos e significados, ainda que sob uma versão inventiva trazida pela literatura. Nesse cenário investigativo, problematiza o papel e o lugar da mulher “escritora”, ou seja, problematiza o “ser mulher” na sociedade belenense do século XIX.

Os termos escrita e escritura são trabalhados por diferentes autores com aproximações e distanciamentos na apropriação de tais termos. Derrida (1967) e Barthes (1977) atribuem expressas diferenças entre a escrita e a escritura. Derrida (1967, cap.1), situa o termo escritura em novos formatos da escrita e diferentes signos da comunicação e nessa abrangência, a escritura permeia todo o texto escrito e outros formatos comunicacionais. Um conceito que está para além da escrita por designar pensamentos, experiências e falas vivenciadas trazidas pela memória viva como sobrevivência de um contexto e não restrito a uma comunicação contida na fala textual. (BIRMAN, 2017 apud DERRIDA, 1967, p. 227). Barthes (1977), afirma que a escrita apresenta um valor em si mesma a partir de seus conteúdos e formatos, enquanto

a escritura emerge como modo de fazer e criar; oportunizando uma nova escrita, novas abordagens marcadas pela inediticidade, ou seja, um outro modo de escrita inventiva, ainda que a partir de aspectos do real traduz uma (re)invenção do real, de um pensamento e ou de uma história de vida.

1 MULHER: EXCLUSÃO, INVISIBILIDADE E TRANSGRESSÃO LITERÁRIA

Na transição da segunda década do século XXI, ainda nos reportamos a uma história recorrente no cenário latino-americano e conseqüentemente brasileiro e local, demarcada pelos processos de desigualdade social, exclusão e marginalidade de grande parcela de sua população. Um processo excludente que remonta à herança colonial e que influenciou os processos de identidade nacional neste continente. Processos nitidamente mesclados pela violência física, simbólica e pela negação do “outro”, grupos socialmente localizados como subalternos, sem voz e sem vez, destituídos da condição de sujeitos históricos, ainda que em meio a resistências e contraposições nesse cenário.

A produção literária nesse cenário emergiu como campo revelador da realidade brasileira e do estado do Pará, enquanto campo desvelador do quadro social contraditório que posicionou a constituição da mulher e seu papel social nessa realidade de múltiplas determinações sociais, políticas e culturais. Nesse cenário de desigualdade localizamos a literatura de autoria feminina do século XIX que emerge de maneira marginal, fora dos cânones da tradição literária. A mulher escritora, como as demais mulheres se constituíram sob o olhar da diferença discriminatória, num contexto de silenciamento que não lhes assegurava a fala, o pensamento nem suas escrituras. Nesse cenário de submissão e apagamento das mulheres, o presente texto pauta-se no estudo de escritos de mulheres publicados em jornais e folhetins que circularam na cidade de Belém do Pará no transcorrer do século XIX. Traz como objetivo localizar e efetivar uma análise a respeito dessas escritas num contexto sociocultural regional tão tradicional. Nesse sentido, publicizar o lugar da mulher e seu trânsito no âmbito da imprensa escrita.

A questão de gênero passa a ser substancial para esse processo de análise, pois se revela de forma significativa para a compreensão do processo de constituição da mulher e sua localização subalterna nos diferentes setores da vida social e em especial no campo literário. Nessa conjuntura, Zinani (2006), afirma que a categoria gênero explicita o feminino e os processos identitários do sujeito-mulher, enquanto:

contexto ideológico, como parte de um processo de construção social e cultural envolvendo a problemática de poder, o que evidencia assimetria e desigualdade. [...] As questões de gênero remetem para a dimensão da dominação patriarcal, remanescente do período colonialista. (ZINANI, 2006, p. 254).

O campo investigativo referenciado pela questão de gênero contribuiu para o desvendar do contexto societário com suas teias e tramas que invisibilizaram a mulher e especialmente a mulher escritora e suas escrituras ao longo do século XIX. Além de trazer para o centro das discussões a constituição identitária de gênero e de pertencimento num momento em que se buscava a fundação da nacionalidade e da identidade latino-americana. Apreendendo-se nesse contexto, o campo literário como lugar do imaginário atrelado ao campo histórico, por se revestir de um estatuto histórico que constitui o papel e o lugar de sujeitos num tempo-lugar e num dado espaço social imerso por simbolismos, por significados, por singularidades e por sentidos de pertencimentos a uma nação, a uma cultura, a uma raça, a uma tradição e a uma história socialmente construída. Nessa compreensão, o estudo atravessa o campo literário como lugar de fala e como campo para situar a abordagem do contexto histórico, a partir da perspectiva feminina para apreensão dos processos de discriminação e subalternização sofridos

pela mulher ao longo do processo histórico vivenciado pelo país, pelo estado do Pará, em especial na cidade de Belém na Era de Borracha.

Parafrazeando a autora Norma Telles (1997), a mulher “escreveu e escreveu bastante” num contexto sócio-histórico eminentemente centrado no poder masculino, ancorado numa concepção patriarcal, que negava a escrita feminina. Assim, torna-se urgente um revisionismo para compreender o ser mulher como escritora, como leitora e sujeito pensante através de suas escritas e dessa forma elucidar um outro olhar, um saber outro, distinto do masculino, que venha reorientar a interpretação da história e nessa direção romper com uma visão estereotipada da mulher trazida pelos textos masculinos, na medida em que tendem criticar, revisar ou pelo menos tocar o pensamento masculino, ainda que circunscrito num cenário dependente que lhe atribui sentido e um lugar social. Considerando-se que sua narrativa pode trazer indícios, rastros de um pensar transgressor, emancipatório, ao localizar a mulher como sujeito diferente e, assim, esclarecer as diferentes dimensões humanas: da beleza, da subjetividade, da cultura, da raça e da nacionalidade. Um olhar, que situe a mulher na relação com seus pares, em relação com outros sujeitos e em relação a si mesma.

Zinani (2006) nos alerta a observar nas escrituras femininas as possibilidades de emancipação, ainda que sua voz sempre silenciada, a impediu de desenvolver uma linguagem própria. Desse modo, para poder se expressar precisou utilizar a linguagem do gênero dominante. [...] Uma leitura que precisa ser interpretada nas suas entrelinhas do não dito, e o sentido sublinhar do texto como uma janela que mostra uma nova realidade de mulher, de homem, de nação, situando a escritura feminina num contexto sociocultural revelado por conceitos, ditos e escritos. (ZINANI, 2006, p. 206)

Ao nos reportamos à análise da literatura de autoria feminina, devemos observar a tradução fiel dessas escrituras, no sentido de ler e ouvir esses depoimentos e compreendê-los a partir do contexto em que é produzido, considerando-se, o período estudado e o difícil acesso à leitura, à escrita, aos processos de escolarização e situá-los em que classe está circunscrita a escritora e sua escritura. Sem esquecer que essa escritura se dá num ambiente social em que os homens são os enunciadores de conceitos e determinadores do lugar social da mulher.

A literatura, num sentido transgressor, somente é observada no Brasil pela adoção de uma literatura que expresse a consciência feminista com sentido revolucionário, com discursos possibilitadores de um rompimento com as ideias prevalentes, demarcadas pelo patriarcalismo enunciativo de normas, valores, condutas reprodutoras do poder dominante do homem.

2 A MULHER NO CENÁRIO BRASILEIRO NO SÉCULO XIX

As transformações capitalistas do século XIX e o incremento urbano sedimentaram e alteraram a vida familiar e comunitária. No entanto, as atividades femininas mantiveram-se voltadas para a educação dos filhos e cuidados com esposo, com a casa, como ações em prol da solidificação familiar. A mulher foi inserida nessa ordem social como ajudadora do homem e como educadora dos filhos, enfim, como “um ser de virtude”, “um anjo” do lar. Uma vez que a família estava sob o comando do pai, marido, homem de grande poder sobre seus dependentes, agregados e escravos, homem dos negócios e da vida pública, senhor de renomada distinção. Desta maneira as mulheres do século XIX continuavam:

Excluídas de uma efetiva participação na sociedade, da possibilidade de ocuparem cargos públicos, de assegurarem dignamente sua sobrevivência e até mesmo impedidas do acesso à educação superior, as mulheres do século XIX ficavam trancadas, fechadas dentro de casas ou sobrados, mocambos e senzalas, construídas por pais, maridos, senhores. Além disso, estavam enredadas e constringidas pelos enredos da arte e ficção masculina. Tanto na vida quanto na arte, a mulher do século passado (XIX) aprendia a ser tola, a se adequar a um retrato do qual não era autora. As representações literárias não são neutras, são encarnações “textuais” da cultura que a

gera. (Assim), excluídas do processo de criação cultural, as mulheres estavam sujeitas à autoridade/autoria masculina. (TELLES, 1997, p. 408).

Entretanto, as contínuas transformações da sociedade brasileira interferiram em nossa organização interna pela substituição paulatina do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, a modernização das fazendas de café, o início da industrialização, a urbanização das cidades com aumento significativo da população. Um momento de busca de desenvolvimento técnico-científico para romper com o atraso do país em virtude de sua condição pós-colonial e pela emergência dos ideais republicanos focados para o alcance da civilização.

A proposta era ser “civilizado”, como eram os franceses e os europeus em geral. Desse modo, toda sorte de expressões de relações locais que não fossem consideradas civilizadas eram combatidas pela imprensa e proibida por lei. As reuniões tradicionais, ou festas de grupos ou comunidades, e até mesmo a serenata ou boemia sofreram restrições. Na mesma direção, certos cultos populares e religiosos foram proibidos. [...] A cidade burguesa teria sistematicamente de lutar contra comportamentos, atitudes e expressões tradicionais que eram consideradas inadequadas para a nova situação. (DINCAO, 1997, p. 226).

Segundo Schmidt (2000), foram mudanças importantes como a apropriação da língua nacional e escrita para que a nação brasileira se tornasse autônoma e soberana no âmbito político e intelectual, como condições para a afirmação de sua soberania. Embora sendo notório a exclusão de grande parcela da população e, nesse contexto, a exclusão da autoria feminina em um momento importante da construção da identidade nacional, enquanto processo constitutivo da nação e do sentimento de pertencimento nacional. Um processo fundador da concepção da nação brasileira e da nacionalidade mediante a adoção de valores e regras idealizadas, ao conceber a nação como uma realidade única, homogeneizada e silenciadora das desigualdades de classe, de raça, de cultura e da relação de gêneros. Dessa maneira, uma concepção de autonomia pautada em ideários tradicionais, conservadores que não privilegiou o sentido da alteridade diante de diferentes culturas aqui engendradas.

No âmbito da literatura, os discursos hegemônicos se faziam presentes como defensores dos grupos que tinham voz e estes falavam em nome de um povo a partir da necessidade de um alcance de uma coesão social, num contexto extremamente excludente, contraditório que não incluiu a mulher de letras, conseqüentemente sua exclusão e sua invisibilidade. Posição que reforçava a defesa de uma literatura masculina; daí o reconhecimento de escritores como Gonçalves Dias, José de Alencar, Machado de Assis, entre outros. Um cenário literário, que revelou a diversidade da nação, ao mesmo tempo que não reconhecia índios, negros e mulheres na condição de sujeitos históricos envoltos numa constituição sociocultural própria.

2.1 MULHERES BRASILEIRAS: MODELOS IDEALIZADOS PELA LITERATURA

A produção literária do século XIX se revela como importante fonte de investigação histórica, com relação ao lugar da mulher enquanto personagem central das narrativas literárias, território, no qual transitava tanto a submissão quanto a emancipação da mulher. Em romances de autores masculinos aparecem de forma frequente referências que retratam a imagem de mulheres, mediante a imagem dos personagens femininos com esmero detalhes da vida privada, da inserção social e de atitudes e comportamentos no cenário oitocentista:

Helena praticava livros e alfinetes, de bailes ou de arranjos de casa, com igual interesse e gosto, é frívola com os frívolos, grave com os que eram, atenciosa e ouvida, [...] nem vulgaridades. Havia nela a jovialidade de menina e a postura de mulher feita, de um acordo de virtudes domésticas e maneiras elegantes. [...] Helena possuía algumas prendas de sociedade, que a torna aceita a todos. (ASSIS, 1979, p. 24, 25).

Helena, embora sendo um personagem fictício representava o perfil da mulher do século XIX. Apresentava tributos, defeitos e virtudes ditadas, valorizadas e esperadas pela sociedade vigente. Enquanto condutas e habilidades indispensáveis à convivência social, segundo os padrões culturais que determinavam a conduta feminina da época. Nesse espaço social controlador que permite o acesso à leitura, a educação à mulher, impõem limites e regulações a uma vida no âmbito do privado. Destacando-se uma condição de ser mulher sem autonomia de ir e vir e de ter uma vida própria. Reconhecia-se e valorizava-se a “natureza humana” em atenção ao “corpo feminino” que lhe atribuía uma posição de inferioridade a mulher, ainda que comprovasse a apropriação de saberes e de conhecimentos; pois, “toda a sua ciência, não passava de uma espécie, de uma simples fêmea, e o que sentia era o desejo, era a necessidade orgânica do macho.”. (RIBEIRO, 1984, p. 32).

Nesse cenário de tantos impedimentos, havia mulheres vivendo fora dos parâmetros sociais, sobretudo nas camadas populares: mães solteiras, vivendo em concubinato, que chefiavam famílias e trabalhavam para o sustento familiar ou em certas situações partilhavam a responsabilidade do sustento com seus companheiros. Uma realidade social que apontava para dois extremos na sociedade patriarcal: De um lado, a valorização da mulher “pura”, “ingênua”, “recatada”, “submissa” à figura masculina; e de outro lado, a mulher transgressora dos padrões vigentes, considerada como imprópria. A condição de mulher pensante era conferida à mulher do século XIX que tivesse alcançado uma educação aprimorada.

2.2 A EDUCAÇÃO E A MULHER LETRADA

A constituição da mulher letrada e da escritora de textos literários estiveram diretamente relacionados ao acesso da mulher à educação, à leitura e à escrita. A educação na era imperial, após a independência do Brasil passou a ser organizada e com abrangência nacional. É inserida no contexto brasileiro como condição precípua para a efetivação da nacionalidade e o alcance da modernização e do progresso, como ideários do capitalismo em expansão. O Estado instituiu a gratuidade do ensino primário com a criação das Escolas de Primeiras Letras em 15/10/1827. Embora marcadas pela precariedade do ensino e um alcance reduzido da população, uma vez que o direito à escola e a leitura foi assegurado para poucos brasileiros.

De maneira geral, a educação das Primeiras Letras se voltava para o ensino da leitura, escrita, noções de aritmética e geometria. Entretanto, na medida em que a educação feminina privilegiou a leitura e secundarizou a escrita, de certo modo, essa condução educativa dificultou a escrita e a escritura da mulher, pois, educou-se de acordo com os padrões educativo da época, que lhes dificultou para a construção de uma escrita própria, pois, contribuiu para “escrever e produzir texto; ler e receber de outrem sem marcar aí o seu lugar”. (CERTEAU, 1994, p. 264)

A educação de moças da elite se dava na própria residência, através de professores particulares. Além da leitura de romances e outros textos que eram passados pela censura familiar e do ensino de línguas estrangeiras, as moças aprendiam as prendas domésticas. Somente a partir de 1850 surgiram as escolas secundárias femininas. No entanto, em número menor se comparadas com as escolas secundárias masculinas. Na verdade, mantinha-se o ideário de uma formação tradicional da mulher bem circunscrita ao âmbito privado, familiar. A mulher de nesse contexto deveria assumir a função de ser boa mãe e educadora dos filhos, do que propriamente dita, uma educação voltada para a intelectualidade. Era incomum, a mulher cursar o ensino superior. As meninas das classes populares se dedicavam as tarefas domésticas, aos trabalhos da roça e cuidar dos irmãos menores. Já as meninas órfãs, eram educadas em instituições religiosas, onde aprendiam as primeiras letras e aprendizados de costura e culinária. Em todos os níveis havia a concepção de uma educação pautada nos ideários cristãos para afirmação de uma condução moral para a constituição da “pureza” feminina. Com o advento

das escolas normais ocorreu a inserção da mulher no magistério. No início, sem apoio, devido ao olhar e o discurso discriminador da sociedade. Mas paulatinamente, o ensino das Primeiras Letras vai se tornando campo de atuação feminina.

O acesso das mulheres à educação oportunizou o aparecimento de um novo seguimento social, a mulher que lê e escreve. Embora, no campo literário, as mulheres escritoras encontravam-se diante de um contexto de desautorização e negação do direito autoral sobre suas escrituras. O que levou muitas escritoras a se submeterem às imposições do cânone masculino e assim nesse cenário se justificava:

porque muitas mulheres, apesar de contarem com o apoio da família, acabaram por editar suas obras usando pseudônimos, pois a crítica, sempre severa com a produção feminina, se incumbia de desestimular qualquer iniciativa nesse campo [...] O que acabava por colocar a produção intelectual da mulher no mesmo denominador comum, não respeitando individualidades e pondo em dúvida a capacidade intelectual feminina [...] suas obras definidas como delicadas, ligeiras, misteriosas (e) femininas”. (SANTOS, 2007, p.14).

O que demonstra um desvalor pelo não reconhecimento da qualidade da obra literária feminina. No entanto, apesar das admoestações masculinas, as obras escritas por mulheres foram abundantes nos jornais e revistas da época, apesar das reservas, reticências e os “rótulos” de “obras de senhoras”. E dessa forma, mantidas por muito tempo fora do reconhecimento do cânone literário brasileiro.

2.3 A IMPRENSA E A CONDIÇÃO DA MULHER: LEITORA/ESCRITORA

A criação da imprensa no país ocorreu a partir da chegada de D. João VI com a criação da Imprensa Régia para a publicação de documentos oficiais do governo. Iniciativa que abre caminho para a liberação e utilização de máquinas tipográficas de impressão voltadas para a produção de documentos, livros e outros impressos. O que possibilitou a criação de jornais, periódicos e revistas, como principais meios de comunicação para a divulgação de documentos e textos literários e as mais diversas formas de comunicação. Em 1880, foi criado o Correio Brasileiro e o periódico impresso que favoreceu a disseminação de informes científicos e literários. Em 1842, surgiu um novo periódico intitulado “Variedades” ou “Ensaio de Literaturas” que divulgavam textos históricos antigos e modernos, trechos de romances. Neste periódico, o registro de obras consideradas de grande importância como *Marília de Dirceu*, *Uruguai* e estudos na área geográfica, álgebra e outros temas. Um período em que a leitura se mantinha restrita a um pequeno grupo de brasileiros, embora se reconhecesse a interferência da imprensa, o gosto pela leitura foi ampliado junto a outros segmentos da sociedade.

A aceitação dos folhetins esteve diretamente relacionada a era do romantismo no Brasil pelo acesso a leitura de romances brasileiros de grande de literatos e romancistas renomados do país, o que interferiu no desenvolvimento da leitura nas diferentes camadas sociais. Nesse cenário literário surgem jornais de feição feminista, a exemplo, a criação de “*A Mensageira em 1897*”, que passou a fazer crítica à condição da mulher na sociedade brasileira.

Num cenário de exclusão feminina, algumas mulheres ao acessarem ao mundo do letramento e da cultura passaram a se inspirar em ideários vindos de fora do país como, por exemplo, o domínio da língua e da cultura francesa, no entanto, “Apesar de pequenos avanços, a mulher continuava sofrendo preconceitos, pois (aos olhos dos homens), sua leitura se constituía na maioria de romances-folhetins, considerada leitura menor”. (OLIVEIRA, 2006, p. 29).

Dado as circunstâncias que limitava a divulgação da produção literária feminina algumas autoras estabeleceram intercâmbios no sentido de se fortalecerem e divulgarem seus trabalhos literários. Segundo Moraes (2002), as autoras como Demilde Silveira, poetisa de

Florianópolis, estendeu suas publicações além do seu lugar de origem, tendo divulgado seus textos no Ceará, em Pelotas, em São Paulo e outros lugares. O que demonstra ser um período, em que a recepção das obras literárias pelo público feminino ocorreu num contexto de clandestinidade pelo fato de o romance ter sido considerado uma influência duvidosa e uma leitura com um valor menor na instrução da mulher do século XIX.

3 BELÉM EM TEMPOS DA BORRACHA: ESCRITURAS FEMININAS

O período áureo da borracha identificado no cenário regional como *Belle Époque*, trouxe uma nova conformação urbana para Belém. Localizando-a num cenário que se reporta a um momento histórico caracterizado por um intenso processo de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais. Advindas das novas demandas do capitalismo industrial no final do século XIX. Um cenário em que foram estabelecidas relações sociais afirmadoras de uma cultura e de uma sociedade burguesa e nesse território, um conjunto de mudanças se firmaram e reafirmaram na Amazônia.

Segundo Coelho (2011), constituiu-se um período que acena para uma identidade de grupos, de linguagens, de gestos, de atitudes, de estéticas e de sociabilidades da cultura burguesa, sedimentada nos ideários de progresso e de civilização. Belém apresentava uma vida social requintada, elegante e culta como sinônimo de civilização. Para esse historiador, como um “mito” representativo do estilo parisiense, expressão de poder e luxo. Belém e Manaus se lançaram nesse circuito burguês ao transformarem-se em escoadouro da produção da borracha e se inseriram na cadeia mundial de exportação gomífera. As mudanças aqui operadas foram mediadas pelo volume de circulação de bens de produção, de capitais num contexto de mundialização econômica e de uma produção de capital simbólico da cultura burguesa envolta por discursos e práticas do capitalismo.

Nesse contexto de mudanças, Coelho (2011) nos esclarece que os membros das famílias abastardas do Pará e do Amazonas partiam para a Europa, geralmente para estudar, enquanto os europeus interessados no mercado regional chegavam aos portos de Belém. Homens e mulheres nesse tempo-lugar passaram a se vestir à francesa e se elegeram o francês como língua comum nos encontros sociais da elite local.

A questão central dessa aproximação cultural trouxe para Belém o alcance dos patamares de civilização, vida moderna, luxo e o fausto, isso porque a intensa vida social e cultural levou a construção de um imaginário de riqueza material e cultural expressa pela leitura, produção de obras literárias, outros campos da arte e pela criação de instituições que favoreceram o desenvolvimento intelectual e cultural da região. Nesse contexto, de um lado notava-se a visibilidade da materialidade de uma vida de glamour que possibilitou o acesso das mulheres letradas. Ainda que se registrassem a realidade da mulher marcada pelo bom gosto e pela intensa vida cultural, pois Belém se dinamizou com a criação de instituições como o Museu Emílio Goeldi, Grêmio Literário Português, o Teatro da Paz, a Biblioteca Arthur Vianna, como espaços importantes para divulgação de eventos científicos e culturais na cidade de Belém. A modernidade da cidade exigiu a defesa de uma cidade planejada, limpa e higiênica, como forma de encobrimento da pobreza e da mendicância tão presente nesta cidade.

3.1 A MULHER PARAENSE DA BELLE ÉPOQUE

Belém do século XIX passou por grandes transformações econômicas, sociais e culturais, porém não promoveu a inserção da mulher no contexto de modernidade. Momento histórico em que se vivenciou os ares, os hábitos e os costumes parisienses, considerados exemplos civilizatórios e de modernidade. Um cenário que não alterou as bases conservadoras

que sustentaram os padrões culturais amazônicos, mantendo-os como referenciadores do poder de mando das elites locais e cerceadores da participação da mulher no cenário público.

Os preceitos normatizadores em relação a mulher se mantiveram rígidos e com caráter disciplinador do ser-mulher paraense. Assim, nos bastidores da *Belle Époque*, a sociedade paraense se manteve patriarcal, senhorial, com valores conservadores em relação a família, à mulher e a todos segmentos sociais dependentes da elite local. Família, escola e igreja se aliavam para a realização de um empreendimento educativo empenhado na formação feminina pautada na identidade e do caráter da mulher paraense.

Com esse objetivo, Campos (2012) explicita que a constituição da mulher passava pelo papel de esposa por via do casamento, que autorizava as relações sexuais, a gravidez, enfim ser mães, como etapas fixas segundo a ordem moral vigente.

Desta maneira, a defesa de uma representação de mulheres irrepreensíveis, moralmente educadas, com um papel bem definido e um lugar social restrito ao mundo doméstico, assumindo a função de cooperadora e responsável pelo bem-estar da família. O escritor vigiense Bertoldo Nunes, reafirma em seu texto em 1883:

Não dizemos que a mulher seja moral e intelectualmente inferior que ao homem, não, dizemos apenas que elas são moral e intelectualmente diferentes, não são iguais. O antes é aí que queremos chegar, o homem tem a sua natureza moral e intelectual conforme com a sua organização física, mais viva, mais forte, mais tenaz, consentânea, enfim, com o papel que ele há de representar na sociedade e na família, ao passo que a mulher mais terna, branda, deixando-se guiar mais pelo sentimento que pela razão, pelos impulsos do coração mais do que pela força dos raciocínios, tem isso mesmo a sua sede no lar, no interior da família, na alegria do amor dos filhos e esposo.” (NUNES, Revista Ateneu, 1883).

O autor ao enaltecer as qualidades ou peculiaridades da mulher reconhece sua inabilidade em atuar em outros campos fora do contexto familiar. Ao mesmo tempo que reforçava as características que a tornavam emocionalmente vulneráveis tendo a necessidade de proteção e, para tal, justificava a manutenção da mulher no âmbito privado e deslocada do espaço público.

O que nos leva apreender que no decorrer do século XIX, a representação de mulheres no Pará se situava num contexto cambiante como representação do bem e do mal. Ideário semelhante ao ser defendido em outros espaços do país. Uma concepção diretamente vinculada ao processo formador da mulher. Nesse sentido, a defesa de uma educação que forjasse os atributos femininos como a inteligência, a doçura e a temperança para os quais a mulher deve ser instruída. Com esse objetivo, a escola primária deveria empenhar-se para uma educação moral e literária sólida, sem esquecer o preparo para as tarefas domésticas. Na verdade, uma educação que aliena e excluía a mulher de participar das tramas e teias que sinalizavam a vida em sociedade, ação exclusiva do sexo masculino. Reconhecimento que reforçava o direito do homem transitar e ter uma posição no espaço público e político. Uma relação desigual entre homens e mulheres assegurada pelos discursos jurídicos e religiosos que legitimavam o controle e o disciplinamento no interior das relações familiares e a subalternização da mulher na sociedade paraense.

Em contraponto a essa ordenação social alguns discursos progressistas vem à tona em apoio a emancipação feminina ao defender:

O princípio de onde emana todo bem, a base fundamental e vital do progresso, está na emancipação da mulher [...] A mulher possui como os homens todos os elementos; dotada da mesma inteligência, possuindo um espírito mais fino e delicado, pode sem dúvida desenvolver todos esses dotes com tanta vantagem ou mais que o homem, e isto em qualquer carreira que se dedicar [...] Estabeleci escolas, instruí a mulher. As escolas que existem não estão na altura de aperfeiçoá-las, seus dotes tanto físicos

como moral são muito grandes para tão limitados conhecimentos que se dão em nossas escolas. É de urgente necessidade possuímos uma escola média do sexo feminino, onde ensine todos os preparatórios e noções gerais das ciências naturais. (REVISTA FAMILIAR, 1883).

Em Belém, sob os impactos das mudanças, observa-se a implantação de escolas para as meninas como o Colégio Senhora do Amparo, considerado o colégio católico mais importante da Amazônia, além do Liceu Paraense e a Escola Normal. Uma ampliação da educação que vai possibilitar à mulher paraense uma inserção maior no espaço público, seja como aluna, seja como normalista, seja como leitora e ou escritora de textos literários, que, apesar das restrições, identificamos a presença feminina em periódicos locais.

4 ESCRITURAS FEMININAS: VOZES QUE ECOAM NOS TRÓPICOS

O século XIX foi marcado pela expansão da imprensa periódica no país e no mundo ocidental. Uma expansão relacionada às transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, experimentadas, sobretudo pelas nações europeias. Nesse cenário, verificou-se a popularização do jornal e dos periódicos e com isso, a facilitação ao acesso da leitura a segmentos sociais até então não inseridos pelo processo de letramento. O que contribuiu para ampliação de números de leitores, considerando que, ao se disponibilizar um meio de comunicação através dos jornais a custo barato, promoveu-se o fácil acesso a uma variedade de textos com temas diversos e um entendimento mais ampliado dos processos de leitura por meio das produções literárias.

Segundo Germana Sales (2012), a criação e aceitação do romance-folhetim, alterou a relação dos leitores com os jornais e periódicos do século XIX. Os textos destinados ao público leitor se localizaram para além dos noticiários informativos ao incorporar textos narrativos de prosas e poesias e outras expressões literárias como atrativo que “seduziu mulheres, jovens e estudantes às emoções trazidas pelos romances”. (SALES, 2012, p. 4)

Nesse cenário, o artigo traz como focalização, as escritas singulares de mulheres no contexto da sociedade paraense no âmbito do campo literário. Situadas como expressão da fala em meio a opressão reinante, como forma “singelas” de transgressão e de resistência. Nesse sentido, o presente texto se pauta em análise de textos produzidos e publicados por mulheres em jornais e periódicos de Belém do Pará, ao longo de 1850 a 1900. Nesta temporalidade pesquisamos junto aos jornais que circularam na cidade de Belém para identificar a escrita feminina nos referidos jornais e folhetins. Identificamos nas seções destinadas a literatura e a poesia, a presença massiva de homens escritores. No entanto, observamos, sobretudo, no campo da poesia, várias escritas publicadas sem a assinatura da autoria. O que nos leva a questionar quem seriam os autores e quais os motivos da invisibilidade dessas autorias. O que nos encaminha a conjecturar “seriam as mulheres as escritoras dessas escritas impressas?”. Na realidade, encontramos nesse período a ausência de escritas de mulheres paraenses, pelo menos identificadas, ao se considerar as exigências para a publicação de textos femininos. O que demonstra a escrita feminina desautorizada e sem valorização num cenário de dinamismo cultural da *Belle Époque*.

O artigo se reporta aos escritos da paraense “Euniciana” em sua “Carta à Enáira”, publicada no periódico O Beija-flor, em 1850 e os excertos trazidos por Germana Salles (2012), sobre a Obra “Não é bom brincar com a dor” de autoria da escritora francesa Delphine de Girardin, publicado no jornal A Província do Pará em 1877. Na análise documental, objetivou-se perceber o que dizem as mulheres escritoras, identificando seu pensamento num contexto de mudanças estruturais no Brasil e no Pará. A preocupação central foi compreender na produção feminina, o cenário social e cultural, o qual se refere a escritura, seu sentido e seus significados nesse contexto eivado de relações de poder e pela pujança de autores renomados nesse período.

Enfim, perceber os nexos entre o dito e o interdito, o sublinhar, os silenciamentos ou a clara posição em relação a submissão ou a subversão com vistas ao alcance de outros patamares, ainda que dentro de um contexto histórico contraditório e antagônico com outros grupos historicamente constituídos. O *Beija-flor*, periódico paraense criado em 1850 e traz uma abordagem diferenciada em relação à mulher. Em seu editorial, esclarece o seu papel:

Guarda das senhoras como o estudo é a guarda do soldado, que no ardor do combate escapa mil vezes das garras da sahuada parca, acobertando-lhe com elle [...] Será assim o beija-flor o escudo das damas para por ellas receber os golpes da ilustríssima Marmota periódica que atacava as senhoras [...] Temos prova superabundantes para mostrar, quanto ellas são superiores em tudo ao homem; ainda mesmo partindo sua criação; mas por enquanto só nos limitaremos ao fim proposto [...] A mulher é obra prima do universo, é como as flores o encanto e esmalte da terra, é o ornamento de uma casa. Como o sol O é do mundo; ellas são portanto os anjos da terra. (*O Beija-flor*, 1850).

A publicação periódica feminina, além de outras finalidades, constituía-se como meio informativo, muitas vezes era feito através de cartas e outras formas de comunicação no campo literário. Neste contexto, localizamos a escrita de Euniciana, através de uma carta endereçada à amiga Enaíra que nos traz a seguinte redação, observando-se a escrita inserida na *Revista O Beija-flor* dos anos 1850:

Prencipiarei, querida amiga, esta carta, dando-lhe os parabéns do teo feliz aniversário, em tão ameno e aprazível dia, dia em que todo o aspecto da risonha natureza se submerge no seio de profunda alegria; os mesmos vegetaes, a quem ella negara o sentimento, tornão-se hoje sensiveis, para gosar contigo as delicias, que te offerece este meigo e portentoso dia. Memorado sejam sempre, oh! De julho décimo quarto dia, despertas em nossos peitos recordações da infancia, prazeres que já gosamos, e que jamais os poderemos gosar; a aurora que te conduzio em suas divinas azas, raiou por esses prados semeados de brancos jasmins, e rubindas rosas, prasa ao céu que vezes mil tenhamos de ver levantar-se de uma parte e deitar-se para a outra o sol que iluminou tão brilhante dia, e que não tenhamos em breve de sofrer os duros golpes da rude parca, mas onde vou querida amiga, para que tecer-te louvores, quando tu conheces os sentimentos que affetao meu coração?. Deixemos as ideas, que a imaginação já fruio, falleemos do presente, que nos mostra risonho e tranquillo, trataremos delle, falando de amor, da saudade, da paixão e de outras cousas, sobre as quaes amiudadas veses escreverei, porem agora só te pesso, que recebas os devidos parabéns, e o saudoso da tua Adorada amiga. (EUNICIANA, 1850).

A escolha desta carta inicialmente está relacionada a identificação do texto como autoria feminina e levamos em consideração, uma escrita que não se resume apenas a uma felicitação de aniversário. Pois a carta não reflete apenas uma modalidade de escrita, mas aponta uma sequência de signos que traz à tona uma memória viva de um tempo e lugar, uma historicidade através da dinâmica escritural. Ou seja, possibilita através do campo literário, uma linguagem que emite rastros de um tempo vivido, que permite a percepção de um campo que se amplia pelo disseminar de sentidos, do lugar da mulher, seus limites e sua capacidade intelectual da escrita e da comunicação impressa, ainda que velada.

Observamos nesse escrito, uma relação de amizade entre duas pessoas, o que parece na carta, que se conhecem muito bem. Fala-se de uma infância e de uma vida vivida de forma intensa e prazerosa. Uma condição de vida do passado, na aurora do tempo, onde reinou dias felizes. E que agora, supõem-se, numa vida mais madura, e encontram-se numa outra condição que não lhes permitem mais os comportamentos de outrora. Dessa maneira, fala de uma vida cotidiana, de um tempo em que a imaginação e os sonhos eram mais presentes que ensaiavam para além da própria realidade. A carta não sinaliza o motivo do distanciamento das amigas.

Uma vez que há um distanciamento físico de quem escreve e de quem recebe as felicitações. Mas que se entrelaçam pela escritura impressa.

Há sentimentos escondidos, que só o emissor e o receptor da carta sabem muito bem do que se trata. Há ausência de registros ao falar do amor, da saudade e da paixão, sentimentos latentes, e bem conhecidos pelas amigas. O romantismo que permeia todo o texto como, o bálsamo que cura e incita as grandes paixões. Nas entrelinhas “*Fallando do amor, da saudade, da paixão e de outras cousas, as quaes amiudadas veses escreverei,*” a escritora transparece que continuamente se utiliza dos recursos literários para expressar seus sentimentos e pensamentos, ainda que, de forma poética. Sua escritura pauta-se em metáforas para se referir a contextos do seu cotidiano no momento da escrita.

Ao considerar o ano em que a carta é escrita, emerge aqui e acolá rastros do cenário em que é produzida. Conhecendo-se a condição da mulher daquela época percebe-se que tais recursos literários utilizados por Euníciana a protegem ou encobrem situações e ou sentimentos que possam deturpar a imagem de ser mulher nessa época. Ou seja, uma escrita velada por silenciamentos e ou ausências de maiores detalhes a respeito das vivências de mulheres desse tempo-lugar.

Nesse contexto, em que uma carta é publicada e assinada por sua autora, e como sinaliza o texto, transparece que ela escreve e publica seus textos com certa constância. O que demonstra o reconhecimento da sua escrita. Uma mulher, como poucas da sua época, pelo domínio da língua escrita. Uma mulher diferenciada, uma mulher letrada que tem acesso público para publicar e circular seus pensamentos, seus sentimentos e certas preocupações, e se não adota uma posição transgressora as normas vigentes, chegou a um lugar no qual pode veicular suas escritas num cenário paraense tão conservador. Na carta, não é identificado o nome completo de quem escreve e a quem é endereçada a carta, o que demonstra a invisibilidade da mulher paraense.

Pautando-se nas pesquisas de Germana Sales (2012) sobre as escrituras femininas no Jornal A Província do Pará, voltaremos nosso olhar para compreender a influência das escrituras femininas francesas junto ao público leitor(a) em Belém nos anos oitocentistas. Salles localiza nos anos 1876, 1877 e 1879, a publicação nesse periódico, as obras literárias: “A Marquesa Ensanguentada” de Condessa Dash, publicada no período de 30 de abril a 23 de dezembro de 1876; e o texto “Não é Bom Brincar Com a Dor”, de Delphine de Girardin, publicada entre 12 de janeiro a 07 de março de 1877 e “Dosia” de Henry Greville, pseudônimo de Alice Marie Celeste Durand, em 1879.

Nos apoiaremos na análise a partir de uma síntese da Obra de Delphine de Girardin, “*Não é Bom Brincar Com a Dor*”, de 1877. Observando-se nesse escrito as impressões deixadas pela autora. Uma obra que se constitui uma prosa de ficção folhetinesca que apresentava um enredo centrado num triângulo amoroso formado por:

M. de Lusigny, um sedutor que passa seu tempo arquitetando planos para conquistar as mulheres mais belas e cobiçadas, Leontina, a viúva de Carlos de Viremont, uma senhora respeitada, frequentadora da alta sociedade, que será alvo do sedutor e Heitor, cunhado de Leontina, que nutre uma paixão secreta por ela a quem não tem coragem de declarar seus sentimentos. Quando das suas investidas, M de Lusigny, depois de muitas tentativas, consegue cativar o afeto de Leontina, que aos poucos deixa-se envolver e apaixonar pelos encantos do sedutor. Heitor, ao tomar conhecimento de que sua amada corresponde às investidas de Lusigny, fica muito abalado e adoce de tristeza em ver que seu amor já não tem esperança alguma de ser correspondido. Leontina, cada vez mais envolvida pelo sedutor descobre o caráter malicioso desse homem quando o mesmo, por não querer revelar a ela que estava doente, apenas para não parecer menos atraente, some, deixando-a a tecer conjecturas sobre todos, os possíveis motivos desse desaparecimento. A protagonista experimenta sensações ligadas à natureza humana, tais como o ciúme e o desespero, sem saber o motivo pelo qual o homem desaparecera. Quando mãe de Lusigny revela à Leontina o verdadeiro

motivo do sumiço, ignora-o. Ele sofre apaixonado e ela volta sua atenção para Heitor, guardião de um amor intenso e puro, se casa com ele e os dois vivem muito bem, ao contrário do vilão, M. de Lusigny, que ficara na sociedade desacreditado e, em relação à Leontina permanecerá amando sem ser correspondido. (SALES, 2012, p. 4 apud GIRARDIN, 1877, p.1).

Observamos nessa prosa de ficção uma história demarcada pelo romantismo, pelos sentimentos do amor, da paixão, do desprezo, da tristeza e do desencanto amoroso. A novidade trazida pelo enredo do triângulo amoroso, em que uma mulher é o centro das disputas entre dois homens. O cenário que ela descreve se refere ao cotidiano de uma camada social específica, a elite. Embora esteja circunstanciada ao contexto francês, a alta sociedade, a mulher, centro do enredo, é vista ainda sob os padrões do recato, do respeito, de uma vida digna de uma viúva, aceita naquela sociedade da segunda metade do século XIX. Embora ladeada pelo cortejo de dois homens, um deles pelo menos assumindo a posição de protagonista, consegue concretizar sua conquista. Mas, ao perceber o engano, volta e assume compromisso com o outro personagem deste triângulo amoroso.

O romance inicialmente coloca “Leontina” numa situação de vitimizada, mas a seguir, lhe impõe autonomia e capacidade de escolher o que é melhor para si: O amor verdadeiro de Heitor. Embora situe uma mulher aceita por uma sociedade pelas suas qualidades de mulher e sem uma inserção maior que lhe possibilitasse galgar o lugar de mulheres letradas. No entanto, o drama relatado, ainda que registre a realidade da mulher nesta sociedade, o enredo e a condução da história atribuem a personagem uma capacidade de decisão, ainda que num campo particular no âmbito privado da vida. Um contexto bem diferente em nosso país e em Belém do Pará, em que a questão do casamento e das relações amorosas passavam pelo filtro familiar, pelas normas religiosas e da moralidade. E que o casamento em Belém da *Belle Époque*, diferentemente do contexto apresentado neste romance, constituía-se em um momento simbólico revelador da dinâmica familiar. Em nosso meio, as famílias representavam um alicerce fundante da sociedade local, espaço controlado pelo poder masculino do pai, do marido, do homem público. Nessa realidade, as relações familiares deveriam sedimentar a preservação do patrimônio familiar, pois as relações matrimoniais se davam num contexto das relações mais amplas da sociedade, na medida em que o casamento se tornava estratégico, polo social, econômico, político e cultural mediador e irradiador na construção das redes sociais entre famílias, momento em que o Grão Pará transitava num período de consolidação da exploração da borracha.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das escritas femininas nos direcionam a algumas apreensões do tempo, lugar e das mulheres que escrevem os textos analisados. São produções de mulheres que se situaram no decorrer do século XIX. São escritos que circularam em jornais na cidade de Belém. As autoras Euníciana e Delphine Girardin são mulheres letradas, pois apresentam o domínio da escrita culta e das normas da língua da época, conseqüentemente, localizavam-se no grupo de mulheres que acessaram a leitura e a escrita mais ampliada.

São mulheres de “ontem” que sinalizavam seus escritos pelos meandros do pensamento e da cultura corrente que impõem as amarras impostas à mulher dessa temporalidade, embora de maneira reticente apontam posicionamentos de valor nas entrelinhas dos textos produzidos, o que permite ao leitor maior percepção e compreensão de seus escritos, marcados por ausências e silêncios.

Nesse enredo, a apreensão dos textos analisados traz indícios do lugar social das autoras, mulheres letradas e escritoras, posição que lhes permitiu a impressão de seus textos em jornais. A Carta de Euníciana constitui-se em registro publicado e assinado por uma mulher paraense

nos anos oitocentistas. Delphine Girardin, escritora francesa transparece um grande reconhecimento ao publicar seu texto em um dos jornais de maior circulação no estado do Pará: *A Província do Pará*, em 1877.

De maneira geral, as autoras encenam em seus textos acontecimentos na esfera do privado, da vida particular e traduzem sentimentos, emoções e vivências. No entanto, ambos os textos apontam pistas do contexto e das condições de vida das mulheres desse tempo. Perpassam pela questão de gênero, as amarras socioculturais e os processos de invisibilidade e silenciamento da mulher em relação a expressão da fala, sentimentos, desejos e a omissão de seus pensamentos e posicionamentos. Nessa percepção, os escritos estão circunscritos em vivências, valores e condutas delineadas para as mulheres como condicionamentos demarcadores da fala e da escrita. São textos que referenciam comportamentos, condutas e experiências tidas como apropriadas, defendidas e esperadas socialmente. Assim, são textos que trazem à tona narrativas de mulheres do século XIX, mediatizadas por questões culturais, de gênero e são textos publicados na imprensa local e circulados na sociedade belenense.

Reconhece-se a partir de Certeau (2006) que a prática do escrever advém do exercício contínuo de forma compreensiva, explicativa e inventiva de pensar e escrever, o que outorga a essas mulheres o lugar de mulheres intelectuais e literatas. E se subsidiando em Bakhtin (1997) a respeito da produção textual enquanto produção social, os textos e seus autores se situam numa dada realidade social, na qual registram suas apreensões, seus valores e posicionamentos na cotidianidade em que vivem. De certa forma, as mulheres que alcançaram o letramento e a intelectualidade graças ao lugar social que ocupavam e esse lugar estando diretamente relacionado à condição de classe, raça e de gênero que lhes possibilitaram galgar o lugar de mulheres letradas. E ainda que, registre a realidade da mulher de seu tempo apontam nas entrelinhas posições, sonhos, desejos e em meio a tradição cultural expressam inquietudes e inconformismos em suas escrituras.

O olhar decolonial nos possibilitou a apreensão do ser mulher e do ser homem a partir da compreensão da categoria gênero enquanto construção social que direciona o questionar dos sujeitos em sua totalidade, homens e mulheres como sujeitos culturais, sociais, históricos e epistêmicos. E nessa apreensão, as mulheres escritoras inseridas no contexto de análise, embora sem garantia de plenitude, ultrapassaram as amarras e vislumbraram certa visibilidade pela materialidade de seus escritos ao revelar pensamentos, posições, decisões e sonhos a serem concretizados pela resistência e pelo contínuo processo de “tornar-se mulher” em suas trajetórias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mudam os Tempos, Mudaram as Mulheres*. **Revista de Avaliação da Educação Superior**, Campinas, São Paulo, 2012.

ALVES, Claudia, Ana Chrystina Mignot. **História e Historiografia de Educação Ibero-Americana: Projetos, Sujeitos e Práticas**. Rio de Janeiro: Quartet – Faperj – SBHE, 2012.

ÁVILA, Rebeca Contrera. *Minha História das Mulheres*. Michelle Perrot. **Revista Social**. n.16, 249-253, 2009.

BAKTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 2ª ed, São Paulo, Martins Fontes, 1997.

BARTH ES, Roland. **Aula**. Tradução Leyla Perrone-Moisés, São Paulo, Editora Cultrix, 1977.

BIRMAN, Joel. **Escritura e Psicanálise: Derrida Leitor de Freud**. Natureza Humana, Vol. 9, n. 2, 275-298, São Paulo, 2007.

BURKE, Peter. **A Escrita da História Novas Perspectivas**, São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CAMPOS, Ipojucan Dias. **A Educação Feminina na Belle Époque 1890 -1900**. Revista Educação e Fronteiras, 103-115, 2012.

CARVALHO, Marta Chagas. **Modernidade Pedagógica e Modelos de Formação Docente**. São Paulo, Perspec. Vol. 14, 111-120, 2000.

CHARTIER, Roger. **História Cultural entre Práticas e Representações**. Lisboa, Difel, 1990.

CORSETTO, Patrizia. Escritura e Escrita. **Revista Lacaneando**, 2012. Disponível em: <https://lacaneando.com.br/escritura-e-escrita/> 2012. Acesso em: nov. 2020.

CUNHA, Washington dos Santos; SILVA, Rosimeire Vieira. A Educação Feminina no Século XIX: Entre a escola e a Literatura. **Revista Gênero**, Universidade Federal Fluminense, 97-106, 2010.

DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**, 2ª edição, São Paulo: Contexto, 1997.

DINIZ, Dilma Castelo Branco. Barthes e a Dimensão Amorosa da Escrita. **Revista Caligrama**, Belo Horizonte, 143-152, 1988.

GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. **Revista Civitas**, Porto Alegre, Vol. 18, 2018.

LUCENA, Paola Lili. **Rompendo Silêncios e descobrindo mulheres: Uma Análise da Obra de Michelle Perrot no contexto da história das mulheres**. 2º Seminário Nacional de História da Historiografia, Ouro Preto, EDUFOP, 2008.

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo decolonial**. Estudos Feministas. Florianópolis, Set-Dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: nov. 2020.

MENESES, Ramiro Délio Borges de. **A desconstrução em Jacques Derrida**. Universitas Philosophica, Bogotá, 177-204, 2013.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História – operários, mulheres e prisioneiros**. 7ª ed, tradução de Denise Bottmann, Rio de Janeiro, São Paulo, Paz & Terra, 2017.

PERROT, Michelle. **As Mulheres e os Silêncios da História**. Tradução: Viviane Ribeiro Baurin, São Paulo, EDUSC, 2005.

REAL, Edson Alexandre Santos. O Nacionalismo na Educação brasileira: a construção de uma Pátria. (1830 – 2009), **Revista Temporalidades**, 44-56, 2013.

SANTOS, Salete Rosa Pezzi. **A Representação do Feminino Em Uma Escrita Desautorizada: Celeste, de Maria Benedita Borman e O Perdão de Andradina América Andrade de Oliveira.** 2007. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp051692.pdf>. Acesso em: dez. 2020

SALES, Germana. **A Produção Feminina Francesa em Belém do Pará: Romance Folhetim no Periódico A província do Pará.** Simpósio de Literatura Crítica e Cultura, 2012.

SCOTT, Joan W. **A invisibilidade da Experiência,** Projeto. História, 207-325. São Paulo, 1998.

SOUZA. Rosa de Fátima. **Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo.** UNESP, 1998.

SOUZA. Sônia Ribeiro de. Nação, Nacionalismo e Escola Pública na primeira República. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.** São Paulo, julho, 2011.

SPVAK. Gaytry Chacravorty. **Pode o Subalterno Falar?.**Belo Horizonte: Editora UFMG 2010.

TELLES, Norma. **Escritoras, Escritas, Escrituras - História das Mulheres no Brasil,** 2ª edição, São Paulo: Contexto, 401 – 442,1997.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. A Literatura e História na América Latina; Representações de Gênero. **Revista MÉTS: História e Cultura,** v. 5, n. 9, p. 253-270, 2006.

IMAGINAÇÃO E EXPERIÊNCIA: NATUREZA E PAISAGEM EM FRONTEIRAS AMAZÔNICAS¹

Márcia Regina Capelari Naxara²

RESUMO

Tomo em consideração, para aproximações ao espaço amazônico no início do século XX, dois livros de Gastão Cruls (1888-1959) que têm partes da região por centralidade: o romance *A Amazônia misteriosa* (1925), ficção com reconhecida inspiração em H.G. Wells, e o relato de viagem *A Amazônia que eu vi* (1930), narrativa da Campanha de Inspeção de Fronteiras com a Guiana Holandesa comandada pelo General Rondon. Textos que incorporam vasta bibliografia sobre a região – espaços, gentes, paisagens – dados a conhecer privilegiadamente pela palavra e seu poder constitutivo de imagens, e pelo desejo da experiência da viagem no objetivo de confrontar o aprendido de segunda mão e concebido na mente com o itinerário realizado e vivenciado *in loco*.

Palavras-chave: Amazônia. Relatos de viagem. Experiência. Imaginação.

IMAGINATION AND EXPERIENCE: NATURE AND LANDSCAPE ON AMAZONIAN BORDERS

ABSTRACT

For approximations to the Amazonian space in the early twentieth century, I consider two books by Gastão Cruls (1888-1959) that have parts of the region as their central theme: the novel *A Amazônia misteriosa* (*The mysterious Amazon* – 1925), fiction with H.G. Wells recognized inspiration, and the travel report *A Amazônia que eu vi* (*The Amazon that I saw* - 1930), a narrative of the Border Inspection Campaign with Dutch Guiana led by General Rondon. Texts that incorporate a vast bibliography on the region – spaces, people, landscapes – made known primarily through words and their power to create images, and through the desire for the experience of traveling in order to confront what was learned secondhand and conceived in the mind with the itinerary accomplished and experienced *in loco*.

Keywords: Amazon. Travel reports. Experience. Imagination.

Data de submissão: 11.06.2021

Data de aprovação: 16.08.2021

INTRODUÇÃO

Los fundamentos que ay para assegurar la Provincia de las Amazonas
en este rio, son tantos y tan fuertes
que seria faltar à la fée humana el no darles credito.

Padre Cristóbal de Acuña.

Nuevo descubrimiento del Gran Rio de las Amazonas [1641].

(CRULS, 1973a, p. 54)

¹ Versão preliminar, com o título “Paisagem e natureza: imaginação e experiência em fronteiras amazônicas”, foi apresentada na Mesa “Imaginário e Natureza”, no *III Seminário Interferências: Literatura e Ciência – Poéticas e Políticas da Natureza*, realizado no Instituto de Letras da UFF – Universidade Federal Fluminense, em novembro de 2019.

² Professora Livre-docente. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Pesquisadora CNPq-2. Email: mrnaxara@uol.com.br.

Lendo a *A Amazônia que eu vi*, o leitor se empolgará da beleza do vale do Cuminá e da imponência da natureza que ele guarda e protege. Terá feito ideia perfeita do arrojo da Expedição e da decisão dos expedicionários de realizá-la a todo custo.

Cândido M. S. Rondon
Carta ao Dr. Gastão Cruls – Rio
(CRULS, 1973b, p. xxxiii)

O fascínio da floresta e das terras interiores do continente sul-americano esteve presente, desde o princípio, no contato entre mundos: o velho e o novo. No caso do Brasil, com colonização de forte litoraneidade desde os “descobrimentos”, o desconhecido e o mistério alimentaram a imaginação com relação ao conjunto das terras que o conformam. Território continuamente alargado pelo avanço por sobre as fronteiras iniciais – para além de Tordesilhas –, até a constituição do mapa e do traçado em que nos reconhecemos hoje. Espaços e fronteiras dados a conhecer, privilegiadamente, pela palavra e pelo desenho/imagem, por um conhecimento que se desdobra a partir de leituras que ensejam o desejo contínuo da experiência da viagem – do ver, do ouvir, do contar e do representar. Viagens que descortinavam o reconhecimento de gentes e paisagens, ou seja, possibilitavam aproximar e confrontar o conhecido de segunda mão, concebido na mente, em geral longamente acalentado por leituras progressas, com o itinerário realizado e vivenciado *in loco*.

Escritos de diversas ordens, produzidos por romancistas e homens de ciência que se fizeram viajantes e aventureiros, buscando documentar literariamente o real e a experiência vivida, alçando a imaginação para a produção fictícia do que se apresentava como realidade. Espaços narrados em diferentes formas de apreensão e também diferentes formas de ocupação do mundo na modernidade e da sua narrativa literária como viagem. Medo e fascínio; aproximação e repulsão; arrebatamento e êxtase; deslumbramento e encanto são, entre outras, expressões dos sentimentos que a leitura dos textos de viagem – realizadas, lidas e/ou imaginadas – pode proporcionar.

Detenho-me em dois textos de Gastão Cruls (1888-1959). Textos lidos com a presença ausente e constante de Euclides da Cunha (1866-1909) e Alberto Rangel (1871-1945).³ Aproximadamente contemporâneos os três, todos profundamente marcados pela antinomia “civilização” e “barbárie”, tendo produzido escritos que associam imaginários longamente idealizados ao conhecimento que veio da experiência dos caminhos percorridos, que se mesclam em seus textos, por sua vez também ancorados em leituras mitológicas e folclóricas sobre a natureza amazônica e suas populações. Euclides e Rangel, ambos com formação na Escola Militar, de que se desligaram, tinham interesses aproximados pelo Brasil, seus espaços e sua história. Em se tratando da Amazônia, Euclides chefiou a Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus (1904-1905) na ocasião em que se definiam fronteiras com o Peru e a Bolívia, marcadas pelos embates entre *caucheiros* e *seringueiros*; Rangel foi Diretor Geral de Terras e Colonização na Amazônia (1901-1904) e Secretário-Geral do Governo do Estado do Amazonas (1904-1905), antes da sua atuação diplomática na Europa e seu primeiro livro de contos, *Inferno verde*, de 1909, tem prefácio largamente conhecido de Euclides da Cunha. No conjunto, os escritos de ambos sobre a região aproximam o leitor com relação às formas de ocupação e modos de vida em meio à floresta tropical – inferno, deserto, sertão – de vivências conflituosas e disputa entre gentes, rios e florestas, à medida em que buscaram documentar literariamente o real, alçando a imaginação para, pela narração, construir diferentes espaços amazônicos, em meio ao espaço maior, a Amazônia.

³ De Euclides da Cunha, parte dos textos datados do final do século XIX e início do XX, reunidos em *Contrastes e confrontos* (1975) e *À margem da história* [1909]; de Rangel, *Inferno verde* (1909) e *Sombras n'Água* (1913).

Cruls veio a conhecer a Amazônia, de perto, somente em 1930. Antes, em 1925, escreveu *A Amazônia misteriosa*, criação literária em que recuperou lendas e memórias referidas às *Amazonas* e que se perdem no passado dos escritos de Frei Gaspar de Carvajal ao narrar a famosa viagem de Francisco de Orellana (1511-1546)⁴ e da denominação que o rio e a vasta bacia que o conforma veio a alcançar – *AMAZONAS / AMAZÔNIA*. Em 1930 publicou o relato de viagem *A Amazônia que eu vi: Óbidos e Tumucumaque*, em texto composto na forma de diário, na ocasião em que acompanhou a Expedição da Inspeção de Fronteiras no setor de limites com a Guiana Holandesa, comandada pelo então General Rondon – “*Expedicionários da cordilheira Tumucumaque, seguindo o rio Cuminá e Meridiano de 55° a W de Greenwich*”, nas palavras do General (CRULS, 1973b, p. xxxiii), que partiu de Óbidos, em 13 de setembro de 1928. Retornou à Amazônia em 1938 (CRULS, 1973a, Nota da Editora, p. xiii) e, somando com conhecimentos da primeira viagem e outros estudos sobre a região, publicou *Hiléia Amazônica: aspectos da flora, fauna, arqueologia e etnografia indígenas*, ilustrada em sua primeira edição – príncipe – de 1944, com 48 pranchas aquareladas em “tiragem bastante restrita e de grande luxo”, tendo em vista a rica e policrômica iconografia.⁵ As duas edições seguintes, uma do mesmo ano (1944) e outra, de 1958, financeiramente mais acessíveis, foram impressas em tamanho usual, com as 48 reproduções de aquarelas em preto e branco. Nas palavras do autor, “volume mais portátil e de preço mais acessível”, além de contar com “uma série de acréscimos, como elucidário, bibliografia geral e completo índice remissivo” (CRULS, 1958, p. IX).

Tomados em conjunto são textos que possibilitam acompanhar percursos e itinerários que alimentaram longamente a imaginação histórica e literária, bem como a formulação de alguns dos quadros paisagísticos e mentais que vieram a se formar sobre a vasta região amazônica, responsáveis pela construção de aspectos duráveis da memória coletiva que sobre ela se consolidou. Exploram sensibilidades vazadas pelos escritos e imagens produzidos ao longo do tempo, voltados para as imensas áreas que foram dando forma ao desenho interior do mapa que hoje delinea o país/pátria, e que são, até hoje, marcadas de modo indelével pela admiração da natureza e pelo lamento quanto às formas deletérias de sua ocupação pelos movimentos que buscam a preservação e o respeito, tanto da natureza como dos povos que nela vivem. Textos que possibilitam, também, aproximações que resultam do ver, ouvir e sentir: o rio, a floresta, os campos, as cachoeiras, ao acompanhar os percalços dos caminhos, somando a imaginação que antecede a viagem às observações *in loco*, de que resultam textos engajados no reconhecimento do espaço percorrido e do esforço coletivo que propicia a empreitada. Viagens cujos relatos ampliam o conhecimento ao narrar as dificuldades enfrentadas; em que, em geral, a partir dos personagens centrais, protagonistas que comandam a narrativa entremostam, como é o caso de Cruls, aqueles que tornam o caminhar possível: pode-se colocar ênfase no “descalços” para a forma como seguem os carregadores e remeiros, que se fazem também pescadores, caçadores e cozinheiros, que cuidam e calafetam as embarcações (por vezes construindo novas) de modo a viabilizar a viagem programada em seus objetivos. Nem sempre e, seguramente não todos, são nomeados – grande parte, invisivelmente, torna o empreendimento possível. Relatos que, além do contato com o desconhecido, colocam ao leitor, de modo “vivo”, as dificuldades enfrentadas: os inúmeros perigos, o excesso ou a falta de

⁴ O relato de Frei Gaspar de Carvajal, *Relatório do novo descobrimento do famoso rio grande descoberto pelo capitão Francisco de Orellana*, da viagem realizada entre 1541 e 1542, acentua, em especial, a fome e o medo da fome em meio à viagem pelo desconhecido, a partir do ponto de não retorno com relação ao anteriormente programado, além das relações, ora de paz, ora de conflito, com a numerosa população autóctone que registra ao longo da viagem, em que Orellana vai proclamando a posse em nome de Sua Majestade (CARVAJAL, 1992).

⁵ Cabe conferir ênfase aos artistas que produziram as 48 aquarelas que constam da publicação – Hilda Veloso, Armando Pacheco e Georges Julien Simoni –, além dos *Culs-de-lampe* de Luís Jardim, ao final de cada capítulo (CRULS, 1958, página de rosto).

correntezas, as longas caminhadas por rios e veredas desconhecidas – carregando as embarcações e as “tralhas” por terra, quando necessário para vencer as cachoeiras e, na sequência, retornar ao rio. No caminho, os contatos com as populações locais, caboclos e indígenas, mais ou menos amistosos e/ou receptivos aos estranhos/estrangeiros.

* * *

A Amazônia misteriosa e A Amazônia que eu vi: Óbidos – Tumucumaque. Dois livros; duas criações literárias em narrativas que constituem e elaboram espaços: no primeiro caso, primeiro romance do autor, viagem imaginária que, além de remeter para escritos anteriores de viajantes que passaram pela região, aponta inspiração assumida por Cruls de *A Ilha do Dr. Moreau*, de H. G. Wells (1896); no segundo, narrativa que dá a conhecer o espaço percorrido no compasso mesmo da sua constituição e conhecimento, ao menos em parte, uma vez que a expedição, comandada por Rondon, tinha por finalidade explorar as fronteiras entre o Brasil e a Guiana Francesa e Suriname, atravessando com dificuldades territórios ainda por demarcar e não explorados pela “civilização”.

* * *

1 AMAZÔNIA: ROMANCE E FANTASIA

Em *A Amazônia misteriosa* Gastão Cruls buscou, de início, acompanhar o modelo dos relatos de viagem – localizando dia e mês da segunda década do século XX – “17-XII-191...”, como parte de “um dia monótono e cansativo”, ao indicar os caminhos ermos que iam sendo percorridos e a possibilidade de “encontro com os índios... Creio já haver mais de um mês que tivemos o último vestígio do civilizado” (CRULS, 1973a, p. 3). Segue elaborando o diário da expedição em seus percalços para, na sequência, no Cap. II, que tem o significativo nome “Perdidos...”, dar início à aventura do protagonista/doutor, que se desgarrar da expedição e se perde na mata na companhia de dois caboclos – Pacatuba, personagem presente na narrativa desde o início, e Piauí. Os três se embrenham na floresta e, nas palavras do autor, perdem-se entre as “sumaumeiras gigantescas, tocaris hercúleos, majestosos cedros” por entre a “legião sem fim dos outros vegetais”, por entre os ruídos de macacos, beija-flores e outros pássaros que, com a chegada da noite vão sendo trocados pelo “rechino de algumas cigarras e a coação dos primeiros sapos” (CRULS, 1973a, p. 20). Registra, ainda, o temor da possibilidade da presença de “bugres”: “O senhor nem imagina do que essa gente é capaz”, afirma Pacatuba (CRULS, 1973a, p. 22). O espaço narrado, imaginariamente criado pelo autor, constitui visão da Amazônia que, sem dúvida, é devedora dos relatos de viajantes e naturalistas, incluindo “nordestinos migrados e caboclos da região”, em interessantes interlocuções que aproximam e colocam em contato os diferentes costumes, crenças e visões de mundo, além de constituir recurso que aproxima o imagético ao documental (PAIVA, 2019).

No perder-se na floresta e no deambular em meio ao desconhecido, vão sendo recuperadas na narrativa as histórias e lendas longamente acalentadas sobre o contato entre brancos e indígenas que preenchem o conhecimento sobre a América e o Brasil de modo geral e sobre a Amazônia em particular. Repentinamente são abordados por um grupo armado. O suposto interesse dos indígenas por objetos para eles inusitados, serve de pretexto ao narrador para lembrar o ensinamento de Rondon quanto a não utilizar armas.

Quando dei acordo de mim, estava mais próximo do córrego, dizendo coisas aos selvagens, mais por gestos do que por palavras, e mostrando-lhes o meu relógio e corrente de ouro e um espelhinho de bolso, os únicos objetos que tinha sobre mim com probabilidades de interessa-los... (CRULS, 1973a, p. 24).

Narrativa que prepara a súbita surpresa de, depois de “alguns minutos de ansiosa expectativa”, ter diante de si uma “bela figura de homem”, acompanhado de outros seis. Sem argumentar, puseram-se em marcha, acompanhando os indígenas, com quem embarcaram na manhã seguinte, sem conhecer o destino que teriam e perdendo a esperança de retornar ao acampamento. O autor dá asas à fantasia, considerando estar adentrando a “Amazônia fantástica e misteriosa em que cada imaginação prefigura o Eldorado” (CRULS, 1973a, p. 30). Predição que vai sendo confirmada no caminho por onde foram guiados quando têm a atenção chamada para “certo amuleto que pendia do pescoço de muitos deles”: o muiraquitã, a “célebre *pedra-verde* que fora o distintivo das Amazonas de Orellana [...] e que os índios, para explicar-lhes a procedência, diziam provir do ‘país das mulheres sem marido’” (CRULS, 1973a, p. 32).

Dessa guarda são passados para uma outra escolta, de grupo indígena visto pelo narrador, por seus traços físicos, como “de raça mais pura” (CRULS, 1973a, p. 32). Da natureza para a fantasia vão sendo costurados, na narrativa, muitos dos elementos significativos de fábulas disseminadas sobre as terras americanas e seus segredos. Os homens, diz o narrador, acompanham incansavelmente a caminhada, com grande probabilidade devido a uns “confeitos de tapioca que os índios chupavam constantemente” e que lhes foram oferecidos de vez em quando. Confeitos que, informa, “continham ipadu, que outra coisa não é senão a mesma coca de que tanto usavam os Incas como excitante e alimento de poupança durante as suas longas marchas” (CRULS, 1973a, p. 39). No trajeto um deles, Piauí, tomado por febres, perde-se e “desaparece” no espaço imenso e fechado da floresta e ao final da caminhada, o narrador e Pacatuba chegam “em pleno coração da selva, na mais recôndita paragem”, a uma muralha de pedra que dá acesso a uma cidade em miniatura, formada por ruas largas, casas amplas e bem-acabadas: a terra das lendárias Amazonas, a quem são entregues: “Dir-se-ia a visão de um sonho, tal o espanto do que os meus olhos viam” (CRULS, 1973a, p. 43).

Central à história, tem início a narrativa do encontro dos dois homens – narrador e Pacatuba – com as famosas Amazonas e com o estranho personagem denominado “alemão”. É ele quem informa aos forasteiros o fato de estarem entre as “autênticas” Amazonas, compondo a cena de mistério, entre lenda e realidade.⁶

– Pois é o que lhe digo. Estamos entre as autênticas Amazonas, a célebre tribo das mulheres guerreiras que, há quase quatro séculos, foram vistas pela primeira e única vez, por Orellana e seus companheiros. Fique certo que o meu espanto não foi menor que o seu, quando me convenci dessa descoberta e tive de entroncar estas índias que nos rodeiam, àquelas mesmas que, armadas de arcos e flechas, na foz do Jamundá, atacaram os primeiros exploradores do rio-mar. E como proceder de outro modo, se todos os dados vêm em abono dessa afirmação e fazem de uma simples lenda a mais palpável realidade? (CRULS, 1973a, p. 54).

Pode-se reconhecer o engenho do autor ao recuperar, dos relatos da viagem de Orellana, as lendas ao longo do tempo alimentadas sobre a região em seu recontar e re-criar a história,

⁶ A narrativa de Karl Friedrich Philipp von Martius, *Frey Apollonio*: um romance do Brasil, guarda aproximações com *A Amazonia misteriosa* de Gastão Cruls. O enredo tem como cenário a região do Rio Japurá, nos limites entre o Brasil com a atual Colômbia e se desenvolve por meio dos debates triangulados entre o personagem (autorreferenciado) Hartoman, com o jesuíta Frey Apollonio e Riccardo, italiano há muito radicado no Brasil, tendo como um de seus pontos centrais as representações das populações locais, autóctones, como decadentes e reconhecendo somente em parte delas a possibilidade de desenvolvimento futuro, pela ancestralidade heroica – Inca. O manuscrito, datado de 1831 e assinado pelo anagrama do autor, Suitram, permaneceu inédito até 1967, ao ser descoberto na Biblioteca da Baviera por Erwin Theodor, que o traduziu para o português, com publicação simultânea na Alemanha (*Frey Apollonio: ein roman aus Brasilien*. Verlag) e no Brasil (Brasiliense), em 1992 (NAXARA, 2004, p. 251-258; LISBOA, 2008). Cabe colocar atenção aos nomes dos protagonistas: Hartoman, no caso de Martius; Hartmann, no caso de Cruls – e ao significado de “Hart” como “homem forte, valente”.

apresentando ao leitor a intrigante figura, em plena selva, do Alemão ou Dr. Hartmann, construído como personagem bizarro, por marcar presença em uma terra que, em princípio, pela lenda, seria habitada apenas por mulheres. É ele quem, no decorrer da narrativa, recupera a existência histórica das mulheres guerreiras, afirmando estarem efetivamente entre elas, as Amazonas do *Reino das Pedras Verdes*, as únicas fabricantes de muiraquitãs (CRULS, 1973a, p. 58). Suas ancestrais teriam emigrado do Império Inca, única forma de explicar o seu “grau de civilização”, ainda que fosse difícil pensar a “razão desse êxodo tão esdrúxulo, no qual somente indivíduos do sexo feminino se expatriaram” (CRULS, 1973a, p. 59) e onde, em períodos certos, indígenas do sexo masculino eram recebidos para a realização de cerimonial de acasalamento, com a posterior sobrevida somente das crianças de sexo feminino.

Tornando-se uma espécie de prisioneiros – narrador e Pacatuba – passam a vivenciar uma série de estranhamentos ao adentrar à cultura daquele lugar – uma cidade em meio à selva – reconhecido como das Amazonas, lideradas e sob a autoridade da rainha *Coia*, em seus costumes e ritos peculiares como preservar a virgindade e o acasalamento com os Guacarís, além da excêntrica presença do alemão – Sr. Hartmann – e sua esposa francesa, Rosina, por quem o personagem narrador veio a se apaixonar, e da jovem Malila, indígena que havia aprendido francês, muito próxima a Rosina, que “cuidava” dos forasteiros.

Ao buscar reunir o amplo imaginário que cercava e cerca a região, o personagem narrador, além do ipadu, consumido na viagem para garantir a marcha, vem a conhecer o *aiquec*,⁷ que lhe é dado sem que soubesse, induzindo-o à ilusão e ao sonho ou transe, em que encantado, se visualiza ao lado de uma “figura estranha e intimidante” pelo porte e aparato da vestimenta, ao lado de quem percorre, como que num “extenso vôo por espaços ilimitados e regiões completamente desconhecidas” a antiga Tenochtitlan, que lhe é apresentada em sua magnificência. Ao caminhar, admirando a cidade e ouvindo o interlocutor, abruptamente percebe ter por guia e estar diante do próprio “Atualpa, o último imperador dos Incas”, que numa “nova impressão de vôo” passa a lhe apresentar Cusco, “percintada pelos contrafortes da cordilheira”, com o Templo do Sol destacando-se na paisagem – Império de onde teriam partido as Amazonas, ancestrais daquelas que então conhecia. Talvez ponto alto do romance, *O Inca* (Cap. VII), concentra elementos da ampla bibliografia lendária, encantada e sem veracidade histórica sobre a região (CRULS, 1973a, p. 79-88).

Acompanhando traço significativo na obra de Cruls, que tinha formação em medicina, aparece o elemento misterioso e expressionista, macabro e trágico, central ao romance, que vai sendo desvendado pela curiosidade do narrador: o alemão, Dr. Hartmann, encontrava-se na Amazônia envolvido com experimentos “secretos”, realizados em espaços interditados aos visitantes, que incluíam cruzamentos entre humanos e animais, utilizando indígenas como cobaias. A primeira visão do personagem soma elementos do gênero de ficção científica e, como assinalado, guarda aproximação à *Ilha do Dr. Moreau* de Wells.

Macaco? Preguiça? E atentei mais para o ser estranho que se rojava no chão com movimentos muito lerdos e hesitantes. Não! Era uma criança! Aquelas formas não enganavam e eram bem humanas. Mas então, seria um monstro? Perplexo, a fazer-me mil perguntas os meus olhos não se despregavam mais daquele quadro, visão horrífica e atraente, que a um só tempo despertava sentimentos de piedade, revolta e nojo. E a criancinha continuava a mover-se, espapaçada de ventre, o corpo languinhento e mole, a cabeça bamboante fuçando a palha. [...] Pelo tamanho, devia ser um indiozinho de dois a três anos. (CRULS, 1973a, p. 99).

Tratava-se de uma criança – figuração entre o real e o mito, ser antropozoomórfico – a quem o Dr. Hartmann, que contava com um ajudante, misterioso e nunca apresentado ao leitor, havia tirado como experimento a tireoide e o timo nos primeiros dias de vida. O segundo

⁷ Palavra não dicionarizada; similar à ayahuasca (*Psychotria viridis*) em seu poder alucinógeno.

espanto veio da informação do engendramento do filho de uma índia com um cuatá – orgulho do cientista. No caso, o enxerto duplo de ovários de macaca cuatá numa índia sexagenária que, pelo procedimento, foi rejuvenescida, dando à luz um homínido. Relata, ainda, outros experimentos com animais, como uma descendência bizarra “da cutia com a preguiça, do macaco-prego com o tamanduá, do peixe-boi com a anta “... além de aves de toda espécie, promovendo uma “verdadeira síntese das espécies” (CRULS, 1973a, p. 118-120). Experimentos que significariam uma busca pela alteração da ordem da/natureza, imaginário primordial sobre a Amazônia, num sentido da sua dominação crescente, ou mesmo da sua alteração, como se seu “espaço onde a natureza prepondera, [...] alheada do mundo civilizado europeu” pudesse ser convertido num “ambiente permissivo para um livre exercício de experimentos científicos, condenados em sociedades mais civilizadas” (PAIVA, 2019, p. 263).

A narrativa caminha para uma resolução quando, ao perceberem-se prisioneiros, tem início a fuga em busca da liberdade. Pacatuba, o narrador e Rosina (Malila é convidada, mas não os acompanha), dão início ao plano, até serem surpreendidos por silvícolas:

De súbito, algumas flechas assobiaram no ar e vieram chofrar a água bem junto da nossa canoa. [...] Rosina, com o susto, pusera-se de pé, mas eu só percebi a extensão da nossa desgraça depois que ela, dando um grito agudo, já ia arrastada pela correnteza.

– Ela foi ferida! – avisou-me o Pacatuba. E antes que eu me lançasse n’água, já ele nadava com afoiteza e ia em sua direção. [...] Rosina, que sabia nadar, lutava contra a força das águas e parecia visar uma ilhota próxima (CRULS, 1973a, p. 161-162).

Em vão buscaram resgatá-la ao rio. O trágico e romântico final fecha o romance: “Foram as piranhas, seu doutor! A flechada talvez não fosse nada, mas isso é um bicho que não pode ver sangue” (CRULS, 1973a, p. 162).

2 AMAZÔNIA: VIAGEM, CAMINHOS, PRESENÇA

Agripino Grieco, ao comentar *A Amazônia que eu vi*, chama a atenção para que, nele, Gastão Cruls, deixa de ser o “ficcionalista dos casos estranhos”, para aparecer como o filho do cientista Luís Cruls, escrevendo, “não somente para escrever bonito, mas para transmitir algo de útil”, fazendo-nos ver, “neste roteiro de Óbidos-Tumucumaque, uma Amazônia sem assombramentos, bem mais prosaica que a do seu romance sobre o reino das mulheres guerreiras, sobre os muraquitãs e o sonho do império dos incas” (GRIECO, *In*: CRULS, 1973b, 1ª orelha).

Roquette-Pinto, no prefácio, anunciando a colaboração do autor para a “cultura brasileira”, afirma que o que o leitor irá encontrar:

é mais do que a Amazônia que Gastão Cruls viu; é a Amazônia que ele nos faz ver, [...] sem tropos nem lantejoulas. As coisas que ali têm brilho, brilham aqui por si mesmas; as sombras surgem na composição das telas com a intensidade que tinham no modelo, sem excessos da palheta do artista, que sabe trabalhar as tintas com mão de mestre (ROQUETTE-PINTO, 1973b, p. xxxvi).

A viagem tem início com a saída de Óbidos, a 13 de setembro de 1928, navegando pelo Rio Amazonas até o Trombetas, de onde se entra para o Rio Cuminá (ou Erepecuru). Os rios são onipresentes como realidade tangível e caminho rumo ao Tumucumaque.⁸ A narrativa busca desenhar o cenário pela descrição dos detalhes e suas diferentes características: flora, fauna,

⁸ O Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque foi criado em 2002 como unidade de conservação e proteção da natureza – maior parque nacional do Brasil e em florestas tropicais do planeta, está localizado nos estados do Amapá e do Pará, limitando-se ao norte com a Guiana Francesa e com a República do Suriname.

condições de navegabilidade – espaço e paisagem – acompanhada do levantamento cartográfico, que mapeava os caminhos percorridos. Há preocupação, também, com o levantamento e estudo das populações, além das pesquisas de caráter arqueológico que, no rio Trombetas, mostram resquícios de antigas civilizações, possibilitando a Cruls assinalar que não deviam “andar longe do *Reino das Amazonas*, pois foi à foz desse último rio que as lendárias guerreiras atacaram a Orellana e os de sua comitiva: ‘*Aqui dimos de golpe en la buena tierra y señorío de las Amazonas*’”, nas palavras de Frei Gaspar de Carvajal (CRULS, 1973b, p. 6). A 19 de setembro, pela primeira vez, Cruls coloca os pés, efetivamente, na floresta amazônica e, ao caminhar, registra o quanto a “mata é portentosa e só por uma ou outra clareira o sol consegue vencer a grenha hirsuta e verde das frondes que se entretecem no alto”, os troncos das castanheiras erguem-se em colunas majestosas e pétalas coloridas no chão denunciam que as “árvores andam a florir lá por cima” (CRULS, 1973b, p. 19).

Figura 1. Planta do Rio Cuminá



Fonte: Eng. Benjamin Rondon. Planta do Rio Cuminá – Faixa de fronteira com a Guyana Holandesa nas cabeceiras dos rios Paru e Curipini. Escala 1:1500000 (CRULS, 1973b)

O comando da expedição, como já adiantado de início, é do então General Cândido Rondon, acompanhado de homens formados em diferentes especialidades (etnografia, cartografia, botânica, zoologia),⁹ de modo que a Expedição contava com número significativo de homens de ciência, e, na sua maior parte, com a presença de homens anônimos – Trindade, Galdino, Manuel, João, Brulino, ... – que, como assinalado, muitas vezes enfrentavam o caminho descalços, no duro trabalho de carregadores, remeiros, cozinheiros, caçadores, pescadores, ou seja, tudo que se fizesse necessário. Em trecho difícil do caminho Cruls assinala que

A barba-de-bode, ciperácea de rizoma duro e cerdoso, esponta agressivamente da terra e torna as marchas muito penosas, mormente para aqueles que andam descalços, como

⁹ Em nota Cruls assinala a participação do Dr. Benjamin Rondon, encarregado do serviço telegráfico; do Major Luís Tomás Reis, incumbido do serviço cinematográfico; do Prof. Alberto José de Sampaio, chefe da seção de Botânica do Museu Nacional; do 1º Tenente-Médico Dr. José Carlos Gertum; do Dr. João Barbosa de Faria, encarregado do serviço etnográfico; do Major Polidoro J. Barbosa, chefe da turma, encarregado dos serviços astronômico e topográfico (CRULS, 1973b, p. 9, 12, 15, 16, 20).

a maioria dos nossos homens, que têm por isso os pés constantemente feridos (CRULS, 1973b, p. 117).

Os conhecimentos e as dificuldades interpostas vão sendo somados ao longo da narrativa. Ao já registrado acrescentam-se novos pela nomeação de rios e acidentes geográficos “descobertos” no caminho, em especial quando a expedição avança para terras antes não visitadas, ou seja, desconhecidas ao homem civilizado. Cruls cita viajantes anteriores, com destaque para o Padre Nicolino, primeiro explorador do Rio Cuminá, ainda que resguarde a referência ao botânico Richard Spruce, que teria atingido somente a “cachoeira do Tronco”, e um “certo Tomás Antônio D’Aquino”, citado em 1862, pelo então presidente do Pará, em relatório à Assembleia Legislativa. O Padre Nicolino, subiu o Cuminá por três vezes, em 1876, 1877 e 1878, buscando avaliar a introdução de atividade pastoril na região, tendo falecido na última viagem (CRULS, 1973b, p. 36-37). Suas iniciativas tiveram sequência, ainda que pouco promissoras, no intento de ligar os Campos Gerais do Cuminá a Óbidos. Na sequência, especificando marco importante na exploração que então se realizava, Cruls menciona Otília Coudreau, a quarta visitante do Cuminá (1900), que havia tomado a si a empreitada da viagem para cumprir contrato anteriormente assinado por seu falecido marido, Henri-Anatole Coudreau, com o governo do Pará (CRULS, 1973b, p. 38). Ao assinalar a passagem pelo ponto alcançado por Coudreau, por quem manifesta admiração, Cruls demarca a linha entre o conhecido e o desconhecido (CRULS, 1973b, p. 108). Ultrapassado o marco, a expedição passava a desbravar terras nunca antes percorridas pelo homem branco.

A possibilidade de contato por rádio com o mundo civilizado diminuía à medida em que a expedição avançava, aumentando a sensação de isolamento e os sentidos com relação às dificuldades materiais. A última antena, que possibilitava as “ondas milagrosas” foi erguida em 26 de setembro (CRULS, 1973b, p. 31):

Nessa antena estão todas as nossas esperanças. Daqui por diante, por ela e só por ela poderemos ter contato com um mundo de que, a pouco e pouco, vamos perdendo todas as amarras. É o único nervo que nos resta, o nervo supletivo não sei de quantas sensibilidades [...].

Os espaços vão sendo constituídos no curso da narração pela perspectiva do olhar e da sensibilidade do autor ao narrar, em especial pelo seu cuidado com o detalhe, pelo registro das atividades e percalços do dia a dia. O isolamento e a solidão levam a devaneios e memórias interpostos ao texto, ainda que o foco seja e continue sempre sendo a viagem: Cruls traça paralelos com o seu próprio livro anterior, *A Amazônia misteriosa*, ou com outros autores, leituras, sonhos e lembranças. Em 26 de setembro narra sonho em que teria conhecido e visitado Baudelaire (CRULS, 1973b, p. 27); a Lobato, reserva críticas por seu “americanismo à outrance”, em dúvida avaliação quanto à entrada de americanos no Brasil no episódio das negociações para a instalação da Fordlândia, que ocorria naquele momento, comparando-a à entrada de possíveis colonos americanos em relação ao “constante e atravancador aportuguesamento do Sul” (CRULS, 1973b, p. 47)¹⁰, em observação que revela ambivalências com relação às questões raciais em termos de sua conformação no Brasil.

¹⁰ “Procurando reconciliação com o meu amigo Monteiro Lobato, no que diz respeito ao seu americanismo à *outrance*, leio, na tradução que lhe devemos, o *Hoje e Amanhã*, de Henry Ford. Justamente agora, faz-se grande grita, sobretudo em Belém, contra as concessões de terras, feitas ao milionário americano, às margens do Tapajós. Não sei em que base foram assinados tais contratos, nem tenho em grande simpatia as baforadas de *automática* que com o nome de civilização nos chegam dos Estados Unidos; mas não vejo como se há de combater uma possível imigração ianque quando, anualmente, continuamos a receber muitos milhares de portugueses, na maioria analfabetos. Que será pior, a problemática americanização do Norte ou o constante e atravancador aportuguesamento do Sul? Por outro lado, a natureza amazônica é de tal modo avassaladora que não me espantarei se, dentro em pouco tempo, loiras *girls* forem vistas às unhas no manejo do tipiti, enquanto os seus irmãos andem

As referências às populações indígenas aparecem ao longo do texto de modo pontual, registrando a dificuldade de contatos mais diretos, uma vez que os indígenas – ainda que não todos – se mostravam arredios, fugindo às aproximações. Em 8 de novembro, Cruls registra sua presença na zona dos Pianocoto, lembrando que o General havia solicitado que as embarcações avançassem afastadas da dele, para que os indígenas não fossem atemorizados (CRULS, 1973b, p. 80). Passando das onze horas avistou-se uma ubá que cortava o rio e nas margens próximas “vultos correndo de um lado para o outro” ainda que o General, em aproximação, gritasse “*Moró! Moró!*” (amigo), ao desembarcar encontraram o acampamento abandonado, “tal como o deixaram os índios, isto é, ainda de foguinho aceso, ..., petrechos de caça e pesca, ubás encalhadas na areia... Infelizmente, só faltava aí o que mais nos interessava e eram os silvícolas” (CRULS, 1973b, p. 81), levando o autor a concluir que não deviam estar muito longe. Tapiris acanhados e modestos, em que encontraram, além de objetos “autóctones”, vários artefatos que “traíam o contato com o civilizado: panelas de ferro e ágata, dois terçados, um bauzinho de folha e até um prato de boa faiança, com ornamentação a duas cores, possivelmente de origem holandesa”, além de uma “bacia de barro contendo massa de mandioca, uma cuia com pimentas frescas e um cacho de bananas”; as ubás, longas e esguias, “feitas de uma casca inteiriça de jatobá, que se arremata em ponta, tanto na proa como na popa” (CRULS, 1973b, p. 82). Na sequência da viagem aparecem, continuamente, vestígios de passagem de índios que o autor, ao longo do texto, mostra evitarem o contato, cautelosamente procurado por Rondon. Quase como contraposição ao relato, vários registros fotográficos capturam Rondon e membros da equipe com indígenas, assinalando proximidade, em especial com os Pianocoto e Tiriô, presentes em várias das fotografias que abrem o volume, assim como em outras pertencentes ao acervo do Museu Histórico do Exército.¹¹

A narrativa prossegue indicando que, dias depois, foi estabelecido contato com alguns poucos indígenas: “três homens e uma mulher velha”, que resguardavam os demais membros da tribo. A impressão do autor é positiva: “terreno bem roçado”, “árvores frutíferas e outras plantas cultivadas”. Distribuíram presentes e, em troca, receberam “comezainas”:

Achei curiosíssima a maneira como eles falam, sempre muito apressadamente e emitindo sílabas bem escandidas. Essa linguagem *picadinha*, reunida à fixidez das suas fisionomias, ainda lhes imprime maior caráter ao tipo francamente asiático. Aliás, todos eles pareciam extremamente nervosos com a nossa presença e talvez não os víssemos tais como se apresentam na realidade (CRULS, 1973b, p. 87).

Ao final, afirma que deixaram os Pianocoto “radiantes” com as “dádivas: muitos metros de chitão vermelho para futuros rabos, machados, facões, enfiados de contas, caixas de fósforos, anzóis, tesouras”, retornando com oferendas: “cachos de banana, mamões, toletes de cana e dois cestinhos contendo farinha de mandioca”, listados com a curiosa observação, de que a índia partia o beiju, que tinha mais de um metro de circunferência, com “um empino da própria barriga” (CRULS, 1973b, p. 87). No entanto, em que pese o reconhecimento da diferença, Cruls

na salga do pirarucu ou a percorrer as praias de viração. Isto até que o pirarucu indígena passe a figurar como iguaria rara nas latas de qualquer *Libby's* e seja inventada a chocadeira modelo para ovos de tartaruga.” (CRULS, 1973b, p. 27). O projeto que instalou a “Fordlândia” no Pará foi aprovado em 30 de setembro de 1927 e Cruls redige a referência em 1928 (publicado em 1930). O acordo foi encerrado em 24 de dezembro de 1945, sem que as previsões iniciais se realizassem. Cruls conheceu parte do empreendimento quando de sua segunda viagem à Amazônia, em 1938, ocasião em que visitou Belterra, não tendo conhecido a Fordlândia, cujas plantações haviam sido abandonadas em 1934 (CORDEIRO, 2021, p. 147-149).

¹¹ Na edição utilizada o texto é precedido de um significativo número de fotografias tiradas no decorrer da expedição (não creditadas), além da Planta do Rio Cuminá (faixa de fronteira com a Guyana Holandesa nas cabeceiras dos rios Paru e Curipini (CRULS, 1973b, p. xv-xxx); na p. 12, Cruls indica em rodapé, o Major Luís Tomás Reis, como incumbido do serviço cinematográfico. FREIRE (2009) traz fotos da expedição reproduzidas a partir do Acervo Museu Histórico do Exército, creditadas a Benjamin Rondon.

ressalta a imagem da decadência, que já se encontrava em *A Amazônia misteriosa*, ao assinalar a superioridade das inusitadas Amazonas em relação aos demais povos da floresta, e aqui resvalando fortemente para os ensinamentos positivistas em sua pontuação e escalonamento evolutivo dos povos em termos raciais. São inferiores, não civilizados, e a percepção do autor é, em primeira instância, civilizatória, avaliativa e julgadora do que vê, na perspectiva do que carrega como formação e compreensão do mundo.

[...] a maioria dos silvícolas que ainda vivem em terras brasileiras, e a respeito dos quais temos de vez em quando notícias e reproduções fotográficas, nada mais são do que um mísero rebutalho humano, de quase impossível confronto com a raça saída e forte que lhes foi origem[...]. (CRULS, 1973b, p. 87-88).

Para suas considerações sobre a decadência utiliza Alfred Wallace (1823-1913) partir de *Travels on the Amazon and Rio Negro* (Londres, 1895), destacando o excerto que segue, em sua contraposição ao anterior:

suas figuras são soberbas e diante das mais perfeitas estátuas eu nunca senti prazer igual ao que encontrava admirando esses modelos vivos de beleza a que podem atingir as formas humanas (CRULS, 1973b, p. 88).

Sem dúvida, olhares diferenciados. O distanciamento dos textos parece não corroborar as conclusões do autor, que encerra seus comentários elogiando Rondon e lamentando a diminuição crescente das populações indígenas ao longo do contato com a civilização que, já naquele momento, via como avassaladora com relação ao mundo natural ou ao mundo que a antecedia.

As dificuldades da viagem acompanham o caminho como um todo e parecem se avolumar conforme a “aventura” e a narrativa avançam. O desconforto cresce na mesma medida das distâncias percorridas, com acampamentos em lugares crescentemente precários, com pouca possibilidade de abrigo das intempéries, escassez de alimentos que aumenta a dependência com relação à caça e à pesca, além da falta de outros suplementos como remédios e, em especial, no caso específico do autor, o cigarro, a que não faltam referências e improvisos.

A 2 de dezembro Cruls registra a colocação do marco – I.F. (Inspeção de Fronteiras) – no “descortino da serra de Tumucumaque”. Informa que, antes da “cintura de montanhas, avulta um pico granítico e escavado, que pela sua configuração lembra o nosso Pão de Açúcar e assim vem sendo chamado, desde a primeira vez em que o vimos, faz alguns dias”. Pão de Açúcar, que “levanta-se em pleno campo e fica situado muito antes da cordilheira. Está, portanto, em território brasileiro ...” (CRULS, 1973b, p. 121-122). Rondon decide fazer o seu “reconhecimento”, em excursão realizada entre 05 e 06 de dezembro, descrita pelo autor como “nossa tormentosa excursão ao Pão de Açúcar”, com caminhada que, prevista para metade de um dia, acabou por tomar um dia e meio. Da expedição retornaram “cansadíssimos e esfomeados” (CRULS, 1973b, p. 123-124). Nas palavras do autor,

De tal modo enganam as distâncias que o Pão de Açúcar nos parecia, então, a três ou quatro quilômetros, e eu e o meu companheiro seguimos na certeza de que, quando muito, ao meio-dia poderíamos estar de volta. Tanto assim que partimos inteiramente desprevenidos de qualquer provisão de boca e nem mesmo o seu cantil, que nunca o abandona, foi lembrado pelo Gertum. Não tardou, entretanto, que nos apercebêssemos de quanto era grande a nossa ilusão. Já havíamos andado umas boas duas horas e o Pão de Açúcar, sempre à nossa frente, ainda não mudara de aspecto e parecia tão longe como quando deixáramos o acampamento. (CRULS, 1973b, p. 124).

Mais duas horas de marcha para que se aproximassem da “falda do bloco de granito”, em torno do qual, “baldadamente andamos à procura de qualquer nascente ou veio d’água que

nos dessedentasse” – “já trazíamos a boca grossa e seca”. Após encontrar uma pouca água entre folhas mortas e outros detritos orgânicos, provavelmente, sobra de alguma chuva, conseguiram refrescar os lábios para então fazer o que restava: “escalar o alcantil...” (CRULS, 1973b, p. 124). Chegaram ao alto do pico, “exaustos e banhados em suor” em torno das quatorze horas: “magnífico belvedere sobre a cordilheira que estadeava à nossa vista a sua extensa cadeia de montanhas” – na sua maior parte “fechada e portentosa floresta que se inicia ainda no plano, não longe da base do Pão de Açúcar e, logo a seguir, ganha os primeiros contrafortes e reveste todos os outros espigões” (CRULS, 1973b, p. 125).

Achavam-se na terra de fronteira (entre a linha de limites propriamente dita e outra que lhe corresse paralelamente a sessenta quilômetros de distância para dentro do território nacional), ou seja, tinham cumprido a missão programada.

O General decide por dar continuidade ao reconhecimento do local com alguns poucos homens, de modo que o restante da expedição – incluindo Cruls – inicia o retorno a Óbidos, depois de nova subida ao alto do Pão de Açúcar, ponto em que valoriza e realça, mais uma vez, o trabalho pesado dos homens que abriam o caminho:

10 de dezembro. – Eis-nos novamente sobre o Pão de Açúcar. Hoje, porém, bem mais fácil foi o seu acesso. Além de estarmos repousados, os carregadores, que subiram na frente, amarraram longas cordas em um ou outro ponto e, assim, não tivemos de andar continuamente a braços com os cardos e espinheiros-bravos. (CRULS, 1973b, p. 130).

Rondon levanta a bandeira nacional e, congratulando a todos pelo êxito da expedição, dá ao pico o nome Ricardo Franco.¹² Encontravam-se a 687 quilômetros de Óbidos, nas seguintes coordenadas geográficas: Latitude 2° 17' 59" Norte e longitude 55° 56' 47" a Oeste de Greenwich (CRULS, 1973b, p. 135).

Expedição de que resultou, também, a ampliação do conhecimento da floresta, suas gentes, flora e fauna, com a coleta de materiais etnográficos – adornos, armas e utensílios – recolhidos ao Museu Nacional, além do registro dos cerca de 200 quilômetros do território até então desconhecidos, as tomadas fotográficas de Benjamin Rondon, bem como as gravações cinematográficas do Major Thomaz Reis e, sem dúvida, os relatos e relatórios produzidos por Gastão Cruls, Cândido Mariano da Silva Rondon e Alberto José de Sampaio, chefe da Seção de botânica do Museu Nacional, que acompanhou a expedição, identificando e recolhendo várias espécies da flora local. Alguns artrópodes, então ainda desconhecidos, vieram a ser batizados por Cândido de Mello-Leitão com o nome de Cruls, associando *crulsis* à denominação, sendo um deles Sampaio e Cruls – *Sampaiosia crulsi*. (CORDEIRO, 2021, p. 113-114).

3 AMBIVALÊNCIAS DO OLHAR E DA ESCRITA

Olhares que habitam, de longa data, o imaginário sobre a região. Olhares ambivalentes, lançados sobre a incomensurável dimensão da Amazônia, então ainda bem pouco conhecida e nunca visitada em sua inteireza por viajantes. Olhares aqui considerados para pensar o país/paisagem e a pátria/nação Brasil por entre intenções integradoras e apropriações que guardam forte relação com o pensamento positivista e ações autoritárias, mesmo quando bem-intencionadas e resultantes de modelos civilizacionais conflitantes de ocupação e exploração, seja com relação ao potencial de sua natureza, seja com relação às populações locais, autóctones e migrantes.

¹² Homenagem a Ricardo Franco de Almeida Serra, capitão-engenheiro que teve participação importante na defesa do Forte Coimbra, em 1801, contra o ataque dos espanhóis (CRULS, 1973b, p. 131).

Tordesilhas continua a ser marco que, de formas imaginárias e concretas, constitui linha que guarda permanência com relação à longa tradição de oposição das terras interiores e litorâneas no pensar o Brasil em seus inúmeros espaços, tornando-se visível ao longo da sua existência, com consistência especial e específica quando se tratou de pensar o país como nação nos meados do séculos XIX, avançando com cores diferenciadas ao longo do século XX e, nos alcançando, ainda agora, no século XXI – em especial se considerarmos a permanência de princípios que guardam relação com o positivismo e o autoritarismo, ainda hoje presentes em importantes parcelas de nós brasileiros.

Na memória a presença constante da viagem inaugural, não intencional, de Orellana que, em dado momento, viu-se fadado a prosseguir rumo ao desconhecido. Aos numerosos grupos indígenas com que teve contato e com quem, em boa parte, guerreou para a obtenção de alimentos – problema candente –, foi declarando tomar posse, de terras e homens, em nome de “Sua Majestade”, navegando rumo ao desconhecido, em “viagem desesperada [onde] tudo tem sentido e nada o tem. O rio se alterna entre a esperança e a tragédia, entre milhas a serem computadas e o espaço da ignorância.” (CICARONI, 1992, p. 27). Viagem e seu relato, que estiveram no horizonte de quantos se aventuraram na região, seja em busca do conhecimento ou de sonhados tesouros.

Significativa, também, a força dos textos de Euclides e Rangel na construção do “inferno verde” como imagem literária central para conferir relevo à natureza da *natureza amazônica*, ainda que com pouca ênfase, no conjunto dos seus escritos, para as populações indígenas. Leituras a que se somam as expedições de Rondon na propositura da sua integração para a conformação do Brasil em termos nacionais, tanto pela definição de fronteiras externas como pela diluição daquelas internas, na perspectiva de pensar a unidade na diversidade para a composição e forma do mosaico da nação em sua acepção ocidental. Nessa trajetória, entre outros autores que têm a região, ou mesmo, a nação por foco de reflexão e escrita, privilegiei Gastão Cruls, em seu projetar a imaginação e os aportes literários daquele momento, pela construção de cenas e personagens que transitam entre o real e o fantasioso, por vezes fantasmagórico, ainda que apoiado no conhecimento da época sobre a região em seu romance *A Amazônia Misteriosa*, ou do enfrentamento ao acompanhar os percalços e dificuldades que fizeram parte e marcaram a Expedição da Cordilheira do Tumucumaque, seguindo o rio Cuminá, conferindo visibilidade a uma Amazônia “sem excessos da palheta do artista”, como já referido e assinalado no Prefácio de Roquette-Pinto à *Amazônia que eu vi*.

Nesse embate entre civilização e barbárie, ou da barbárie que entranha a civilização, Cruls, com mais alguns homens, iniciou o regresso em 14 de dezembro, em viagem também atribulada. No entanto, faziam agora o retorno, descendo e não subindo o rio. Merece atenção, por seu significado e sensibilidade, o final da narrativa, quando, ao avistar os pontos iluminados que possibilitaram identificar a cidade que foi o local de partida (13 de setembro de 1928) e era então, o de chegada (11 de janeiro de 1929) – após quatro meses de exploração de rios, gentes, matas e caminhos –, reavalia sua percepção do que fosse e representasse a cidade de Óbidos.

Quase às dezenove horas, já em águas do Amazonas, bate-me fortemente o coração, quando vejo, a certa distância, um pontilhado de luzes, que nascem à beira d’água e sobem tremulando pela encosta. É Óbidos, a cidade que ainda há quatro meses me parecia tão humilde e pequenina e agora avulta aos meus olhos como um grande centro de civilização (CRULS, 1973b, p. 160).

Mais uma vez a oposição com relação ao civilizado. Afirmação a que somo, para encerrar, a de Willi Bolle quando, em janeiro de 2007, percorreu o caminho da viagem de Orellana, de Quito a Macapá, ponto final de onde embarcou para Belém, delineando as expectativas acompanhadas e marcadas pela leitura do texto de Carvajal, de que carregava um exemplar. Ainda que tomando em conta as temporalidades diversas e as diferenças de

navegação, ambos viajaram carregando a marca do desejo da exploração – do ver e sentir –, do conhecer, *in loco*, o que havia sido anteriormente acalentado. Ao final do percurso, a imagem que impressiona e permanece:

Quando no dia seguinte, tomamos o barco de Macapá para Belém, cruzamos o rio Amazonas em toda a sua largura. A imagem que se gravou em nossa memória é a do Rio-Mar indo ao encontro do Mar. (BOLLE, 2010, p. 29).

A primeira viagem, de Gastão Cruls, na convicção da oposição civilização/barbárie e na possibilidade da sua superação pelo processo civilizacional; a segunda, de Willi Bolle, resultando da proposta e esforço contemporâneo de convivência no mundo em termos planetários, para além das fronteiras nacionais, em perspectiva universal, de reconhecimento e convivência das diferenças em seus múltiplos saberes e modos de viver, que encontram sintonia com o que podemos ler no prefácio *O recado da mata*, de Viveiros de Castro, ao livro *A queda do céu*, de Davi Kopenawa e Bruce Albert, perspectivando o processo contemporâneo de ataque à floresta e aos valores e modos de vida de sua população pela afirmação de que “temos a obrigação de levar *absolutamente* a sério o que dizem os índios pela voz de Davi Kopenawa”, em termos da sobrevivência de todos os viventes (CASTRO, 2010, p. 15).

REFERÊNCIAS

- BOLLE, Willi. A travessia pioneira da Amazônia (Francisco de Orellana, 1541-1542). *In*: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna & VEJMEJKA, Marcel (org.). **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010. p. 19-56.
- CARVAJAL, Frei Gaspar de. **Relatório do novo descobrimento do famoso rio grande descoberto pelo capitão Francisco de Orellana**. Introdução e notas de Guillermo Giucci. Trad. Adja Balbino Barbieri Durão; Introdução e notas. Maria Salete Bento Cicaroni. Edição bilingue. São Paulo: Scritta; Brasília: Consejería de Educación de la Embajada de España, 1992.
- CASTRO, E. Viveiros de. Prefácio – O recado da mata. *In*: KOPENAWA, Davi & ALBERT, Bruce. [2010]. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 11-41.
- CICARONI, M. Salete B. Viagens: história e literatura. *In*: CARVAJAL, Frei Gaspar de. **Relatório do novo descobrimento do famoso rio grande descoberto pelo capitão Francisco de Orellana**. Edição bilíngue. São Paulo: Scritta; Brasília: Consejería de Educación de la Embajada de España, 1992. p. 9-28.
- CORDEIRO, Matheus V. **A Hiléia Amazônica em perspectiva: as impressões e leituras de Gastão Cruls sobre a Amazônia, a natureza e as sociedades indígenas (1925-1945)**. 2021. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2021.
- CUNHA, Euclides da. **Contrastes e confrontos**. [Introdução de Olímpio de Souza Andrade; cotejo e estabelecimento do texto por Rolando Morel Pinto]. Cultrix; INL-MEC, 1975.
- CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. [Estabelecimento de texto e notas de Dermal de Camargo Monfrê]. Rio de Janeiro: Ed. Lello Brasileira, 1967.

CUNHA, Euclides. Preâmbulo. *In*: RANGEL, Alberto. [1909]. **Inferno verde (Scenas e Scenarios do Amazonas)**. 4ª ed. Tours: Typographia Arrault & Cia., 1927, p. 1-22.

CRULS, Gastão. **A Amazônia misteriosa**. Prefácio de Artur César Ferreira Reis. 9ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed.; Brasília: INL/MEC, 1973a. Primeira edição: 1925.

CRULS, Gastão. **A Amazônia que eu vi: Óbidos – Tumucumaque**. Carta do General Rondon. Prefácio de Roquette-Pinto. 5ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed.; Brasília: INL/MEC, 1973b. Primeira edição: 1930.

CRULS, Gastão. **Hileia Amazônica: aspectos da flora, fauna, arqueologia e etnografia indígenas**. 3ª ed., 48 reproduções de aquarelas de Hilda Veloso, Armando Pacheco e Georges Julien Simoni. Culs-de-lampe de Luís Jardim. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed., 1958. Primeira edição: 1944.

FREIRE, Carlos A. da R. **Rondon: a construção do Brasil e a causa indígena**. Brasília: Abrevideo, 2009.

GRIECO, Agrippino. O que é este romance segundo o crítico. *In*: CRULS, Gastão. **A Amazônia misteriosa**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed.; Brasília: INL/MEC, 1973a. 1ª orelha.

LISBOA, Karen M. Da expedição científica à ficcionalização da viagem: Martius e seu romance indianista sobre o Brasil. **Revista do Arquivo Nacional**, v. 21 N° 1 Jan-Jun: A Corte no Brasil, v.21, n.1, p. 115-132, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/107504>. Acesso em: 19 abr. 2021.

NAXARA, Márcia R. Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX**. Brasília: Ed.UnB, 2004.

PAIVA, Marco A. C. de. A ordem e a desordem da natureza: o sertão e a Amazônia em Gastão Cruls. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 21, n. 51, maio-ago 2019, p. 242-277.

RANGEL, Alberto. [1909]. **Inferno verde (Scenas e Scenarios do Amazonas)**. Prefácio de Euclides da Cunha. 4ª ed. Tours: Typographia Arrault & Cia., 1927.

RANGEL, Alberto. [1913]. **Sombras n'Água. Vida e paisagens no Brasil equatorial**. Leipzig: F.A.Brockhaus, 1913.

RONDON, Cândido M. S. Carta ao Dr. Gastão Cruls. La Victoria, 12 de São Paulo 84/150 (1º de junho de 1938). *In*: CRULS, Gastão. **A Amazônia que eu vi: Óbidos – Tumucumaque**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed.; Brasília: INL/MEC, 1973b, p. xxxii-xxxiii.

ROQUETTE-PINTO. Prefácio. *In*: CRULS, Gastão. **A Amazônia que eu vi: Óbidos – Tumucumaque**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed.; Brasília: INL/MEC, 1973b, p. xxxiv-xxxvi.

AS CHULAS DE RAMIRO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA NO ROMANCE *MARAJÓ*, DE DALCÍDIO JURANDIR

Max Silva do Espírito Santo¹
Gunter Karl Pressler²

RESUMO

O artigo analisa a expressão e a função da música regional a “Chula Marajoara”, no romance *Marajó* (1947), de Dalcídio Jurandir. O personagem Ramiro, um vaqueiro que “não tinha emprego certo nas Fazendas”, toca as chulas não só para festejar, mas também como forma de resistência frente aos fazendeiros e seus agregados, que servem de tema para a composição das letras das canções do cantor e poeta contra as injustiças. O romance traz como enredo a situação do filho e herdeiro único do Coronel Coutinho, Missunga, que não terminou seus estudos e entra em conflito com seu pai. Durante uma temporada nos campos para acompanhar o embarque de gado, uma das poucas atividades que o fazendeiro se faz presente, conhece bem a vida dos vaqueiros e o Ramiro. Fundamental é o papel da personagem Ormindá, “irmã” do Missunga, como companheira temporariamente do Ramiro. Para a análise das personagens, utilizou-se a 5ª Edição do romance *Marajó*, publicada em 2016. No que concerne a interpretação literária, foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre a expressão da “chula” na realidade histórica. A análise narratológica se apoia em Wolf Schmid (2014) e sobre o folclore musical em Vicente Salles (1980, 1985, 2005).

Palavras-chave: Dalcídio Jurandir. *Marajó*. Música Regional. Resistência no Campo Rural.

RAMIRO CHULAS AS A FORM OF RESISTANCE IN THE NOVEL *MARAJÓ*, BY DALCÍDIO JURANDIR

ABSTRACT

The article analyzes the expression and function of “Chula Marajoara” regional music, in the novel *Marajó* (1947), by Dalcídio Jurandir. The character *Ramiro*, a cowboy who “didn't have a specific job on the farms”, plays the *chulas* not only to celebrate, but also as a form of resistance against the farmers and their associates, who serve as a theme for the composition of the lyrics of the singer's songs and poet against injustices. The novel plots the situation of Colonel *Coutinho's* son and only heir, *Missunga*, who has not finished his studies and comes into conflict with his father. During a season in the fields to monitor the loading of cattle, one of the few activities that the farmer is present at, he knows the life of the cowboys and *Ramiro* very well. Fundamental is the role of the character *Ormindá*, *Missunga's* “sister”, as a temporary companion of *Ramiro*. For the analysis of the characters, the 5th Edition of the *Marajó* novel, published in 2016, was used. As far as literary interpretation is concerned, a bibliographical research was carried out on the expression of “chula” in historical reality. The narratology analysis is based on Wolf Schmid (2014) and on musical folklore in Vicente Salles (1980, 1985, 2005).

Keywords: Dalcídio Jurandir. *Marajó*. Regional Music. Resistance in the Rural Field.

Data de submissão: 29.06.2021

Data de aprovação: 03.12.2021

¹ Mestrando em Linguagens e Saberes na Amazônia da Universidade Federal do Pará – Campus Universitário de Bragança. E-mail: Maxsilva22@yahoo.com.br.

² Professor Doutor de Teoria Literária na UFPA. E-mail: gunterkarlpressler@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O romance *Marajó* publicado, em 1947, pela Editora José Olympio (Rio de Janeiro) recebeu até hoje cinco reedições (1978, 1992, 2008 e 2016). Esta última edição, a 5ª, de 2016, foi usada, nesse artigo, para o estudo das chulas compostas pela personagem do Ramiro. Para a obra, Dalcídio Jurandir pensou em dois outros títulos “Missunga”, o nome da personagem principal da narrativa, e “Marinatambalo”³. O romance recebeu importantes críticas de Moacir Werneck de Castro, Nelson Werneck Sodré, Fausto Cunha e Vicente Salles que apontaram para o regional do romance (“No mundo de Marajó”, “Um romance da Amazônia”). Para o nosso estudo visamos o posfácio da segunda edição, “Chão de Dalcídio”, de Vicente Salles e seus trabalhos sobre a música e folclore do Pará e Amazônia.

O estudioso enfatiza que “não é possível escrever a história social paraense sem o conhecimento da obra de Dalcídio Jurandir” e enfatiza, particularmente, “o romance ‘Dona Silvana’, tradição ibérica que se incorporou ao folclore brasileiro” (1998, p. 368; ressalva no original) e a situação dos negros no Pará. O tema da “D. Silvana brota espontaneamente no papel de Orminda, É denunciado logo no segundo capítulo, quando Missunga interrogativamente revela a situação inicial e um dos seus conflitos internos: “Orminda, filha da negra Felismina, sua ama-de-leite, pode ser sua irmã”. Ela tem, no decorrer da história, um papel importante ao lado de Ramiro, “poeta do povo, cantador e compositor de Chulas, havia de cantar uma chula falando dessa Mulher”, salienta Salles, “mundiadeira de homens, contando mortes na sua história, com marca de faca no rosto” (1978, p. 372-373).

O personagem Ramiro, vaqueiro que “não tinha emprego certo nas Fazendas” (JURANDIR, 2016, p. 103), aprendeu cedo tocar o violão e nas suas composições e execução das chulas se manifestam tanto a vida cotidiana nos campos quanto a forma de resistência frente aos fazendeiros e seus agregados, além de outras formas de injustiça que servem de tema para a composição das letras das canções. Ramiro aparece pela primeira vez no romance no capítulo 29 (o romance é dividido em 53 capítulos), depois das desventuras fracassadas do Missunga, no momento em que pai e filho viajam para as fazendas mais de dois, três dias de distância da Casa Grande e do vilarejo Ponta de Pedras.

Coronel Coutinho mandou abalar a malhada. Os vaqueiros sacudiram as cordas, lambaram os cavalos, ergueram as rédeas:

— Ei! Ei! Ei! Vera! Ei! boiama!

Reses bravias levantaram as cabeças, farejando o ar espesso de pó. Os touros armavam a fuga, estonteados sob a poeira tresmalhando.

— Faz logo a esteira! Rápido isso! (*Ibid.* p. 189).

Desta forma, *in medias res*, os capítulos 29, 30, 32, 33 e 35 apresentam os acontecimentos nos campos da Ilha de Marajó, o trabalho de apartação do gado no campo tanto para ferra, para a contagem ou para embarque, a relação de Missunga com os vaqueiros e o reencontro com Orminda.

1 CORONEL COUTINHO E SEU FILHO MISSUNGA

O personagem central é Missunga, filho do Coronel Coutinho, proprietário de “cinquenta ou oitenta fazendas” (JURANDIR, 2016, p. 210). Coutinho é primo do Capitão

³ *Marinatambalo* foi o primeiro título atribuído ao romance conhecido hoje como *Marajó*. O termo, que era empregado como um dos nomes da Ilha do Marajó, segundo Dalcídio Jurandir (1942), era apenas um entre tantos outros “belos e estranhos”: Camamoro, Paricura e Ilha Grande de Joanes. Ainda segundo o escritor “Os índios e espanhóis tinham agrado em chamar a ilha por um nome que enchia a boca: *Marinatambalo*” (JURANDIR, 1942, p. 325).

Guilherme e do Velho Nelson, proprietários de terras em menor proporção. A história começa com o fracasso individual do Missunga, caçador (“As tocas desertas, os ocos de pau vazios. Detinha-se, vencido, diante do mato virgem”, *Ibid.* 2016, p. 11) e, como se percebe no decorrer da história, o fracasso do filho rebelde em querer realizar um sonho de um menino rico brincando de dono da terra (Colônia Felicidade). Somente depois da morte (não) esperada do pai, o filho assume - pressionado pelas circunstâncias e seguindo sua predisposição interna - a herança e toma decisões da sua classe social e racial.

Desde o início, o romance apresenta o conflito entre pai e filho, que discordam quase sempre um com o outro, por conta, principalmente, do fracasso escolar do rapaz, que morara em Belém com intuito de formar-se em Direito para ter o desejado diploma. No entanto, o jovem se mostra sem vontade para o estudo. O pai insiste que ele volte para estudar, pois tem o sonho de vê-lo formado para assumir a herança, os negócios da família com mais capacidade e seguir também a carreira política; coisas que o rapaz, a cada vez, se mostra menos interessado. Algo se deve notar é que pai e filho, nitidamente, além de representarem gerações diferentes, apresentam visões ideológicas diferentes. O pai mantém-se conservador, e o filho, apesar do permanente fracasso, deseja modernizar os negócios da família e a situação dos habitantes no vilarejo e nas beiradas dos rios, no contorno e nas fazendas.

Há, ainda, o conflito interno que o rapaz apresenta entre três amores, duas caboclas, Alaíde e Guita, e sua provável irmã Orminda. O pai, obviamente, não concorda com os relacionamentos e insiste que o filho volte para Belém, porque a vila não é lugar para ele. Ressaltando, então, a questão de que fazendeiro casa os filhos com filhas de fazendeiros, pois a ideia é sempre aumentar o gado, as terras, as posses e não dividir, de modo que um relacionamento com uma cabocla poria em risco a estrutura social vigente.

Na ausência do pai, Missunga implanta a colônia agrícola “Felicidade” nas terras do parente seu Felipe, que acabara de morrer. Missunga está junto com Alaíde, a qual acaba tomando à frente da parte organizacional para que o empreendimento dê certo, pois o filho fazendeiro, em meio a devaneios e desilusões, se mostra incapaz de dar prosseguimento de uma ideia surgida na sua cabeça; uma incapacidade estrutural, pois já tinha colecionado outros fracassos além da escola: uma roça, um canavial e um engenho não deram certo sob sua responsabilidade. Depois de poucas semanas, a situação da colônia se torna insustentável e o Coronel, voltando da sua cura de Minas Gerais, termina este “empreendimento” e vende as terras à uma companhia de japoneses⁴.

O relacionamento com Guíta, a filha do Mestre Amâncio, que apronta um novo barco para o Coronel, se intensificou paralelamente da relação com Alaíde, até quer conversar com seu pai sobre o casamento com ela: “- Sabe pai, cansei-me de procurar uma noiva em nosso meio [...] Quero agora uma mulher simples ao meu lado [...] Guíta até ontem era uma menina. Vem de meu tempo, brincamos juntos, era quem mamãe mais gostava em Paricatuba. Lembra-se? Afinal queria uma criatura simples, que não me chateasse, uma companheira...”. Não falou, mas queria falar, ou melhor, “achava bom dizer: esta é minha companheira” (*Ibid.* 2016, p. 185). O “discurso vivenciado do narrador na perspectiva figural” (SCHMID, 2014, p. 121-141, 181-192) mostra o caráter do Missunga e suas dúvidas diante do *élan vital* do seu pai, que desarma o filho, virando a metáfora do amor e, desta forma com uma resposta do “seu meio” confirma aquilo que o próprio filho já sentia, “reestabelecendo nele [Missunga] o Coutinho por inteiro”. Assim, na lancha, “com o pai, a caminho das fazendas”, Missunga se distancia da Guíta e dos seus sonhos e entra na vida prática das fazendas, também porque ele gosta da vida nos campos. Gosta de estar com os vaqueiros e os vaqueiros gostam dele. Sabe-se que empreende as caçadas, mesmo não tendo muita sorte e pouco conhecimento das atividades da fazenda, é uma atividade do povo nos campos.

⁴ A referência da venda das terras do seu Filipe indica o fato histórico da imigração japonesa no Estado do Pará, em 1929.

Campos do seu pai; a grande propriedade ao longo da ilha, cercas de arame, currais, lagos, malhadas, Chaves, Anajás, Soure, Cachoeira [...] De setembro a janeiro, povo de Cachoeira, Anajás, Baixo Arari, Soure, Ponta de Pedras, arma barracas nas margens do Arari e do lago. São as feitorias. Missunga prepara-se para assistir a tarrafeação, a lanceação, o encontro do peixe no rio. Contam-lhe que os pescadores do lugar não gostam muito daquele povo de arribeação (JURANDIR, 2016, 191, 194).

Neste momento, novos personagens surgem, em particular os vaqueiros Gaçaba e Ramiro. Ormindá reaparece depois do fracasso de Felicidade e outras desventuras (parece que é a parte mais extrema e mais perdida do “irmão”); a esta altura, é companheira de Ramiro. Ormindá também está ligada a pajé Nhá Leonardina, conhecida como a flor dos pajés do Arari, a quem o Coronel respeita e teme.

2 RAMIRO

Ramiro, o vaqueiro e “campeão dos violinistas do Arari” (*Ibid.* 2016, p, 191), é inserido no enredo do romance no capítulo 29 e sai no capítulo 51. Missunga, quem o chama assim, quando do retorno de uma outra fazenda, deixa claro o quão específico é o papel do vaqueiro. Missunga não o chama de “grande”, como chamou a Gaçaba (“de vara e ferrão, choutando na sua égua alvaçoá, o Gaçaba”⁵). Missunga chama o vaqueiro de “campeão”, ou seja, não há outro melhor naquela função. Ramiro está no topo, em cima, é o campeão. Ramiro, cujo nome “tem origem no espanhol *Ramirus*, uma forma latinizada de *Ranimir*, um nome visigótico formado pela união dos elementos germânicos *ragin*, que significa ‘conselho’ e *mari*, que quer dizer ‘famoso, ilustre’”⁶. Sendo assim, o conselheiro ilustre, “campeão dos violinistas” é a personagem responsável para tornar as noites dos vaqueiros e pescadores das feitorias menos pesada com suas músicas, depois de um dia duro de trabalho, e aconselhar para superar as dificuldades.

Missunga “[r]gressava para ouvir Ramiro, o tocador de chula havia de tornar, com efeito, menos pesada àquela noite”; a noite na fazenda Diamantina quando pensava muito em Alaíde. “- Como vai esse campeão dos violinistas do Arari?/ Ramiro soltou sua lenta e grossa gargalhada, deitou o violino no braço para executar a música. Tocava de orelha” (*Ibid.*). No caso dos instrumentos de Ramiro, pode-se depreender que tais instrumentos estavam sempre na parede. Mas, o vaqueiro já não tinha mais família. Na parede, já não havia mais nada, restava apenas seus instrumentos. Na vida do poeta cantador de chula seus instrumentos eram tudo, sua família se tornou o mundo.

⁵ JURANDIR, 2016, p. 189. Faz jus salientar que no trabalho de apartação do gado no campo tanto para ferra, contagem ou para embarque, o trabalho do guia é feito montando um animal macho. Gaçaba, contudo, montado numa égua alvaçoá, que significa a mudança na cor da pelagem de um novilho, a partir da castração deste animal. Então, todo animal macho ao ser castrado sofre um processo de modificação na tonalidade de sua pelagem. Entende-se que, neste caso, o processo de castração é substituído por sua entrada na fase de acasalamento, por isso a alteração em sua pelagem. O animal montado pelo vaqueiro é um animal jovem, na flor da idade, força e velocidade. Atributos necessários para o bom desenvolvimento do trabalho.

⁶ <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/ramires>; acesso 12/03/2021. Esta entrada do cantor e vaqueiro lembra muito ao discurso do Sócrates sobre a alma alado (os cavalos e o cocheiro) e o mito das cigarras que eram “homens, dos que existiam antes de nascerem as Musas [...] A mais venerada, Calíope, e a que vem depois dela, Urânia, os que elas anunciam são aqueles que passam a vida filosofar e que honram a música das duas [...] pois são elas que, sendo sobre o céu e os discursos divinos e humanos, emitem a mais bela voz” (PLATÃO, 2016 [-370], p. 119). E a continuação do trecho (“Muitos portanto são os motivos para conversar e não adormecer ao meio-dia”), pode-se compreender tanto no próprio diálogo *Fedro* sobre a retórica como no romance de Dalcídio, pois o “lacônico” de Platão, aquele habitante de Sparta, é o romancista que declara: “não existe arte retórica propriamente dita sem o conhecimento da verdade, nem jamais haverá tal coisa” (PLATÃO, 2001, p. 99).

Dalcídio Jurandir descreve a situação dos habitantes dos vilarejos, dos rios e dos campos; mostra e caracteriza as várias formas de resistência frente aos fazendeiros e agregados. Não existe Literatura sem conhecer a verdade. Muitas vezes, a desestruturação da família pelas doenças, pela perda de trabalho e pela expulsão dos sítios é a razão, o motivo ou a última saída à vacância e sua forma de resistir e lutar. O vaqueiro perdeu a família. A mulher, Isabel, morreu três dias depois de ter sido picada por uma cobra jararaca. “Depois os dois filhos comidos pelos vermes e pela febre na beira do Anajás” (JURANDIR, 2016, p. 192), o vaqueiro, de retorno do enterro do segundo filho e, “uma tarde, olhou o que havia dentro de sua mala e os tarecos da barraca. Na parede restava o violão, uma viola sem corda, o saco do violino, as perneiras de couro cru. Desarmou a rede, largou pros centros, sua família era o mundo” (*Ibid.*).

Vale discorrer sobre o verbo “restava” utilizado pelo narrador no trecho acima. O verbo está no pretérito imperfeito. O verbo, nesse modo verbal, tanto no português como em francês, significa ação passada, mas que continua no momento que está sendo falada. Dá ideia de que aquilo era hábito, uma ação contínua e, de certa forma, passiva e frustrada. De outro modo, identifica o narrador do romancista Dalcídio, que emprega diversos tempos na narrativa. A variedade de tempos gramaticais, o mais-que-perfeito, o pretérito imperfeito e o pretérito perfeito, articulam no discurso do narrador e o fundo do texto da personagem. Pelo discurso vivenciado no pretérito imperfeito, discurso indireto livre, se sabe dos fatos internos das personagens.

Ramiro não tinha emprego certo nas fazendas. Quando a necessidade era muita, a ponto de não ter mais uma camisa curta, ia ajudar os seleiros. Tido como bom curtidor, armando bem um celim. Sangrava bois velhos pras matalotagens do Coronel Coutinho. (*Ibid.*).

Emprego já não tinha mais. Então o vaqueiro “gostava de se vingar dos fazendeiros ruins – boas vacas gordas esfaqueava nos encobertos. Não era ladrão de gado, não tinha sangue para essa aventura, se vingava, dizia ele, do tempo em que era feitor mal pago e das vezes em que sua mulher, ainda viva nesse tempo, tinha que reagir contra o desrespeito dos patrões. (*Ibid.*). O ato de vingar-se que o narrador, utilizando-se de um discurso indireto, apresenta e reflete a forma que o vaqueiro encontra para resistir aos abusos dos patrões. Vingava-se por seu trabalho desvalorizado e vingava-se pela honra de sua companheira. Ao esfaquear uma “boa vaca gorda”, vale lembrar que a aventura do Ramiro era frequente, já que a descrição das vacas aparece no plural, o que indica que mais de uma vaca fora sangrada por ele e, deve-se entender, que não foi na mesma ocasião. O ato de esfaquear não era segredo, pois na alimentação dos vaqueiros e suas famílias faltava, particularmente, a carne. O narrador faz com que se compreenda que o próprio Ramiro contava suas façanhas aos demais, quando fala: “dizia ele”, colocado entre vírgula no discurso. O narrador abre espaço para que a personagem fale.

Para Giovanni Gallo (1981, p. 73), padre e recém-chegado na comunidade Jenipapo, próximo do Lago do Arari, três décadas depois do tempo do romance, publicou depoimentos nos jornais de Belém para falar da miséria na Ilha de Marajó, da situação dos vaqueiros e suas famílias. Existem dois tipos de “ladrão”, esclarece Gallo: “o amador e o profissional, em pequena ou larga escala, coadjuvante por um perfeito serviço logístico de informação, venda e cobertura a todo nível” (*Ibid.*). Pode ser que “alguém que foi atrás de uma capivara ou de um jacaré [...] encontra uma boa oportunidade, aproveita”. Atrás do outro já está “uma turminha [...] O organizador do roubo [o profissional], quem financia e faz o papel de receptor, fornece canoa, espingarda, machado, sal, cachaça e maconha” (*Ibid.* 1981, p. 74; precisa de sal, pois o transporte da carne é demorado). De qualquer forma, o narrador ao dizer que Ramiro “não era ladrão de gado, não tinha sangue para essa aventura” indica que o vaqueiro está correto em

suas conclusões. “Capitão Guilherme chegou a ser turuna na política, no roubo de gado e de terras. Sempre questionando com os fazendeiros vizinhos, sobretudo com o primo. Seu maior desejo: o Arari inteiro na sua mão” (JURANDIR, 2016, p. 225).

Capitão Guilherme era bastante conhecido nos campos por ser patrão ruim; o que se podia fazer para se dar bem era ter estratégia: “Gaçaba combinava com os vaqueiros: O coirão velho nos paga. Quebra, sem pena. Uma rês quebrada é rês sangrada, é matalotagem forçada, e Gaçaba ria” (*Ibid.* 2016, p. 226). O ato de Ramiro não se encaixa em nenhuma das duas possibilidades trazidas por Gallo (1981); ele não é nem amador nem profissional. Ele, como os outros vaqueiros, se vingou desta forma, pois o Capitão Guilherme na “sua lancha e barcos os tripulantes comiam peixe podre ou ardido. Só peixe seco o rancho nas fazendas. Num tempo de crise de farinha, Primo Guilherme fornece aos vaqueiros farelo de arroz. Perguntaram-lhe então:

— Mas, Capitão, como os vaqueiros podiam comer farelo de arroz em vez de farinha?

Capitão Guilherme esfregou as mãos e ajeitou o punho da camisa:

— Ora, podia ser... Tudo pode acontecer no mundo [...]

Capitão Guilherme criava porcos de meia com os vaqueiros. Numa fazenda dele lá pros centros, levou seus empregados para os duros trabalhos mastigando em seco, o dia inteiro. Pela boca da noite, voltaram, esfalfados e famintos. Na escada da casa grande, Capitão Guilherme desabotoando a camiseta, voltou-se para os seus empregados:

— Agora pessoal, vamos ver se a gente faz uma pescariazinha no lago pra arrumar a janta...

Tinha mais de quinze mil reses, mil e cem contos no banco e uma crescente renda de prédios em Belém (JURANDIR, 2016, p. 225).

Esta história, Ramiro contava a sua companheira Ormindá. E, desta forma, o Gaçaba combinou com os vaqueiros: “Quebra, sem pena”. E o Capitão sabia desta forma de se vingar, mas não pode fazer nada: “Capitão Guilherme, gorducho e vermelho, largou todas as suas obscenidades contra os vaqueiros. Mais uma novilha quebrada!/- Suspendo o serviço. Meto eles todos no xadrez!/Carnes sangrentas chiavam no braseiro, os homens comiam filé com pirão de leite” (*Ibid.* p. 226).

Não dá para negar que o carro chefe da resistência e da alegria demonstrado por Ramiro são as letras de suas chulas. Ademais, como estratégia narrativa, Dalcídio insere Ormindá para fazer par com o vaqueiro. Ela seria, a nosso ver, a conselheira particular do conselheiro ilustre. “À noite, Ramiro tocou e cantou para Ormindá” (*Ibid.* p. 227).

3 CHULA MARAJOARA E RESISTÊNCIA

Ramiro, “o tocador de chula”, é quem entretém os trabalhadores dos campos.

Gaçaba dizia que ele tinha a mão curada para tirar tudo que queria dos instrumentos.

— Viola com ele diz por que geme ou diz por que não geme.

Gaçaba, velho companheiro de serenatas nas margens do Arari, trouxe a garrafa de cachaça que Missunga mandara buscar. Ficaram no pátio da casa da fazenda, esperando a lua nascer quando então a festa começaria. Ramiro fechava os olhos ao tocar o violino. Depois do violino, solou violão, e inventava chulas, as chulas corriam os campos, batiam bem fundo no coração do povo. Cantou a chula do Raimundo Sérgio que, para chamar a namorada, imitava o mugido da vaca na porteira do curral. Os vaqueiros em torno, fedendo a sela e a cavalo, bebiam atentos e risonhos (*Ibid.* p. 191-192).

Ramiro é o tipo de vaqueiro, por ser “curado”, como diz o amigo, aprende a tocar os vários instrumentos que utiliza com uma propensão nata, como bem aponta Feio Junior (2004, p. 160):

O vaqueiro do Marajó não vivia somente do dia a dia das fazendas, dos feitos extraordinários, dos acontecimentos fora do comum [...] mas também de uma boa dose de humor, poesia e música.

Na música aperfeiçoava-se na execução de instrumentos como violino, violão, viola, por simples intuição, propensão nata, força de vontade e inteligência, sem professor e sem método, mas o suficiente para darem vasão (*sic*) a seus sentimentos, prazer de ouvir a si próprios e oferecer aos seus ouvintes mais uma de suas habilidades.

O narrador apresenta e descreve a forma como as chulas do Ramiro surgem e são recebidas pelo povo. O vaqueiro, como constata Feio Junior (2004), não tem professor. Esse tipo de fato é extremamente frequente nos campos “inventava chula, as chulas corriam os campos, batiam fundo no coração do povo”. (JURANDIR, 2016, p, 192) O bater fundo no coração é que assusta os fazendeiros e seus agregados como Manuel Raimundo, o administrador poderoso do Coronel Coutinho.

Vicente Salles (2007) aponta que as chulas surgem como um tipo de dança e gênero de canção popular de origem portuguesa. Além disso, aponta o autor, a chula está presente em diversas regiões do país. No Marajó, no entanto, ganha, ainda, outra conotação. Devemos, naturalmente, considerar que as composições das chulas marajoaras são repletas de temas que giram em torno do cotidiano dos vaqueiros. Prova disto é a composição “Morena” (1930), de Waldemar Henrique (Deixei cabana / Deixei meu gado /Pra ver morena /Do meu cuidado / Morena bela / Que tanto amei / A fé mais pura / Eu te jurei) dos feitos destes no trato com o gado, visagens e assombrações (a chula do Ramiro sobre a vaca branca do lago Guajará), acima de tudo, as chulas servem para que o compositor fale, de forma clara, com seus pares, sobre o modo como são tratados por seus patrões.

Salles (2017), assim como Feio Junior (2014), ressalta a predominância de cantadores de chulas por todo lugar da Região dos Campos do Marajó. Vale lembrar que a chula está muito presente em solo marajoara por ser aqui o lugar onde se concentrou um número considerável de negros escravos e, inicialmente, o gênero surge em forma de devoção aos santos. Principalmente são Benedito e Nossa Senhora do Rosário.

Ademais, as chulas foram criadas por mulheres negras como forma de “agradar” a igreja católica que se mostrava bastante incomodada com o lundu. A chula é comumente chamada de Taieiras ou Talheiras, nome derivado das talhas que eram usadas para que as negras transportassem água do rio até a casa de seus senhores, momento em que cantavam e dançavam.

No romance *Marajó*, contudo, as chulas representam mais que um simples culto aos santos ou a forma de diversão e alento para aliviar um dia duro de trabalho. As chulas compostas por Ramiro representam a voz e o grito daqueles que são, constantemente, silenciados pelos grandes proprietários de terras. Representam sua cultura e identidade, herdadas da ancestralidade dos primeiros negros que pisaram o solo marajoara, miscigenados, à posteriori, com os indígenas que aqui habitavam.

Nos versos [...] surpreendem-se vozes de filhos das Áfricas [...] Dalcídio recupera a negra Sabina, contadora de histórias do universo mítico-lendário [...] traz ainda imaginário local e a pressão vivida por populações amazônicas para escrever suas tradições e sabedorias pelos códigos do mundo ocidental letrado. Nos romances e contos de Helena Tocantins também emergem negros da fazenda de seu pai, produtores, cantadores e tocadores de chulas. Homens e mulheres, filhos das diásporas africanas que suplantados em terras marajoaras disseminaram formas de

artes e estéticas de vida diversas e se apropriaram daquelas compartilhadas por suas alteridades. (PACHECO, 2012, p. 209)

Bruno Nettl (2006 p. 14) ao abordar Kartomi (1981) indica que o estudo deste autor “apresenta um conjunto de maneiras segundo as quais as sociedades mudaram suas músicas em resposta a transformações culturais”. Se as sociedades mudam suas músicas de acordo com as transformações culturais, não se pode negar que música e cultura estão imbricadas e em permanente relação em que uma tanto depende quanto necessita da outra para transformar-se e se adaptam à realidade, portanto.

Ainda neste viés de adaptação, percebemos que, de fato, as temáticas que envolvem as letras das chulas marajoaras, segundo Feio Junior (2014), retratam o cotidiano dos campos. Nesta mesma direção, vimos acima, aponta Pacheco (2012), ao referir-se às histórias de negra Sabina. Em *Marajó*, de Dalcídio Jurandir, as letras das chulas do Ramiro que surgem inicialmente na trama pouco se mostram como forma de resistir aos abusos sofridos. No entanto, após a perda de tudo, o vaqueiro se adapta à sua nova realidade e, em companhia de Orminda, o leitor começa a perceber um engajamento maior da personagem em questões mais sociais do seu povo. As letras passam a servir como alerta aos demais vaqueiros e agregados e como resistência à violência dos fazendeiros.

Henrik Aubert (2007, p. 299) ao referir-se a “uma antropologia da música”, discutida por Seeger (1987b) afirma que este estudo da antropologia enxerga a forma musical como sendo parte da cultura e da vida social. (SEEGER, 1987b, p. xiv *apud* EDUARDO HENRIK AUBERT, 2007, p. 299). Por isso, dissemos acima, que a música guarda relação muito próxima com a cultura e, graças a isto, com a vida social das pessoas. Este fato é perfeitamente visível nas chulas compostas por Ramiro, porque as chulas, além do viés social, compõem também a identidade dessa gente do campo.

Rodrigo Campos (2012), trazido por Mariana Andrade Gomes (2014, p. 206) diz que, como compositor, cria sua identidade através do “contar histórias, falar de personagens”. É justamente isso que faz Ramiro. Através de suas chulas ele também conta histórias e não esconde os personagens dos quais trata nas canções. Para Campos (2012) é isso que caracteriza o cantor, “dá estilo e identidade.”

No seu estudo, Wolf Schmid (2014, p. 207) se refere ao Formalista Russo Vladimir Shklovsky que afirma “que o processo de percepção é um fim em si mesmo na arte e deve ser prolongado em conformidade. Os objetos de percepção eram os próprios atos complicadores de formação, como Shklovsky colocou – ‘dançar atrás do arado’ ou o ‘fazer de uma coisa’”. “A dança também é uma forma de caminhar, que é sentida; mais precisamente, um passeio que é configurado de uma tal maneira que se sente. E assim, dançamos atrás do arado; acontece porque estamos arando, mas não precisamos do campo arado” (SHKLOVSKY 1919a, 36). “Porque estamos arando” significa “porque gostamos da sensação de arar”.

Schmid resume o assunto sobre o conceito da “formação”, levantado por Roman Jakobson (1921), que aponta para a experiência de trabalho que é transformada em dança e canto, quer dizer, em cultura de identificação de trabalho, de sofrimento e de alegria. Em relação à vida do ribeirinho, ou como diz Herculano Inglês de Sousa: “O caboclo não ri, sorri apenas; e a sua natureza contemplativa revela-se no olhar fixo e vago em que se leem os devaneios íntimos, nascidos da sujeição da inteligência ao mundo objetivo, e dele assoberbada. Os seus pensamentos não se manifestam em palavras por lhes faltar, a esses pobres tapuios, a expressão comunicativa, atrofia pelo silêncio forçado da solidão” (2005 [1893], p. 31).

O silêncio que a esses caboclos dos campos marajoaras sempre é imputado, lhes resta a saída de cantar. Usar a música para que sua voz possa ser ouvida. Música e resistência ou a música como forma de resistir e denunciar alcança um patamar elevado a partir, principalmente, de 1964, no Brasil, ano que começou o regime repressivo da Ditadura Militar.

No romance *Marajó*, curtas passagens fazem referência a esse período da história brasileira: “Fique certo de uma coisa, meu caro, só uma ditadura militar é que pode endireitar este país. Só uma ditadura militar” (JURANDIR, 2016, p. 196).

O vaqueiro Ramiro, talvez pela veia política de seu criador, Dalcídio Jurandir, representa nas fazendas essa voz que resiste aos abusos dos patrões.

A música para a maioria das pessoas é uma forma de expressar sentimentos, desejos, frustrações, conceito que não está muito longe da realidade, pois durante muito tempo a música foi utilizada como forma de “abrir os olhos da humanidade” para as questões que afligiam o mundo, como a guerra, a discriminação, a opressão, etc. (PERCÍLIA, BRASIL ESCOLA, 2021)

Percília (2021) diz ainda que “Para muitos músicos, a canção não deve falar de coisas banais, mas sim, *explorar letras na tentativa de mudar a realidade cruel em que grande parte do mundo vive, é buscar através da música a liberdade para a humanidade*” (grifos nossos). Ramiro, no entanto, buscava mudar seu mundo através de suas chulas que tocavam fundo no peito dos caboclos. Nomes brasileiros importantes servem como referência brasileira como poetas que sofreram a repressão do Regime Militar, e buscavam através da música, além da crítica ao governo, chamar o povo para a luta. São eles: Gilberto Gil, Caetano Veloso, Chico Buarque, Geraldo Vandré, entre outros.

Na ficção dalcidiana, portanto, é Ramiro quem tem o papel de chamar o povo para a luta com as letras de suas chulas que falam dos podres dos patrões, dos acontecimentos cotidianos da lida nas fazendas, dos fatos extraordinários dos vaqueiros, conforme apontou Feio Junior (2004).

4 ORMINDA

Orminda chega ao Lago do Arari depois de uma série de acontecimentos. Ela saíra da casa de sua mãe, depois de participar de uma sessão espírita na casa de Manuel Rodrigues. Lá, houve confusão, envergonhada, ela fora buscar abrigo com Capitão Lafaiete. Quando Missunga instalou Felicidade, Orminda foi para lá junto com o irmão Marcelino e Tenório que tinha perdido seu sítio. Durante uma festa, Orminda rejeitou o convite para dança de um cearense macho, que se sentiu ofendido, e lhe marcou o rosto e o braço com uma faca. O irmão entrou para defendê-la e foi morto pelo agressor da Orminda. Em seguida, o remeiro Benedito que tinha se preparado para dançar com Orminda, chegou e matou o cearense.

A colônia Felicidade foi desfeita pelo Coronel e Orminda foi para outras localidades (“Orminda, o braço ferido, o rosto cortado, embarcava numa canoa que a própria Alaíde ignorava de onde viera nem para onde partia” (JURANDIR, 2016, p. 151) e, depois por recomendação, veio para se tratar com a pajé Nhá Leonardina, “teve vontade de lhe dizer: Tome conta de minha vida” (*Ibid.* p. 202). A pajé tratou ela. “Sentia-se bem agasalhada na barraca de Leonardina, a flor dos pajés dos campos e dos lagos do Arari. Queria ser sua afilhada [...] – Agora que tu vai fazer danação por esta beirada é o que eu sei/Orminda fez uma careta e a velha gracejou: Ramiro havia de cantar uma chula nos ranchos e no toldo das geleiras, falando de uma mulher de Marajó-Açu, mundiadeira de homens, contando mortes na sua história, com marca de faca no rosto” (*Ibid.* p. 203-204).

Então, Ramiro já conhecido naqueles campos, Orminda o conhece sua história com a pajé:

- Me emendei de uma vez pra sempre, e só fiquei bom mesmo depois que ela me fumentou, me tratou.

Orminda fitou Ramiro que sorriu e se curvou a fim de abrir a barriga do peixe para ela. O clarão das brasas lhe mostrava a cara de um verdadeiro caboclo já maduro, queimada e larga, o bigode ralo.

- Você agora deve ter o corpo fechado pela Madrinha, não?" (JURANDIR, 2016, p. 208).

Mantém um relacionamento por determinado período, pode-se dizer que dura um verão. Neste primeiro momento do relacionamento, os dois seguem juntos pelos próximos três capítulos. Dissemos no início que julgamos Orminda a conselheira do “conselheiro” Ramiro, porque é ela quem demanda que o companheiro componha as chulas com teor de resistência: “Os dois subiram a beirada, Orminda, então, pediu a Ramiro: - Me faz então uma chula assim: quem merece o castigo de ferro em brasa? É o meu pedido. Ofende?” (*Ibid.* p. 224). Antes, soubera da história do Gervásio, contada por Ramiro. Gervásio foi acusado de ter roubado uma vaca muito estimada por Coronel Coutinho, ainda novo. Coronel, então, marcou Gervásio com ferro em brasa para que todos soubessem que era ladrão. Ramiro quando soube, pensou em compor uma chula: “castigo de ladrão é ferro em brasa” (*Ibid.* p. 223). Declinou depois de conhecer Gervásio, pois, para ele, não tinha jeito de ladrão: “Gostava de Gervásio.” (*Ibid.*); contou à Orminda que enquanto Coronel ferrava o vaqueiro, “assinalava gado alheio, tomava conta das fazendas nacionais, botava criadores pequenos na miséria” (*Ibid.*). Daí a ideia de compor a chula não contra o vaqueiro, mas contra o fazendeiro. A nova chula do Ramiro:

Dias depois, os vaqueiros da beirada, os pescadores no toldo das geleiras, as lavadeiras, conheciam a chula nova de Ramiro. Por isso Manuel Raimundo o expulsou das fazendas. A notícia correu. As festas iam perder o sal, aquela animação que só Ramiro sabia dar. Manuel Raimundo por medo, dizia Gaçaba, não queria Ramiro nas fazendas do Coronel Coutinho. Medo da língua e da música de Ramiro, seus instrumentos lhe davam aquela liberdade, aquela cadência, aquela franqueza que os brancos temiam. (*Ibid.*).

Gaçaba, muito amigo de Ramiro, explica a função dos instrumentos e a liberdade que tais instrumentos possibilitam ao poeta, pois, Ramiro, pela música, falava com “aquela franqueza que os brancos temiam” e o melhor era que as músicas falavam a língua dos campos, compreendida por todos, sobretudo pelos “vaqueiros da beirada, os pescadores no toldo das geleiras, as lavadeiras”. Além disso, as chulas de Ramiro eram com temáticas do cotidiano: “As chulas de Ramiro falavam dos vaqueiros, visagens, assombrações, *podres dos brancos*, davam vida” (*Ibid. grifos nossos*).

Gaçaba via nos olhos de Ramiro o juramento de que havia de fazer uma chula contra Manuel Raimundo [...] Então Ramiro esperou mais uns dias em Santa Cruz, no lago, e olhando tantas vezes para Orminda, desfiando aqueles cabelos, dormindo naquele colo, curando o baque da perna naquelas mãos, principiou a chula contra Manuel Raimundo.

Uma noite, Missunga ouviu Orminda cantando a chula entre as mulheres da beirada do lago que salgavam taumatás (*Ibid.* p. 224).

Como sempre, desde que estão juntos, Orminda serve de inspiração para as composições das chulas com teor político do companheiro. Desta vez, por conta da expulsão que sofrera, compôs contra Manuel Raimundo. Gaçaba pede que o amigo, já expulso das terras de Coronel Coutinho, permaneça pelas terras do primo Guilherme, desafeto do Coronel. O narrador na perspectiva figural indica que a companheira irá com ele: “Adeus, Orminda, na certa irá com ele, ei mulherão de cabelo na costa, na garupa do cavalo cardão” (*Ibid.*). Gaçaba indica também a cor do animal: Cardão, ou seja, branca. A cor da montaria do Ramiro, até antes de seu retorno ao rio Abaí será branca. Assim, permanece pelo tempo em que os dois, ele e Orminda, estiverem juntos. Mesmo depois que Orminda o deixou, muito vivas ficaram as lembranças com ela, a cor branca da montaria representa a página em branco da vida do vaqueiro, logo após a perda da família que tinha. Além disso, Orminda, uma cabocla filha do

Coronel, não era negra ou com traços indígenas como as demais, inclusive Alaíde; Ormindinha tinha a pele clara, daí também a presença da montaria na cor branca do Ramiro, que passou boa parte do tempo narrativo com a personagem da filha do fazendeiro.

Os “podres dos brancos” era que tocava fundo no povo e enfurecia os brancos. Assim como a temática das chulas do Ramiro eram as de Almiro Ferreira, vaqueiro real na memória de Feio Junior (2004, p. 161):

Dentre tantos vaqueiros poetas e humoristas que transformavam em música e verso a história dos mais variados acontecimentos, não podemos deixar de citar Almiro Ferreira, que criou fama na região do Arari por sua sátira, veia poética e humor. Homem forte de físico avantajado, sempre alegre e sorridente, contagiou com suas modinhas, suas chulas, suas poesias que descreviam nitidamente os fatos que davam origem a suas criações, com humor, simetria poética, narrativa e musical, cronologia e tonalidade. Não escondia nem figurava os personagens envolvidos e os identificava pelos seus próprios nomes.

Missunga encontra Ramiro e Ormindinha e, pelo monólogo e pela perspectiva figural, o narrador transmite o que o filho do fazendeiro pensa: “Missunga encarou Ramiro lembrando-se do ato de Manuel Raimundo que o expulsava das fazendas e ao recordar a cantiga do vaqueiro ferrado, teve uma rapidíssima impressão, não totalmente lúcida, de que o instrumento do castigo, de que se servira o pai, não fora a marca em fogo mas a própria inércia do filho” (JURANDIR, 2016, p.233). Também, ele não confessa o que está pensando:

Missunga viu no olhar de Ormindinha qualquer coisa de uma acusação, o obrigava a confessar-se a si mesmo, como culpado também. Ambos estavam vexados. Ormindinha, pela condição de mulher de beirada, o rosto marcado, andando à toa. Missunga porque não a pegava pelo braço e não a levava dali. Se lhe dissesse, mesmo sem certeza: — Sabes, Ormindinha, que sou teu irmão? ela recuaria espantada. Seria talvez pior ao vê-la confusa, abatida, fugindo-lhe, como uma culpada (*Ibid.*).

De repente, Ormindinha, pensa na sua mãe velha que “estava doente e sem ninguém em Ponta de Pedras” (*Ibid.* p. 234). Seu companheiro, já antes, sentia que ela vai partir, “os cabelos soltaram-se e ela os apanhou cruzando as mãos sobre a nuca. Ramiro fitou-a com surpresa e teve, como nunca, um pressentimento de que em breve ela, sem uma palavra, o deixara” (*Ibid.*). Após a morte de Gaçaba, Ramiro é suspenso e foi para outra fazenda. Um inverno inteiro se passa até que Ramiro retorne da Diamantina (capítulo 51).

A partir daqui as referências à Ormindinha são todas em lembranças do vaqueiro que, através de monólogos interiores, mostra ainda toda a influência que a convivência com ela exerce em suas canções. Como não podia ficar na região do Arari, Ramiro retorna rumo à Santa Cruz. Durante todo o percurso muitas lembranças de Ormindinha são apresentadas. É possível de saber que, a certa altura, o vaqueiro tem ciência do aleive que há contra a companheira em Cachoeira e decide fazer uma chula para defendê-la.

Agora era tirar com sentimento uma chula para Ormindinha, defendendo a próxima do aleive da torre. Por mais que fosse certo, era preciso defendê-la, era do sentimento da chula fazê-la inocente. [...] Teria de cantar, junto dela, no escuro para não se encabular, a chula que havia de a defender” (*Ibid.*, p. 306-307).

Percebemos que a ideia das canções é para defender de qualquer injustiça. Desta vez, o objetivo é ir contra o aleive inventado de que Ormindinha havia se deitado na torre da igreja com o Sacristão, e por conta disto, seu corpo teria ficado marcado no assoalho da torre: “era do sentimento da chula fazê-la inocente.” Enquanto lembra e cavalga, Ramiro soube, por um companheiro, da proibição da pesca imposta pelo administrador aos moradores das margens do rio onde nascera. O narrador, por um monólogo interior de Ramiro, indica:

Agora o administrador fechava o rio, o rio pertencia ao filho do falecido Coronel, a água do Abaí era para os bois beberem. Que os peixes apodreçam, a ordem era para os vigias atirarem com seus rifles se vissem o povo pescar.

Abaí o chamava.

[...] Orminda, sim, pediria:

- Anda, faz a chula deste teu rio Abaí e lasca no seu Manuel Raimundo. Ofende? (JURANDIR, 2016, p. 309).

Claramente, vemos a influência que Orminda, mesmo ausente, exerce sobre as composições do vaqueiro contra as injustiças nas fazendas. Vê-se também que Orminda “pediria”. Primeiro, o tempo verbal indica o pensar do Ramiro nela, Orminda não está mais com ele, mas ela o incentiva; a companheira sempre, com jeito, conseguiu que o vaqueiro compusesse suas músicas de revolta. Ainda, através de um monólogo interior, indica o que o povo poderia fazer de forma organizada. Ademais, com conjecturas, aponta o que Orminda diria. Na verdade, Ramiro apresenta o discurso de Orminda, não dele:

Ramiro sentia que aquele povo podia se reunir, se ajuntar num só homem e abrir o rio. Povo desunido e com medo era como peixe apodrecendo num rio fechado. Era assim que Orminda diria, era assim que ele diria ao seu povo. Se Orminda estivesse ao seu lado, eram dois que partiriam (*Ibid.* p. 310).

Sem Orminda, Ramiro retoma seu discurso. Sua personalidade, desde o início, era de revolta contra a injustiça, mas também de divertir o povo com seus cantos: “Disse sem raiva”. Depois de beber com dois companheiros vaqueiros, decidiu seus próximos passos:

Ramiro saltou, fumaçando, a postema era um veludo, o coração tinha saído como balão atrás de Orminda. Saltou fumaçando:

- Esse Manuel Raimundo eu mato.

Disse sem raiva, tudo lhe saía doce da boca e quis cantar uma chula contra a proibição do Arcebispo (*Ibid.* p. 311)

Algumas informações no discurso do narrador que estão no trecho acima devem ser assinaladas: Primeiro, o contraste de como inicia e termina a fala, intercalando com um discurso do Ramiro. O narrador inicia dizendo: “saltou fumaçando”. Saltar fumaçando é saltar com muita raiva, ao pensar que as pessoas, parentes, tios estão passando fome sem peixe, a beira de um rio que tem tanto peixe que estão apodrecendo. No final indica que Ramiro, ao dizer que mata Manuel Raimundo, o diz sem raiva, com doçura. Ainda lembra que Ramiro quis cantar uma chula contra a proibição do Arcebispo. Este último trecho, refere-se ao recolhimento da coroa do Divino determinada pelo Arcebispo. Tirando, como bem disse Ramiro, até a fé do povo. Aflorando assim, mais uma vez, o espírito de resistência do cantor. O trecho salienta também a saudade do vaqueiro com Orminda, além de total do rompimento do cantor com a moça: “o coração tinha saído como balão atrás de Orminda”.

Durante, ainda, a bebedeira com os amigos vaqueiros, o imaginário está aberto, não apenas de Ramiro, mas também dos outros dois homens que bebiam com ele, que representa, na verdade, todo o povo pobre das fazendas:

Aquelas três bocas buscavam no fundo do garrafão: Abaís abertos a todos os pescadores, Gaçaba em cima da porteira bebendo tipuca, quartos de carne sabrecando em grossos espetos na fogueira do curral, mulheres parindo nas esteiras bem forradas e travesseiros, carne de graça quando prenhas desejassem [...] foliões do Divino rezando ladainhas sem a lei do Arcebispo. Orminda se embalando numa grande rede sobre o Abaí, barqueiros descarregando peças de pano e baeta, farinha, muita farinha. Viam Manuel Raimundo num tacho de fogo e o Diabo com uma colher de ferro mexendo o caldeirão (*Ibid.* p. 310-311).

Tudo o que desejara era o mínimo para que seu povo pudesse viver com dignidade. Era comida, era carne às mulheres grávidas sem que ninguém fosse ferrado em brasa por conta disto. Eram as rezas em ladainhas sem proibições e por fim, o administrador, pior até que os próprios patrões, queimando num caldeirão. Sem mais lembranças de Orminda, sozinho, desde que perdera a mulher e os filhos, o vaqueiro-cantor parte:

De madrugada, na lama, batido, ensanguentado e roto, Ramiro saltou para o campo. Mudou de roupa na sua barraca. Furtou um cavalo, selado. Tirou uma boia da feitoria, amarrou o violão e o cavaquinho na cilha. O cavalo era castanho, afoito, com marca dos Coutinhos.

Olhou o céu e se descobriu como diante de uma imagem. Pediu a proteção do Divino. Adeus, Nhá Diniquinha.

- Vamos ver, Castanho, se tu não me deixar no Abaí, te sangro só no vazio. (JURANDIR, 2016, p. 312).

O cavalo cardão dele, símbolo do recomeço após perder tudo e, também, da companhia de Orminda, se perdera no tempo da narrativa. Já não é mais um cavalo branco, não tem mais a companheira. Quando Ramiro sangrava as vacas gordas, como vingança, ele não tinha sangue para as aventuras dos ladrões, aqui, no entanto, ele furta um cavalo com a marca dos Coutinhos. É a sua nova forma de resistência. Ele está voltando para o Abaí que está fechado com seguranças armados guardando o rio, o que ele vai fazer? O narrador indica que furta os peixes, como fez com o Castanho, pode ser uma possibilidade, já que ele próprio indicou que o povo não vai se unir porque têm medo.

A viagem é longa. Este fato está indicado quando Ramiro “tira uma boia da feitoria”. “Boia” é a forma como pescadores chamam para comida. Ramiro, ainda criança no Abaí, era pescador: “foi ali que viu, pela primeira vez, era ainda bem molequinho, fedendo a peixe, um cavalo e um boi de montaria” (*Ibid.* p. 308). Sendo assim, é preciso levar comida. Outro apontamento feito que indica que a viagem vai ser demorada é: “- vamos ver, Castanho, se tu não me deixar no Abaí, te sangro só no vazio”. O vaqueiro está desconfiando que, talvez, o cavalo não consiga chegar ao destino final, pela distância. No entanto, ao leitor é cristalino perceber que a montaria do vaqueiro vai chegar, pois o “castanho é afoito”, o que significa dizer que tem propensão a ser corredor, resistente, bastando apenas soltar um pouco a rédea.

E por fim, o vaqueiro dá “Adeus”, o que representa um final, que não tem mais volta. Pede a proteção do Divino, já que a tarefa é árdua e monta um cavalo Castanho, escrito com letra maiúscula. A cor castanha de um animal é a cor avermelhada. Vermelho, por sua vez, é a cor do sangue, do sangue das vacas que esfaqueava e as deixava sangrando até a morte nos encobertos, e do sangue para aventuras de ladrão que não tinha. Vermelho também remete a conflitos e guerras. Pode ser entendido, além disso, como a cor do fogo que tem o poder de transformação.

Ramiro nasceu no rio Abaí, próximo do município de Cachoeira do Arari, onde o Coronel tem a maior parte das fazendas, aprendeu a tocar violão às margens. Trabalhando pelos Coutinhos, soube que o rio estava fechado, por ordem de Manuel Raimundo, o administrador das fazendas, se revolta e compôs uma “chula”, uma forma e dança musical folclórica de Portugal, no Brasil já entrelaçada com a música africana. O narrador relembra do tempo e do histórico do vaqueiro:

E foi ali que nasceu, aprendeu a pescar, a tarrafejar, a ter conhecimento com peixes e suas manhas, preferir tucunaré, desprezar a traíra, medir o tamanho dos pacus na palma de sua mão [...] nas suas margens aprendeu a tocar violão, fez a primeira serenata (*Ibid.* p. 309).

5 CONCLUSÃO

Dalcídio Jurandir, ao eleger um vaqueiro com as habilidades de Ramiro para compor uma parte importante do enredo do romance *Marajó* (1947), estabelece uma relação com o caráter político do próprio autor que, por sua história, sempre se colocou à esquerda do espectro político, fora preso por defender o povo contra injustiças de sua época. Na ficção apresentada, a “prisão” de Ramiro não é atrás de grades, trancafiado. Pelo contrário, é no mundo, porém sem rumo, sem um lugar que pudesse ficar, graças a expulsão imposta pelo administrador das fazendas. Por conta disto ficava vagando de um lugar a outro. O caráter errante de muitas personagens, muito por conta da restrição que a sociedade dos Coronéis no interior caracteriza, marca e junta Orminda ao Ramiro, por uma temporada, e deixou-o “sem se despedir, a louca Orminda”, como repetiu muitas vezes o vaqueiro.

Pelo “discurso vivenciado” do narrador e pela perspectiva figural, Dalcídio Jurandir consegue transmitir os pensamentos e sentimentos das personagens, por exemplo, Orminda sentiria verdadeiramente algo por alguém ou mesmo pelo Ramiro? “- Ramiro, meu preto, tenho que passar esta noite com a velha [a mãe do Gaçaba morto]” (JURANDIR, 2016, p. 234). “Gostaria de Ramiro?” se questiona e continua, “gostaria algum dia verdadeiramente de um homem?” (*Ibid.*).

Por fim, a música folclórica traz o caráter do divertimento, do descanso depois de um dia de trabalho, mas também traz o caráter político das letras das chulas compostas. Lembremos que o surgimento, a origem destas canções é com mulheres negras, escravas que cantam e dançam em devoção aos Santos, o que ficou conhecido como “Taieiras” ou “Talheiras”, porque era em talhas que as mulheres traziam água do rio até a casa de seus patrões. As músicas, como forma de culto, serviram no início para agradar a igreja católica. No romance, os vaqueiros e demais caboclos cantam as folias aos santos: Santo Ivo, a Coroa do Divino, São Sebastião etc. Ramiro era caboclo, descendente dessas mulheres, deu outra conotação as chulas, usou-as como forma de falar, pela língua do povo, “os pobres dos brancos”, por influência de sua companheira Orminda. O vaqueiro-poeta-cantor Ramiro com sua música representa os homens e mulheres dos trabalhos duros dos campos, lagos e rios do *Marajó*, de Dalcídio Jurandir.

REFERÊNCIAS

AUBERT, Eduardo Henrik. A música do ponto de vista do nativo: um ensaio bibliográfico. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2007, v. 50 n° 1.

GOMES, Mariana Andrade & LEMOS, Renato de Lyra. O papel da música na construção da identidade. **Intersemiose**. Revista Digital. Ano III, n. 05. Jan/jun 2014.

JURANDIR, Dalcídio. Alguns aspectos da Ilha de Marajó. *In*: **Cultura Política**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 14, 16, 1942.

JURANDIR, Dalcídio. **Marajó**. Belém: Marques 2016 [1947].

NETTL, Bruno. O estudo comparativo da mudança musical: Estudos de caso de quatro culturas. **Revista Antropológicas**, ano 10, vol. 17(1), 2006.

PACHECO, Agenor Sarraf. Cosmologias afroindígenas na amazônia marajoara. **Projeto História**, São Paulo, n. 44, pp. 197-226, jun. 2012.

PERCILIA, Eliane. **Brasil Escola**, c2021. Música de protesto. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/artes/musica-protesto.htm>. Acesso em: 05 jun. 2021.

PLATÃO. **Fedro**. Trad. José Cavalcante de Souza. São Paulo: Editora 34 2016 [-370] (Edição bilíngue).

PLATÃO. **Fedro**. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret 2001 [-370] (Texto Integral).

SALLES, Vicente. **A música e o tempo no Grão-Pará** (1º volume, 1980).

SALLES, Vicente. Chão de Dalcídio. *In: DALCÍDIO, Jurandir. Marajó*. Belém: CEJUP 1992 (3ª ed.), pp 367-381 (texto original de 1978). Reeditado, em 1998, na revista *Asas da Palavra* (Belém) No. 4 e *In: Rosa Assis (Org.). Estudos Comemorativos: Marajó Dalcídio Jurandir 60 Anos*. D. Belém: UNAMA 2007, p. 15-30.

SALLES, Vicente. **Narrador: Dalcídio Jurandir. VII Jornada do Conto Popular Paraense**. Brasília: MicroEdição do Autor 2001 (Vicente Salles, 34).

SALLES, Vicente. **Modinha no Grão-Pará: estudos sobre a ambientação e (re)criação da Modinha no Grão-Pará**". (Transcrições musicais por Marena Isdebsky Salles. Belém: Secult/IAP/AATB, 2005).

SALLES, Vicente. **Repente & Cordel. Literatura Popular em versos na Amazônia**. "Prêmio Silva Romero 1981". Rio de Janeiro: Funarte/Instituto nacional de Folclore 1985.

SIGNIFICADO DOS NOMES. **Dicionário de Nomes Próprios**, c2021. Sobre significado de nomes próprios. Disponível em: <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/ramires>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SCHMID, Wolfgang. **Narratology: an introduction**. Berlin/New York: Gruyter, 2010.

SOUSA, Herculano Inglês de. Voluntário. *In: Contos Amazônicos*. Belém: EDUFPA 2005, p. 29-44.

ETHOS AMAZÔNIDA: A POIÉSIS DIALÓGICA IDENTITÁRIA RIBEIRINHA

Larissa da Silva Sicsú¹
Pedro Rapozo²
Eneila Almeida dos Santos³

RESUMO

Ser amazônida, ser caboclo, ribeirinho, indígena, ser gente. Está inserido numa vasta área, cortada por rios colossais de esplêndida biodiversidade. Diante de um universo tão amplo, reflete-se acerca de como este ser, por meio de suas essências identitárias, dialoga com sua vivência social e ao mesmo tempo com o cenário natural em que se encontra. Comunidades que perfazem sua história em meio a constantes transformações da contemporaneidade, ao mesmo tempo que são moradores das margens dos rios, adaptados às mudanças sazonais do território amazônico. Neste sentido, enaltece-se a importância do presente artigo, enfatizando-se o contexto amazônico ribeirinho e o indivíduo inserido neste, abordando-se, então, que características identitárias ele possui e de que forma essas nuances o descrevem enquanto ser amazônida. Assim, na primeira sessão deste artigo, embasado em um levantamento bibliográfico, enfatiza-se sobre os conceitos de identidade, destacando importantes escritores dessa área de conhecimento. Na segunda parte, desvela-se a relação desses conceitos com o ethos ribeirinho, partindo-se de uma visão multifacetada, transcreve-se a poiesis do ser amazônico nas suas práxis diárias, de como ele mesmo se vê, trazendo para o protagonismo o sujeito caboclo enquanto ser primordial na sua formação social e de suas vertentes identitárias.

Palavras-Chave: Identidade. Ribeirinho. Amazônida.

AMAZON ETHOS: THE RIBEIRINHA IDENTITY DIALOGICAL POIESIS

ABSTRACT

Being an Amazonida, being a caboclo, riverside, indigenous, being people. Being inserted in a vast area, crossed by colossal rivers of splendid biodiversity. Before such a wide universe, it reflects on how this being, through its identity essences, dialogues with its social experience and at the same time with the natural scenario in which it is included. Communities that make up their history in the midst of constant transformations of contemporary times, at the same time that they live by the river, adapted to the seasonal changes of the Amazonian territory. In this sense, the importance of the present article is highlighted, it emphasizes the Amazonian riverside context and the individual inserted in this midst, then addressing what identity characteristics it has and how these nuances describe it like an Amazonida. Thus, in the first session of this article, based on a bibliographic survey, it emphasizes the concepts of identity, highlighting important writers of this area of knowledge. In the second part, the relationship of these concepts with the riverside ethos is unveiled, starting from a multifaceted vision, transcribing the *poiesis* of the Amazonian being in his daily praxis, of how it sees itself, bringing caboclo subject as protagonist, as primordial being in its social formation and its identity strands.

Keywords: Identity. Riverside. Amazonida.

Data de submissão: 17.05.2021

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas. Especialista em Dança Educação pela Universidade do Estado do Amazonas, UEA. Licenciada em Dança pela Escola Superior de Artes e Turismo da Universidade do Estado do Amazonas. Bacharel em Fisioterapia pela Universidade Nilton Lins. CV: <http://lattes.cnpq.br/7782767513551936>. E-mail: sicsularissa@gmail.com.

² Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGI.CH/UEA, CV: <http://lattes.cnpq.br/2679908172389276>. E-mail: phrapozo@uea.edu.br.

³ Professora doutora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: eadsantos@uea.edu.br.

Data de aprovação: 19.11.2021

INTRODUÇÃO

Na formação do ser humano, seja enquanto indivíduo ou em sociedade, atuam em sua vivência elementos que se tornam pilares para sua existência e um dos mais primordiais é a ideia de identidade. Torna-se instigante refletir que o mesmo possui características diversas que são influenciadas pelo meio em que se desenvolve. Para o indivíduo oriundo de espaços tão complexos e únicos, como pode ser assim citado a Amazônia, está o homem nativo, imbricado neste amplo universo. Ser amazônica, ser caboclo, ribeirinho, indígena, ser gente. Tantas nomenclaturas, tantos povos ao mesmo tempo sendo apenas um, sendo vertente, inserido numa vasta área, cortados por rios colossais, de esplêndida biodiversidade. Moradores possuidores de saberes e sujeitos de diversas facetas culturais, e por que não ressaltar inclusive suas dificuldades sociais e de acessibilidade.

Neves (2006) esclarece que se faz importante ressaltar o conhecimento das remotas civilizações locais e o compreender das mesmas ou a sua integração ao meio em que viviam se torna nulo. O mesmo descreve que a Amazônia é ocupada há mais de 10.000 anos, em alguns casos por populações de milhares de pessoas. É de se esperar, portanto, que a floresta que hoje recobre muitos sítios arqueológicos tenha, além de uma história natural, também uma história cultural e identitária. Não se pode entender a história dos povos amazônicos sem considerar também as relações que os mesmos estabeleceram com a natureza e com eles mesmos.

Neste sentido, para a produção deste artigo, inspirado neste cenário amazônico, insurgiram questionamentos relacionados à ideia de identidade e reflexões que instigam o compreender dos processos identitários ribeirinho. Ressaltando-se a importância de pesquisas destinadas a este eixo temático e a contribuição do mesmo a nível científico. Para tanto, foram pontuados dois objetivos, o primeiro aborda a reflexão de conceitos sobre identidade e suas implicações. E, o segundo, enfatiza o ethos ribeirinho, discutindo as relações norteadas pelas questões identitárias no que concerne as formas com que o ribeirinho se expressa e se caracteriza enquanto ser amazônica. Assim, por meio de levantamento bibliográfico, construiu-se um aporte teórico, à luz das relações dos indivíduos que vivem e são parte de um universo tão singular que é a Amazônia, pois sua existência motiva a apreciação e a busca do compreender de sua poíesis identitária.

1 ENTENDENDO O PROCESSO DA IDENTIDADE

Na Amazônia de tantas paisagens e rios, biodiversidade e gentes, habitantes locais coexistindo numa espacialidade diversa, com recursos naturais, mas também com intempéries próprias da conjectura regional, insurge neste cenário o ser ribeirinho. A partir da construção de saberes e comportamentos, adquiridos ou abstraídos do meio em que se vive, o mesmo se mostra um indivíduo dinâmico. A constante plasticidade das sociedades amazônicas motiva adaptação da vivência em comunidade, da relação inerente aos seus valores, com seu entorno e com sua essência. Diante desse universo, torna-se instigante refletir acerca de como este ser se reconhece e dialoga com seu cotidiano.

A relação do homem e sociedade é uma questão que vai além de se viver em um grupo num determinado espaço. O homem amazônico constrói um território para além do físico, apreendendo suas crenças, mitos e superstições a um ethos característico. O mesmo conhece seu território e domina suas paisagens como se fossem ruas ou bairros, utilizando a natureza como referência, apropriando-se tanto física quanto simbolicamente do contexto que o cerca.

Exaltando sua personalidade imbricada a seu cenário cotidiano, essa ação se torna diretamente intrínseca às suas características identitárias (FERREIRA; COSTA, 2015).

Para Wanzeler (2008) identidade está, de maneira estreita, relacionada ao reconhecimento, do contato dialógico com o outro, do reconhecer-se na identidade do semelhante, com o qual nos identificamos ou não. Este processo pode enveredar por meio subjetivo, individual, de construção de um imaginário coletivo, de forma ampla, abrangendo uma comunidade ou um país.

Neste sentido, Silva (2011) contextualiza que o processo de identificação é “binário”, ou seja, para que haja Eu é preciso que haja o Outro. Quando eu afirmo que sou, quando digo que sou, existe uma íntima relação entre identidade e diferença, elas estão relacionadas, há coexistência. Todavia a identidade não é fixa, cristalina, imutável, a mesma altera o modo de ver, sentir e pensar de uma sociedade. E isso irá ser volátil também quanto ao seu meio ambiente.

A identidade torna-se, então, questão de sobrevivência, ultrapassa a pura identificação com o outro, pois há necessidade de se estar em comunidade, estar junto para estar seguro. Havendo também a precisão de harmonização de convivência, seja em local estranho ou com pessoas desconhecidas, tal fluidez denota poder de mutação que o indivíduo possui. Essa face, que na verdade se transcreve como multifacetada, apresenta a capacidade que o ser humano possui de se enraizar ou não, que ao mesmo tempo em que se decodifica como pertencente a uma sociedade, também se desbrave enquanto ser que modifica a si mesmo.

Porquanto, Bauman (2005) articula que a consciência acerca da identidade não tem solidez de uma rocha, não é garantida para toda vida, é negociável. De que as decisões que o próprio indivíduo concretiza, os caminhos que percorre, a maneira como age e a determinação de se manter firme a tudo isso, são fatores cruciais para a formação de sua identidade. É preciso, para que transcorra esse processo de identificação, que o indivíduo se desprenda, muitas vezes, da ideia de pertencimento.

Oliveira (2013), elucida, quanto ao pensamento autônomo identitário, que é essencial a capacidade para pensar identidade sob o ponto de vista da construção, envolvendo aquisições, eliminações, adequações que, em sua ocorrência, evocam uma capacidade quase performática de, mesmo em processo, reter caracteres distintivos, de ser o mesmo sendo todo dia diferente, simples e complexo, estável e ao mesmo tempo em crise, imóvel e também em trânsito.

Logo, pode-se compreender que a identidade se perfaz na vivência do indivíduo quando há ação reflexa do mesmo com o outro, quando há diálogo estético e de ideias, onde não necessariamente esse processo precisa transcorrer, a princípio, verbalmente. Enfatizando o processo dialógico dele com ele mesmo e com o ambiente que o circunda. Precisa acontecer no poder de decisão de escolha, em que se assume fazer parte de um grupo e onde, ao mesmo tempo, as qualidades dessa decisão irão construir de forma constante o caráter desse ser humano.

Hall (2006), abordando concepções de identidade, enfatiza que uma das principais é a concepção sociológica em que apresenta a identidade pelo viés do interior e exterior, entre o mundo “pessoal” e o “público”. Da projeção do que somos e da internalização dos valores sociais e culturais, alinham-se sentimentos subjetivos, a identidade “sutura” o sujeito à estrutura. O mesmo se torna cada vez mais fragmentado, formado por várias identidades e que experimenta um sistema de colapso no sentido de intensas mudanças estruturais e institucionais. Trazendo à tona o provisório, variável e problemático.

Todo esse complexo contexto volátil, muitas das vezes, explicita a constante construção e desconstrução do ser e de quanto o cenário que o mesmo está inserido influencia em seu ethos social e cultural. Logo, pode-se refletir acerca de contextos urbanos e rurais, e até mesmo na linha fronteira tão comum na contemporaneidade, reconhecida de forma singular como sendo áreas entre os centros urbanos e comunidades inseridas ao meio natural,

ditas como ribeirinhas. Espaços que não só influenciam o seu modo de vida como de certa forma ditam e delineiam, por assim dizer, seus aspectos identitários, sua essência existencial.

Assim, Prado *et al* (2013) argumentam que a identidade pode ser definida como um conjunto de características pelas quais alguém pode ser reconhecido. Sob a ótica sociológica, a mesma é oriunda do caráter de uma pessoa ou de um grupo que se relaciona com que eles são e com o que tem sentido para eles. Ocorrendo uma mutação através dos tempos e das interações sociais do sujeito, ressaltando-se as várias etapas de sua vida e suas constantes negociações relacionais e ambientais.

Castro (2013) conjectura que nomear a identidade ribeirinha como sendo étnica, sobretudo contra sua própria compreensão, constitui uma violência simbólica das mais importantes quanto à formação da sociedade amazônica contemporânea. Violenta no sentido que foi uma identidade imposta, seja pela visão colonial, mercantilista ou até de cunho religioso. Sem deixar de citar a hesitação da prática científica, que apenas muito tardiamente começou a nomear ou ceder destaque literário a esse contexto.

É essencial se refletir que os povos tradicionais da Amazônia não viveram e não vivem isolados e nem estáticos no tempo e espaço. Há um estabelecimento de trocas, seja com as comunidades vizinhas ou entre um mesmo grupo que convive, são relações materiais e simbólicas. Indivíduos que permeiam entre rural e urbano, convivendo com mudanças constantes e, por isso mesmo, não se torna interessante ter uma visão cartesiana, visto que os dilemas sociais e culturais moldam seu modo de vida. Reforçando a ideia de que não estão estagnados e sua vida não se faz estritamente tradicional. Assim como os rios que cortam as florestas, ela se perfaz uma *poiésis* contínua.

2 ETHOS RIBEIRINHO: UMA VISÃO MULTIFACETADA

Amazônia, vasta terra, inexplorável, inóspita, com ricas e desconhecidas fauna e flora, com tribos “vivendo” sem Deus, sem lei, sem rei. Assim se revela o “início” da história de muitos povos, não só amazônicos, mas de toda uma nação. A confluência, ou mais adequadamente, a submissão e extermínio de tantos valores humanos e, claro, culturais, resume-se em sucessão de atrocidades impostas pelos primeiros colonizadores, pelo olhar do outro que vinha de fora, longe da realidade local. Questiona-se acerca do quanto de resquícios desses antepassados permaneceram e o quanto de sua essência identitária caracteriza até hoje o morador amazônico.

Diante de tantas possibilidades existenciais, encontram-se indivíduos moradores, agentes desse espaço. Ressalta-se o compreender de que forma ou formas esse indivíduo se reconhece, especialmente em suas nuances identitárias. De que maneira se compraz a sua identidade, que contornos carrega consigo e como vê o outro. Neste sentido, enfatiza-se reflexões acerca da identidade amazônica, pois as mesmas sempre permearam a essência humana do caboclo, mesmo diante de uma visão por vezes equivocada daqueles que nela aportavam. A Amazônia já vivenciava sua história, assim como o seu povo, este, inclusive, integrado e sujeito primordial em uma organização social desenvolvida em meio a um ambiente natural.

De acordo com Silva (2007), é preciso notar que a natureza é um componente a se considerar no que diz respeito à diversidade da Amazônia, principalmente quando se trata da compreensão dos modos de vida e das identidades das populações nela presentes, neste caso a ribeirinha. Existe um elo entre estas populações e o ecossistema. É nesta relação com a natureza que as populações tradicionais constroem todo seu modo de vida, a partir de um conhecimento empírico, que é transferido de pai para filho. Emerge-se o termo ribeirinho, que está intimamente integrado às populações que se instalaram na orla ou na extensão dos rios

amazônicos, exaltando-se a sua localização, ou seja, aquele que reside nos rios. Termo que expressa uma associação geográfica e não uma identidade étnica.

Hall e Woodward (2014) explanam que a identidade se forma por meio de aspectos os quais as pessoas tomam suas posições e discursos que lhe são oferecidos, são conjugadas dimensão simbólica e social, natureza essencialista e não essencialista. Tais elementos explicam como as identidades são formadas e mantidas, sejam elas influenciadas pela biologia (aspecto essencialista) ou por meio de um processo fluido e mutante (não essencialista). Assim, surge a reflexão intrínseca sobre a constituição identitária do ribeirinho amazônico, os elementos que o perfazem e as formas que influenciam seu entorno, as dimensões que são conjugadas em suas vivências e práxis diárias enquanto sujeito.

Para Ferreira e Costa (2015) a Amazônia para muitos ainda é um profundo mistério, apesar de suas grandes riquezas e vasto território, com vivências de ciclos econômicos efêmeros, essa região desperta a necessidade de ser interpretada como questão nacional do ponto de vista, muitas vezes, estratégico. Vale ressaltar que a Amazônia presenciou o desenvolvimento das cidades, onde os protagonistas sociais de forma dinâmica foram e são agentes transformadores da realidade em que se encontram. Com o advento do sistema capitalista, agindo por sobre as relações sociais e do trabalho, suprimindo a forma de ganhar a vida e a convivência na dita sociedade moderna, um processo que se estenderia até os tempos atuais e de forma cada vez mais pragmática é o processo que causa a invisibilidade por sobre esses indivíduos.

A vida do homem ribeirinho amazônico é perpassada pela subjetividade e sincretismo, colocadas pela sua cultura e meio social. Há uma projeção, criação e recriação do seu imaginário, constituindo o mundo que o circunda. Mesmo sua vivência advinda de um tempo próprio, seja mítico ou cíclico, essas comunidades também vivem um tempo linear e contemporâneo. Ainda que venha de um processo de invisibilidade, é interessante desvelar suas identidades, suas ambiguidades e diferenciações sociais. Esta última responsável pelo entrave quanto à emancipação social e política. Torna-se pertinente refletir sobre de que forma se abordam categorias e atribuições deste indivíduo, quanto de sua diversidade influencia o seu olhar por sobre ele mesmo.

Rodrigues (2006) disserta que o processo de identidade do homem amazônico se distingue em uma vivência nominal, ou seja, como são nomeados ou como se reconhecem enquanto fazendo parte de um grupo. Parte de uma ideia de categorização social de difícil categorização, de um objeto difícil de ser objetificado – a identidade (ou não – identidade) do caboclo amazônico. No caso específico da categoria caboclo, uma categoria de atribuição pelos outros e não de auto - atribuição, elemento de acusação e não de reconhecimento de direitos e prerrogativas, logo se questiona a possibilidade se ela existe de fato. Isto é decorrente, justamente, da invisibilidade social, proveniente de uma ação que enfatiza a diferença, estigmatizando grupos ou pessoas, negando ou limitando acesso às oportunidades na sociedade mais ampla.

Para Neto e Furtado (2015) o termo ribeirinho busca identificar um perfil sociocultural de grupos caboclos que se estabeleceram às margens dos rios, dialogando com o espaço dinâmico das relações de sociabilidade e culturais dentro das especificidades desse mesmo espaço. Configurando seu comportamento, hábitos alimentícios, crenças etc. Não se moldando uma tipologia do caboclo amazônico, mas sim de uma expressão cultural que envolve particularidades inerentes a essa definição. Esse conceito pode estar atrelado mais ao caráter da relação estabelecida com o rio, sendo esse meio natural o principal definidor dos aportes culturais. O ribeirinho pode ser um caboclo desde que haja uma conexão com o meio rural.

Neste sentido, ao longo dos tempos, o habitante amazônico recebe sua identidade nominal, pode-se assim dizer, por meio de diversos termos, citados justamente em registros de

pesquisadores e historiadores. Nomes que autenticam de alguma maneira o morador local, dentre eles ribeirinhos, povos da floresta, povos tradicionais, caboclos, todos estes exaltando a expressão da relação social. Então, pondera-se sobre a riqueza dessas relações, sobre todo esse emaranhado de saberes e culturas de quem vive por meio do olhar do outro, de aceitação e até de negação, ou seja, contextualiza-se sua identidade.

Freitas (2009) esclarece que as populações contemporâneas da Amazônia são compostas por grupos sociais urbanos e rurais, de sociedades e comunidades indígenas de várias articulações histórico-social, de grupos isolados com arranjos próprios de sobrevivência e de migrantes provenientes de exploração econômica. Isto acarreta consequências desiguais de desenvolvimento das formas de exploração econômica capitalista. O termo exclusão, na Amazônia, pode ser expresso em relação à renda, educação, condições quanto à população infantil, condições habitacionais, acesso à saúde básica e força de trabalho. Elementos que, juntamente com as feições demográficas e dificuldade de acesso, culminam por implicar, de forma muito peculiar, na qualidade de vida dos povos ribeirinhos.

Reflete-se, diante desse processo contínuo, que a identidade amazônica é fomentada pelas diferenças coletivas, condições de acesso, heranças populares ou genéticas, culturais, pertencimento a linhas geográficas, raça, etnia, descendência indígena ou existência cabocla. Assim, a identidade se torna um processo abstrato complexo, pois ao mesmo tempo em que o habitante amazônico constrói sua vivência a partir da essência coletiva, também possui o senso de alteridade. Caboclo se torna uma categoria de alteridade, que fala sempre de um outro, enfatizando uma categoria de representação.

Destarte Adams, Murrieta e Neves (2006) pontuam que as sociedades caboclas são paradoxais, ambivalentes e difíceis de serem categorizadas, pois são regionais, mas cosmopolitas, diversas, mas peculiares, tradicionais, mas modernas. Isso pela influência de dois cenários, o cultural e o econômico, que pela não assimilação de novas oportunidades dessas comunidades, adequações política - econômica, precisam contar com sua própria resiliência para continuar existindo, em meio a tantas crises. Como consequência dessa diversidade e complexidade, percebe-se uma dificuldade em se enquadrar justamente uma unidade identitária, pois a identidade cabocla ou ribeirinha está muito mais próxima dos aspectos externos (transformações econômicas globais) do que nas continuidades locais (como em relação às populações indígenas).

Observa-se relativa dificuldade para autodefinição do morador amazônico, pois ainda quando o mesmo se insere em um grupo e recebe denominação, ocorre que, circunstancialmente, pode não se sentir representado ou até mesmo inferiorizado. Torna-se importante ressaltar que esse se sentir inferior pode advir inclusive do não conhecimento da própria cultura que pertence. Entretanto, o processo inverso também ocorre, a aceitação e entendimento do fazer parte deste grupo, do ser caboclo, tem se tornado mais perceptível.

De um modo geral, o ser amazônico no decorrer de sua trajetória histórica, em face de outras sociedades, teve impossibilidade, não de constituir sua própria identidade amazônica, mas, de demonstrar de fato como era e é constituída esta identidade. Povos inseridos neste universo natural, denominado com o tempo por “Amazônia”, possuem características distintas de qualquer outro lugar do mundo. Ser amazônica vai além de uma localização espacial, implica na reinvenção de si mesmo e aborda as alteridades amazônicas.

Neste sentido, Silva (2017) corrobora que existem três visões por sobre os ribeirinhos da Amazônia. A primeira delas é que há uma visão naturalista que ignora a identidade amazônica, por se ter um olhar para essa região somente como fonte de recursos naturais e como conjunto de ecossistemas. Isso acarreta o reforço da inexistência e invisibilidade das populações tradicionais, anulando sua historicidade e cultura dos atores sociais afirmadas a partir da diversidade territorial de grupos defasados na sua diversidade social. A segunda se perfaz por meio de um olhar idílico, que vislumbra a rica diversidade cultural dos ribeirinhos

apenas como algo natural e não como algo que foi produzido socialmente no decorrer da história. Engendrado pelo desenvolvimento verticalizado na Amazônia.

A terceira visão é a de que existe um olhar moderno que resulta em conceitos infundados de tais populações. Esta é centralizada em um conjunto de representações e simbologias fundamentadas no preconceito, onde as populações ribeirinhas são tidas como atrasadas e improdutivas em relação aos espaços que são modernos. As comunidades são vistas como rústicas e primitivas, evidenciando-se assim atribuição do estereótipo do caboclo. Logo, são tratadas por alguns literários com racismo, sendo denominados apenas como ocupantes.

Entende-se que a identidade ribeirinha é imbricada ao espaço territorial, no sentido que são construídas simbologias enquanto sociedade que pertence aquele espaço geográfico. No entanto, é necessário se compreender que nem toda identidade constrói territórios e vice-versa, pois existe o aspecto espaço-temporal. Que o território se faz sim um elemento contundente, mas que precisa de outros aspectos que também irão estabelecer um sistema que constrói determinada sociedade, seja cultural ou socialmente.

Assim sendo, o caboclo em sua prática do dia a dia será influenciado pelas características sazonais dos rios, por exemplo. Ao mesmo tempo em que informações da mídia ou mudanças econômicas e políticas também irão contribuir para sua mudança ou adequação enquanto ser social. O rio e a floresta são vias, “ruas” de locomoção e fonte de recursos naturais, contudo se expressam como elementos que influenciam os povos ribeirinhos também quanto às suas crenças e mitos. Logo, ao mesmo tempo em que conta suas histórias e repassa seus conhecimentos quanto ao modo de pescar, roçar ou que caminhos traçar nos rios, também incorpora formas de se comunicar utilizando a tecnologia. Isso ao mesmo tempo que beneficia quanto à sua inserção social, muitas das vezes, também vai descaracterizando algumas nuances elementares.

Para Silva (2017) a identidade na Amazônia está articulada à ideia de pertencimento, aos laços de dependência e consideração a um grupo ou comunidade, expressando uma construção histórica relacional e também de contraste, justamente por haver conflitos entre identidades que atribuem o auto - reconhecimento e alteridade. E é nessa complexa rede relacional que é suscitada a consciência de pertencimento. É nessa relação entre comando e apropriação em meio ao vivido e concebido que se constitui o pertencimento sócioespacial.

Por outro lado, Rodrigues (2006) disserta que o termo caboclo não se refere a um grupo social e nem corresponde a um grupo étnico. Alguns habitantes das áreas ribeirinhas se definem como agricultores; também não são associados a um movimento político; por isso talvez deva desistir do uso da palavra caboclo, especialmente se pretender falar sobre as identidades rurais da Amazônia contemporânea. Posto que a identidade cabocla não existe de fato, é uma “representação”, não há uma afirmação de ser caboclo, mas uma aceitação contextual. Talvez por se pensar esse fenômeno como recusa do termo em função de um sentido pejorativo no contexto onde é produzido, mas também pela afirmação que esses indivíduos não fazem parte de uma categoria “branca” que os rotula e discrimina.

Fraxe, Witkoski e Miguez (2009) explanam que os grupos sociais que habitam a Amazônia possuem uma singularidade quanto à transmissão de costumes e práticas, que ainda são feitos de geração em geração, ainda que não se tenha um reconhecimento político de suas existências. O fluxo histórico e continuidades e descontinuidades formaram rotas, hábitos e identidades, onde nesses territórios emergiram diferentes tipos sociais, que para sobreviverem nas adversidades se reinventaram em meio ao ecossistema. A alteração na composição étnica fez surgir frutos da mistura racial, em que o estilo de vida ainda é imbuído aos ancestrais mais remotos – ameríndios da várzea e terra firme.

Rodrigues (2006) disserta que a categoria *caboclo* se torna uma problemática teórica e ética, assim como política, uma identidade reificada pela negação, como um indivíduo que

está fora do contexto da modernidade contemporânea. No entanto, é também aquele que, por vezes, não tem a consciência de si e que é expresso por representações estereotipadas construídas por outro e mesmo por meio de uma “dupla consciência”.

Persiste uma dicotomia em manter a palavra caboclo, pois, por um lado, manter este termo pode demonstrar um desconhecimento das formas como eles mesmos se representam. Tomando como ponto de partida que a identidade cabocla é uma representação, no sentido de construção através dos quais os sujeitos são rotulados, há um outro ponto em que “matar” o termo caboclo enquanto conceito seria negar que não existe uma singularidade ou diferença que se construiu historicamente.

Para Rodrigues (2006), ocorre um processo inverso à ideia de identidade nacional, pois o mesmo não se integrou à sociedade brasileira em paralelo ao processo de anulação dessa (não) identidade. Neste sentido surge a questão da invisibilidade, acarretando a isso uma falta de memória, sua história silenciada e ausências quanto às políticas públicas e assistências sociais de forma ampla e efetiva.

Destarte, nos últimos anos, nos discursos que se referem à biodiversidade amazônica, o caboclo ribeirinho é visto como guardião da floresta. Assim é tido como detentor dos saberes da região, herdeiro dos seus ancestrais indígenas, originário do lugar e ser totalmente adaptado ao ecossistema local. Na mídia são abordados também termos como: povos da floresta e povos tradicionais. Sendo assim, a identidade dos caboclos é uma contraidentidade, pois muitas vezes foi visto como termo depreciativo para indicar pessoas que não se sabiam com a mesma identidade, haja vista a longa tradição segregatória que o envolveu.

Para Castro (2013) a concomitância de raízes indígenas e não indígenas das sociedades caboclas a tornaram, ao olhar da antropologia, sociedades “não autênticas”. Contudo não dizem tudo sobre a invisibilidade dos caboclos. Contextualizam razões científicas, mas, não sendo essas razões, necessariamente, ou mesmo normalmente, apropriadas pela prática social dos agentes que a nomeiam, elas não esclarecem o silêncio dos caboclos a respeito deles mesmos. Assim, não se considera o caboclo como uma categoria biótica, ou um cidadão “mestiço”, pois há uma condição antrópica, social e subjetivamente conformada por representações culturais denegativas.

Ponderações acerca da identidade ribeirinha cabocla permeia um contínuo debate enquanto sua representatividade social, há uma reflexão justamente sobre a dimensão quanto sua visibilidade e invisibilidade. A que se levar em consideração se ocorre um processo de identidade forjada, seja de forma consciente ou não. Para isso, parte dessa ação vem da compreensão do que se compraz esses grupos e levar em consideração a presença do contraditório em seu contexto, seja culturalmente ou nas suas outras manifestações. Leva-se em consideração seus territórios e o pensar nesse indivíduo de forma não romantizada.

Fraxe, Witkoski e Miguez (2009) dissertam que houve momentos que certas instituições eram fundamentais para garantir costumes e tradições, porém que a nível contemporâneo, tais instituições também estão inseridas no processo de descontinuidade e reformulação. Igreja e família, por exemplo, assumiram um papel fundamental nas comunidades ribeirinhas, mas elas também, mesmo que ainda garantam relações de troca, sejam materiais ou imateriais, estão atualmente suscetíveis às novas formas de se relacionar. Estão se transformando significativamente, sendo contagiadas por novos hábitos e interesses da sociedade atual.

Fraxe, Witkoski e Miguez (2009) explanam que é preciso compreender as consequências da modernidade na construção e reconstrução de uma suposta identidade amazônica. Parte-se da observação que o homem amazônico não está estagnado, ainda que seja mantida suas práxis diárias tradicionais, a todo momento recebe influências tanto urbana, industriais e tecnológicas. Há uma descontinuidade presente na realidade ribeirinha.

Para Rodrigues (2006) o ribeirinho é tido também como alguém que é reconhecido por incorporar uma cultura de resistência, utilizando suas fronteiras políticas e éticas. Posto que são sobreviventes em um processo aniquilador, mas que não os extinguiu por completo. Sobreviventes que estão entre culturas, em meio à modernidade, vislumbrando a construção de novos sujeitos, no *entrelugares* que permite seu fazer e refazer constantemente.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Torna-se necessário assimilar o processo contínuo de ressignificação e reconstrução do indivíduo enquanto ser social, diante especialmente de suas múltiplas identidades. Essas vias de transformação se torna pragmática diante do acesso às informações e tecnologias, causam fusões e são internalizadas ou não. Por meio de decisões, escolhas e interesses vai se costurando a identidade ribeirinha, deixando no passado a ideia do homem amazônida preconcebido ou romantizado. Neste sentido, a visibilidade para os povos ribeirinhos tem sua força no momento em que são reconhecidas enquanto ao seu caráter diverso e singular, construindo um entendimento que transpasse os discursos ecológicos, muitas vezes, aquém da realidade. Trazendo para o protagonismo o sujeito caboclo enquanto ser primordial na sua formação política e de suas vertentes identitárias.

Historicamente é notável que aos povos amazônicos, especialmente, os indígenas, não foi dado o direito de prosseguir claramente com seus costumes e crenças, pois o mesmo foi visto pelo colonizador apenas como sendo uma peça neste universo, ou seja, muito de seus valores foram ignorados, seu pensamento e o modo como interagia com sua terra não foi levado em consideração. Contudo, resquícios dessa cultura, com o passar dos tempos, continuaram a ser incorporados como expressões amazônicas, hábitos e conhecimentos, oriundos de sua vivência ribeirinha, permeiam a sua forma de vida, mesmo diante de mudanças sociais, políticas e econômicas. Tais elementos implicam no caráter formador dos que habitam os rios e florestas, especialmente quanto ao seu caráter identitário.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que o ser ribeirinho possui importantes traços que o caracterizam enquanto indivíduo que permanece morador e protagonista de um território que, ao mesmo tempo é cobiçado por seus recursos naturais, mas que também continua a ser um grande desafio para aqueles que buscam, por exemplo, compreender a sua essência. Neste sentido, entende-se que há importantes apontamentos quanto às formas que o caboclo ou ribeirinho perfaz sua identidade amazônida. Um ponto elementar é que residir neste cenário natural caracteriza o ribeirinho não exatamente como uma identidade étnica, mas expressa mais um caráter de uma associação geográfica. Ou seja, seu ser e fazer diário está intimamente ligado aos seus hábitos e formas com que lida com sua comunidade e com seu entorno. Logo, não tendo que ser reconhecido exatamente como uma categoria étnica. Assim, não se define uma tipologia cabocla, pois o que se vislumbra é sua expressão cultural e social, que são inerentes a essa definição.

Visões sobre o ribeirinho e povos tradicionais da Amazônia, de um modo geral, muitas vezes são inadequadas e fomentam o romantismo, no sentido em que postulam análises que não representam a realidade dessas comunidades. Uma delas é que ainda se aborda a visão naturalista, onde o que importa são os recursos naturais e ecossistemas, reforçando que o caboclo não possui autonomia e é desconsiderada sua história territorial. Corroborando para tanto também o olhar idílico, que ignora as diferenças e inclusive a própria identidade, processo que se baseia na desigualdade e exclusão social. Neste cenário é importante ainda citar a ideia

equivocada de que o ribeirinho é caracterizado como sendo improdutivo e fora do processo de modernidade.

A realidade social do ribeirinho é sobretudo desafiadora, pois sejam comunidades próximas ou mais distantes de áreas urbanas, as mesmas perpassam por contextos semelhantes, os direitos e acesso à serviços essenciais são ainda muito aquém da sua real necessidade. Esse contexto também vai agir diretamente no seu ethos identitário, pois essa lacuna ocasiona o processo da invisibilidade. É essencial que o mesmo seja inserido nas mudanças históricas, sociais, políticas e culturais, visto que assim é o dinamismo nas sociedades contemporâneas. Com sua participação consciente em tomadas de decisão é possibilitado sua emancipação, deixando para o passado os resíduos coloniais, pois assim sua voz ecoará com propriedade sua vivência e relação com a natureza, mas sobretudo desvelando seu caráter dialógico identitário. Outro caráter imprescindível, ainda resquício da questão da invisibilidade, é o da autodefinição, de se auto denominar ribeirinho.

A aceitação ou não advém de questionamentos provenientes do discurso feito pelo outro, que acarreta a diferenciação, feita de forma preconceituosa por outros povos. A identidade nominal, muitas das vezes, foi feita pelo olhar que enfatiza justamente a diferença e que culmina na inferioridade. No entanto, o que deve ser considerado é que a identidade do ribeirinho se constrói exatamente no jogo da diferença. Sua essência é volátil, é uma fronteira em movimento, pois possui um senso de resiliência. Diante de tantas transformações decorrentes às mudanças globais, o mesmo mantém sua vivência no coletivo, mas também no senso de alteridade. Adaptando-se permanentemente às circunstâncias que a natureza também apresenta.

Assim, pode-se entender que os reflexos do conceito de identidade na vivência nativa do ser amazônida permeia à luz de aspectos como independente da forma ou termo que ele é nomeado, o homem ribeirinho integra seu comportamento à sua realidade e que, até por lacunas históricas quanto à sua origem, ele se encontra na diferença. Outro achado identitário é sua capacidade de relação tanto social quanto ao entorno natural que o mesmo está inserido, em que busca viver em grupos, e onde o conceito de identidade demonstra semelhanças vivenciais entre o que estão neste grupo. Neste sentido, por meio destas relações realiza contínua construção de sua essência identitária. É imprescindível desmistificar pressupostos generalistas que foram construídas entorno das comunidades ribeirinhas, e compreender de fato que as mesmas são edificadas pela diversidade de seu aspecto sociocultural e sua poíesis identitária.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter. (Orgs). **Sociedades caboclas amazônicas: Modernidade e invisibilidade**. 2006. São Paulo: FAPESP, Ed. Annablume.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: J.Z.E., 2005.

CASTRO, Fábio Fonseca. A identidade denegada. Discutindo as representações e a autorepresentação dos caboclos da Amazônia. Da Amazônia. **Revista de Antropologia** 56 (2), 431-75. 2013.

FERREIRA, Geone Angioli; COSTA, Noélio Martins. Razões da invisibilidade na Amazônia profunda. In: III CONGRESSO PAN - AMAZÔNICO DE HISTÓRIA ORAL e VIII SEMANA DE HISTÓRIA DO CESP-UEA, 2015, Parintins. **Anais [...]**. Parintins: CESP, 2015. Disponível em:

https://www.norte2015.historiaoral.org.br/resources/anais/12/1436366752_ARQUIVO_RAZOESDAINVISIBILIDADENAAMAZONIAPROFUNDA.pdfAcesso em: 02 jul. 2020.

FRAXE, Theresinha de Jesus; WITKOSKY, Antônio Carlos; MIGUEZ, Sâmia Feitosa. O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. **Ciência e cultura**. v. 61, p. 30-32, 2009.

FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. **Os Amazônidas contam sua história: territórios, povos e populações**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: D. P. & A., 2006.

HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

NETO, Francisco Rente; FURTADO, Lourdes Gonçalves. A ribeirinidade amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 24, p. 158-182, 2015.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

OLIVEIRA, Alexandre Santos. **Identidade cultural e ensino do design no Amazonas**. 2013. Tese (Doutorado em Design) – Programa de Pós-graduação em Design do Departamento de Artes & Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PRADO, Alcindo Ferreira *et al.* **Ser professor na contemporaneidade: desafios da profissão**. Disponível em: <https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos>. Acesso em: 16 mar. 2020.

RODRIGUES, Carmen Isabel. Caboclos na Amazônia: a identidade na diferença. **Novos Cadernos NAEA**. V.9, n. 1, p. 119-130, jun. 2006, ISSN 1516-6481.

SILVA, Auliam. **Identidade, literatura e alteridade na Amazônia do relato de um certo oriente**. Pará: UFPA – Belém, 2011.

SILVA, Ieda Rodrigues. **Modo de vida ribeirinho: construção da identidade amazônica**. VIII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais; Coimbra, 2017.

SILVA, Orlando Sampaio. **Eduardo Galvão: Índios e caboclos**. São Paulo: Annablume, 2007.

WANZELER, Rodrigo de Souza. Heterogeneidade amazônica: cultura(s) e identidade(s) em Candunga, de Bruno Menezes. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC: TESSITURAS, INTERAÇÕES, CONVERGÊNCIAS*, 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ABRALIC; USP, 2008. Disponível em: www.abralic.org.br. Acesso em: 30 mar. 2020.

POVOADO BICA: PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO PELO RECONHECIMENTO E TITULAÇÃO DA TERRA EM ALDEIA VELHA - PIRAPEMAS (MA)

Tânia Nazarena de Oliveira Miranda¹

RESUMO

Este trabalho foca no processo de recomposição territorial construída pelas comunidades quilombolas do Povoado Aldeia Velha em Pirapemas, no estado do Maranhão. De forma particular apresentamos o povoado Bica, em consideração ao processo político desencadeado pelas lideranças e instituições históricas do Maranhão, à frente da associação pelo reconhecimento estatal do direito das comunidades afrodescendentes e, assim instituir, os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras (RTID), ocupadas por remanescentes das comunidades dos Quilombos de que trata o Art.68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Com a aprovação do convênio entre o INCRA e uma empresa terceirizada, deu-se início a primeira peça, o Relatório Antropológico. Para a composição do relatório, realizou-se o levantamento bibliográfico de conceitos concernentes à etnicidade, ancestralidade, quilombolas e uso comum da terra; estes contribuíram para a caracterização da trajetória histórica da comunidade estudada e suas relações territoriais. A primeira peça foi aprovada tecnicamente pelo INCRA (MA), por meio da certificação de sua ancestralidade, identidade e saberes. Concluímos que o processo de resistência das comunidades quilombolas na Aldeia Velha, foi importante para o início de titulação das terras, no entanto, haverá muitos outros processos para garantir o título definitivo.

Palavras-chave: Organização política. Etnicidade. Território.

BICA VILLAGE: ORGANIZATION PROCESSES FOR THE RECOGNITION AND TITLING OF LAND IN ALDEIA VELHA - PIRAPEMAS (MA)

ABSTRACT

This work focuses on the process of territorial reconstruction built by the *quilombola* communities in the Aldeia Velha Village in Pirapemas, in the state of Maranhão. In a particular way, we present the Bica village, in consideration of the political process triggered by the leaders and historical institutions of Maranhão, ahead of the association for the state recognition of the rights of Afro-descendant communities and, thus, instituting the procedures for identification, recognition, delimitation, demarcation and titling of lands (RTID), occupied by remnants of Quilombo communities referred to in Art.68 of the Transitory Constitutional Provisions Act of the Federal Constitution of 1988 and Decree nº 4.887, of November 20th, 2003. With the approval of the agreement between INCRA and an outsourced company, the first piece, the Anthropological Report, started. For the composition of the report, a bibliographic survey of concepts concerning ethnicity, ancestry, *quilombolas* and common land use was carried out; these contributed to the characterization of the historical trajectory of the studied community and its territorial relations. The first piece was technically approved by INCRA (MA), by certifying its ancestry, identity and knowledge. We concluded that the resistance process of the *quilombola* communities in Aldeia Velha was important for the beginning of land titling, however, there will be many other processes to guarantee the definitive title.

Keywords: Political organization. Ethnicity. Territory.

¹ Doutorado em Sociologia e Antropologia – Universidade Federal do Pará- UFPA. E-mail: taniamiranda18@yahoo.com.br.

Résumé

Ce travail porte sur le processus de recomposition territoriale construit par les communautés quilombolas de Povoado Aldeia Velha à Pirapemas, dans l'État du Maranhão. De manière particulière, nous présentons le village de Bica, en considération du processus politique déclenché par les dirigeants et les institutions historiques du Maranhão, à la tête de l'association pour la reconnaissance par l'État des droits des communautés afro-descendantes et, ainsi, instituant les procédures d'identification, de reconnaissance, de délimitation, de démarcation et d'attribution de titres fonciers (RTID), occupés par les restes des communautés Quilombo visées à l'article 68 de la loi sur les dispositions constitutionnelles transitoires de la Constitution fédérale de 1988 et le décret n° 4 887 du 20 novembre, 2003. Avec l'approbation de l'accord entre l'INCRA et une société tierce, la première pièce a été lancée, le Rapport Anthropologique. Pour la composition du rapport, une étude bibliographique des concepts concernant l'ethnicité, l'ascendance, les quilombolas et l'utilisation commune des terres a été réalisée, ce qui a contribué à la caractérisation de la trajectoire historique de la communauté étudiée et de ses relations territoriales. La première pièce a été techniquement approuvée par l'INCRA (MA), grâce à la certification de son ascendance, de son identité et de ses connaissances. Nous avons conclu que le processus de résistance des communautés quilombolas à Aldeia Velha était important pour le début de l'attribution de titres fonciers, cependant, il y aura de nombreux autres processus pour garantir le titre définitif.

Mots-clés: Organisation politique. Ethnicité. Territoire.

Data de submissão: 28.07.2021

Data de aprovação: 27.09.2021

INTRODUÇÃO

As Comunidades Quilombolas em contexto nacional, ao identificar-se como comunidades negras ganham o estatuto de unidades culturais e sociais, por partilharem uma origem e uma cosmologia comuns, uma ancestralidade, por apresentar grandes índices de endogamia e até mesmo um dialeto particular, assim, para o polo do 'isolamento', da 'alteridade', do 'exotismo' do universo de referências 'autônomo e original' (ARRUTI, 2002, p. 11). Tanto as comunidades negras rurais como as comunidades indígenas, passaram por processos de retomada de tradições, a partir de uma identidade genérica de caboclos já assimilados, sem uma língua distinta, cristianizados, muitas vezes integrados aos mercados local e nacional como força de trabalho móvel.

O pensamento social brasileiro, ao olhar grupos sociais considerados irrelevantes, atuou no campo de estudos étnicos, com passagens nos anos de 1930, se acalorando a partir dos anos de 1960 a 1990, com abordagens semânticas e históricas, até culminar com o Art. 68, que reconhece as 'comunidades remanescentes de quilombos, mesmo que transitória e sem definição jurídica institucional.

O quilombo, enquanto categoria histórica, detém um significado relevante, localizado no tempo e, é objeto de uma reinterpretação jurídica, quando empregado para legitimar reivindicações pelo território dos ancestrais por parte dos denominados remanescentes de quilombos. O termo reatualizado, ocorre a partir dos anos de 1980, como resultado das mobilizações de grupos rurais, do movimento negro e de entidades de apoio às lutas pelo reconhecimento jurídico das terras de antiga ocupação. (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 24).

A emergência de grupos sociais e a organização das comunidades quilombolas, está vinculada a lutas, para as conquistas de direitos sociais na área rural e/ou do campo, que criam lutas específicas e contribuem para o estabelecimento e promulgação de leis, também particulares. Ao falar especificamente da Amazônia, Almeida (2009) sinaliza que as ações políticas movidas no campo, são centradas na reivindicação da permanência na terra. Trata-se de seguimentos diferenciados pela proposta de demarcação de terras de antiga ocupação; sua

origem, formação e situações distintas permitem estabelecer diversas experiências e processos que ressignificam a terra para cada comunidade. É no meio de situações de tensões e de enfrentamento, que os processos de formação de identidade mobilizam e, assim, alforriam fragmentos de histórias comuns e da memória social.

Ao buscar os fragmentos dessa história comum e conjugar com memórias de lideranças e “historiadores populares e comunitários”, recupera-se processos que levam ao reconhecimento de sua ancestralidade de ocupação, uso coletivo da terra, identidade e etnicidade. Tais narrativas, buscadas na história do lugar, do território, não apenas de um tempo passado, mas do tempo presente, vivido pelos descendentes no território, que vão se imiscuindo-se com os sítios e reminiscências históricas da comunidade, sustentando a interligação para compor o Relatório Antropológico da Comunidade Quilombola Aldeia Velha.

O relatório foi elaborado no âmbito do Contrato Nº 20.000/2016 entre Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-MA) e a empresa 3R Tecnologia Ambiental EIRELI – ME, referente à elaboração dos Relatórios Antropológicos de Comunidades Quilombolas do Estado do Maranhão, e contou com a composição de um corpo técnico interdisciplinar: antropólogos, geógrafos, agrônomos e outros da assistência humana. O relatório seguiu as orientações previstas na Instrução Normativa Nº 57/2009 (INCRA, 2009).

Tem-se como base a investigação antropológica do contexto histórico da formação da comunidade em questão, que tem como fonte, dentre outros, a memória coletiva da: organização social, das manifestações culturais desenvolvidas pela comunidade e sua ligação estreita com a ancestralidade; da vida produtiva; e da concepção ambiental e sua ligação com o sistema cosmológico da comunidade. Especificamente consultamos as referências de Acevedo, Castro, (1998); Arruti (2008, 2009); Almeida (1989, 1997, 2008, 2011), O’Dwyer (2002), Acsegrad (2010); Poutgnat Streiff-Fernat (2011); ao que se refere a história do Maranhão recorreu-se a Mário Meirelles (2008), Imesc (2014); memória e identidade Maurice Halbwachs (2006), Eliane Rapchan (2001), Eliane O’Dwyer (2007) entre outros. As narrativas e os documentos coletados em campo, tendeu-se em verificar afirmativas dos movimentos sociais no ensejo dos direitos territoriais; direitos étnicos, e no caso da comunidade quilombola Aldeia Velha, a força das instituições vinculadas como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastorais Sociais, ou seja, grupos vinculados à Igreja Católica e a força para o surgimento de novos movimentos e grupos étnicos no Brasil, mais especificamente na Amazônia (ALMEIDA, 2011).

Os materiais e métodos usados para desenvolver o trabalho consistiram no levantamento bibliográfico de conceitos que pudessem contribuir para a caracterização da trajetória histórica da comunidade estudada e suas relações territoriais, assim como de documentos e publicações sobre a região. A pesquisa etnográfica foi realizada, por meio do trabalho de campo na comunidade e seu entorno, a fim de caracterizá-la, conhecer seu contexto histórico e as formas de organização social.

O resultado da pesquisa criou condições para a Comunidade Quilombola Aldeia Velha ter sua ancestralidade comprovada, viabilizando a aprovação da primeira peça, essencial para a continuidade dos dispositivos de demarcação da terra e conseqüentemente, de acordo com a fala da comunidade, a sua libertação.

Pelo caráter político e territorial, o povoado Bica se configura em um campo privilegiado para as observações e análises sobre etnicidade, recomposição territorial, terra, trabalho, institucionalização e luta política, pois suas características tendem a ser, ao mesmo tempo, um território tradicional, assim como se configura como um território de ação pública, pois é um dos povoados, que por meio do movimento e do envolvimento com a igreja progressista, tem a sede da Associação como referência e estrategicamente o povoado Bica serve de abrigo e proteção dos proprietários de terras.

Propomo-nos nesse texto, descrever como o processo se deu com base nos direitos territoriais, de etnicidade, de organização política e concertações históricas para a conquista de efetivação de peças técnicas para a titulação da terra.

1 DESCRIÇÃO DO POVOADO BICA

A Comunidade Quilombola de Aldeia Velha está localizada no município de Pirapemas (pertencente à bacia do rio Itapecuru), situado na microrregião do Vale do Itapecuru e na mesorregião do Norte Maranhense, a 180 km da capital São Luís. O seu acesso é pela via rodoviária MA-332, a partir do município de Matões do Norte e entrecortando o Município de Cantanhede. O município de Pirapemas e o território de Aldeia Velha são cortados pela ferrovia Transnordestina.

Historicamente Pirapemas era um antigo aldeamento de indígenas, mais tarde, com a colonização, formou-se fazendas e sítios onde predominavam culturas agrícolas de arroz, mandioca, algodão e criação de gado. A fixação do primeiro núcleo humano no local, onde é hoje a cidade, só se efetuou muitos anos depois, com a construção da Estrada de Ferro São Luís-Teresina, dando origem, assim, às primeiras edificações de moradores permanentes, elevado à categoria de município, com a denominação de Pirapemas, pela Lei Estadual Nº 821, de 11 de dezembro de 1952, sendo desmembrado de Coroatá. (IBGE, 2017).

A maioria dos povoados estão situados às margens da Estrada de Ferro São Luís-Teresina (Transnordestina), iniciada por volta do ano de 1927, para a construção do trecho Itapecuru-Coroatá, onde foram contratados muitos trabalhadores para montagens dos trilhos. Esses trabalhadores se alojavam nas imediações da atual cidade, construindo barracos de palha para abrigar suas famílias e denominaram o pequeno povoado de Esplanada. Com o avanço da obra da Estrada de Ferro, foi aumentando também sua população. A Estação Ferroviária foi a principal responsável pelo desenvolvimento político, econômico e social da Vila Pirapemas, possibilitando o deslocamento das pessoas para outros centros, bem como o transporte de mercadorias.

A implantação da Estação Ferroviária na Vila de Pirapemas foi inaugurada em 1920, e assim como aconteceu na ferrovia de ferro, a construção da estação também atraiu muitas pessoas que vieram dos mais variados lugares como: Caxias, Codó, Coroatá, Itapecuru-Mirim, Teresina, Fortaleza, João Pessoa, entre outros, que com seus familiares fixaram residência e concorreram para o crescimento da Vila de Pirapemas; sendo posteriormente emancipada, transformando-se em Município de Pirapemas, através da Lei Nº 821 de 11 de dezembro de 1952, sancionada pelo então governador do Estado Dr. Eugênio Barros. A ponte de ferro da ferrovia Transnordestina atravessa vários povoados, entre eles o povoado Pontes, palco de muitos conflitos territoriais.

Imagem 1 - Estação de Pirapemas.
Inaugurada em 1920



Fonte: Tânia Miranda. (2017)

Imagem 2 - Ponte de ferro da Ferrovia
Transnordestina. Povoado Ponte.



Fonte: Maicon Farias. (2017).

O acesso às comunidades é feito por via rodoviária, em estradas de chão, com alguns trechos construídos pela própria comunidade para o acesso mais rápido.

A distância média do território para a área central do município de Pirapemas é de aproximadamente 22 km, utilizando transporte motorizado, carro ou motocicleta, mas a maioria dos moradores utilizam-se de bicicletas e os ônibus da linha municipal, que saem em dias e horas marcadas para os outros municípios.

O povoado Bica pertence ao corpo de povoados do Território Quilombola Aldeia Velha. O território foi reconhecido como remanescente de quilombos pela Fundação Cultural Palmares (FCP) no dia 19 de dezembro de 2011. Este território é composto por onze (11) comunidades², sendo elas: Pontes, Salgado, Santo Honório, Leão, Bica, Panamirim, Vista Alegre, Afoga Bode, Centrinho, Panaca e São Benedito dos Pretos, totalizando 242 famílias, sendo Pontes com 35 famílias, São Benedito dos Pretos e Panaca com 31 famílias cada, as comunidades mais populosas da região. O povoado Salgado localizado territorialmente no centro do território quilombola é palco de muitos conflitos com os proprietários ao redor. Já o povoado Bica, tem a centralidade das discussões e decisões da Associação. A comunidade Pontes é a comunidade mais próxima da sede de Pirapemas, ficando a cerca de 3 km de proximidade. A comunidade mais distante é a São Benedito dos Pretos, a 20 km da cidade.

O povoado Bica é um local estratégico do território quilombola, pois trata-se de um território eclesiástico³ e, é por esse motivo que a sede da Associação Quilombola Aldeia Velha funciona nesse povoado pois o local tem diversas funcionalidades, como os encontros dos associados por meio da capela da comunidade, onde realizam-se as missas, reuniões e oficinas, bem como os eventos para todos os povoados/comunidades.

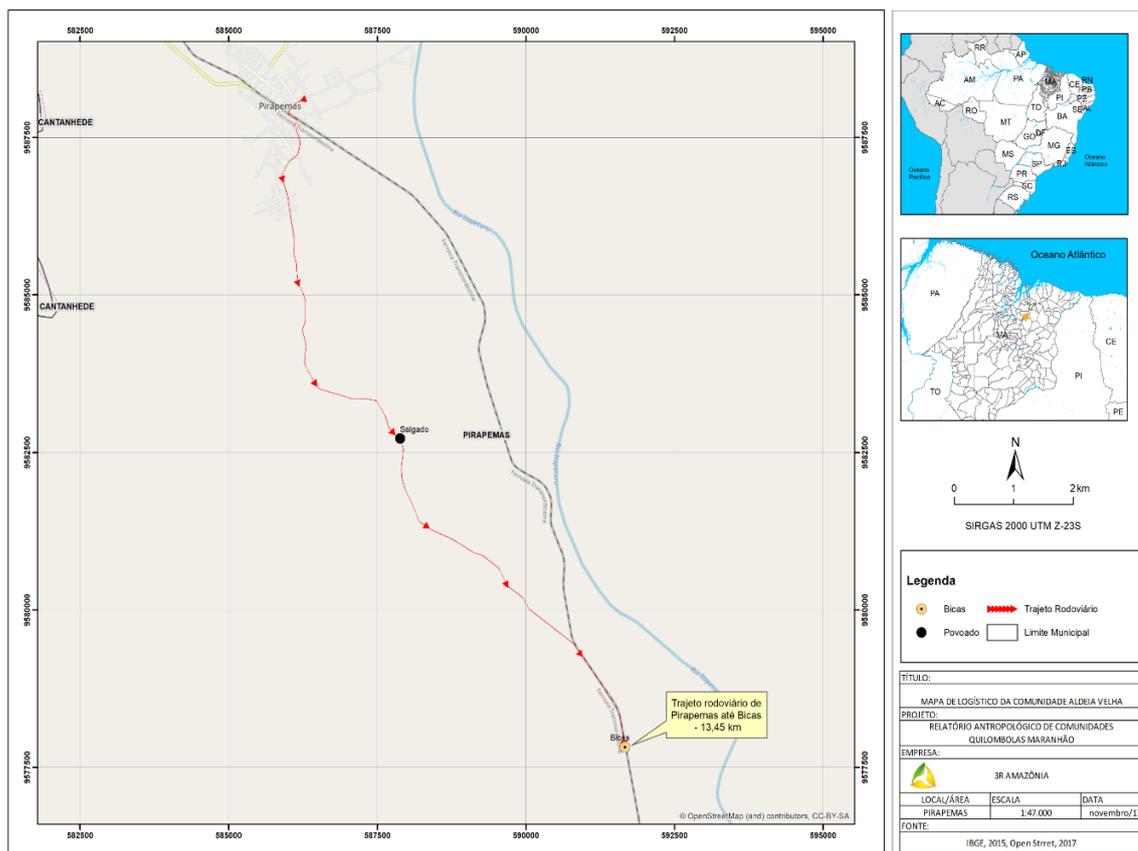
² A categoria comunidade é usualmente utilizada pelos moradores da Aldeia Velha. É uma categoria sociológica usada largamente pelo Movimento de Educação de Base (MEB) coordenado pela Igreja Católica na década de 1960. Para a Igreja Católica 'comunidade', em particular, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) se constituem em um núcleo social onde as pessoas devem ter objetivos comuns. O trabalho da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na Aldeia Velha é ainda presente como apoio às comunidades desse território.

³ Refere-se à gestão eclesiástica vivenciada pela Igreja Católica, faz-se diferenciada da lógica dividida pelo estado – nação, IBGE ou região academicamente reconhecida. Por meio de decisões eclesiásticas, em particular no Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) se configura em divisões denominadas de regionais, paroquiais.

O povoado Bica é para os demais povoados, abrigo, amparo e proteção. Residem na comunidade 11 famílias. As fotos indicam os vários tipos de uso da igreja, como o de reforço escolar, reuniões e oficinas realizadas na associação.

Realizamos na sede da associação com representação dos povoados, a oficina de elaboração do croqui do povoado Aldeia Velha, atividade de um dia com conversas, memórias, entre outras atividades. No mapa logístico abaixo, apresentamos o percurso realizado para chegar à comunidade Bica.

Figura 1- Mapa logístico para chegar na comunidade Bica



Fonte: 3R, dez. 2017.

A seguir imagens da Igreja e Sede da Associação Quilombola de Aldeia Velha, comunidade Bica. No período da festividade de São Lázaro padroeiro do povoado Aldeia Velha, as celebrações se realizam ao redor da igreja.

Imagem 3- Igreja

Fonte: Maicon Farias. (2017)

Imagem 4- Reforço escolar

Fonte: Tânia Miranda. (2017)

Imagem 5- Reunião de apresentação da equipe 3R na comunidade Bica

Fonte: Eldenilson Monteiro, 19 out. 2017

Abre-se aqui um parêntese para as duas categorias sociológicas: ‘comunidade’ e ‘povoado’. Comunidade, é como eles se definem por sua construção política de valores associados ao uso da terra como comunas tradicionais, fazendo uso dos meios de produção socializados, assim como as resoluções dos problemas locais debatidos, assumidos e resolvidos coletivamente. Povoado, é como administrativamente, são tratados para a aplicação de políticas públicas e, por razões históricas colonizadoras, no sentido de passagens ‘crescentes’ ou evolutiva: de vila, aldeia, povoado para o pequeno número de pessoas residentes em determinados locais, para se chegar ao tratamento de cidade, de urbano com aspectos particulares da industrialização e sucessivamente da modernização, no que tange o território reivindicado compreendidos “de sentimento de pertencimento local, sentimento que funciona como fator de identificação, defesa e força” (ALMEIDA, 1989, p. 163).

Imagem 6- Oficina – Construindo o croqui do povoado



Fonte: Tania Miranda. (2017)

Imagem 7- Croqui pronto



Fonte: Tania Miranda. (2017)

O povoado Bica não apresenta sistema de abastecimento público de água. A utilização da água vem de uma nascente que os comunitários chamam de bica, há moradores que possuem condições financeiras e fazem pequenos açudes, armazenando água durante o período das chuvas, entretanto no verão, todos precisam utilizar a água da nascente.

O campo de futebol é o principal ponto de lazer para crianças e jovens, com jogos de futebol para homens e mulheres. Em relação às moradias dos comunitários, elas são de taipa, com paredes erguidas sobre uma armação de vara de bambu ou talos de palmeiras, cobertas com palha e amarradas com cipós.

Ao que se refere à educação escolar, na comunidade há uma escola funcionando em regime de convênio com a prefeitura de Pirapemas, possuindo 34 alunos matriculados em 2017 nas séries do 1ª ao 5º ano. Para continuar os estudos, os alunos precisam se deslocar para cidade vizinha, que fica a aproximadamente 20km de distância do povoado.

Não há saneamento básico, nem coleta de lixo por parte da prefeitura, por isso, a comunidade utiliza buracos, feitos após a retirada do barro para construção de casas, para queima do lixo no barreiro⁴. Quando o local fica em desuso, o morador usa esse buraco para plantio de frutíferas, quase sempre de bananeiras, visto que no local ficam depositados insumos orgânicos decompostos e o barreiro (terra que fica no local) está com uma boa qualidade produtiva. O barreiro é uma prática tradicional realizada em comunidades rurais, em especial da Amazônia, uma vez que a falta de infraestrutura e de saneamento básico é comum em todos os povoados. Já a energia elétrica é fornecida pela cidade de Pirapemas.

2 PROCESSOS DE EXPROPRIAÇÃO DAS TERRAS QUILOMBOLAS EM PIRAPEMAS

O que percebemos na reconstituição histórica da família Corrêa Baima, é que os ex-escravos, tornam-se donos das terras por doação, passando a administrar a propriedade dessa família, dividindo-se pelas terras e organizando suas vidas. Mas a partir da construção da Transnordestina e a chegada de trabalhadores para a construção da estrada de ferro, o território começa a ser ocupado e casas começam a surgir dando origem a outros

4 Palavra êmica para um tipo de buraco feito no chão, onde são depositados entulhos, folhas secas e lixo doméstico para a decomposição do lixo e queima.

povoamentos no território. Esse período dá início ao processo de expropriação das terras dos Corrêa Baima, da família de Ana Preta (Ana Nília). Por estes não terem conhecimento suficiente para tratar com documentação e impostos, foram “enganados” por um dos que chegaram para trabalhar com retirada de madeira para fazer dormente para os trilhos do trem, Antônio Teixeira Ribeiro.

Quem retrata os acontecimentos é seu Manuel Pereira da Silva, conhecido como Venerando, que trabalhou por muitos anos para um dos donos dessas terras, como empregado e capataz de uma das fazendas que se criou nos territórios.

Entrevistadora: Qual o nome do velho Godô?

Manuel: Godofredo Ferreira Pontes, ele comprou as terras do Wilson Ribeiro.

Entrevistadora: O que o Wilson tinha aqui e como ele adquiriu as terras?

Manuel: Ele herdou do pai dele, o velho Ribeiro.

Entrevistadora: E como o pai dele conseguiu?

Manuel: A história foi assim, o Godô contava pra nós, os pretos não conhecia nada, não sabia de nada. E as terras tinha que pagar os imposto todo ano pro governo. Então, eles pegaram as terra, o velho Ribeiro vivia de cortar madeira, aí os preto pegaram e passaram pro velho Ribeiro, ficaram mesmo fazendo o serviço, tirando madeira e pagando os imposto, porque se passasse um tempo dez anos sem pagar, aí perdia. Com dez ano se não pagasse perdia a terra e o Ribeiro, muito sabido, recebeu a ordem dos preto e nunca foi pagar e pegou o documento da terra, mas só não passava pro nome dele. Com dez anos veio a cobrança da terra pros preto. Aí o velho Ribeiro pagou os imposto e passou a terra pro nome dele. Aí assim foi que ficou pra ele.

(Entrevista concedida aos autores em dez, 2017).

A narrativa enfatiza que Antônio Teixeira Ribeiro enganou os negros Baima, usurpando seus documentos e se apossando das terras. É notado que um de seus herdeiros, o Wilson Ribeiro, que foi o primeiro prefeito de Pirapemas, começou a repartir as terras. Esses moradores, segundo Venerando, trabalhavam a terra “*em comum*”. Essa expressão justifica a forma tradicional de uso da terra nas comunidades negras rurais do Brasil, em que se refere ao imbricamento das atividades agrícolas (roça de mandioca) e criatórias (criação de porcos, galinha, boi, pato, bode, etc.) como formas de manejo adequadas à lógica coletiva de vida em comunidade, desde o manejo da lavoura, de recursos da floresta como a coleta de coco babaçu e a produção de seus derivados, as pescarias e a retirada de madeira para usos domésticos, pautados na reciprocidade e coadjuvando-se.

A partir de 1950, o estado do Piauí passou por um período de seca e Pirapemas absorveu muitos moradores, entre eles, o piauiense Pedro Petra que comprou terras e sítios em Aldeia Velha. Aos poucos o processo de expulsão foi se acirrando e os moradores originários dessa terra foram saindo devido à opressão, à obrigação de pagamento de foro e à proibição das brincadeiras de tambor de crioula e do toque da macumba. Mas um dos principais compradores foi Godofredo Ferreira Pontes, o Velho Godô, que veio do Piauí, segundo Venerando, foi ele que “colocou ordem” na região, instituindo nas terras o sistema de pagamento de foro⁵ para os trabalhadores que quisessem ficar.

Algumas famílias ainda continuam sua trajetória do território, outras são expulsas ou se retiram, indo viver na cidade de Pirapemas e outras localidades. Em todas as comunidades há processos de apropriação, consolidado a partir dos anos 1950, cuja principal forma se dá

5 É uma espécie de imposto pago pelos quilombolas aos fazendeiros, tanto em espécie como em forma de produção, para poder viver nas terras e plantar. É comum os proprietários de terra, grandes ou pequenos, em alguns lugares no Maranhão adotarem o sistema de “aforamento”, mantendo assim as famílias de ex-escravos e seus descendentes diretos, pelo poder de coerção, a **cobrança de foro**. Em Aldeia Velha este sistema incide em uma boa parcela das famílias. A pesquisa encontrou em todas as comunidades, tal incidência a peso de muitos conflitos, ameaças e até mortes entre os quilombolas e proprietários.

pela grilagem e o aforamento, como uma dinâmica de mando do lugar, diante dos trabalhadores descendentes dos escravos e donos das terras doadas, assim como dos trabalhadores que chegam a partir da construção da estrada de ferro.

As famílias que permanecem no território fazem roças e quebram coco, criam animais de pequeno porte e permanecem nos povoados diante de conflitos das terras repartidas, que engloba as 11 comunidades que foram constituídas no território, cujos moradores, ao longo do tempo, principalmente depois da década de 1950, enfrentam vários conflitos com cerca de 32 grileiros nestas terras, em que há três famílias com maior concentração de terra no território: a família Pontes, a família Godô e a família de Roberto, conhecido como Roberto do Peru.

O filho do velho Godô, Antônio Godô, vendeu sua parte das terras a outros fazendeiros, iniciando uma grande situação de expropriação entre os anos 60 e os anos 90, quando centenas de famílias foram expulsas do local. Na década de 1970, surge uma nova fase de conflitos, após a venda de terras para outros fazendeiros.

3 ABORDAGEM CONCEITUAL E TEÓRICA

O território quilombola de Aldeia Velha é resultado da organização de 11 comunidades que reivindicam a ancestralidade das terras da família Corrêa Baima, terras que remontam ao período colonial brasileiro, e que foram doadas por Viriato Corrêa aos negros que também herdaram o sobrenome Corrêa Baima. As 11 comunidades, hoje organizadas na Associação do Território Quilombola Aldeia Velha, nasceram de um período de profunda exploração de sua força de trabalho, de expulsão de muitos, restrições de uso da terra para sua reprodução social e cultural, e da luta contra o aforamento. Em meio aos muitos conflitos pela terra, travaram suas lutas na reconstituição da descendência e da tradicionalidade negra, baseando-se na memória social e a etnicidade do grupo.

A memória dos quilombolas remonta à tradição de ocupação histórica das terras, dos lugares, caminhos antigos, das atividades extrativistas e agrícolas, desde o período colonial, numa terra doada aos negros que ali viviam num passado de escravidão. Os quilombolas de Aldeia Velha, a partir da perda do domínio de suas terras, da relação com outros tantos retirantes, vindos para a região com a construção da estrada de ferro, também subjugados ao processo de exploração local pelo pagamento de foro, vão reconfigurando a vida neste território.

A reafirmação étnica, os quais se configuram por consensualidade e legitimação territorial, é, para além da referida conquista normativa, pois é no território que a etnicidade dos grupos se perpetua, estes compartilham valores culturais fundamentais, colocados em prática num contexto de ação, se compõe em um campo de comunicação e interação; se identificam e são identificados por outros e se constituem em uma categoria que se distingue das demais categorias da mesma ordem. (POUTGNAT; STREIFF-FERNAT, 2011).

É importante frisar que a emergência das demandas pela demarcação dos territórios quilombolas, se dá em face às disputas por terra no meio rural brasileiro. Os então “camponeses”, “posseiros” e outras categorias utilizadas para designar comunidades negras rurais, assumem a luta pelo reconhecimento de seus territórios para se defenderem do avanço de seus diversos antagonistas (grileiros, grandes latifundiários, ou mesmo grupos articulados para a instalação de grandes empreendimentos) sobre seus territórios.

O conceito de “etnia é formulado a partir de conflitos sociais” (ALMEIDA, 1998, p.52). Sobre a noção de etnicidade, Arruti (1997, p. 25) acrescenta,

[...] a relevância do movimento analítico que aproxima as “comunidades remanescentes de quilombos” está na problematização do seu processo de autoconstituição como grupos sociais e culturais diferenciados, ou em outros termos, no que a literatura antropológica convencionou chamar de etnogênese.

Ainda segundo este mesmo autor “o uso da categoria etnicidade é sua remissão ao movimento de um determinado agregado no sentido da constituição de uma unidade política”. (ARRUTI, 1997, p. 26). A etnicidade não marcaria, portanto, o reconhecimento de semelhanças previamente dadas, inscritas naturalmente nos corpos e nos costumes e cuja explicação estaria no passado, mas uma atitude positiva e propositiva, através da qual seriam produzidas demandas e um projeto comum, ou seja, cuja vinculação e razão de ser estão nos processos instituídos e instituintes. Os trabalhos sobre etnogênese inscritos em rearranjos classificatórios de “raça”, “etnia” e avançando para “classe” que a opção por etnia corresponde a uma postura política, pois os estudos de grupos emergentes sinalizaram que “as fronteiras podem ser criadas ou mudar de natureza quando entra em cena a disputa por recursos, em especial os recursos fundiários” (ARRUTI, IDEM, IBDEM).

O refúgio de muitos dos escravos africanos, de escravos fugitivos e de remanescentes de quilombos se organizaram de maneira etnicamente fechada e socialmente autônoma, praticando agricultura de subsistência, coletando espécies de vegetais, caçando para consumo próprio e para a comercialização no mercado de possível alcance destas comunidades. O refúgio, o isolamento e sucessivamente a autonomia foi a maneira encontrada, por muitos, para a sobrevivência de suas raízes, crenças e manifestações culturais, assim como sua cosmovisão vinculada à ancestralidade.

A cosmovisão de um grupo, amparado em sua ancestralidade, é fruto da oralidade e das práticas de estratégias de manutenção e afirmação da identidade; estas se materializam em um contexto de organização social, cultural, política e territorial dos grupos étnicos que se autodenominaram quilombolas.

Enfatiza-se que a identidade de um grupo não parte apenas da vivência em si, mas da construção do ser simbólico, do reconhecimento de pertença (pertencimento) ao grupo e, sucessivamente, de ser reconhecido no contexto grupal. E, mesmo que este reconhecimento tenha acontecido pelo amadurecimento, incentivado em determinado tempo histórico, foi um elemento substancial e necessário para as alterações conceituais, no qual os grupos estiveram diretamente relacionados ao processo entendido de ressemantização indicada por Arruti (2008), que enfatiza que o sentimento de pertença não depende da cor da pele ou da origem africana. Neste processo, entendido como étnico, a identidade está intrinsecamente vinculada à ideia de pertencimento local, ou seja, é o local que se percebe, que entra em ação, que ressignifica, que traduz a vida ao processo de ocupação tradicional das terras. A terra, como enfatiza Almeida, (2008) “é de uso comum; e funciona como fator de identificação, defesa e força”.

Neste sentido, territórios de usos comuns tornam-se para este autor, categoria central não só analítica, mas política, pois

[...] as formas de uso comum designam situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um dos seus membros. Tal controle se dá através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, (pelos) vários grupos familiares, que compõem uma unidade social. São os laços solidários e de ajuda mútua (que) informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável. (ALMEIDA, 2008, p. 28 - 29).

A construção dos laços solidários é empreendida por grupos étnicos na condição de enfrentamento às condições desumanas em que estão submetidos. A etnicidade tem sido refletida como um fator primordial para mobilização política “pois ela permite combinar interesses e vínculos afetivos”. (POUTGNAT STREIFF-FERNAT, 2011, p. 98). Seu sucesso, deve-se ao fato de ela mobilizar símbolos culturais identificáveis, tais como a dança, o modo de cultivar os bens concretos e abstratos.

Com base nas questões de afirmação política, acesso à terra, uso comum da terra, acesso a políticas públicas e a titulação coletiva da terra, a comunidade quilombola da Aldeia Velha, em conjunto com instituições políticas, sociais, religiosas, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em concomitância à participação ativa nas Comunidades Eclesiais de Base (Ceb's)⁶ trava a luta pelo território. Os dois grupos, ligados à Igreja Católica, são motivadores para os quilombolas, na medida em que promovem a reflexão sobre a realidade e como fator sucessivo para as ações concretas de mudança. Trabalhadores rurais foram incentivados a criar uma organização social legalizada, tipo associação, com fins de manter a relação da comunidade com instituições políticas locais.

Assim, em 2014 foi criada a representação política da entidade, Associação do Território Quilombola Aldeia Velha, fruto de reivindicações pela permanência em suas terras e a busca de projetos de desenvolvimento para a comunidade. Foram intensas lutas desses grupos em conjunto com organizações de cunho legislativo e de trabalhos acadêmicos que até hoje interagem na consolidação de um campo político organizativo ao redor desses territórios. Acsegrad (2010) em sua análise sobre demanda territorial acrescenta,

[...] uma demanda por território, ao contrário [de uma simples demanda por terra] evoca questões de poder, de identidade, de autogestão e de controle dos recursos naturais. Uma demanda territorial busca impor uma nova territorialização que, no interior do espaço nacional é fundamentada na cidadania territorial, tenta redefinir a relação dos grupos com o Estado e a nação. (IDEM, 2010, p.14).

A emergência da organização das comunidades quilombolas tem suas raízes na concepção dos trabalhadores da área rural e/ou do campo, que criam lutas específicas e contribuem para o estabelecimento e promulgação de leis também específicas. A criação da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) em 1996, é um dos marcos de contribuição, enquanto movimento político organizado que afirma a identidade étnica inserida no conjunto das lutas dos quilombolas pela posse de suas terras centenárias. Esta instituição tem claro o seu objetivo,

[...] lutar pela garantia de propriedade de terra, pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável e pela implementação de políticas públicas levando em consideração a organização pré-existente das comunidades de quilombo, em vários estados brasileiros, tais como uso comum da terra e dos recursos naturais, em harmonia com meio ambiente, que são referências de vida. (COSTA, 2017, p .6).

Como marco da oficialização do termo “território” referente a essas populações, tem-se o Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, onde no Artigo 3º, no Inciso II, reza,

Territórios Tradicionais são espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts, 231 da Constituição e 68 do

6 CEBs são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEB's podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome de comunidade eclesial de base. É o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem numa capela aos domingos para celebrar o culto (p.7). Artigo “O que é Comunidades Eclesiais de Base” de Frei Beto. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/freibetto/livro_betto_o_que_e_cebs.pdf/. Acesso em: jan. 2018.

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações. (BRASIL, [1988] 2007).

Esse Decreto oficializa uma concepção de território construída pelos atores sociais ao longo de sua história de luta por existência e reconhecimento desta. (LEROY, 2016, p. 15). Na perspectiva acadêmica, Cara (1994) analisa que o território pode ser carregado de sentidos: Territórios físicos ecossistêmicos em sintonia com os seus habitantes; Territórios ancestrais carregados de memória afetiva e espiritual; Territórios laboratórios de experimentos e de construção de conhecimentos; Territórios de lutas e de elaboração de definições de identidades; Territórios construídos em torno de laços familiares; Territórios em que a individualidade é inseparável do coletivo. Neste sentido, Almeida (1989, p. 72) sinaliza que os territórios não obedecem a um conceito único, mas a diversidade é enorme para cada um, é a territorialidade específica que vai configurar seu território, “funciona com fator de identificação e defesa”. O conceito assim, torna-se categoria central não só analítica, mas política.

4 POVOADO BICA: PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA EM BUSCA DA TITULAÇÃO TERRITORIAL

O povoado Bica nasceu em volta dos muitos conflitos entre o proprietário Antônio Godô (filho do velho Godô), que se intitulava herdeiro das terras de seu pai. Vários foram os conflitos levando a perseguições de lideranças, queima das hortas, destruição de viveiros de criadouros de galinha e porcos, além de muitas ameaças às famílias do povoado Bica.

Os primeiros moradores dessas terras foram obrigados a deixar o local e se instalarem na cidade. Muitos foram em busca de trabalho quando iniciada a construção da estrada de Ferro. Outros foram chegando de outros estados e se alojaram no local. Um dos motivos de afastamento das terras está vinculado à perseguição de novos proprietários que foram se alojando e se apropriando de terras na região. Os depoimentos sinalizam que bastavam chegar e dizer que era dono, apresentava um documento, cercava e iniciava o processo de violência, aí não se podia mais trabalhar na terra. Os que permaneciam nas terras para produzir, tinham que pagar, assim relata:

No tempo do Zequinha, nós demo foi 50 saco de arroz, e ele tava dizendo que nós tinha roubado ele, enganado ele, pois é, nós fizemo a roça aqui na mata dele aqui, roça mostra, até esse cara tava mais nós, nós demo foi 50 saco de arroz, não foi só eu que dei não, mais o pessoal, porque a roça fui eu que aluguei o terreno pra fazer a roça, na hora teve que ajuntar o arroz todinho pra dar pra ele, “safado tu ainda me roubou, me enganou”, que diabo enganou rapaz, 50 saco de arroz, e dei sacada, e dei bem aqui na usina. (Antônia Luzia Conceição Barros da Silva, 67 anos, Povoado Bica, dez. 2017).

Ao fluir a história, Joana Alvez e Maria dos Remédios começaram a dizer que teve um tempo que “os pretos deixaram de ser besta, cansou de sofrer, de entregar tudo que produzia o dia todo e entregar na mão dos proprietários”. Maria dos Remédios enfatiza que um dia a confusão pela terra começou, “tinha uma família que chegou do Piauí e comprou as terras que a gente nem soube. Uma tal de Nilza e o marido dela, o Satiro e começaram a cobrar o foro”.

A partir de 1950, essas comunidades e as suas lideranças sofreram muitas ameaças de mortes, de despejos, de casas de serem queimadas, pois 90% das casas são de pau a pique cobertas de palha. Mas os maiores conflitos se apresentam na forma de queimadas, com incêndios criminosos, derrubas de palmeiras e madeiras para venda, extração de pedras, grandes desmatamentos para planta de capim, comprometendo os igarapés, brejos, juçarais e buritizais, destruindo as nascentes e comprometendo a vida das comunidades com a falta

d'água e de alimento. Eles tomam de conta das terras deixando as comunidades sem a terra para trabalhar e impedidos de fazerem suas roças.

A mediação para os conflitos surgiu após muitas assembleias entre os povoados, bispo, padres e religiosas da Igreja Católica, acertaram o pagamento da dívida e a compra do território e a seguir a doação. Esse processo de doação se deu por volta de 1978, a Diocese de Coroatá no bispado de Dom Reinaldo Ernest Heriberto Pünder⁷.

Os acertos se deram entre as 13 famílias do povoado Leão e as 11 famílias do povoado Bica. Juntos somam 24 famílias e estão em 240 hectares. A foto da nascente abaixo, dá nome ao povoado.

Imagem 8- Nascente no povoado Bica



Fonte: Maicon Farias. (2017)

O fato de o território pertencer a Igreja Católica, título doado ao povoado Bica incluindo uma parte do povoado Leão, dá as famílias o sentimento de proteção das invasões de outros fazendeiros, da cobrança do foro e outros efeitos herdados historicamente, e por isto centralizam as discussões e decisões dos povoados em seu território. À época, em 2017, o coordenador executivo da Associação do Território Aldeia Velha, Zé Patrício (47 anos), morador do povoado Pontes, nos fala da importância da tomada de consciência, advinda da atuação da Igreja Católica do município (início com a paróquia, depois com a CPT), frente aos conflitos pela posse da terra, tal disposição os coloca de frente com os demais proprietários que não conseguem apresentar documentos de títulos legais das terras, tendo que usar da violência para garantir o poder e o mando sobre esse território.

O processo de organização da associação aconteceu no povoado Bica, inclusive as reuniões com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foram inúmeras as reuniões realizadas para tratar de uma instância que representasse os interesses das comunidades, resultando na criação da associação. Foi um processo com ampla discussão entre todos os povoados, [...] *vários momentos de debates, assessoria dos advogados da CPT. A CPT é o*

⁷ Bispo Alemão que trabalhou na região, ele foi o 1º bispo diocesano de Coroatá desde 1978. Disponível em: <http://www.arquidioceseolindarecife.org/2011/01/morre-o-bispo-de-coroata-ma-dom-reinaldo-punder/>. Acesso em: jan. 2018.

único grupo que dá apoio pra nós. Nós conseguimos os recursos para a legalização com a Igreja e com uma vaquinha que nós mesmos fizemos [...] (Zé Patrício, 47 anos, dez. 2017).

Em grande assembleia com representatividade de todos os povoados e ainda, subsidiados pela Convenção 169 da OIT, que reconhece a autodeterminação dos quilombolas, envolvendo o direito de escolha na organização e desenvolvimento de seus modos de vida, “[...] bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural” (BRASIL, [1988] 2017). Além do Instrumento que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos; acompanhado dos instrumentos previsto no inciso I, e alíneas do artigo 10 da IN57/200, o território Aldeia Velha se autodeclarou quilombola.

A Associação do Território Quilombola Aldeia Velha foi instituída em 17 de setembro de 2014, tem uma peculiaridade em relação à forma de organização associativa mais comum no Brasil, visto que seu funcionamento tem como característica, a descentralização em Conselhos representativos que fazem a ponte (diálogos e inter-relações) entre as comunidades e seus associados. Entre os muitos conflitos das representações das comunidades ao entorno de outras comunidades, nos acertos, 11 povoados são representados pela Associação, que tem como responsabilidade a administração, prezar pelo patrimônio material e imaterial, móvel e imóvel das comunidades, cuja bandeira fundamental de luta é a regularização do território.

São considerados sócios da associação, os remanescentes de quilombo que integram e/ou vierem a integrar as comunidades quilombolas de Aldeia Velha, com os devidos direitos de participação nas assembleias gerais, votar e ser votado, apresentar, solicitar reivindicações de seu interesse ou de interesse da Associação e das comunidades. Ainda segundo os procedimentos estatutários, todos os associados e seus herdeiros têm igual direito sobre as terras de propriedades das comunidades quilombolas do território Aldeia Velha. Os associados têm direito de prática de agricultura, caça, pesca, extrativismo desde que esteja em harmonia com a mãe-natureza. (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO, 2014).

Para Zé Patrício (2017, 47 anos) a criação e legalização da associação viabilizou processos de reivindicação à Fundação Palmares como a autodefinição de comunidade quilombola, acordo satisfatório para ter a garantia de liberdade e a garantia do modo de vida das comunidades, pois viviam nas terras “alheias” sujeitos ao regime de trabalho superexplorado, viviam no “assujeitamento”. A condição de assujeitado implica em controle visto como excessivo. “Viver nas terras alheias é ser assujeitado” (José Bispo, 76 anos). Não é a condição de trabalho que indica tal situação e sim a condição de moradia, aliás, a falta dela, que impõe a obrigação de se ter que morar na terra do “patrão”, assim como a cobrança de foro, que complementa essa condição de assujeitamento, ‘depois de tanto trabalho da família ‘temos que entregar parte da produção’’. (José Bispo, 76 anos).

A Associação das comunidades quilombolas realiza suas reuniões de rotina, assembleias ordinárias e extraordinárias em sua sede, igreja, escola localizado no povoado Bica. Por meio da associação reivindica-se muitas demandas quanto aos serviços públicos, a comunidade não conta com a coleta de lixo, nem com serviços de esgoto ou água encanada. A energia elétrica chega via extensão da rede do município, fruto da iniciativa da associação. A coordenação da associação, ainda reivindica outra parte das terras no povoado Leão, que vivem em conflito com os proprietários antigos como Antônio Godô, Zequinha Ortegal e atuais como Carlos Noventa e Nove. Os moradores do povoado Leão é impedido de entrar nas áreas para trabalhar, havendo ainda desmatamento e derrubada de palmeiras onde as famílias que trabalham ainda precisam entregar ao “proprietário” uma parte da sua produção pelo direito de trabalhar na área.

O povoado Bica tem sido desde o recebimento do título do território, atuante e protagonista nas ações políticas de reivindicações ao Povoado Aldeia Velha; quando os

coordenadores da associação quilombolas são ameaçados e perseguidos receberam abrigo e proteção neste povoado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho nos propusemos a focar a história de lutas vivenciadas pelos quilombolas de Aldeia Velha e mostrar o povoado Bica como protagonista nas ações de mobilização e organização pela titulação definitiva das terras, compondo 11 povoados e, com a proposta de área delimitada foi de 7.618,303 hectares, com perímetro de 41.798,549 metros. Lembrando que este território já tem em suas posses 240 hectares de terras doadas pela Diocese de Coroatá para duas comunidades, Bica e Leão.

Até onde podemos acompanhar, vimos o povoado Bica em comunhão com entidades que historicamente lutaram contra ao doloroso processo de escravização de negros africanos, de camponeses e povos originários que se encontram em situação de assujeitamento.

Em termos de representação, o povoado Aldeia Velha atua e em alguns eventos, coordena as lutas atuais e se faz presente nos principais fóruns, conselhos de debates e decisões referentes a luta pela terra e reforma agrária.

Percebeu-se, a coesão do grupo, construída em uma história comum, significando o sentido de permanecer na caminhada, como os próprios quilombolas, costumam falar. A história de ocupação é indissociável do uso comum do território, por um lado para subsistência física, mesmo ligado à economia familiar, por outro lado, as marcas do passado estão espalhadas pelo território, na memória de luta e de resistência, desde o passado mais distante aos períodos atuais.

A que se considerar que este território é marcado ao longo de sua história por processos de expropriação e violência constantes, e que esses processos ainda estão em continuidade em pleno século XXI, chegando a níveis extremos de violação de direitos humanos. Muito recente, agora em 2021, as lideranças locais são ameaçadas de morte, tendo que recorrer a medidas protetivas do Estado, (lideranças que passaram dias e dias escondidos nos matagais de Aldeia Velha ou fugiram pelo rio Itapecuru), há casos de expulsões de núcleos familiares, mesmo em plena pandemia, há destruição de casas e de áreas de roças dos quilombolas e, inclusive com proibições de manifestação cultural religiosa, dentre outros.

O relatório, após a aprovação, recomendou ao INCRA-MA dentro de suas atribuições, concluir com agilidade o processo de RTID da Comunidade Quilombola Aldeia Velha, a fim de garantir o título definitivo do território, garantindo constitucionalmente às comunidades quilombolas a apropriação definitiva de seu território e as condições para sua sustentabilidade e a manutenção do modo de vida de seus habitantes. No entanto, o processo continua estagnado.

Os Quilombos certificados e titulados refletem a morosidade e omissão sistêmica que protela e impede o reconhecimento e titulação dos quilombos, em descumprimento à Convenção 169, OIT. Ao povoado Aldeia Velha, ainda há muito para resistir e lutar.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. *In: Estudos Avançados*, Dossiê Teorias Socioambientais, vol.24 no.68 São Paulo, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>. Acesso em: dez. 2020

ACEVEDO, R.; CASTRO, E. **Negros dos Trombetas: Guardiães de Matas e Rios**. Belém: editora CEJUP, 1998.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida (1995-1997). **BIB**, Rio de Janeiro, n. 45, 1º semestre de 1998, p. 51-70.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. *In*: CASTRO, Edna; HÉBETTE Jean. (org.). **Na trilha dos grandes projetos: Modernização e Conflito na Amazônia**. Belém PA: NAEA/UFPA, 1989. p.163 – 196.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Os quilombos e as novas etnias**. *In*: O'DWYER, E. (org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. p. 43-81.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres, “castanha do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.ª Ed, PGSCA- UFAM, Manaus, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres, “castanha do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.ª Ed, PGSCA- UFAM, Manaus, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

ARRUTI, José Mauricio. **A emergência dos remanescentes**. A emergência dos “remanescentes” notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana* 2(3) 7-39 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93131997000200001> Acesso em: 22.fev. 2018, BRASIL. Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

CARA, Roberto Bustos. Territorialidade e identidade regional no sul da Província de Buenos Aires. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (org.). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Editora HUCITEC-ANPUR, 1994.

COSTA, Ivan Rodrigues. **CONAQ: Um Movimento Nacional dos Quilombolas**. 2017. Disponível em: <http://docplayer.com.br/16946833-Conaq-um-movimento-nacional-dos-quilombolas.html>. Acesso em: 20 dez. 2017.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **“Introdução”, em Quilombos: Identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro, editora Vozes, 2007.

POUTIGNAT, Philippe;STREIF-FERNAT, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Tradução: Elcio Fernandes - 2 ed. São Paulo: Ed UNESP, 2011, 250 p.

ELOS HUMANOS E TRABALHO DE CAMPO NA AMAZÔNIA DE MEADOS DO SÉCULO XIX

Carla Oliveira Lima¹

RESUMO

Este artigo retrata as experiências de trabalho de campo do naturalista inglês Alfred Russel Wallace em sua segunda fase de exploração de coleta de espécies: em direção ao Rio Negro, na Amazônia de meados do século XIX. Nessa fase da viagem, busco evidenciar o quanto relações de cooperação e de amizade foram fundamentais na trajetória de homens de ciência em campo, já que esses elos humanos podiam determinar o sucesso ou o fracasso de seus objetivos de viagem. Ao mesmo tempo, busco recuperar o cotidiano das viagens de coleta de A. R. Wallace e as formas pelas quais ele interagiu com o ambiente e as culturas dos lugares que visitou. Nesse sentido, destaco a importância das redes de conexões e a manipulação da infraestrutura humana para realização do trabalho de campo. Graças à experiência de coleta desenvolvida no Brasil, Wallace adquiriu determinadas habilidades e obteve ajuda de uma rede de colaboradores profissionais que foi ampliada devido à sua experiência de coleta na Amazônia.

palavras-chave: Alfred Russel Wallace. Elos Humanos. Trabalho de Campo.

HUMAN TIES AND FIELD WORK IN THE MID 19TH CENTURY AMAZON

ABSTRACT

This article pictures the experiences in fieldwork of the English naturalista Alfred Russell Wallace in his second phase of exploration of collect: of species towards to the Rio Negro, in the Brazilian Amazon in mid of 19th century. At this phase of the trip, I seek to show how much support, cooperation and friendly relations, consolidated within the region visited, were fundamental in the trajectory of men of science in field, since these human links could determine the success or failure of goals of trip. At the same time, in this study, recovers, the daily life of A. R. Wallace; collection trips and the way he interacted with the environment and cultures of the places that he visited. In this sense, I highlight the importance of connection networks and the manipulation of human infrastructure to carry out fieldwork. Thanks to the collection experience developed in Brazil, Wallace acquired skills and obtained help from a network of professional collaborators that was expanded due to his experience collecting in the Amazon.

keywords: Alfred Russel Wallace. Human links. Fieldwork.

Data de submissão: 05.08.2021

Data de aprovação: 19.11.2021

INTRODUÇÃO

“A Description of Santarem.
 “I stand within a city,
 A city strangely small;
 'Tis not at all like Liverpool,
 Like London, not at all.
 The blue waves of the Tapajoz
 Are rippling at its feet,[...]”²

¹ Atuação nas seguintes áreas: História das Ciências, História Ambiental, História da Amazônia. Atualmente trabalha como professora do Ensino Médio e Fundamental no Colégio Militar de Manaus. E-mail: climaster@gmail.com.

² WALLACE, Alfred R. My Life. **London:** Chapman & Hall, 1905, p.279.

O trecho do poema acima foi escrito pelo britânico Herbert Edward Wallace em 1849, durante sua permanência de três meses em Santarém do Pará. Ao longo dos versos de “A Description of Santarem”, o autor retratou elementos que ressaltavam o exotismo tropical de um lugar que, para ele, era estranho: não era Liverpool, nem Londres. Herbert Wallace havia chegado da Inglaterra em julho daquele ano especialmente para trabalhar como assistente das excursões de coleta de espécies de seu irmão mais velho, Alfred Russel Wallace. Em seu poema é possível observar sentimentos que eram de um jovem europeu de 21 anos que apreciava, pela primeira vez, um mundo distante sua terra natal. Essas sensações estavam alinhadas uma mentalidade europeia em voga, que enfatizava a exuberância da natureza e a multiplicidade de formas humanas de regiões tropicais: “The grinning, white-toothed negroes[...].” With skins of every dye, Some black, some brown, some lighter, Some white as you or I.³

Para além das inspirações que o mundo tropical pela primeira vez apreciado efetuou nos versos de Herbert Wallace, a chegada do irmão de Alfred Russel Wallace a Amazônia esclarece que nem sempre a atividade de coleta era um trabalho solitário, mas dependente de cooperação, apoios mútuos, amizade e interações com diversos atores sociais. Nesse sentido, em sua biografia A. R. Wallace ressalta que a estadia em Santarém foi apreciada por ambos por vários motivos: o clima agradável, a abundância de leite e, principalmente, porque haviam desfrutado da companhia agradável de amigos que encontraram naquele espaço.⁴ Trata-se de aspecto salientado por Herbert em um poema no qual, segundo seu irmão, sintetiza o sentimento de ambos no momento da despedida do lugar:

“Farewell to Santarem.”
 “My skiff is waiting on the shore,
 And on the wave is my canoe;
 Ye citizens of Santarem,
 To each and all, adieu!
 The hour has come to bid, with grief,
 Adieu to milk and tender beef.
 “Adieu, the fort upon the hill,
 And yon cathedral’s domes,
 Like guardian giants gazing down
 Upon thy lowly homes;
 Ye naked children, all adieu,
 And thou strange pig with skin of blue
 Farewell, the forest’s deep recess,
 Where Sol can never come;
 Farewell, the campo’s sandy plain,
 The lizards in the sun.
 To water-melons cool, adieu;
 And farewell, old black cook, to you.
 “Adieu, thy shores, broad Tapajoz,
 Within thy heaven-dyed wave,
 At noonday’s silent, sultry hour
 I’ve joy’d to plunge and lave.
 Adieu! to-morrow’s noonday sun,
 I’ll bathe in yellow Amazon.”⁵

Entre as amizades constituídas em Santarém, Wallace destacou: um escocês denominado capitão Hislop, com quem pôde contar para ampliar sua rede de conexões com o propósito de conseguir ajudantes, hospedagem, canoas e mantimentos; e a do coletor britânico Richard Spruce, o qual aportara em Belém no mesmo navio que trouxera Herbert, acompanhado

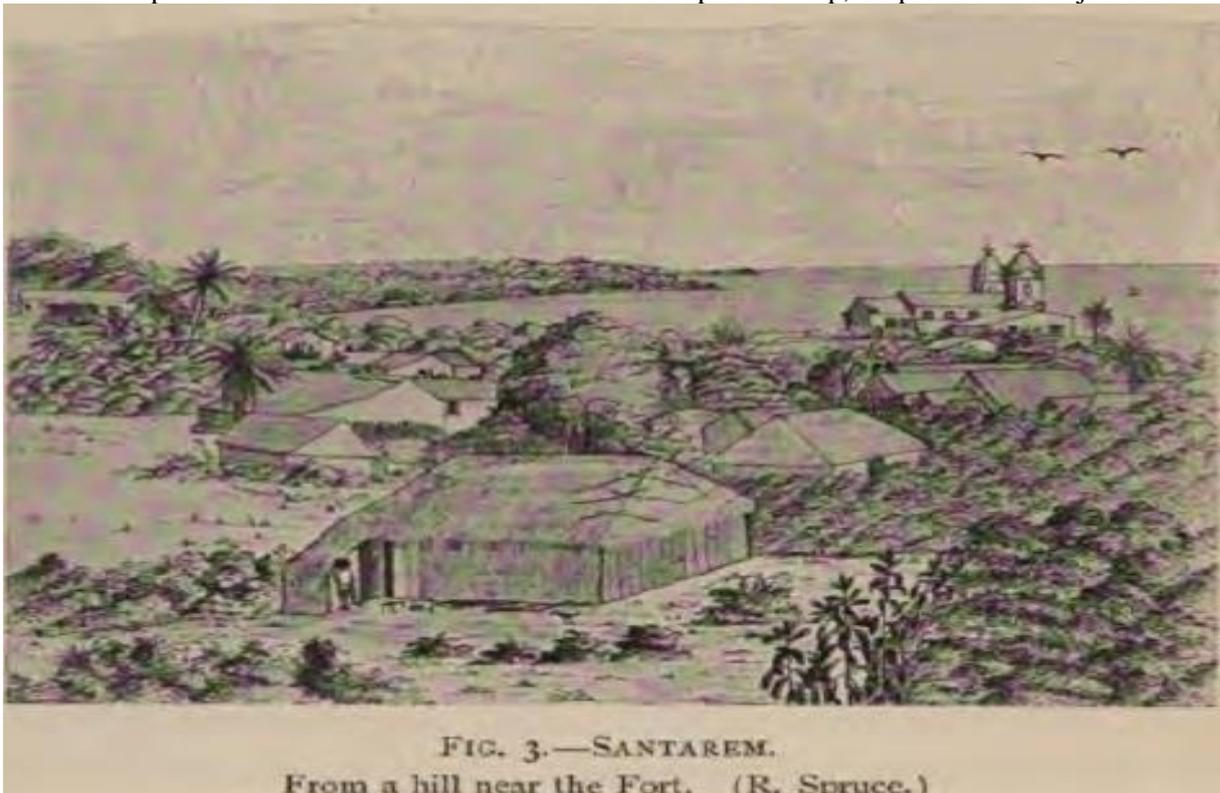
³ Ibidem, p. 280.

⁴ Ibidem, p. 279.

⁵ Ibidem, p. 280-281.

de um aluno e assistente em botânica, Robert King. Foi nesse espaço que Wallace e Spruce, além de coletar, preparar e enviar coleções para Inglaterra, puderam apreciar a convivência com alguns negociantes europeus estabelecidos no lugar, entre os quais três britânicos: Hislop, Jeffries e Golding. Os registros sobre Santarém exaltam o uma pitoresca experiência de usufruir da vida ribeirinha, com direito a conversas entre amigos, agradáveis passeios e banhos nas águas azuis do rio Tapajós.

Figura 1 - Colina próxima ao Forte em Santarém. Desenho de autoria de Spruce. Possivelmente a vista a partir da colina onde ficava a residência do Capitão Hislop, hospedeiro dos viajantes.



Fonte: Spruce, 1908.

Embora Herbert tenha conhecido Spruce e King durante a travessia de 28 dias do navio inglês que o transportou até o porto paraense, foi em Santarém que os irmãos Wallace e aqueles fortaleceram elos de amizade, de confiança e de mútua admiração pessoal. A empatia entre Spruce e Wallace foi de tal importância, que este último retratou seu amigo recém-chegado como um “bem-educado homem”, um “ardente botânico”, alguém com superior inteligência e que possuía uma agradável maneira de ser.⁶ Do mesmo modo, Spruce descreveu seu encontro com Wallace em Santarém, com quem partilhou sua primeira familiarização nos caminhos do campo e com quem conversava e refletia quando se encerrava um duro dia de trabalho.⁷

Esses eventos revelam uma dimensão ainda pouco apreciada na história social das ciências: a importância de elos humanos para a conformação do trabalho de campo de naturalistas. Esse pressuposto foi enfatizado por Jane Camerini em artigo sobre a trajetória de Wallace no Arquipélago Malaio (atual Indonésia, Malásia e Nova Guiné). A autora buscou evidenciar que o trabalho científico, bem como a constituição de carreiras, só se torna possível por meio de um processo “inextricável de interações”.⁸ Por essa razão, para além de lucros

⁶ Ibidem, 276.

⁷ SPRUCE, Richard. *Notes of a botanist on the Amazon and Andes*. Vol. I; editado por Alfred Russel Wallace. London: Macmillan, 1908, p. 72.

⁸ CAMERINI, Jane. *Wallace in the Field*. *Osiris* 11, 2nd, 1996, p.45.

financeiros, instrumentos, glórias acadêmicas, insetos, aves e espécies botânicas raras, a trajetória de Wallace demonstra a importância que relações de confiança desempenharam na composição de seu trabalho de campo. Partindo desse pressuposto, examinarei, neste artigo, alguns elos humanos constituídos pelo naturalista Alfred Russel Wallace a partir da segunda etapa do empreendimento na região amazônica que compreendeu o roteiro de subida do rio Amazonas e Rio Negro.

1 PONTOS FOCAIS PARA VIAGENS

Os viajantes oitocentistas que seguiam pelo rio Amazonas e pelo seu mais extenso afluente da margem esquerda, o Negro, encontravam pela frente apenas algumas vilas e povoações, as quais variavam em importância político-administrativa e em número de habitantes. Esses aglomerados humanos, segundo informa José Ribamar Bessa, vistos de uma perspectiva “moderna [...] não passavam de pequenas aldeias semi-urbanizadas, onde eram poucos os moradores que se dedicavam a atividades comerciais, administrativas, políticas, militares, artesanais, religiosas, típicas do mundo urbano.”⁹ Grande parte da população desses lugares, por conta das atividades de extrativismo, pesca e agricultura, era obrigada a constituir uma vida itinerante, migrando para outros pontos da geografia do Amazonas durante muitos meses. No entanto, apesar desses núcleos de povoamento não comporem “concentrações humanas densas e estáveis”, era nesses lugares que o viajante podia encontrar instituições tais como: “igreja, escola, botica, às vezes um pequeno hospital, taberna, mercearia, mercadinho, loja de secos e molhados, polícia, quartel, corpo de trabalhadores – e [...] serviços mesmo que precários.”¹⁰ Esses núcleos exerciam o papel de polo de atração para a população ribeirinha, que para lá seguia com o intuito de trocar seus produtos extrativistas por determinados produtos industrializados, ou até mesmo por conta de festejos religiosos. Também eram nesses lugares que remeiros podiam ser contratados, o que revela o quanto vilas e povoações “desempenharam funções essenciais, como pontos focais de uma rede que articulava a economia rural extrativista, de cunho artesanal, através do sistema de comércio regional.”¹¹ Nesse contexto, quanto mais o viajante se afastava da capital do Grão-Pará, Belém, maior os infortúnios estruturais de sua viagem, seja em relação às dificuldades de travessia da grande extensão do Amazonas, que contava apenas com a força humana para mover canoas a remo, seja para suprir suas necessidades por produtos europeus, tais como trigo, vinho, café, açúcar, queijo etc., em sua dieta diária. Para melhor compreensão dessas dinâmicas segue um critério geográfico proposto pelo estudo de Bessa Freire, o qual pontua a seguinte divisão sistemática dessa região:

“o baixo Amazonas, cujas vilas e povoações mantinham relações permanentes e sistemáticas com Belém; o alto Amazonas, incluindo aqui os rios Solimões e Negro, cujas vilas tinham relações esporádicas com a capital; e, finalmente, o sertão, situado nos territórios dos afluentes mais afastados, cabeceiras de rios e interior dos lagos, cujas povoações e sítios não diferiam muito de uma aldeia indígena e permaneciam isoladas, recebendo visitas esparsas de um ou outro comerciante ou funcionário governamental.”¹²

Nesse sentido, Santarém compôs importante ponto de parada no plano de viagem desenhado por Wallace e seu irmão Herbert no interior da bacia amazônica, por ser a vila de maior importância econômica da região do baixo Amazonas, bem como a sede administrativa

⁹ FREIRE, Ribamar Bessa. **Rio Babel: A história das línguas na Amazônia**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004, p.210.

¹⁰ Ibidem, p. 211.

¹¹ Ibidem, p. 212.

¹² Ibidem, p. 212.

da Comarca do Baixo Amazonas.¹³ Essa especificidade garantiu aos viajantes algum conforto físico e estrutural – hospedagem, serviços, alguns gêneros alimentícios europeus, ajudantes, transporte. Além disso, tratava-se de um espaço que forneceu ambiente propício para interação do viajante com outros europeus ali empenhados em explorar tanto recursos naturais quanto humanos do interior da região. Este era o caso de um escocês denominado “Capitain Hislop”, ator social salientado nas narrativas de viagens do triunvirato britânico: Henry Bates, Alfred Russel Wallace e Richard Spruce.

Conforme Spruce, o escocês, que fora o seu primeiro cordial hospedeiro e o de seus amigos naturalistas no baixo Amazonas, era um “homem robusto e rosado” que tinha, nos dias de sua juventude, seguido para o além-mar, mas não aportado inicialmente na Amazônia. Até os 45 anos, ele se fixara em Cuiabá, no Mato Grosso, capital “montanhosa província”, trabalhando extensivamente como negociante. O curso do Tapajós, segundo ele, alcançava a província do Mato Grosso. Esta ligação natural favoreceu o comércio interior entre as províncias, as quais produziam as seguintes matérias primas: em Cuiabá, havia exploração de diamantes e ouro em pó; Santarém, por sua vez, oferecia guaraná, produtos agrícolas, sal e outros produtos não produzidos no Mato Grosso.¹⁴

Após a ruína de seus negócios em Cuiabá, possivelmente causada pelo esgotamento do garimpo no centro-oeste, Hislop deixou o Mato Grosso e estabeleceu-se em Santarém, onde passou a restringir suas atividades ao comércio com Belém. Mas, além disso, Hislop foi lembrado pelo botânico inglês como um devotado leitor de jornais ingleses e, sobretudo, por seu comportamento franco e caloroso, por sua companhia divertida e valiosa amizade durante sua estada em Santarém.¹⁵

2 HENRIQUE ANTONY: O CLÁSSICO HOSPEDEIRO DE ESTRANGEIROS NA AMAZÔNIA

Nem todos os contatos daqueles naturalistas na região com negociantes e proprietários de terras da região se transformaram em franca amizade. Alguns indivíduos foram acionados formalmente de modo breve, apenas por conta de seus interesses de coleta, explicitando, assim, que houve variação de intensidade e importância nos ciclos de contatos dos estrangeiros. De todo modo, gostaria de sublinhar que, alguns indivíduos de origem europeia residentes naqueles pontos focais de atração humana do interior da região amazônica se tornaram classicamente hospedeiros de vários viajantes europeus que percorreram esse espaço durante o oitocentos. Destaca-se a importância de Henrique Antony, um italiano de Livorno estabelecido em Barra do Rio Negro, hospedeiro e apoiador de vários exploradores do século XIX, entre os quais: Johann Natterer, Edwards, Bates, Wallace, Spruce, Gaetano Oscullati etc. Sobre o negociante italiano, deve-se a Spruce a descrição mais detalhada, conforme o naturalista britânico, O Sr. Henrique – assim tratado por todos na Amazônia – era conhecido como “o amigo de viajantes”, por ter acolhido, durante mais de quarenta anos, forasteiros que passaram por Barra. Por conta dessa atitude, ele foi costumeiramente citado em vários livros de viagens, tais como em Mawe, Smyth e Lowe. Natural de Livorno, o negociante havia emigrado para o Pará em 1821 – um ano após a partida de Belém de Spix e Martius –, quando tinha apenas 15 anos. Posteriormente, subiu o rio Amazonas até Barra do Rio Negro, onde fixou residência. Nesse lugar, ele prosperou de tal maneira, que se transformou na figura mais respeitada da localidade de meados do século XIX, estendendo redes de negócios por vários pontos da geografia da região.¹⁶ Assim, não ao acaso, Spruce pontuou um episódio em que diz ter ouvido, na casa de Antony, pelo menos sete

¹³ Cf. REIS, Arthur Cezar. **Manaós e outras Villas**. Manaus: IGHA, 1934.

¹⁴ SPRUCE, 1908, op. Cit p. 62.

¹⁵ Ibidem, p. 63.

¹⁶ SPRUCE, 1908, pp.201-202.

línguas faladas de pessoas de diferentes nações, já que a posição social do negociante aliada à sua empatia pessoal e cordial hospitalidade serviu como fonte de apoio importante para vários viajantes que alcançaram Barra do Rio Negro.

O comportamento hospitaleiro do negociante italiano deve ser visto como atrelado ao seu interesse pessoal por interagir com pares europeus e, desta forma, minimizar seu isolamento sobre notícias concebidas no Velho Mundo; ademais, sua conduta esclarece o quanto europeus estabelecidos em zonas de contato buscaram se engajar nos ideais europeus de levar “civilização” a culturas e povos de zonas consideradas “primitivas”. Nesse contexto, Henrique Antony foi lembrado por alguns viajantes por sua “missão civilizatória”, que consistia, ao mesmo tempo, em atuar para o progresso econômico da região e não poupar esforços para apoiar homens engajados na difusão do saber e das “luzes” para toda humanidade. Condição que o levou a suprir as necessidades imediatas de hóspedes ilustres por abrigo e comida, a emprestar canoas, a escrever cartas de recomendação, a intermediar contatos e até a proteger e enviar coleções dos naturalistas até Belém para que fossem embarcadas para a Inglaterra. Antony atuou ativamente e facilitou o trabalho de seus amigos coletores de tal modo, que empregou esforços pessoais para cuidar das coleções dos naturalistas quando estes se encontravam distantes de Barra do Rio Negro ou impossibilitados de desembaraçar entraves burocrático-alfandegários que podiam ocasionar a perda de suas coleções. Por sua dedicação, hospitalidade, amizade aos viajantes, Spruce o homenageou: dedicou o melhor gênero de planta que diz ter encontrado no Rio Negro para Henrique Antony, nomeando-a *Henriquezia*.¹⁷

O italiano Osculati também destacou a importância de Antony para seu empreendimento. De acordo com o explorador, Antony se estabelecera em Barra do Rio Negro e, assim como outros indivíduos ricos do lugar, sua fortuna era proveniente de feitorias (de café, açúcar, cana e criação de gado) e também do comércio de produtos extrativos provenientes dos rios Amazonas, Purus, Javari, Jutai, que consistia em pirarucu seco, castanha, copaíba, salsaparrilha, algodão e tabaco. Para o explorador italiano, o papel de Antony em sua empreitada fora fundamental, tendo em vista que, somente em sua propriedade, podia encontrar relativo conforto, hospitalidade e companhia “civilizada”.¹⁸

3 BARRA DO RIO NEGRO: ARRUINAMENTO E CIVILIZAÇÃO

A importância de Antony foi também explicitada por Alfred Russel Wallace em sua narrativa de viagem no seguinte trecho:

We brought letters to Senhor Henrique Antony, an Italian gentleman settled here many years, and the principal merchant in the city; who received us with such hearty hospitality as at once to make us feel at home. He gave us the use of two large rooms in a new house of his own not quite finished, and invited us to take our meals at his table.¹⁹

Ao longo de quatro anos de exploração na Amazônia, A. R. Wallace foi recebido por cerca de 30 hospedeiros, os quais, após a leitura de suas cartas de recomendações escritas por algum par europeu, ofereciam-lhe moradia, comida, abrigo e tudo o que tivesse ao seu alcance para facilitar seu deslocamento e trabalho de campo. Com isso, nota-se que essas locações, conseguidas por meio da rede de relações que conseguiu constituir no interior da região, determinaram ainda os pontos da geografia a ser percorrido por coletores. Desta maneira, gostaria de evidenciar que, apesar de ser considerada escassa a presença europeia no interior da

¹⁷ SPRUCE, 1908, vol. II, pp. 422-423.

¹⁸ OSCULATI, Gaetano. *Esplorazione delle Regioni Equatoriali*. Milan: Presso I Fratelli, 1854, pp. 243-244.

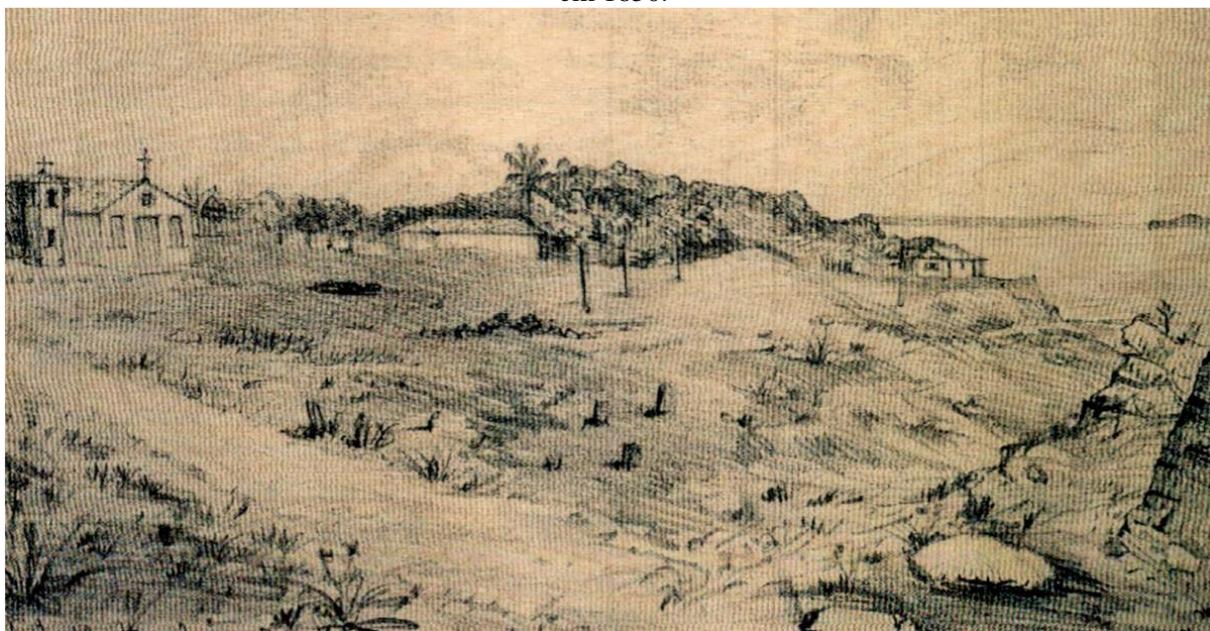
¹⁹ WALLACE, Alfred Russel. *A Narrative of travels on the Amazon and Rio Negro*. London: Ward, Lock and Co., 1889, p.112.

região, a jornada de Wallace só se tornou possível perseguindo os estabelecimentos e zonas de explorações de produtos silvestres ligados ao restrito grupo de europeus residentes na Amazônia.

Apesar do relativo conforto proporcionado pelo negociante italiano Antony, as impressões de Alfred Wallace sobre Barra do Rio Negro não tiveram a mesma conotação favorável como a feita sobre Santarém. Estabelecida na margem direita do Rio Negro, a pequena vila recebeu os irmãos Wallace no dia 31 de dezembro de 1849. Era o início do período de predomínio das chuvas e cheias de rios na bacia amazônica, o que configurava um momento de grande escassez para as dinâmicas locais de comércio e extração de produtos silvestres e, conseqüentemente, para o trabalho de campo de coletores europeus. Durante esse tempo, o naturalista realizou apenas duas curtas excursões de coleta: a primeira até um pequeno povoado do Rio Negro, denominado Castanheiro; e a segunda, por uma pequena propriedade de um português chamado de Balbino, situada no povoado de Manaquiri, no Solimões.

Herbert Wallace fora orientado a coletar separado de seu irmão, em Serpa (atual cidade de Itacoatiara), o que promoveu a divisão dos pontos de coleta. Afora essas explorações, que lhes renderam uma tolerável coleção de pássaros, A. R. Wallace caracterizou os seis meses passados em Barra como uma temporada de “estranha e inexplicável pobreza” e de enfadonha espera. Além da ausência de espécies, o naturalista se ressentia do aspecto arruinado do lugar, a falta de companhia europeia e baixa estima moral de seus moradores. Sobre o primeiro ponto, o naturalista observou que a pequena vila, apesar de possuir ruas regularmente traçadas, não tinha calçamento algum que dispusesse ao transeunte andar com algum conforto. O antigo forte do lugar não passava de ruínas, sendo as duas igrejas da cidade muito pobres e inferiores às de Santarém.

Figura 2 - Representação das ruínas da Fortaleza de Barra do Rio Negro de autoria de A.R.Wallace, em 1850.



Fonte: Wallace Collection British History Natural Museum.

Quanto aos moradores, afirmou residirem no lugar cerca de cinco ou seis mil pessoas, dentre as quais grande parte se constituía de índios e mestiços. Não havia nenhum indivíduo nascido no lugar de puro sangue europeu, mas pelo amalgamado sangue indígena e português. E, por último, sua impressão mais crítica era em relação ao baixo desenvolvimento intelectual da população “civilizada” do lugar. Consoante o naturalista, tal contingente dedicava-se

exclusivamente ao comércio, nunca abriam um livro sequer ou possuíam qualquer outra ocupação mental. Suas horas de lazer eram limitadas ao jogo, à bebida e a trajar-se elegantemente aos domingos para fazer visitas uns a casas dos outros e lá tecer mexericos.²⁰ Embora essas afirmações possam ser interpretadas como uma visão arrogantemente imperialista e etnocêntrica, ela também era parte de um questionamento sobre os resultados da colonização portuguesa em um clima equatorial. O naturalista afirmava categoricamente que o estado de degradação moral do contingente “civilizado” do lugar era parte de um insatisfeito projeto de colonização encetado por Portugal, deixando a entrever que os efeitos do ambiente sobre aquele contingente levaram-no à condição de rebaixamento de sua condição europeia. Por outro lado, também reflete o desconforto do viajante ao se deparar pela primeira vez com um lugar mais isolado, com raras terras cultivadas e também com pouco espaço para cultivo do que ele denomina “valores interiores”, do trabalho, de códigos de etiqueta e de outros princípios valorados no seu mundo Ocidental. Com isso, defende que as enormes distâncias amazônicas, a ausência de um círculo letrado para interagir, a falta de comida europeia, aspectos que, combinados com uma dinâmica social e formas de explorações da natureza avessa às relações constituídas em seu mundo urbano industrial, produziram impactos psicológicos e sensoriais no viajante, os quais podem ter se traduzido em um sentimento de franco desprezo àquela realidade.

No entanto, sua dificuldade de integração a esse contexto não tinha se manifestado tão explicitamente em outros lugares pelos quais aportou desde Belém, a saber: Santarém, Monte Alegre, Óbidos, Vila Nova da Rainha (atual Parintins), Serpa (Itacoatiara). Em Santarém, por exemplo, ao contrário do que caracterizou em Barra, Wallace pontuou que o solo seco, o ar puro, a água limpa, a boa alimentação, os constantes e rigorosos exercícios do campo e a boa vida em companhia de seus amigos formaram uma atmosfera saudável e divertida.²¹

Do mesmo modo, em Vila Nova, a espera de alguns dias para conseguir remeiros e seguir até Barra do Rio Negro fora compensada por atividades regulares de coleta e pela companhia de Padre Torquato (missionário que acompanhara o príncipe Adalberto da Prússia em suas explorações pelo rio Xingu) e de seu amigo Spruce, que havia aportado junto com seu assistente, Robert King, no mesmo lugar e período que os irmãos Wallace.

Na pequena vila assentada às margens do Amazonas e a 369 km da capital da Comarca do Rio Negro, Wallace mencionou a convivência com o padre, que era um “very well-educated and gentlemanly man”²² que gostava de “enigmas, which he amused himself and his friends by inventing and solving.”²³ Aspecto este também salientado por Henry Bates, que chegou à mesma vila pouco tempo depois de Wallace, reforçando mais uma vez o papel que alguns indivíduos “amigáveis” e “inteligentes” exerceram na trajetória de viagem pelo interior da Amazônia. Bates, que percorreu aldeias e povoados do rio Amazonas por mais de uma vez ao longo de seus onze anos de residência na região, evidenciou especialmente sua surpresa ao se deparar com bons leitores entre a comunidade de brancos e mamelucos moradores de Vila Nova:

Next to Padre Torquato, Senhor Meirelles, well deserves mention; a more sensible, intelligent and kind-hearted man I never met with in Brazil. He also held some appointment under Government, but his time was chiefly taken up with the management of his plantations situated three miles below the village. Both these worthy men were fond of reading, and subscribed regularly to Rio Janeiro daily newspapers. Senhor Meirelles spent a deal of money on dear books, which he sent for by a parcel at a time from the metropolis, 2000 miles off. Some of these were

²⁰ Ibidem, p. 113.

²¹ Ibidem, p. 108.

²² Ibidem, p. 110.

²³ Ibidem, p. 110.

Portuguese periodicals, on the plan of the English Penny Magazine; most of them, however, were translations of romances chiefly French. They circulated freely amongst the many readers at Villa Nova. At the time of my visit "Uncle Tom's Cabin," translated into Portuguese, was a great favourite. I found a love of reading not at all uncommon amongst the better sort of people in the towns and villages on the Amazons; it seems natural to the climate, and is promoted by the occupation being well suited to the hot and lazy hours of mid-day.²⁴

Tais trajetos esclarecem que Bates, Wallace e Spruce viajaram perseguindo os mesmos pontos e redes de interações humanas do interior da Amazônia. A Barra do Rio Negro era a base de preparação para penetrar nos chamados "sertões amazônicos", isto é, nos distritos situados em afluentes de rios mais afastados, na cabeceira de rios e interior de lagos e igarapés onde se localizavam alguns povoados e aldeias que apenas esporadicamente tinham contato com alguma autoridade, mercador ou viajante de origem europeia. Assim, apesar das críticas endereçadas ao lugar pelo coletor britânico, não se pode esquecer de que Barra era o núcleo de concentração humana de maior importância da região do alto e médio Amazonas, sobretudo, devido à intrincada rede de negócios que movimentava com os "sertões", como aponta o próprio Wallace: Barra chefiava o comércio de produtos silvestre da região (salsaparrilha, castanha do Brasil e peixe) e também era o "quartel-general" de produtos importados europeus de baixa qualidade usados na negociação com tribos indígenas: "cottongoods of inferior quality, and quantities of coarse cutlery, beads, mirrors, and other trinkets."²⁵ Por outro lado, sua localização – cerca de mil quilômetros de distância de Belém – dificultava a chegada de navios carregados de gêneros de primeira necessidade para um europeu: "The distance from Pará is about a thousand miles, and the voyage up in the wet season often takes from two to three months, so that flour, cheese, wine, and other necessaries, are always very dear, and often not to be obtained."²⁶ Essa distância se tornava ainda mais penosa durante a estação das cheias dos rios, quando uma viagem rio acima poderia durar de dois a três meses. Além do mais, o ar "saturado de umidade" prejudicava suas coleções, tornando quase inúteis seus esforços para combater os estragos que esse ambiente causava às suas peças:

I had now a dull time of it in Barra. The wet season had regularly set in; a day hardly ever passed without rain, and on many days it was incessant. We seized every opportunity for a walk in the forest, but scarcely anything was to be found when we got there, and what we did get was with the greatest difficulty preserved; for the atmosphere was so saturated with moisture that insects moulded, and the feathers and hair dropped from the skins of birds and animals so as to render them quite unserviceable.²⁷

Daí a importância da estação seca, considerada a primavera para colheita de espécies: ela encurtava distâncias e era a ocasião mais segura para o deslocamento de embarcações oriundas de várias partes do lugar. Assim, explica-se o fato da viagem de Wallace para o alto Rio Negro ter iniciado somente no mês de agosto daquele ano, quando o clima úmido regional comporta o início do fenômeno da estiagem na região (de dois a três meses entre agosto a outubro).²⁸ Essas determinações interromperam sua "enfadonha espera" por uma canoa que prosseguisse para o curso do rio pretendido; favoreceram o recebimento de cartas, livros, jornais e instrumentos vindos seu país e o despacho de suas coleções feitas nesse espaço até o porto de Belém. Segundo suas indicações, sua viagem teve início após a chegada de duas embarcações

²⁴ BATES, Henry. *The Naturalist on the Rivers Amazons*. London: John Murray, 1863, p.286.

²⁵ Wallace, Op.cit. 113.

²⁶ Ibidem, 113.

²⁷ Ibidem, p. 119.

²⁸ Cf. AB'SABER, Aziz. *Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p.67.

em Barra: a primeira, de estrutura regional, era do negociante português João Lima, que abastecia sua canoa de “quinquilharias” europeias, em Barra, para seguir em direção a pontos mais remotos da geografia, onde comercializava com ribeirinhos e aldeias indígenas. A segunda embarcação era a escuna do súdito inglês Neil Bradley, que cumpria a função de transportar correspondências e mercadorias pelo curso principal do Amazonas, estacionando nos principais núcleos populacionais da região e seguindo até o porto de Belém. Esses indícios esclarecem que, embora de forma precária e demorada, cada uma dessas estruturas cumpria uma função fundamental na empreitada de coletores, seja movendo o naturalista para os pontos desejados, seja enviando os frutos de seu trabalho no campo – espécimes de animais, artefatos indígenas, cartas, artigos – de volta para a Inglaterra.

4 PLANO DE SUBIDA PARA O RIO NEGRO DE A. R. WALLACE: NOVAS INTERAÇÕES, DOENÇAS E RUPTURAS

O plano de A. R. Wallace de subir para o Rio Negro representava seguir para uma região mais carente de contatos, de infraestrutura e coletar não mais acompanhado de um assistente europeu. Neste ponto da viagem de coleta, Herbert Wallace foi dispensado ou havia desistido de seguir viagem para o alto rio Negro, ficando nas proximidades de Barra, possivelmente em Serpa, coletando espécies para pagar suas despesas de retorno para seu país. A vinda de Herbert para o Brasil, possivelmente, fora motivada pela ruptura da sociedade com Henry Walter Bates. Assim, sem Bates, Wallace carecia de um ajudante confiável que falasse inglês.²⁹ Talvez, por esse motivo, tenham sido feitos arranjos familiares para que seu irmão, de apenas 21 anos – o qual não havia tomado um rumo profissional na Inglaterra – fosse empregado como seu auxiliar no trajeto mais ambicioso de sua empreitada de coleta: subir o rio Amazonas. No entanto, após um ano de experiência, segundo Wallace, ficou claro que Herbert Edward Wallace não conseguiria se tornar um bom coletor de história natural, pois, em campo, demonstrava pouco entusiasmo e interesse por aves e insetos, traços essenciais para se ter sucesso no trabalho. Quando partiu para os “sertões”, Wallace diz ter deixado seu irmão gozando da mais perfeita saúde. Em carta endereçada a Spruce e King, escrita em Serpa em dezembro de 1850, Herbert citou sua viagem de retorno:

I am now waiting for a passage to Pará, from thence to return to England, there is a vessel caulking here, I expect will go in two or three weeks; I have a small collection of birds and butterflies, new specimens of the latter are very scarce; I left in Barra with Henrique a small flat clothes box containing shirts &c, have the kindness to tell Henrique to forward as soon as is possible to me, at the house of Manuel Joaquin, Serpa. The Christmas Festa is now over and, this little village has resumed its wonted tranquillity. -- I suppose you intend soon to proceed up the Negro; no doubt my brother now is glorying in Ornithological [[3]] rarities, and revelling amid the sweets of Lepidopterous loveliness But enough! -- a little while, and the winter sea is roaring around my pillow; then shall I envy you in your snug rede, far from the restless billow, - then whilst vainly endeavouring to swallow preserved salmon or other ship luxury, I shall long for my Amazonian appetite and roasted Periniue [?] -- then! -- -- but I will not anticipate, hours [?] which are inevitable.--- I hope yourself and Mr King are in good health, in this respect I have had no cause to complain; wishing both a prosperous and pleasant time.³⁰

Este foi um dos últimos registros deixado por Herbert Wallace em vida. Quando conseguiu alcançar Belém, em maio de 1851, embora tivesse adquirido de pronto uma

²⁹ SLONTTEN, Ross. **The heretic in Darwin's court**: The Life of Alfred Russel Wallace. New York: Columbia University press, 2004, pp.56-57.

³⁰ Carta de Wallace para Richard Spruce e Robert King. Serpa, 1850. In: **Wallace Letters Online**. Disponível em: <http://www.nhm.ac.uk/wallacelettersonline>. Acesso em: 20 maio 2013.

passagem em um navio que sairia para Inglaterra no início de junho daquele ano, ele foi surpreendido pela epidemia de febre amarela que atingira a capital do Grão-Pará nesse período. Herbert não resistiu à doença, falecendo pouco depois de ser infectado. Foi Bates e o vice-cônsul inglês Daniel Miller a prestar assistência médica a Herbert Wallace e, posteriormente, ambos foram responsáveis por informar a família Wallace sobre esses acontecimentos. Em carta de junho de 1851, Bates descreveu as circunstâncias que envolveram a doença e morte de Herbert, bem como os seus esforços e o do vice-cônsul para que lhe fosse restabelecida a saúde:

“I am very sorry to be the bearer of very bad news to yourself & family but believe it to be my duty to communicate what has happened as being the only person here nearly connected with your sons. The event we deplore is the death of your son Edward who breathed his last here on Sunday morning last at 2 O'clock, a victim of the fatal black vomit the worst form of yellow fever. My poor young friend had arrived from the interior about three weeks & had engaged a passage immediately in a vessel to leave for Liverpool on Friday the 6th Inst[ant] To amuse the time until the ship sailed he had taken the same lodgings he had had with his brother in the suburbs very pleasantly situated near the forest & was very frequently at my house which was in the neighbourhood. On the day he was taken ill we were in the city together took a cup of tea at Mr. Millers & went round to make a few small purchases. This was Monday night the 2nd Inst[ant]. On this night he was taken with a shivering & immediately fever & vomit so as to be unable to reach home, I therefore took him into a house on the road where I knew he would be as well or better attended to than at his lodgings. It happened well that he remained here as we should not have been able to have induced a medical man to go out so far to attend a patient – illness being more very prevalent in the city. We got immediately the hotel medical advice, thinking his disease was merely constipation as it is called here but the Doctor treated him for the yellow fever & he was progressing very well on Tuesday when he committed the great improvidence of getting up and walking barefoot about a cold brick floor after mustard plasters had just been taken from his feet. The fever immediately struck inwards & black vomit declared itself early on Wednesday morning resisting all the skill of Dr.. Camillio, until he died as I have already stated after suffering fearfully. It will be more consolation to you to know that he met with the kindest attention from the English residents here especially from the Vice consul Mr Miller who frequently visited him. I myself slept by his side four nights when I was rather alarmed by being suddenly seized with similar symptoms myself, shivering fever & vomit in rapid succession but being of lighter constitution I suppose it did not lay as firm a hold of me, I got better in four days though even now am a little weak from its effects. Poor Edward was much regretted here as being of a genial temper & a good heart, he was in a very robust state of health: he did not converse freely after being first taken but felt upset at being taken thus when on the eve of departure for England. The little property he left is in the Vice Consul's hands who will I suppose arrange accounts with Alfred – Pará is still very sickly another death from yellow fever today [...]"³¹

Esse drama pessoal revela o quanto as relações de amizade entre europeus na Amazônia não apenas foram desenvolvidas a partir do interesse comum pela história natural, mas também forjadas e testadas em momentos de aflição, perigos e doenças. Isto revela que, ao longo de suas excursões pelo interior da Amazônia, o triunvirato (Wallace, Bates e Wallace) britânico morou, coletou, excursionou, escreveu cartas, enviou artigos, trocou correspondências e informações e solidarizou-se em momentos de dificuldades extremas e de privações impostas pelo ambiente. Pode-se atestar essa rede de solidariedades através do episódio que noticiava a doença de Hebert Wallace, narrada por Wallace. Conforme sua descrição, más notícias o aguardavam em Barra. Após desembarcar nesse lugar no dia 15 de setembro de 1851, vindo de sua primeira excursão no rio Negro, encontrou, entre sua correspondência, algumas cartas escritas por Mr. Miller, datadas mais de três meses de sua chegada. As missivas contavam sobre

³¹ Carta de Bates para Mary Anne Greenel. **News of Edwards Wallace's death**. Wallace On Line Transcription. Disponível em: www.nhm.ac.uk. Acesso em: 08 ago. 2011.

o estado de doença avançado de seu irmão e suas poucas esperanças de recuperação.³² Sua chegada em Barra coincidia ainda com a estadia de seu amigo Spruce no local, que aguardava transporte para seguir para o Rio Negro. Spruce, nesta ocasião, ocupava uma casa que se constituía como “clássica” entre viajantes que alcançavam a localidade por ter sido residência do naturalista austríaco Johan Natterer. Este coletor o convidou, então, para que seu amigo se acomodasse em sua residência temporariamente até que ambos conseguissem organizar o empreendimento de viagem de subida do rio Negro, revelando a sintonia de trabalho e de empatia pessoal entre os dois coletores.

O episódio evidencia que, para além de motivações intelectuais, artísticas, aventureiras, viajar para “zonas de contato”, para os “trópicos”, representava ainda se deparar com suas próprias limitações biológicas em relação a doenças, ao clima e à geografia da região. Esta era uma realidade mais presente em lugares mais interiores, onde não eram oferecidas as amenidades de convivência com outros europeus e onde o naturalista se confrontava com maiores obstáculos naturais, longas distâncias, escassez de comida, a densa floresta, pragas de insetos, chuvas e a ameaça constante de acidentes e doenças eram sempre presentes. Em sua subida do Negro em direção ao Uaupés, por exemplo, além dos obstáculos naturais da acidentada geografia desse curso de rio, Wallace e seus ajudantes indígenas adoeceram, possivelmente vítimas de malária.³³

Por conta desse evento, sua subida ao rio Uaupés teve que ser adiada, interrompendo seu projeto de subir o curso na época da estação seca, o período mais favorável para o trabalho em campo. Nessa ocasião, Wallace não permaneceu sozinho entre indígenas que se aproveitaram de seu estado para lhe subtrair objetos e cachaça. Ele também ficou aos cuidados de um amigo, o “Senhor L”, ou João Antônio Lima, o mesmo negociante a lhe conceder passagem em sua primeira excursão ao rio Negro. A saúde do naturalista chegou a um estado crítico de tal modo que o negociante chegou a pensar que não haveria chances para seu recobrimento, fato que motivou a chegada de Spruce a São Gabriel, após ser avisado por Lima sobre a situação de Wallace. Esse aspecto, mais uma vez, reitera o quanto os dois viajantes perseguiram pontos comuns de coleta, comungaram de mesmos interesses e afinidades intelectuais, e se apoiaram mutuamente na dura realidade do campo. Portanto, possivelmente, o aprofundamento destas afinidades seja mesmo o ponto chave para se entender determinadas escolhas no trabalho de campo, pois, diferente de Bates, que preferiu seguir para uma rota oposta (o alto Solimões) na mesma época, Spruce e Wallace planejaram seguir até o alto Rio Negro para, posteriormente, adentrar nos Andes.

Destarte, Wallace e Spruce escolheram um itinerário de viagem comum pela região – o qual deveria, a princípio, subir o Rio Negro até chegar aos Andes – e estabeleceram uma relação de amizade de várias décadas, de tal maneira que Wallace escreveu sobre Spruce nos seguintes termos “among the dearest of my friends, the one towards whom I felt more like a brother than to any other person”.³⁴

Por outro lado, a separação de Wallace e Bates revela que o campo, além de ter beneficiado amizades, relações de solidariedade e afeto, também, por vezes, foi um cenário que favoreceu desentendimentos, competição e rivalidades entre os viajantes naturalistas. Assim, devo mencionar que a versão oficial para o fim da sociedade de coleta dos naturalistas Bates e Wallace na Amazônia se pautou na ideia de que haveria melhores possibilidades de lucros para ambos se por ventura coletassem em separado por diferentes pontos da imensa e diversa bacia amazônica. Porém, o silêncio de suas narrativas sobre uma explicação para o fim da associação levanta a suspeita de que tal desfecho possa estar relacionado a desentendimentos acerca dos

³² WALLACE, 1889: pp. 222-223.

³³ WALLACE, 1889. pp. 233-235.

³⁴ CAMERINI. Jane. **The Alfred Russel Wallace Reader: A Selection of Writings from the field.** London: John Hopkins University Press, 2002, p. 62.

planos de viagem e resultados econômicos de suas coleções ou até mesmo do furor competitivo entre dois talentosos naturalistas, que ambicionavam conseguir créditos por seu trabalho junto aos seus pares ingleses.³⁵

Neste sentido, em seu relato de viagem, Wallace raramente citava a participação de Bates em seus escritos, limitando-se a algumas poucas menções e, quando o fazia, abreviava o seu nome por Mr. B.. Aliás, seus escritos revelam que ambos só definiram direções opostas em seus empreendimentos após atingirem Barra do Rio Negro em 1850. Esta informação refuta inicialmente a tese de que os pesquisadores ambicionaram coletar espécies em diferentes regiões da Amazônia, pois até esse ponto, ambos praticamente percorreram os mesmos pontos de coleta. Outro indício que confirma a possibilidade supracitada foi revelado pelo botânico Richard Spruce em carta escrita em 1849 e endereçada ao diretor do Kew Gardens, William Hooker: “I forget to mention that we have several times seen Mr Wallace. He and Bates quarreled and separated long ago.”³⁶

Nesse sentido, alguns autores têm afirmado que, embora seus textos não as confirmem, suas relações pessoais foram abaladas nessa etapa de viagem.³⁷ O silêncio em seus escritos pode ser explicado como um caso de reticência vitoriana. No entanto, se o desentendimento foi de ordem emocional ou econômica, trata-se de uma questão que dificilmente será esclarecida. De qualquer modo, devo sublinhar que Bates e Wallace, após a ruptura da associação, só se encontrariam novamente uma única vez: em Barra, na Amazônia, 1850, período em que Wallace organizava e esperava partir para o rio Negro. Durante essa época, eles dividiram a ansiedade de espera pela estação seca para iniciar suas viagens rumo a seus respectivos destinos. A dificuldade de integração àquela realidade possivelmente contribuiu para apaziguar prováveis diferenças pessoais entre os dois antigos companheiros de viagem. Desta forma, embora os naturalistas tenham seguido destinos diferentes no campo até o final de suas empreitadas de coleta, continuaram a se corresponder e a trocar informações; isto expõe o fato da cooperação em história natural ser basilar para o amadurecimento de suas teorizações sobre o mundo biológico. Este aspecto pode ser claramente evidenciado na correspondência trocada entre Wallace e Bates, como esclarece o seguinte trecho da carta de Henry Bates para Wallace, escrita por aquele em 1856, portanto, no período em que o último coletava no Continente Malásio:

“Dear Wallace,— ... I received about six months ago a copy of your paper in the Annals on “The Laws which have Governed the Introduction of New Species.” I was startled at first to see you already ripe for the enunciation of the theory. You can imagine with what interest I read and studied it, and I must say that it is perfectly well done. The idea is like truth itself, so simple and obvious that those who read and understand it will be struck by its simplicity and yet it is perfectly original. The reasoning is close and clear, and although so brief an essay, it is quite complete, embraces the whole difficulty, and anticipates and annihilates all objections. Few men will be in a condition to comprehend and appreciate the paper, but it will infallibly create for you a high and sound reputation. The theory I quite assent to, and, you

³⁵ Aspecto também confirmado quando os dois naturalistas retornaram de seus empreendimentos de coleta para a Inglaterra em 1862. Conforme Janet Browne, Wallace e Bates tornaram-se membros do seletto círculo que participava da Zoological Society, ambos desfrutando da companhia do grupo científico mais avançado da Inglaterra. No entanto: “[...] os dois viajantes imaginavam o que ainda tinham em comum, se é que tinham alguma coisa, e seu relacionamento, embora permanecesse próximo, nunca mais foi tão solidário como fora em Leicester ou na selva da América do Sul.” BROWNE, E. Janet. **Charles Darwin: o poder do lugar**. São Paulo: Aracati/Editora Unesp, 2011, p.266.

³⁶ SPRUCE, Richard. **Letters Richard Spruce to Spruce**, 1849, n. 259, Archives of the Royal Botanic Gardens, Kew.

³⁷ Cf. WILLIAMS-ELLIZ, Amabel. **Darwin's Moon: A Biography of Alfred Russel Wallace**. London: Blackie, 1966.

know, was conceived by me also, but I profess that I could not have propounded it with so much force and completeness.”³⁸

5 DESFECHO DA EMPREITADA DE ALFRED RUSSEL WALLACE NA AMAZÔNIA

Portanto, não se pode ignorar que o trabalho de campo era dependente de infraestrutura e conexões humanas constituídas localmente. Sendo assim, cada contato estabelecido na região visitada representava uma parte de seu trabalho realizado, ou a promessa de adquirir e conhecer novidades. Ao longo de seu percurso pelo Rio Negro, embora o naturalista britânico tenha ressaltado sua visão simpática às populações indígenas, considerando-os “genuínos homens da floresta”, Wallace só conseguiu apreciar essa realidade e coletar artefatos usando os mesmos caminhos e relações de poder orquestradas pelo colonialismo europeu na região. Enfim, creio ser importante frisar que, no processo da história natural, relações pessoais entre homens de “ciência” e agentes coloniais influenciaram os resultados de pesquisas naturalistas. Por outro lado, tanto quanto conhecimento técnico para preparar e descrever espécimes, observa-se que interações com o meio, relações de confiança e ações de cooperação desempenharam um papel profundo na composição de coleções naturalistas e teorizações sobre o mundo natural.

REFERÊNCIAS

AB’SABER, Aziz. **Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p.67.

BATES, Henry. **The Naturalist on the Rivers Amazons**. London: John Murray, 1863, p.286.

CAMERINI, Jane. **Wallace in the Field**. *Osiris* 11, 2nd, 1996, p.45.

CAMERINI, Jane. **The Alfred Russel Wallace Reader: A Selection of Writings from the field**. London: John Hopkins University Press, 2002, p. 62

Carta de Bates para Mary Anne Greenel. News of Edwards Wallace’s death. **Wallace On Line Transcription**. Disponível em: www.nhm.ac.uk. Acesso em: 08 ago. 2011.

Carta de Wallace para Richard Spruce e Robert King. Serpa, 1850. *In: Wallace Letters Online*. Disponível em: <http://www.nhm.ac.uk/wallacelettersonline>. Acesso em: 20 maio 2013.

FREIRE, Ribamar Bessa. **Rio Babel: A história das línguas na Amazônia**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004, p.210.

MARCHANT, James. **Alfred Russel Wallace: Letters and Reminiscences**. Vol. I; London: Cassel and company, 1916, pp. 64-65.

OSCOLATI, Gaetano. **Esplorazione delle Regioni Equatoriali**. Milan: Presso I Fratelli, 1854, pp. 243-244.

REIS, Arthur Cezar. **Manaós e outras Villas**. Manaus: IGHA, 1934.

³⁸ MARCHANT, James. **Alfred Russel Wallace: Letters and Reminiscences**. Vol. I; London: Cassel and company, 1916, pp. 64-65.

SLONTTEN, Ross. **The heretic in Darwin's court** : The Life of Alfred Russel Wallace. New York: Columbia University press, 2004, pp.56-57.

SPRUCE, Richard. **Letters Richard Spruce to Spruce**, 1849, n. 259, Archives of the Royal Botanic Gardens, Kew.

SPRUCE, Richard. **Notes of a botanist on the Amazon and Andes**. Vol. I; editado por Alfred Russel Wallace. London: Macmillan, 1908, p. 72.

SPRUCE, Richard. **Notes of a botanist on the Amazon and Andes.vol. II**, 1908.

WALLACE, Alfred R. **My Life**. London: Chapman & Hall, 1905, p.279.

WALLACE. Alfred Russel. **A Narrative of travels on the Amazon and Rio Negro**. London: Ward, Lock and Co., 1889, p.112.

WILLIAMS-ELLIZ, Amabel. **Darwin's Moon: A Biography of Alfred Russel Wallace**. London: Blackie, 1966.

HISTÓRIA AMBIENTAL: ENTRE O PASSADO E O FUTURO

Marcelo Lapuente Mahl¹
Paulo Henrique Martinez²

RESUMO

O artigo contém uma visão abrangente do processo de constituição e de institucionalização dos estudos sobre o meio ambiente pelo conhecimento histórico, observado com nitidez a partir da década de 1970, em edição de livros, cursos em universidades e debates historiográficos, em busca de definição deste campo de ensino e de pesquisa. Parte das demandas sociais crescentes, após a II Guerra Mundial, em diferentes países e em escala mundial e privilegia o desenvolvimento da História Ambiental no Brasil. Destaca o caráter interdisciplinar da História Ambiental, percursos historiográficos e possibilidades de novos conhecimentos no século XXI.

Palavras-chave: História Ambiental. Interdisciplinaridade. Meio Ambiente

ENVIRONMENTAL HISTORY: BETWEEN PAST AND FUTURE

ABSTRACT

The article contains a comprehensive view of the process of constitution and institutionalization of studies on the environment by the historical knowledge, observed clearly from the 1970s, in book publishing, courses in universities and historiographic debates, in search of definition of this field of teaching and research. It starts from the growing social demands, after World War II, in different countries and on a global scale and privileges the development of Environmental History in Brazil. It highlights the interdisciplinary character of Environmental History, historiographic paths and possibilities of new knowledge in the XXI century.

Keywords: Environmental History. Interdisciplinarity. Environmental.

Data de submissão: 15.09.2021

Data de aprovação: 30.09.2021

INTRODUÇÃO

A expressão *história ambiental*, tradução para a língua portuguesa do original inglês, *environmental history*, vem sendo cada vez mais adotada para definir uma área de pesquisa, que incorpora, em sua essência, estudos cujo foco principal são as múltiplas (inter)relações entre as sociedades e o meio ambiente. Profundamente marcada pela interdisciplinaridade, a história ambiental trouxe, desde sua origem, nas décadas de 1960 e 1970, a possibilidade de um diálogo amplo e profícuo com diversas áreas do conhecimento, especialmente a geografia, a economia e a ecologia. Entretanto, a essência interdisciplinar dessa temática não a afastou de suas bases teóricas e metodológicas; ela é, na forma como se produz e nas perguntas que formula, essencialmente “histórica”.

Os que atuam neste espaço, cujas margens ainda estão em processo de delineamento no Brasil, mas já não se confundem com outros lugares científicos, não perderam de vista os

¹ Doutor em História. Docente no Instituto de História e da Faculdade de Educação. Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: mlmhistor@hotmail.com.

² Doutor em História. Docente na Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Departamento de História. Universidade Estadual Paulista. E-mail: martinezph@uol.com.br.

pressupostos fundamentais que balizam o trabalho dos historiadores, especialmente daquele que os distinguem: o estudo das mudanças e permanências das ações e processos humanos ao longo do tempo. A despeito das novas perspectivas temáticas, dos recortes cronológicos singulares e desafiadores e da proximidade com áreas muitas vezes desconhecidas para a maioria dos pesquisadores de outras vertentes, como a zoologia, a botânica e a climatologia, a história ambiental coloca-se, antes de tudo, como “história”, ao estudar os processos políticos, econômicos, culturais e sociais a partir de suas conexões com as complexas variáveis do mundo natural.

O primeiro passo para compreender o surgimento da história ambiental como uma área singular de investigação, no âmbito da pesquisa internacional, é a sua intrínseca relação com a emergência do pensamento ambientalista contemporâneo, surgido após a Segunda Guerra Mundial, que ofereceu pela primeira vez, de forma sistêmica e abrangente, a partir de grupos organizados da sociedade civil, órgãos governamentais, ou mesmo de ações individuais, uma visão crítica das ações do homem sobre a natureza. Não resta dúvida que as explosões das bombas atômicas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, e os consequentes danos ligados à contaminação radioativa, que deixaram marcas permanentes nas pessoas e no próprio meio ambiente, podem ser consideradas pontos fundantes dessa nova jornada de consciência, que se desdobrou não somente em conhecimento acadêmico, mas também em movimentos políticos, sociais e culturais, cuja abrangência se estendeu sobre todo o planeta.

Ao mesmo tempo, do ponto de vista institucional, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), passou a avaliar, de forma mais sistemática, o problema da fome como resultado da má gestão dos recursos naturais, se esforçando para compreendê-la e sugerindo modelos de intervenção alternativos, sob a nova perspectiva do assim chamado “desenvolvimento sustentável” (MACCORMICK, 1992). Além disso, no âmbito também das Nações Unidas, se deu um dos mais importantes marcos daquela que podemos chamar de “virada ambientalista”: a *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*, de 1972. Organizada na Suécia entre os 5 e 16 de junho, o encontro recebeu mais de uma centena de países, além de várias organizações não-governamentais e cientistas, sendo o primeiro de muitos outros que ocorreriam, a partir de então, sob a chancela da ONU.

Amplamente divulgada na mídia internacional, a chamada *Conferência de Estocolmo* foi um marco na expansão das questões relativas à proteção ambiental para fora dos espaços políticos ou administrativos dominados por interesses locais ou regionais, estimulando debates transnacionais. O encontro também revelou a importância crescente de uma nova força política e social: a dos “movimentos ambientalistas”, em geral, e dos “ecologistas”, em particular. A partir desse instante, esses agentes tornaram-se peças fundamentais, e cada vez mais influentes, nos debates relativos ao meio ambiente. Esta movimentação de forças e interesses sociais, impulsionadas pela emergência da temática “ecológica”, foram decisivas para que artistas, cientistas, jornalistas, escritores e intelectuais passassem a dedicar cada vez mais atenção à natureza e à sua crescente degradação, demonstrando que o problema já havia sido elevado à condição de tema fundamental da geopolítica internacional no Pós-Guerra.

1 TRAJETÓRIAS

Isto não significa que o mundo natural estivesse à margem das atenções nas ciências humanas antes do delineamento epistemológico propriamente dito, especialmente apropriado como objeto de pesquisa pela história ambiental. Entre os autores dos *Annales*, por exemplo, responsáveis por uma das mais importantes renovações teórico-metodológicas ocorridas na historiografia, a partir do final da década de 1920, a natureza já aparecia de modo relevante. Ela tornou-se mesmo uma força motora no livro de Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*, publicado em 1949. Já entre os historiadores marxistas,

especialmente nos trabalhos de Eric J. Hobsbawm, como *A Era do Capital e a Era dos Impérios*, as condições naturais foram incorporadas às discussões sobre o desenvolvimento das forças produtivas e do modo de produção capitalista.

Foi, principalmente, a partir da década de 1970 que, nos Estados Unidos e na Europa, a chamada história ambiental começou a se constituir enquanto um espaço distinto de conhecimento, com objetos e temas específicos, circunscrevendo seus próprios limites de ação. Um dos primeiros momentos em que a expressão *environmental history* parece ter sido utilizada foi no ano de 1972, em um artigo publicado pelo historiador Roderick Nash, na *Pacific Historical Review*. Dois anos antes, Nash já havia ministrado o curso de *American Environmental history*, na Universidade de Santa Bárbara, na Califórnia, fato que o posiciona como um dos precursores dessa temática nos Estados Unidos (OOSTHOEK, 2005). Outro pesquisador, John Robert McNeill, também historiador de formação, no artigo *Observations on the nature and culture of Environmental History* (2003) aponta a importância dos historiadores estadunidenses na demarcação desse campo de investigações.

Dois outros historiadores, Donald Worster e Alfred W. Crosby, tanto pelas pesquisas quanto pelo envolvimento na institucionalização dessa temática, podem ser destacados aqui como precursores dessa abordagem. Até o momento, somente Alfred W. Crosby foi contemplado com edições brasileiras, apesar da contemporaneidade do tema. O livro *Imperialismo Ecológico – A expansão biológica da Europa: 900-1900*, originalmente publicado em 1986, no Brasil, alcançou reedições, já em 1993, 2002 e 2011, por exemplo. Nele, o autor estuda como as condições ambientais locais e a chegada de novas espécies de microorganismos, plantas e animais contribuíram para o avanço do colonialismo europeu, principalmente nas Américas.

Já os livros de Donald Worster, referência fundamental nos estudos de história ambiental, continuam inéditos por aqui. Seu já clássico *Dust Bowl: The Southern Plains in the 1930s*, examina as tempestades de areia que assolaram os Estados Unidos na década de 1930, resultantes da má utilização do solo agricultável nas plantações do sul do país. Worster e suas propostas para a história ambiental tornaram-se conhecidos dos leitores e pesquisadores brasileiros em dois de seus trabalhos, difundidos em revistas acadêmicas nacionais. Nos artigos, *Para fazer História Ambiental* (1991) e *Transformações da Terra: para uma perspectiva Agroecológica na História* (2003) o autor oferece indicações teórico-metodológicas que forneceram pontos de partida e de diretrizes aos trabalhos dos pesquisadores da história ambiental no Brasil.

Destacando o estudo do que denominou *constrangimentos ambientais* e das formas como os seres humanos interferiram no meio ambiente, como um dos temas mais importantes a ser analisado pelos historiadores ambientais, Worster ofereceu um caminho a ser ao menos compreendido. Ele propõe a divisão das temáticas ambientais em três níveis fundamentais de compreensão: o primeiro nível, formado pelas condições ecológicas propriamente ditas de um determinado objeto. Ao introduzir um ecossistema em seu estudo, por exemplo, historiadores ambientais devem, seguindo esta sugestão de análise, estabelecer um estreito diálogo com outras áreas do conhecimento, como a ecologia, a geologia e a botânica, para compreender, de forma apropriada, as diversas e complexas condições naturais que existiram, ou ainda existem, neste espaço. Em um segundo momento, Worster sugere o estudo propriamente dito da interferência do homem na natureza; dos constrangimentos ambientais causados pela ação humana ao longo do tempo; das transformações do meio natural que foram efetivamente desencadeadas pelas sociedades. Finalmente, em um terceiro nível, pode-se buscar as representações simbólicas construídas por um determinado grupo social sobre o mundo natural, abrindo caminho para o introdução do conceito de cultura nesse tipo de abordagem.

Esta forma de compreender a história ambiental, que é ao mesmo tempo uma proposta metodológica e uma demarcação das fronteiras, acabou por tornar-se uma das mais referidas

entre os pesquisadores brasileiros. Muitas vezes, dedicando-se somente à análise de um dos níveis propostos por Worster; outras, procurando relacionar os três, certamente um trabalho mais difícil, mas igualmente instigante, a ser executado pelos interessados no assunto.

Há outros trabalhos na historiografia de língua inglesa que podem ser lembrados. Keith Thomas é autor de livro bastante difundido no Brasil, estimulando pesquisas e reflexões. *O homem e o mundo natural* (1983), remete ao ambiente de debates historiográficos e sociais dos anos setenta. Dedicado ao imaginário e às atitudes diante da natureza, examina o vocabulário, as crenças, provérbios, hábitos e costumes, símbolos e a taxonomia popular de plantas e animais na Inglaterra moderna. Thomas captou o movimento da nova organização intelectual da natureza, apresentando reflexões que permitem melhor compreensão das modernas relações entre homem, sociedade e o mundo natural.

Richard Grove publicou em 1995, *Green Imperialism: Colonial Expansion, Tropical Island Edens and the Origins of Environmentalism (1600-1860)*. Uma reflexão sobre o surgimento dos debates sobre a degradação ambiental nos trópicos. Grove afirma que a observação dos impactos ambientais ocorridos nas colônias, resultantes da exploração desmesurada dos recursos naturais e impulsionada pelas políticas colonialistas européias, foi fundamental para o início da construção do pensamento e dos movimentos ambientalistas tal como os conhecemos. O autor inseriu as experiências ocorridas no mundo colonial no processo de formação das novas sensibilidades em relação à natureza, incorporando componentes históricos ao processo de formação do pensamento ambiental ocidental moderno, distintos daqueles surgidos no velho continente.

Na América Latina a dimensão ambiental inicialmente encontrou receptividade entre historiadores da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, México e Panamá, a partir da década de 1980, espalhando-se em seguida para outros países. A crise econômica e os efeitos sociais e ambientais das políticas de desenvolvimento impuseram outras abordagens na reflexão sobre o passado e o presente naquelas economias. A indagação encontrou eco tanto em organismos internacionais, como sugere o documento *Nuestra propia agenda sobre desarrollo y medio ambiente*, quanto em trabalhos de cientistas e acadêmicos em diferentes instituições culturais e universidades latino-americanas. Segundo Guillermo Castro Herrera, da compreensão das “externalidades” do crescimento econômico junto ao meio ambiente passou-se ao questionamento de seus traços característicos, a degradação social e ambiental nos espaços habitados, na cultura e na vida cotidiana das populações urbanas, rurais e indígenas. Abria-se também o caminho para exames dos distintos tempos históricos na relação das sociedades e a natureza nas comunidades e povos nativos da América Latina, assim como os conflitos sociais daí resultantes.

O tripé formado pela expansão de territórios, a produção e extração de matérias-primas e os conhecimentos propulsores destes dois processos, entre 1870 e 1930, foi apontado por Christian Brannstrom e Stefania Gallini como central na transformação de espaços e da cultura dos países latino-americanos. No século XXI, o enlace com o passado parece ressurgir na retomada das monoculturas para a produção de agrocombustíveis, destinados aos mercados industriais do hemisfério norte. O ritmo das trocas de produtos de elevado consumo mundial – café, açúcar, soja – ditou ainda o crescimento econômico, os impactos destes na sociedade e na natureza, alcançando ainda as práticas de conhecimento na América Latina.

Em 1991, a publicação de *Memoria verde: una historia ecológica de la Argentina*, de Antonio Elio Brailovsky e Dina Foguelman, percorreu a história econômica da colonização, da nação independente e das experiências de industrialização naquele país. Os temas do desenvolvimento e das “externalidades” abordados por autores latino-americanos constituiu o ponto de partida para a obra. A pesquisa de Reinaldo Funes Monzote contida em *De los bosques a los cañaverales: una historia ambiental de Cuba (1492-1926)*, sobre o estabelecimento e a trajetória da cana-de-açúcar prolonga a linhagem de estudos históricos sobre esse monocultivo

canavieiro na ilha e atenta para as novas inquietações sociais e historiográficas. São livros emblemáticos da acolhida que a história ambiental desfrutou na América Latina, ainda que não se tratem dos únicos exemplos possíveis nos últimos vinte anos.

A perseverança na aglutinação de adeptos e novos talentos, debates, a realização de cinco encontros internacionais, uma revista eletrônica, sob o patrocínio institucional da Sociedade Latino-Americana e Caribenha de História Ambiental (SOLCHA), indicam a consolidação deste campo e seus objetos de estudos. Surge uma comunidade de espírito, articulada pela pesquisa e a reflexão, abrindo espaço para a crítica e a interlocução da historiografia na América Latina.

No Brasil, as contribuições de autores e pesquisas realizadas em outros campos do conhecimento histórico pavimentaram alguns dos caminhos que a história ambiental foi trilhando entre nós. A historiografia econômica do século XX vasculhou as atividades dinâmicas da produção agropecuária – cana-de-açúcar, tabaco, café, gado, soja –, do extrativismo – pau-brasil, borracha, erva-mate, madeiras, pesca artesanal, caça às baleias e tartarugas – e a mineração de ouro e diamantes, além da busca incessante pelo petróleo, ferro e carvão. As oportunidades de diálogo e de inspiração nestas análises constavam nas primeiras iniciativas de apresentação e de orientação dos estudos da história ambiental no Brasil (DRUMMOND, 1991). A nossa história ambiental dispõe de aparato crítico no conhecimento da ocupação territorial, das intervenções humanas nos diferentes biomas, da introdução de plantas e animais exóticos à diversidade biológica nativa e da exploração dos recursos naturais naquela mesma dimensão em que, na avaliação de Donald Worster, a historiografia norte-americana, por exemplo, encontrava-se carente quando da disseminação dessa prática historiográfica naquele país (WORSTER, 1991).

Nas duas últimas décadas, tanto a história social quanto a história cultural contribuíram para o alargamento dos interesses da historiografia em direção à natureza e ao meio ambiente. As sensibilidades, as representações, apropriações simbólicas e materiais de elementos do mundo natural – águas, rios, paisagens, florestas, unidades de conservação, espécies da fauna e da flora – a normatização jurídica e política, ações da comunidade científica, movimentos sociais e associativos, vida social e cultura material, atraíram a atenção de pesquisadores e estudiosos na gestação de fecundos diálogos a partir de outras abordagens da própria história, além da antropologia, da economia, da sociologia e geografia ou mesmo da Igreja católica, nos agudos termos da Carta Encíclica *Laudato Sí'*, do Papa Francisco.

Os estudos proporcionados por esta historiografia, de inegável interesse para a história ambiental no Brasil, não tem se furtado ao diálogo em publicações, seminários e debates. Ela também cumpre, inconscientemente até, como em qualquer situação intelectual, um papel de contraponto na definição da identidade analítica e interpretativa dos próprios historiadores das múltiplas interações entre as sociedades e a natureza e das questões meio ambiente.

Quando Warren Dean, historiador norte-americano da economia brasileira, faleceu em Santiago, em 1994, preparava-se para iniciar uma investigação sobre as condições ambientais no Chile. Dean terminara sua volumosa pesquisa sobre a Mata Atlântica, que revestia a costa brasileira quando foi iniciada a colonização européia e que sobreviveu em fragmentos, cercada pelas indústrias, cidades, rodovias, fazendas, usinas e aeroportos. Ele não conheceu a edição do livro, logo, publicado também no Brasil. Ao término da década de 1980, Dean lançara uma história ecológica do extrativismo do látex na Amazônia brasileira, abrindo novas perspectivas para a explicação da economia da borracha na região. A história ambiental no Brasil brotava de uma costela da história econômica de um brasilianista. Os livros de Warren Dean assinalam os estímulos externos, bafejados na historiografia nacional, pelos debates internacionais sobre a questão ambiental, alardeados, desde a década de 1970, em reuniões multilaterais e tratando temas como desenvolvimento econômico, poluição, desmatamento, vida silvestre e educação ambiental.

Os projetos dos governos militares para converter o Brasil em potência no Atlântico sul, pelos investimentos em infra-estrutura, mineração, indústria, agropecuária e a geração de energia, multiplicaram a rapidez e a intensidade dos efeitos sociais e ambientais dos novos ritmos da atividade econômica. A degradação trazida pelos surtos desenvolvimentistas atravessou o século XX e foi agravada pelos efeitos perenes da crise financeira mundial de 2008, exibindo efeitos duradores nos dias de hoje. A constituição da burocracia estatal dedicada ao meio ambiente, formulações legislativas, propostas pedagógicas e políticas setoriais para unidades de conservação, água e resíduos, por exemplo, repercutiam a mobilização nas universidades e órgãos técnicos, movimentos sociais, Igreja católica e na mídia, sindicatos sensíveis às condições de vida e saúde dos trabalhadores em setores altamente insalubres, como as indústrias petroquímicas e de cimento, entre outras.

Em pouco tempo os estímulos sociais internos moveriam historiadores e cientistas sociais em indagações sobre o passado ambiental no Brasil. A passagem de Warren Dean pelo curso de História, em Assis, interior de São Paulo, fecundara interesses expressos em artigos e pesquisas de pós-graduandos naquela Faculdade. Publicado em 1987, a dissertação de mestrado *A extinção do arco-íris: ecologia e história*, de Jozimar Paes de Almeida, sinaliza a ressonância que a história ambiental alcançou naquela década. Em 1988, José Augusto Drummond procurou conhecer as tensões decorrentes dos usos públicos e privados dos ambientes e parques naturais, recorrendo a documentação técnica e governamental, historiografia brasileira e aos pressupostos da história ambiental norte-americana. A publicação de *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*, em 1997, é testemunho da busca deste diálogo em uma conjuntura de tomada de consciência e de debates políticos sobre o meio ambiente no Brasil e da inserção do conhecimento histórico nessas discussões.

Na década de 1990, estes esforços perduraram, diversificando sujeitos e objetos de estudos, alcançando regiões e temas menos familiares aos livros e análises seminais de Warren Dean. Em 1994, por exemplo, Paulo Bertran examinava a presença humana no planalto central brasileiro, enquanto Victor Leonardi, em 1999, estudava o perímetro do Parque Nacional do Jaú e seu entorno, na porção norte do estado do Amazonas. Nas primeiras décadas deste século os trabalhos publicados, até o momento, revelam a continuidade na variedade de métodos, fontes, objetos e de interesses na história ambiental. Sem receio de omissões e de simplificação, é possível afirmar que em nossa historiografia dos temas e afinidades ambientais tem predominado a investigação, por um lado, dos conflitos sociais e políticos quanto ao uso e a ocupação dos territórios e seus recursos naturais e, por outro, das interfaces culturais compreendidas em representações, sensibilidades, conhecimentos e concepções (HEYNEMANN, 1995; PRESTES, 2000; ASSUNÇÃO, 2001; PÁDUA, 2002; ARRUDA, ESPÍNDOLA, OLIVEIRA, 2005; JORGE, SOFFIATI, 2006; MARTINEZ, 2007; AYRES, 2008; FADEL, FRANCO E DRUMMOND, MURARI, 2009; BORGES, 2010; SILVA, 2017).

As novas e crescentes pressões em escala mundial sobre os territórios e os recursos naturais em atividades agropecuárias, de infra-estrutura, especulação imobiliária, recursos hídricos e energia, afetam não apenas ambientes e populações ditas tradicionais – indígenas, pequenos proprietários, comunidades rurais, quilombolas e caiçaras – mas igualmente áreas e a vida urbanizada. A característica distintiva do Brasil, neste contexto, é que a sua megadiversidade natural, cultural, étnica e regional responde também pela amplitude de efeitos sociais e ambientais. Sugerem possibilidades e necessidades de estudos e pesquisas que se abrem aos profissionais da história ambiental. A dimensão das tensões e dos confrontos são previsíveis, mas não menos evitáveis. A intensidade e a frequência destes dependerá da sensibilidade, habilidade e força política dos atores envolvidos e da compreensão crítica desta complexa realidade dos conflitos sociais e ambientais no Brasil.

É provável que as práticas de pesquisa e de ensino escolar e universitário encontrem confluências na dinâmica de ocupação territorial e da exploração econômica na Amazônia, nos

estudos dos ambientes urbanos, sobre unidades de conservação e políticas públicas para o meio ambiente – gestão participativa, inclusão social, sustentabilidade da vida e do trabalho nas cidades. No âmbito do ensino escolar, universitário e da educação não-formal a história ambiental no Brasil também poderá alcançar êxitos, como revelam sistemáticas preocupações com a formação, o debate e a orientação técnica, teórica e metodológica aos profissionais e estudantes (SOFFIATI, 1990, DUARTE, 2005; MARTINEZ, 2006; MARTINS, 2007, CAROLA, 2009; PÁDUA, 2010).

Nos últimos dois anos, a intensificação da violência social, estatal e privada, e a paralisia, omissão e o desmonte de políticas públicas de meio ambiente, construídas lenta e progressivamente no Brasil, a partir dos anos 1980, têm colocado em evidência mundial a destruição dos biomas, as perdas na biodiversidade e o incremento do uso insustentável dos recursos naturais, particularmente, de solos para agricultura. A expansão das atividades agropecuárias e as insistentes pressões sobre áreas de proteção da natureza, de quilombos, terras indígenas, assentamentos rurais e de usufruto comunitário, talvez respondam pelo teor altamente social que a história ambiental no Brasil irá conhecer e revelar nos próximos anos.

A escala mundial e o ritmo que a degradação ambiental tem conhecido aguça a curiosidade e a criatividade de diferentes sujeitos sociais. As reações ultrapassam os debates das instâncias políticas científicas e dos meios de comunicação. Manifestações públicas povoam as ruas e os espaços abertos – praças, muros, fachadas e viadutos. Elas promovem a reflexão sobre as relações entre as esferas local e global, mobilizam diferentes linguagens artísticas e culturais, do cinema à culinária, do grafite ao funk, com a intenção deliberada de chamar a atenção individual e coletiva para as questões ambientais. Fazem destas princípio e fim de intervenções sociais em que estimulam a opinião pública na tomada de consciência e de decisões no século XXI. A constituição das chamadas humanidades ambientais são um prenúncio de novos caminhos para o ensino e a pesquisa em distintas vertentes do conhecimento da história ambiental, alcançando as artes, a literatura, a música, o teatro, a dança e o cinema, mobilizando novos sujeitos sociais nos debates sobre o meio ambiente, do Papa às crianças, nas praças e escolas. Elas traduzem a integração planetária alcançadas nas últimas décadas.

A incorporação de novos saberes e linguagens ao campo de interesses da história ambiental, ditada pelos comportamentos sociais e a adesão aos valores éticos e estéticos da diversidade biológica e cultural, poderá distinguir em breve a sua prática pedagógica e historiográfica. A renovação de seus dinamismos na pesquisa empírica, na reflexão teórica, na promoção de novas fontes e documentação poderá contribuir ainda na identificação de novos desafios, questões e objetos do conhecimento histórico. O desenvolvimento da história global também poderá representar um reforço da perspectiva de análise em escala planetária, uma demanda constante e crescente nos estudos de história ambiental.

Há riscos também. Na medida em que a informação e os novos conhecimentos, de um lado, tornam-se fundamentais na orientação técnica, científica, pedagógica e cultural de estudantes e de profissionais, por outro, a participação social e o exercício dos direitos e de veres da cidadania toram evidentes a insuficiência da consciência e da informação qualificada. A mobilização e a intervenção nos debates políticos podem conduzir a historiografia do meio ambiente para posturas intelectuais mais prescritivas, alarmistas, fragmentárias, guiadas por interesses e valores particulares, produção, consumo e tecnologias insustentáveis, colocando em risco os direitos humanos, os liames da solidariedade inter e intrageracional, os bem públicos globais, o pensamento e a análise crítica diante de correntes políticas, majoritárias ou não, mas igualmente perturbadoras e que são portadoras de ações e de riscos de comprometimento da objetividade, da compreensão e da verdade cientificamente observadas em escala mundial.

As incessantes inovações técnicas nos meios de informação e de comunicação podem ser também indutoras de um ativismo apressado e imediatista, em geral, reducionista,

simplificador e irrefletido de causas, avaliações e soluções dos fenômenos e dos processos sociais e culturais abordados, turvando a tomada de decisões em bases participativas e democráticas. No plano historiográfico, a consolidação do regime de historicidade denominado, por François Hartog, como *Presentismo* tende a contribuir para a ampliação de expectativas sociais, individuais e coletivas, na identificação, proposição e adoção de soluções aos problemas atuais e do futuro, sobretudo, quando vistos em apelos dramáticos e sob perspectivas sombrias e catastróficas. São exemplares, nesta direção, os debates sobre as mudanças climáticas globais, as perdas da biodiversidade, a escassez e contaminação de recursos hídricos, a acelerada redução de estoques pesqueiros, as alternativas para a dependência energética dos combustíveis fósseis, entre outros temas recorrentes.

Por fim, não se pode deixar de apontar, nesta tentativa de localizar a história ambiental em seu breve arco temporal, também dos importantes debates encaminhados a partir de dois conceitos, que tem sido incorporado por cientistas de vários campos do saber, no esforço para compreender e nomear o atual estágio das relações entre as sociedades e o meio ambiente: *Antropoceno* e *Capitaloceno*. Estas duas expressões são o foco principal de um grande número de livros e artigos publicados na última década. Mais recentemente, a historiadora Carolyn Merchant lançou *The Anthropocene and the Humanities: From Climate Change to a New Age of Sustainability* (2020), assim como o filósofo Bruno Latour, que escreveu *Diante de Gaia: Oito conferências sobre a natureza no Antropoceno* (2020). Entre o filósofo francês e a historiadora norte-americana, em que pese as suas perspectivas teóricas diversas, uma concordância especial se destaca: existe uma urgência pelas reflexões ambientais, postas não somente como um desafio teórico-metodológico para os pesquisadores, mas principalmente como um gesto de responsabilidade para com as futuras gerações, ante os desastres ambientais que se avolumam, apesar da crescente onda de céticos negacionistas, que insistem em fechar os olhos para uma enormidade de fenômenos catastróficos, causados sem dúvida alguma pelas mudanças climáticas, já facilmente observadas.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece existir mesmo um entendimento, compartilhado por centenas de cientistas de todo o mundo, de que a sobrevivência das outras espécies e seus *habitat* está sendo ameaçada, de forma irreversível, pelo comportamento humano, e que o atual momento talvez seja a última oportunidade para dar início à mudanças estruturais que permitam a recuperação parcial dos recursos naturais, antes que grandes colapsos, de consequências inimagináveis, dificultem a manutenção da vida no planeta, pelo menos do modo como a conhecemos.

Da mesma forma, as atuais sociedades parecem subordinadas cada vez mais às demandas do capital, destituído, até o momento, de ferramentas reguladoras que garantam um equilíbrio entre as forças produtivas e a existência sustentável dos ecossistemas sobreviventes, após mais de dois séculos de espoliação desmesurada da natureza pela sociedades industriais, em suas diferentes etapas de desenvolvimento; processos já muito bem mapeados e conhecidos pelos geógrafos e historiadores ambientais (MCNEILL, 2000; DAVIS, 2007; UEKOETTER, 2010;).

Por fim, partindo dos seus primeiros passos, dados naquele momento inicial à sombra de metodologias e movimentos historiográficos já consolidados, a história ambiental hoje coloca-se como um campo em constante renovação, buscando dialogar com os mais diversos tipos de saberes, oriundos tanto dos consagrados espaços acadêmicos e científicos, quanto do chão de terra batida ocupado por populações tradicionais, especialmente, no caso brasileiro, pelos povos indígenas remanescentes; estes vivamente conectados às demandas, cada vez mais urgentes, por experiências bem sucedidas de convivência com o mundo natural, que porventura possam abrir novas perspectivas para a existência no planeta.

Entre o passado e o futuro, os historiadores ambientais podem construir uma história radiante - respondendo aos dilemas do tempo presente -, repleta de visões e reflexões ampliadas sobre a experiências e as interações entre os seres vivos no planeta, à luz de suas inserções nas esferas políticas, econômicas, sociais e culturais, tornando-se um campo científico fundamental e, porque não dizer, indispensável, na medida em que “estamos, nessa nova época, diante não apenas de uma natureza que deve ser protegida contra os danos causados pelos homens, mas também de uma natureza capaz de incomodar, de uma vez por todas, nossos saberes e nossas vidas” (STENGERS, 2015).

REFERÊNCIAS

- ALBELDA, José, PARREÑO, José Maria & MARRERO Henríquez, J. M. (Org.). **Humanidades Ambientales: pensamiento, artes y relatos para el siglo de la gran prueba.** Madrid: Catarata, 2018.
- ALMEIDA, Jozimar Paes de. **A extinção do arco-íris: ecologia e história.** Campinas: Papirus, 1988.
- ARRUDA, Gilmar (Org.). **Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas.** Londrina: EdUEL, 2005.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. **A terra dos Brasis: a natureza da América.** São Paulo: Annablume, 2001.
- AYRES, Ana Carolina Moreira. **O ciclo da caopora: a RMSP e o Parque Estadual da Cantareira.** São Paulo: Annablume, 2008.
- BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no planalto central.** Ecohistória do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília. Solo, 1994.
- BORGES, Ana Carolina da Silva. **Nas margens da história: meio ambiente e ruralidade em comunidades “ribeirinhas” do Pantanal Norte (1870-1930).** Cuiabá: UFMT/Carlini & Caniato, 2010.
- BRANNSTROM, Christian & GALLINI, Stefania. “An introduction to Latin American Environmental History”, *In* BRANNSTROM, Christian (Ed.). **Territories, commodities and knowledges.** London: Institute of Latin American Studies, 2004.
- BRAILOVSKY, Antonio Elio & FOGUELMAN, Dina. **Memoria verde: una historia ecológica de la Argentina.** 21ª edição. Buenos Aires: Debolsillo, 2009.
- CAROLA, Carlos Renato. “Meio Ambiente”, *In* PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Novos temas nas aulas de História.** São Paulo: Contexto, 2009.
- CASTRO, Guillermo. **Para una Historia Ambiental Latinoamericana.** La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2004.
- CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900.** São Paulo: Companhia das letras, 2002.

DAVIS, Mike. **Cidades Mortas**. Trad. Alves Calado. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil**. Trad. E. Brandão. São Paulo: Nobel, 1989.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. Trad. C. K. Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DRUMMOND, José Augusto. “A história Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa”. **Estudos Históricos: História e Natureza**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 4, 1991.

DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro**. Niterói: EdUFF, 1997.

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do rio Doce**. Bauru: EDUSC, 2005.

FADEL, Simone. **Meio ambiente, saneamento e engenharia no Império e na primeira República**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

FRANCO, José Luis de Andrade & DRUMMOND, José Augusto. **Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

FUNES Monzote, Reinaldo. **De los bosques a los cañaverales: una historia ambiental de Cuba (1492-1926)**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2008.

GALLINI, Stefania. “História, ambiente, política: el camino de la historia ambiental en América Latina”. **Nómadas** 30: 92-102, Bogotá: Universidad Central, abril/2009.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HEYNEMANN, Claudia. **Floresta da Tijuca: natureza e civilização no Rio de Janeiro - século XIX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

JORGE, Janes. **O rio que a cidade perdeu: o Tietê e os moradores de São Paulo, 1890-1940**. São Paulo: Alameda/Fapesp, 2006.

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia: Oito conferências sobre a natureza no Antropoceno**. Trad. Maryalua Meyer. São Paulo: UBU editora, 2020.

LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios**. Brasília: UnB/Paralelo 15, 1999.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **A vida e o mundo: meio ambiente, patrimônio e museus**. São Paulo: Humanitas, 2020.

MARTINEZ, Paulo Henrique (Org.). **História Ambiental paulista**. São Paulo: Senac SP, 2007.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINS, Marcos Lobato. **História e meio ambiente**. São Paulo: Annablume, 2007.

MCCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso - A história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MCNEILL, J. R. **Observations on the Nature and Culture of Environmental History**. *History and Theory*. v. 42, 2003, p. 5-43.

MCNEILL, J. R.. **An Environmental History of the Twentieth-Century World**. New York: W. W Norton & Company, 2000.

MERCHANDT, Carolyn. **The Anthropocene and the Humanities: From Climate Change to a New Age of Sustainability**. Berkeley: Yale University Press, 2020.

MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Alameda, 2009.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de (Org.). **As marcas do homem na floresta**. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2005.

OOSTHOEK, K. J. W. (2005), **What is Environmental History?** Disponível em: www.eh-resources.org/environmental_history.html. Acesso em: 01 julh. 2011.

PÁDUA, José Augusto. “As bases teóricas da História Ambiental”, **Estudos Avançados**, 24(68): 81-101, São Paulo: IEA/USP, 2010.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PAPA Francisco. **Laudato Si'**: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

PRESTES, Maria Elice B.. **A investigação da natureza no Brasil colônia**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.

SILVA, Sandro Dutra. **No Oeste, a Terra e o Céu – a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central**. Rio de Janeiro; Mauad X, 2017,

SOFFIATI, Arthur. **O manguezal na história e na cultura do Brasil**. Campos: Faculdade de Direito de Campos, 2006.

SOFFIATI, Arthur. “A ausência da natureza nos livros didáticos de história”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 9 (19): 43-56, 1989-1990.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das Catástrofes**. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. Trad. J. R. Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

UEKOETTER, Frank. *The Turning Points of Environmental History*. Pittsburgh; University of Pittsburgh Press, 2010.

WORSTER, Donald. “Para fazer História Ambiental”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 4 (8): 198-215, 1991.

WORSTER, Donald. “Transformações da Terra: para uma perspectiva agroecológica na História”. **Ambiente e Sociedade**. São Paulo, 6(1): 23-44, 2003.

ABSENTEÍSMO E PRODUÇÃO DE DENDÊ NA AMAZÔNIA: TRABALHO E QUALIDADE DE VIDA EM TOMÉ-AÇU/PA

Rodrigo Fraga Garvão¹
Warleson Pontes Ribeiro²
Robson Cristo Viana³
Rayra Brandão⁴

RESUMO

O presente artigo aborda o absenteísmo em relação à produção, apresentando como objetivo principal descrever o absenteísmo dentro do processo de produção de dendê de uma empresa agrícola do município de Tomé-Açu/PA, trazendo uma quantificação das taxas de absenteísmo, além de identificar e descrever as causas e consequências do absenteísmo dentro da organização. A metodologia empregada na pesquisa foi através de um estudo de caso de caráter quantitativo e qualitativo com a utilização de pesquisa documental e bibliográfica. Em seguida foi realizada uma coleta de dados através da aplicação de questionários e entrevista, e um levantamento de índices e taxas referentes ao absenteísmo nos anos de 2014 a 2018. O tratamento dos dados sucedeu-se através da análise dos dados fornecidos pela organização e realizou-se também a tabulação dos questionários aplicados em uma amostra de 20% dos colaboradores do setor de produção da empresa juntamente com o auxílio de uma entrevista com os gestores. Os resultados obtidos apresentam uma redução dos índices de absenteísmo através de políticas internas adotadas pela empresa, no entanto, vê-se a necessidade de atenção em relação à saúde dos trabalhadores. Assim, propõem-se ações e medidas que visam melhorar essas questões.

Palavras-Chaves: Absenteísmo. Processo de Produção. Dendê.

ABSENTEEISM AND OIL PALM PRODUCTION IN THE AMAZON: WORK AND QUALITY OF LIFE IN TOMÉ-AÇU/PA

ABSTRACT

The present article addresses absenteeism in relation to production, presenting as main objective to describe absenteeism within the process of yielding palm oil from an agricultural company in the municipality of Tomé-Açu/PA, bringing a quantification of absenteeism rates, besides identifying and describing the causes and consequences of absenteeism within the organization. The methodology used in the research was through a quantitative and qualitative case study with the use of documentary and bibliographic research. Then, a data collection was performed through the application of questionnaires and interviews, and a survey of indexes and rates related to absenteeism in the years 2014 to 2018. The data were processed through the analysis of the data provided by the organization and the tabulation of questionnaires applied in a sample of 20% of employees in the company's production sector was also tabulated, together with the help of an interview with managers. The results obtained present a reduction in absenteeism rates through internal policies adopted by the company, however, we see the need for attention in relation to workers' health. This proposes actions and measures aimed at improving these issues

Keywords: Absenteeism. Production Process. Palm oil.

¹ Doutorando em Agriculturas Familiar e Desenvolvimento sustentável (DAAFS/PPGAA/UFPA). Mestre em Desenvolvimento e meio ambiente urbano (Universidade da Amazônia). Professor da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). E-mail: rodrigofragabh@gmail.com

² MBA em Gestão de Pessoas pelo Centro de Ensino Superior Dom Alberto Ltda, CESDA_PPROV/BRASIL, Administrador pela Universidade Federal Rural da Amazônia.

³ Administrador pela Universidade Federal Rural da Amazônia.

⁴ Doutora em Engenharia Civil (PPGEC/UFPA), professora da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).

Data de submissão: 21.04.2021

Data de aprovação: 15.05.2021

INTRODUÇÃO

O absenteísmo sempre foi uma questão difícil para as organizações controlarem. Essa ausência do empregado ao trabalho pode causar atrasos no processo produtivo, na realização das tarefas da empresa e podem causar sobrecarga de trabalho para alguns colaboradores. Com isso, consequências como a desmotivação, geração de conflitos e, até mesmo, a queda na produtividade podem ocorrer.

O absenteísmo na atualidade sai de seu contexto de ser tratado apenas como uma causa médica passando a ser encarado como um problema que atinge todos os níveis da organização, passando até para fora da empresa, atingindo a sociedade de várias maneiras. A Organização Mundial do Trabalho (OMT) em uma coletânea de mais de 50 trabalhos com institutos renomados nas áreas de saúde ocupacional, identificou que o absenteísmo por doença alcança a 8ª causa mais usada para se ausentar do serviço (AFFONSO, 2014).

Para Santiago (2017), a saúde do trabalhador é umas das causas na qual se mais tem aumento da ausência do empregado ao serviço. As organizações que querem diminuir o seu índice de absenteísmo devem estar atentas à saúde mental e física de seu colaborador para, assim, montar um plano de ação visando à diminuição do índice e melhorar a qualidade de vida de seus funcionários.

Estudos feitos por Lee e Eriksen (1990) dizem que o absenteísmo é inversamente proporcional à satisfação dos colaboradores, isso pode acontecer como uma forma de fugir de situações indesejáveis no trabalho. A investigação dos elementos como condição de trabalho, cultura organizacional, estilo de supervisão e motivação da equipe de trabalho colaboram para a identificação das causas do absenteísmo. Saber lidar com essas particularidades pode ser uma das formas de administrar o absenteísmo na organização.

Vale ressaltar que o processo de produção para uma organização é primordial para alcançar seus objetivos e metas e, para que isso aconteça, é necessário ter funcionários motivados, comprometidos e física e mentalmente estabilizados, pois esses fatores são importantes para que a produção seja capaz de atingir suas expectativas.

A produção de óleo de palma no país vindo sendo estudada desde a década de 50, na qual o Institut de Recherches Pour Lês Huiler et Les Oleaginex (IRHO), após estudos realizados, identificou que a Amazônia era a região mais favorável para o cultivo da cultura de dendê no Brasil, nesta região existiam grandes quantidade de terra e clima propício para o desenvolvimento da planta.

O mercado de palma de dendê está presente em dois principais segmentos: de alimentos e de combustível. No segmento de alimentos, a matéria-prima (óleo de palma), oriunda da extração da polpa do fruto e da semente do fruto de dendê, é um dos produtos mais consumidos no mundo atualmente, estando presente em grande parte do ramo alimentício. O fruto de dendê pode ser encontrado nas composições de fabricação de sorvete, manteigas, óleo para frituras, fabricação de pão, entre outros produtos para o setor de alimentos.

No mercado de Biocombustível, o óleo de palma de dendê tem um grande potencial produtivo para a produção do produto, pois, comparado a outras oleaginosas como, por exemplo, a soja, o dendê tem um elevado balanço energético para a fabricação do combustível no qual o fruto pode chegar em até 6.000 kg/ha quando atinge o ápice de produtividade, diferente da soja que pode chegar em até 550 kg/ha em seu ápice (EMPRAPA, 2012).

O grande entrave para a produção de biocombustível no país com o uso de óleo de palma é seu alto custo com mão de obra, em que grande parte do cultivo é feito de forma manual e

também a produção ainda não é autossuficiente para atender o mercado interno. Assim, fazendo com que o país importe o insumo para que o biocombustível seja produzido. Para que a produção de óleo de palma se torne mais viável para produção de biocombustível, vêm sendo feitos grandes investimentos na área de tecnologia do cultivo de dendê tonando, assim, as atividades ligadas à colheita do fruto mais mecanizadas para, deste modo, diminuir o uso de mão de obra manual nas plantações de dendê.

Segundo a Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma (ABRAPALMA), o Brasil irá se tornar autossuficiente no consumo de óleo de palma a partir de 2019 alcançando, assim, a produção de mais de 500 milhões de toneladas de óleo de palma produzidas por ano. Esta notícia para o mercado brasileiro é bastante favorável tendo em vista que a partir de 2020 a China, grande parceira comercial do Brasil passará a usar 10% de etanol misturado à gasolina. Um estudo realizado pela ABRAPALMA prevê que em 2023 45% das fontes de energia do país serão de fontes renováveis, principalmente com o uso de biocombustível (ABRAPALMA, 2018).

Diante disso, o mercado de óleo de palma tem muito a crescer ao decorrer dos anos devido às novas tecnologias e investimentos que serão inseridos na produção deste cultivo.

Assim, a presente pesquisa foi realizada como um estudo de caso em uma empresa do ramo agrícola produtora de dendê do município de Tomé-Açu/PA, onde pretende-se identificar as principais causas do absenteísmo no processo de produção da organização entre os anos de 2014 a 2018, abordar como esta ausência do colaborador pode interferir na produtividade e, posteriormente, propor melhorias para a administração da produção e para a gestão de pessoas no que tange os níveis de absenteísmo.

1 ÍNDICES DE ABSENTEÍSMO (PERÍODO DE 2014 A 2018)

Neste momento do artigo, serão apresentados os dados que foram analisados e que nos trouxeram as principais causas do absenteísmo dentro da organização. Ressalta-se que a pesquisa abrangeu aproximadamente 439 colaboradores do setor de produção da empresa. A tabela 1 identifica o total de absenteísmo entre 2014 a 2018.

Tabela 1: Absenteísmo entre 2014 a 2018.

Ano	Absenteísmo Geral
2014	3,87%
2015	6,14%
2016	2,41%
2017	1,28%
2018	1,10%

Fonte: Ribeiro e Viana (2019)

Conforme apresentado na tabela anterior, os índices de absenteísmo dos anos de 2014 a 2018, levando em consideração o índice de absenteísmo sugerido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de 1,4%. A partir disso observa-se que nos três primeiros anos a organização teve elevados índices de absenteísmo e nos dois últimos anos estudados esses índices tiveram uma redução considerável.

Para uma melhor compreensão do absenteísmo dentro da organização, elaborou-se um detalhamento do absenteísmo geral subdividindo os dados em absenteísmo voluntário, médico e abonado, como observado nas tabelas 2, 3 e 4.

Segundo Borchardt (2018), o absenteísmo médico se refere às faltas dos colaboradores por motivos de enfermidade. Sendo assim, observando os cinco anos estudados (2014 a 2018) na tabela 2, o absenteísmo médico, o qual é relativo apenas às faltas justificadas com atestados médicos, apresenta o índice acima da média apenas no ano de 2015, com um percentual de 2,19%, nos demais, os índices estão dentro do sugerido pela OMS.

Tabela 2: Índice de Absenteísmo Médico de 2014 a 2018.

Ano	Absenteísmo Médico
2014	1,04%
2015	2,19%
2016	0,71%
2017	0,81%
2018	0,40%

Fonte: Ribeiro e Viana (2019)

No que se refere aos índices de absenteísmo voluntário, ou seja, às faltas injustificadas dos colaboradores por motivos particulares, sem justificativa médica ou amparo legal (AFFONSO, 2014), constatou-se também uma redução no decorrer dos anos analisados. Essa redução acontece a partir do ano de 2016, onde a convenção coletiva de trabalho trouxe, em sua cláusula nona, a permissão para empresa efetuar a suspensão do vale-alimentação do colaborador no mês em que ele tivesse faltas não justificadas. Essa medida trouxe uma redução de aproximadamente 60,34% na quantidade de faltas dentro da organização se compararmos com o ano de 2015, conforme observado na tabela 3.

Tabela 3: Índice de Absenteísmo Voluntário de 2014 a 2018.

Ano	Absenteísmo Voluntário
2014	2,83%
2015	3,48%
2016	1,38%
2017	0,26%
2018	0,51%

Fonte: Ribeiro e Viana (2019)

No ano de 2017 a empresa adotou algumas medidas para que houvesse redução no absenteísmo. A partir disso, foi implantado na organização o sistema de escala 4x4, ou seja, para cada 04 dias trabalhados o colaborador tem o direito a 04 dias de folga. Com isso foi possível perceber uma redução considerável no número de faltas dos colaboradores. Assim pode-se dizer então que o total da redução do índice de absenteísmo dos colaboradores da produção foi de 92,53% se compararmos como 2015, ano este em que a organização apresentou o maior índice de absenteísmo.

Como observado na tabela 4, o absenteísmo abonado o qual é relativo às faltas injustificadas, porém abonadas pelo gestor, observa-se que no ano de 2014 a organização não teve colaboradores com faltas abonadas pelo fato da empresa não adotar o abono de faltas injustificadas. A partir de 2015, a organização passou a abonar faltas injustificadas em alguns

casos, o que ocasionou uma redução no decorrer do período analisado. Essa redução se dá pelos mesmos motivos da redução do absenteísmo voluntário, ou seja, através das novas cláusulas da convenção coletiva de trabalho e pela adoção da escala 4x4 já mencionada anteriormente, sendo assim, em alguns casos não há necessidade de liberar o trabalhador para resolver questões pessoais, uma vez que a nova escala lhe concede 4 (quatro) dias de folga na semana.

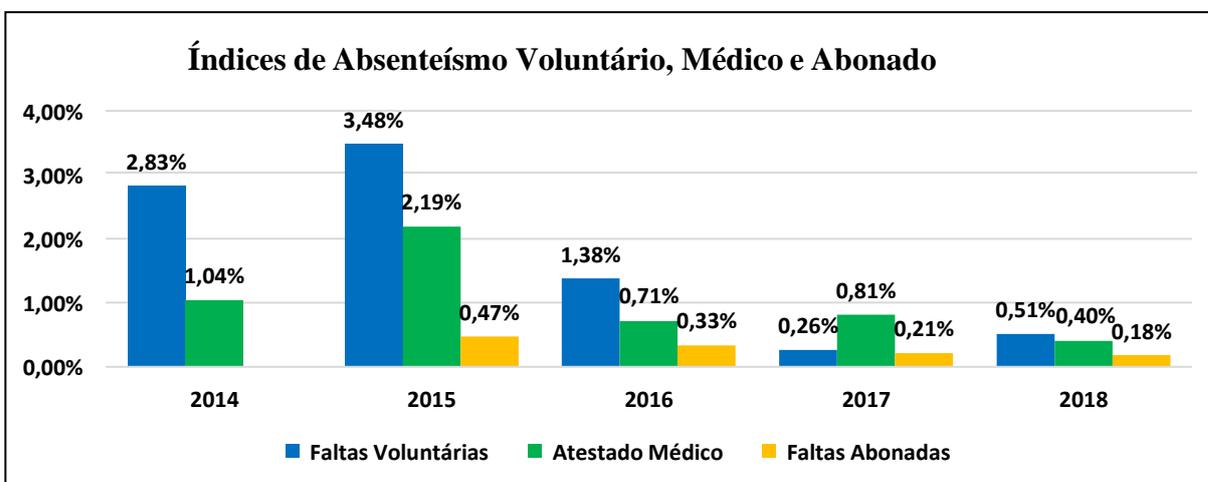
Tabela 4: Índice de Absenteísmo Abonado de 2014 a 2018.

Ano	Absenteísmo Abonado
2014	-
2015	0,47%
2016	0,33%
2017	0,21%
2018	0,18%

Fonte: Ribeiro e Viana (2019)

Se compararmos os índices de absenteísmo nos anos estudados, pela observação do Gráfico 1, constata-se que ao longo dos anos houve reduções consideráveis nos níveis dos índices de absenteísmo dentro da organização, em decorrência das medidas adotadas pela empresa.

Gráfico 1: Índices de Absenteísmo Voluntário, Médico e Abonado



Fonte: Ribeiro e Viana (2019).

No ano de 2016, o §1º da Cláusula Nona do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da empresa previa o desconto do vale-alimentação caso o trabalhador se ausentasse. Assim, com uma falta descontava-se do colaborador 30% do benefício; com duas faltas, o desconto era equivalente a 50% e a partir de três faltas descontava-se 100% do vale-alimentação. No ano de 2017 as porcentagens de descontos foram fixadas em 40%, 60% e 100% respectivamente de acordo com o §1º da Cláusula Nona do ACT do referido ano.

A partir do ano de 2018, a cláusula décima quinta do ACT do referido ano trouxe a implantação da escala 4x4 para os trabalhadores da produção, ou seja, quatro dias de trabalho com jornada de 12 horas cada e quatro dias de descanso. E, no que se refere ao vale-alimentação, foram alteradas as políticas de descontos, assim, o colaborador que tiver uma falta, desconta-se o equivalente a 50% do seu benefício e a partir de duas faltas desconta-se 100% do valor do vale-

alimentação conforme o Parágrafo Único da Cláusula Nova do ACT.

Em entrevista realizada com um dos supervisores da organização, observou-se que além das medidas previstas na convenção coletiva de trabalho, o supervisor tem determinada autonomia para aplicar advertências escritas e aplicar restrições aos funcionários que possuem excesso de faltas, conforme a fala do entrevistado que diz

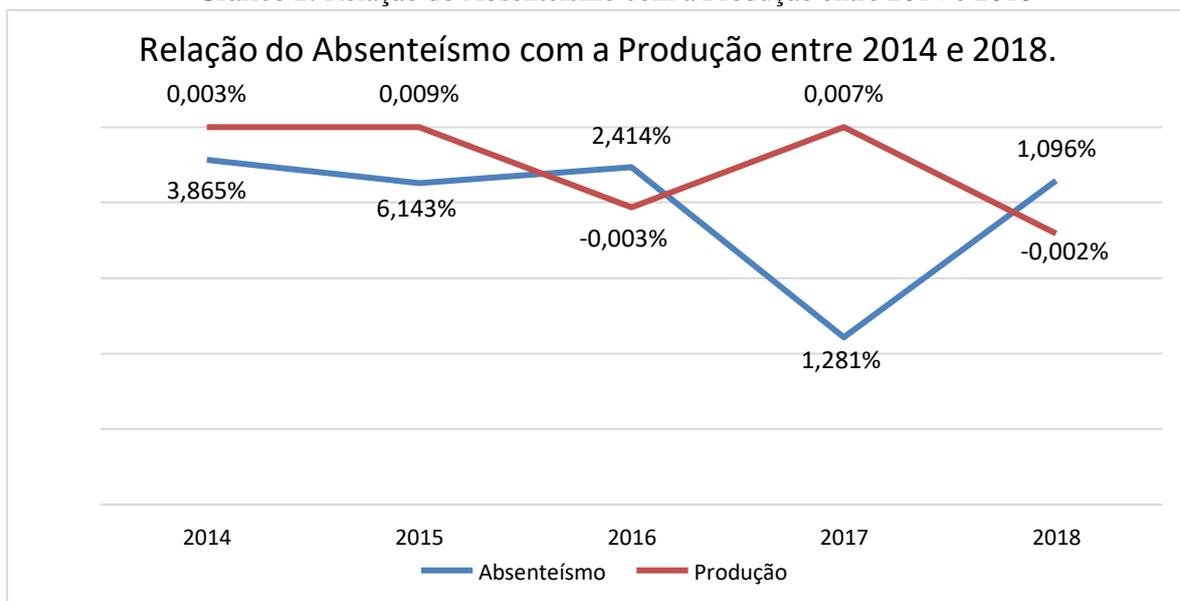
o trabalhador quando ele tem mais de três a quatro faltas eu aplico, pelo menos, uma advertência por escrito nele tá mais ou menos isso daí ou eu interrompo o trabalhador a fazer hora extra porque quando a gente tá com uma demanda alta de fruto, né, então a gente precisa de trabalhadores para vir na extra 100%. Então é uma bonificação para os melhores trabalhadores, digamos assim, esse trabalhador que tem falta, ele já não vem para o 100%. Uma maneira punir. (entrevistado, sic)

Essas medidas corroboraram para uma redução significativa no índice de absenteísmo da organização, assim, até o último ano estudado evidenciando-se que a empresa está com índice de absenteísmo dentro do nível considerado aceitável no Brasil, conforme a OMS⁵.

2 RELAÇÃO DO ABSENTEÍSMO COM A PRODUÇÃO

Com base nessas informações, pode-se fazer uma análise detalhada entre os índices de absenteísmo e a produção da empresa dentro dos anos estudados, conforme observa-se no gráfico 2.

Gráfico 2: Relação do Absenteísmo com a Produção entre 2014 e 2018



Fonte: Ribeiro e Viana (2019)

⁵ A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) trabalha com os países das Américas para melhorar a saúde e a qualidade de vida de suas populações. Fundada em 1902, é a organização internacional de saúde pública mais antiga do mundo. Atua como escritório regional da Organização Mundial da Saúde (OMS) para as Américas e é a agência especializada em saúde do sistema interamericano. O organismo internacional oferece cooperação técnica em saúde a seus países membros; combate doenças transmissíveis e doenças crônicas não transmissíveis, bem como suas causas; e fortalece os sistemas de saúde e de resposta ante emergências e desastres. (<https://www.paho.org/pt/brasil>).

Através dos dados analisados ao longo dos anos, nota-se que mesmo com os elevados índices de absenteísmo nos primeiros anos (2014 e 2015) a variação da produção na empresa em estudo foi irrisório, ou seja, os trabalhadores conseguiram atingir a meta estipulada mesmo com redução decorrente das faltas de alguns funcionários ao longo do período. E nos anos seguintes onde houve a redução do absenteísmo a produção também se manteve dentro do estipulado, com exceção do ano de 2016 e 2018, onde a produção não foi atingida, faltando apenas 0,003% e 0,002% respectivamente em sua projeção, assim essa variação pode ser considerada como insignificante para a organização.

3 PRINCIPAIS FATORES DE AUSÊNCIA DO COLABORADOR AO SERVIÇO

Após o levantamento dos índices de absenteísmo do setor de produção da organização, foi possível identificar quais os principais fatores que têm contribuído para os níveis de absenteísmo. Assim, conforme observa-se na Tabela 5, o principal fator das ausências dos empregados dentro da organização em estudo, está ligado aos fatores pessoais conforme descreve Vieira (2016), ou seja, do total geral de absenteísmo do setor de produção, 41,67% são relacionados a atestados médicos.

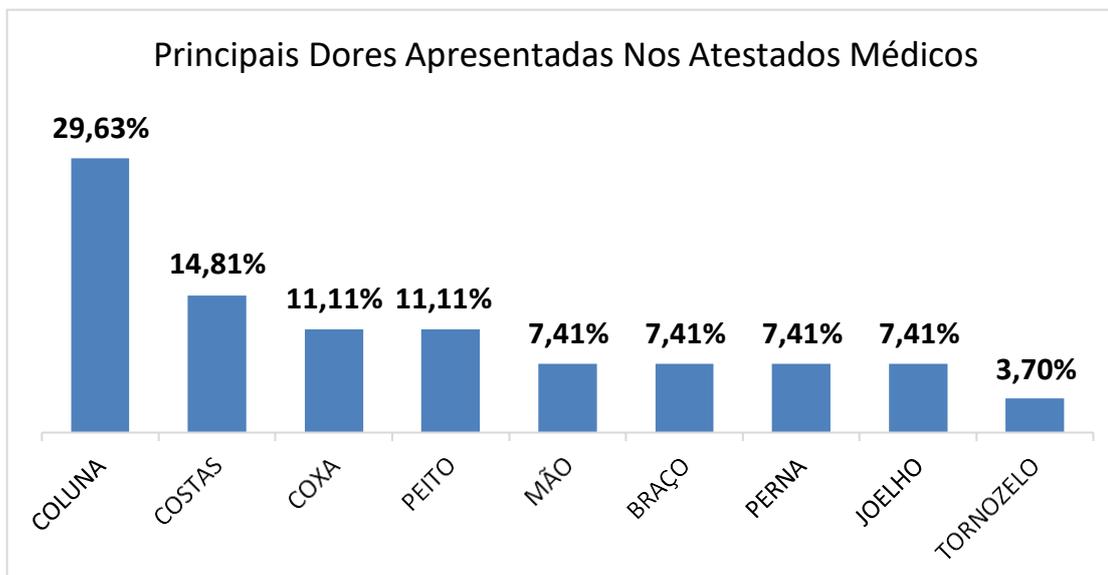
Santiago (2017), retrata que a saúde do trabalhador é umas das causas que mais tem relação com as ausências do colaborador ao serviço e conforme a OMS esse fator está em 8º lugar como a causa mais usada para justificar as ausências.

Tabela 5: Ausência por Fatores Pessoais.

Descrição	Quantidade
Atestado Médico	41,67%
Acompanhamento de Filho	14,58%
Falecimento de Familiar	12,50%
Nascimento de Filho	8,33%
Comparecimento em Juízo	4,17%
Acompanhamento de Gravidez	4,17%
Realização de Prova	4,17%
Doação de Sangue	2,08%
Casamento	2,08%
Acidente de Trânsito	2,08%
Alistamento Militar	2,08%
Alcoolismo	2,08%

Fonte: Ribeiro e Viana (2019)

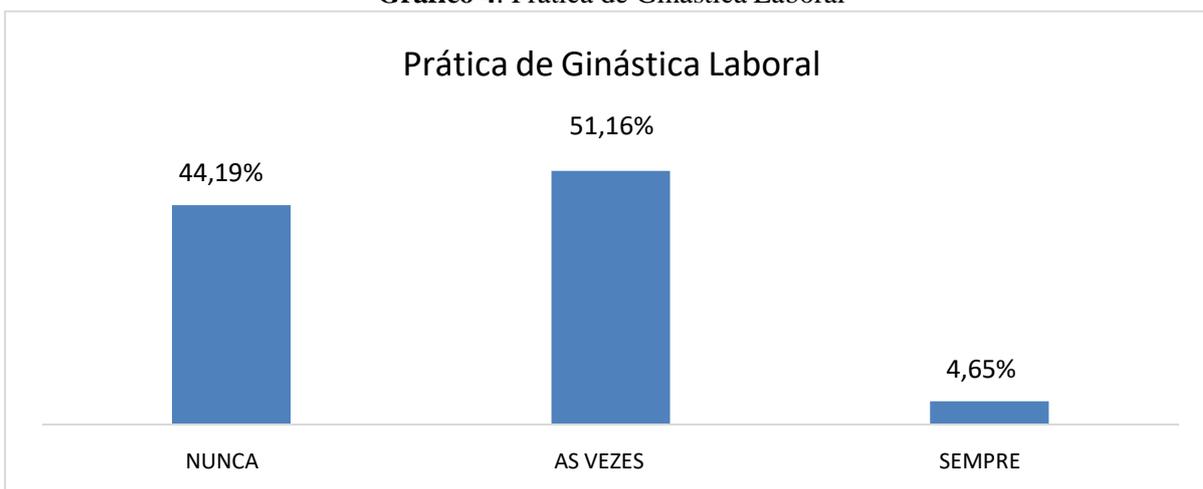
Isto posto, evidenciou-se através da aplicação do questionário que os dois principais motivos dos atestados médicos estão relacionados a dores na coluna e dores nas costas, como percentual 29,63% e 14,81% respectivamente. Em seguida as dores nas coxas e dor no peito se igualam com 11,11% cada um, conforme apresentado no gráfico 3.

Gráfico 3: Principais Dores Apresentadas Nos Atestados Médicos

Fonte: Ribeiro e Viana (2019)

Com base nos estudos realizados na organização, destaca-se a falta do cumprimento da ginástica laboral, essa, por sua vez pode ser entendida como a execução de exercícios de aquecimento musculoesquelético, que tem por objetivo o preparo do organismo para o trabalho físico (DELBIN & MORAES, 2005).

Assim, evidenciou-se que apenas 4,65% dos trabalhadores que participaram da pesquisa realizam a ginástica laboral frequentemente e que 51,16% só realizam os exercícios às vezes e 44,19% nunca realizaram nenhum tipo de exercício voltado à ginástica laboral.

Gráfico 4: Prática de Ginástica Laboral

Fonte: Ribeiro e Viana (2019)

Como consequência, observa-se que a falta dos exercícios ligados à ginástica laboral, corrobora para os altos índices de atestados médicos relacionados a dores na coluna e dores nas costas, devido à atividade exercida pelos trabalhadores rurais exigir um esforço do trabalhador que pode sobrecarregar seus membros superiores e regiões do tronco do corpo.

Sendo assim, a GL tem por finalidade trazer mudanças na qualidade de vida dos colaboradores. Pois a atividade é praticada de maneira criativa e descontraída. O mais relevante na GL é a prevenção de doenças relacionadas ao trabalho repetitivo que geram dores

musculares, estresse e dificulta a vida do trabalhador (MENDES & LEITE, 2012).

No que tange os fatores ambientais relacionados ao absenteísmo, observa-se na Tabela 6, que a empresa possui apenas uma variável que influencia no absenteísmo, essa variável tem relação com o transporte dos colaboradores até o local de trabalho representando 47,62 % dos motivos das ausências.

Tabela 6: Ausência por Fatores Ambientais

Descrição	Motivo Ambiental
Transporte até a Empresa	47,62%

Fonte: Ribeiro e Viana (2019)

Dentro dos fatores organizacionais nota-se, na tabela 7, que 23,81% das ausências estão ligadas às variáveis remuneração e condições de trabalho, demonstrando assim uma leve insatisfação dos colaboradores e 4,76% está relacionado à qualidade da liderança do setor, ou seja, a forma como é efetuada a gestão dos colaboradores dentro da organização.

Tabela 7: Ausência por Fatores Organizacionais

Descrição	Motivo Organizacional
Remuneração	23,81%
Condição de Trabalho	23,81%
Qualidade da Liderança	4,76%

Fonte: Ribeiro e Viana (2019)

Com base nos resultados obtidos, constatou-se que apesar dos elevados índices de absenteísmo em alguns anos, a produção não foi afetada de maneira significativa. Por outro lado, aponta-se para um alto nível de absenteísmo dentro da organização devido aos atestados médicos por motivos de dores nas costas e na coluna que, por sua vez, estão relacionados à falta da ginástica laboral por parte dos colaboradores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os índices de absenteísmo dentre os anos estudados foi possível constatar uma redução considerável no decorrer dos anos de 2014 a 2018, contudo, evidenciando que o índice mais elevado foi de 6,14% no ano de 2015 e, através de alguns métodos adotados pela organização, observou-se que a redução obtida pela empresa contribuiu para que a mesma obtivesse o nível aceitável de absenteísmo recomendado pela OMS no Brasil, ou seja, foi possível comprovar que a partir do ano de 2017 a empresa obteve o índice de 1,28% e o menor índice se deu no ano de 2018 com apenas 1,10%.

Para um melhor entendimento dos dados obtidos, elaborou-se um detalhamento dos tipos de absenteísmo abordados na pesquisa, sendo eles, absenteísmo voluntário, médico e abonado. Assim constatou-se que o absenteísmo voluntário apresentou os maiores índices nos três primeiros anos pesquisados (2014 a 2016). Por outro lado, o absenteísmo médico cresceu do ano de 2014 para 2015, e no ano de 2016 houve uma redução de 67,58% no nível de absenteísmo médico e nos anos de 2017 e 2018 houve apenas pequenas variações desse índice. Enquanto isso, o absenteísmo abonado, o qual possui um índice baixo, também reduziu devido às normas e medidas adotadas pela organização.

No que tange os índices de absenteísmo em relação à produção, apesar dos elevados índices em alguns anos, constatou-se que não houve alterações relevantes na produção, ou seja, apesar da grande quantidade de faltas, os colaboradores alcançaram as metas estabelecidas para a produção. Por outro lado, vale ressaltar a importância de uma gestão eficiente das políticas de qualidade de vida dos colaboradores da organização, uma vez que os mesmos podem ter uma sobrecarga de trabalho para poder compensar o colaborador que faltou e assim conseguir que a produção seja atingida.

Entretanto, tratando-se dos fatores relacionados ao absenteísmo, através da análise dos dados foi possível constatar que dentre os principais fatores pessoais 41,67% são referentes a atestados médicos e entre os motivos dos atestados, as principais causas são dores na coluna e nas costas, com 29,63% e 14,81% respectivamente dos casos. Essas dores se dão pelo fato que a atividade exercida pelos trabalhadores rurais, exige um elevado esforço físico e movimentos repetitivos nas regiões lombar e costal.

Outro motivo que corrobora para esse índice de atestados médicos, é o fato que 44,19% dos colaboradores nunca praticam a ginástica laboral (GL) antes da realização das atividades e 51,16% realizam a GL às vezes, ou seja, somente 4,65% dos colaboradores estão praticando frequentemente a GL antes das atividades que irão exercer.

Isto posto, conforme já mencionado em relação à organização em estudo os elevados índices de absenteísmo não afetou de forma significativa a produção, porém, observa-se uma deficiência quando trata-se sobre a saúde dos colaboradores, ou seja, o prejuízo da empresa não está ocorrendo na produção, mas sim no capital humano, tendo em vista que o absenteísmo gera uma sobrecarga nos trabalhadores presentes para que a meta seja alcançada e, como consequência, posteriormente esse trabalhador estará com a saúde prejudicada, sendo necessário o seu afastamento para tratamento, gerando assim um aumento no absenteísmo médico.

No que tange ao quadro de profissionais do SESTR, a empresa possui apenas 1 Engenheiro de Segurança do Trabalho, 1 Técnico de Segurança do Trabalho, 1 Enfermeiro do Trabalho e 1 Auxiliar de Enfermagem. Porém, mesmo que a organização tenha o quadro de profissionais conforme define a NR 31, ainda assim não seria sanado o problema de maneira total, tendo em vista que a distância entre os setores da organização exige uma logística complexa, assim dificultando a inspeção de segurança do trabalho.

Diante disso, recomenda-se a implementação de melhorias nas políticas de qualidade de vida dos trabalhadores, assim, podendo tornar obrigatória a prática da ginástica laboral antes da realização das atividades, podendo ser entre uma ou duas vezes por semana, tendo em vista que a GL traz benefícios para a saúde do colaborador e, conseqüentemente, pode reduzir os absenteísmos médicos relacionados às dores musculares e nas articulações. Recomenda-se também que a organização adote o quadro de profissionais de SESTR conforme a NR 31, onde será necessária a contratação de 1 Médico do Trabalho e um Técnico de Segurança do Trabalho. E no que tange a inspeção de segurança, atualmente os técnicos de segurança do trabalho se deslocam de carro entre os setores, onde é disponibilizado apenas um carro para os dois técnicos existentes, ou seja, sempre que um estiver efetuando a inspeção o outro terá que aguardar o retorno do mesmo para que posteriormente realize seu serviço. Assim, recomenda-se que o deslocamento dos técnicos entre os setores seja feito de motocicleta, podendo os dois técnicos se deslocarem cada um em um veículo (motocicleta) ao mesmo tempo para diferentes setores e realizem a inspeção de forma correta.

Dessa forma, considera-se que a pesquisa traz colaborações importantes a respeito do absenteísmo dentro da organização que, no entanto, podem ser aprofundadas em estudos futuros. Com os resultados obtidos pela pesquisa, tem-se a finalidade de contribuir para uma efetiva gestão do absenteísmo na organização. Esses resultados poderão contribuir para embasamentos nas ações dos gestores da empresa e para a elaboração de estudos futuros sobre

absenteísmo.

REFERÊNCIAS

ABSENTEÍSMO. *In: Dicionário Online de Português*. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/absenteismo/>. Acesso em: 25 de ago. de 2019.

AFFONSO, Sergio Luiz. **Absenteísmo: Um Problema Complexo nas Organizações**. 2014. Dissertação (Trabalho de conclusão de curso de Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Empresariais da Universidade Fumec, 2014.

AGUIAR, Gizele de Almeida Souza; OLIVEIRA, Janine Rodrigues de. Absenteísmo: suas principais causas e consequências em uma empresa do ramo de saúde. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 13, n. 18, 2010.

ALMEIDA, Mônica de Oliveira. **Estudo comparativo dos índices e causas do absenteísmo no trabalho de diferentes grupos em uma organização hospitalar privada**. Orientadora: Maria Fatima Bruno Faria. 2008. Monografia (Especialista em Gestão de pessoas). Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciências da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTUDORES DE ÓLEO DE PALMA. **A Palma no** BATISTA, Aline Aparecida Gava. **Absenteísmo: fatores determinantes e consequências**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração) - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, Assis, 2012.

BORCHARDT, Gêssica Mayra. **Absenteísmo no ramo frigorífico: um estudo de caso no frigorífico Globoaves no município de Espigão do Oeste-RO**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Rondônia, Rondônia, 2018.

BRASIL E NO MUNDO. **Abrapalma. Associação Brasileira de produtores de Óleo de Palma**. Disponível em: <http://www.abrapalma.org/pt/sobre-o-fruto-de-palma/>. Acesso em: 28 de julh. de 2019.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Decreto-Lei nº 5.442, de 01.mai.1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 19. maio. 2019.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Anuário estatístico de acidentes de trabalho**, 2017. Disponível em: <http://sa.previdencia.gov.br/site/2018/09/AEAT-2017.pdf>. Acesso em: 19 maio. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Súmula nº32: Abandono de emprego (nova redação)** - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003. Disponível em: <http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/TST/Sumulas.htm#32>. Acesso em: 19 maio. 2019

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 512 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 544 p.

DELBIN, M. A.; MORAES, C. Por que implantar um programa de ginástica laboral na empresa? **Revista de Administração**, Espírito Santo do Pinhal, v. 5, n. 9, p. 7-9, 2005.

DUTRA, Joel Souza. **Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LEE, Jane B.; ERIKSEN, Lillian R. The effects of a policy change on three types of absence. **The Journal of nursing administration**, v. 20, n. 7-8, p. 37-40, 1990.

MARTINS, Petrônio G.; LAUGENI, Fernando P. **Administração da Produção**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 584 p.

MARTINS, R. A. **Sistemas de medição de desempenho**: um modelo para estruturação do uso. 1999. Tese (Doutorado em Engenharia) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MENDES, Ricardo Alves; LEITE, Neiva. **Ginástica Laboral, princípios e aplicações práticas**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2012. 256 p.

MILKOVICH, George T; BOUDREAU, John W. **Administração de recursos humanos**, 1. ed., reimpressão. São Paulo: Atlas, 2015. p.

MOREIRA, Daniel Augusto. **Administração da Produção e Operações**. São Paulo: Saraiva, 2017. 165 p.

TUBINO, Dalvio Ferrari. **Manual de Planejamento e Controle da Produção**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 304 p.

VIEIRA, M. R. F. S. P. **Satisfação No Trabalho e Absentismo dos enfermeiros de um Aces**. Dissertação (Mestrado em direção e chefia dos serviços em enfermagem) – Escola Superior de Enfermagem do Porto. Porto, 2016.

PRÁTICAS PRODUTIVAS DA FARINHA DE MANDIOCA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA MOCAMBO – OURÉM – PA

Josiane Santos da Silva ¹
Lene da Silva Andrade ²
Andrey Mendonça de Souza ³
Fabio Halmenschlager ⁴

RESUMO

O Mocambo, em Ourém, Estado do Pará é uma comunidade quilombola que possui a agricultura como uma das principais atividades econômicas. Produz a farinha de mandioca como destaque, essencial para reprodução social, cultural e econômica da comunidade. Este artigo investiga quais fatores influenciaram as possíveis mudanças nas práticas produtivas da mandioca na comunidade do Mocambo. É uma pesquisa qualitativa, onde foram entrevistados oito agricultores, respondendo a um questionário. Os resultados mostraram que grande parte dos entrevistados frequentou apenas até a quarta série do ensino fundamental. A média de idade é de 55 anos, sendo moradores locais há pelo menos 46 anos. A mandioca produzida é plantada na roça, cujo tamanho varia entre 2 e 6 tarefas. A comercialização é feita esporadicamente e/ou quando há excesso de produção ou necessidade econômica. O Mocambo sofre forte influência de aspectos mercadológicos, novas tecnologias e a falta de sucessores no âmbito da produção de farinha de mandioca. O itinerário técnico indicou algumas mudanças na produção que podem ser explicados seja pela proximidade com as indústrias de farinha, por facilidade de acesso às informações, acesso à energia elétrica, ou simplesmente por incorporação às novas tecnologias. Apesar da pressão de mudanças, ainda conseguem produzir combinando costumes e saberes intergeracionais as novas tecnologias.

Palavras-chave: Quilombo. Farinha de mandioca. Saberes locais.

PRODUCTIVE PRACTICES OF CASSAVA FLOUR IN THE QUILOMBOLA COMMUNITY MOCAMBO – OURÉM - PA

ABSTRACT

Mocambo, in Ourém, State of Pará, is a quilombola community that has agriculture as one of its main economic activities. It produces cassava flour as a highlight, essential for social, cultural and economic reproduction of the community. This paper investigates what factors have influenced possible changes in the productive practices of cassava in the community of Mocambo. It is a qualitative research, where eight farmers were interviewed, answering a questionnaire. The results showed that a large part of the interviewees had only attended up to the fourth grade of elementary school. The average age is 55, and they have been local residents for at least 46 years. The cassava produced is planted in the field, whose size varies between 2 and 6 tasks. The commercialization is done sporadically and/or when there is excess production or economic need. Mocambo is strongly influenced by market aspects, new technologies, and the lack of successors in cassava flour production. The technical itinerary indicated some changes in production that can be explained either by proximity to the flour industries, ease of

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA) pela Universidade Federal do Pará (UFPA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5436-2419>. E-mail: agricultura.j.s@gmail.com.

² Mestranda em Diversidade Sociocultural (PPGDS) do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4982-759X>. E-mail: lene.s.andrade2@gmail.com.

³ Mestrando em Agriculturas Familiares (PPGAA) pela Universidade Federal do Pará (UFPA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5960-8390>. E-mail: andreyourem@gmail.com.

⁴ Doutor em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense, professor da Universidade Federal do Pará, lotado no Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3811-0654>. E-mail: fabiohalmenschlager@gmail.com.

access to information, access to electricity, or simply by incorporation of new technologies. Despite the pressure for change, they still manage to produce by combining customs and intergenerational knowledge with new technologies.

Keywords: Quilombo. Cassava flour. Local knowledge.

Data de submissão: 02.08.2021

Data de aprovação: 01.12.2021

INTRODUÇÃO

[...] Acordam! É hora de ir para o roçado
Vão encher a cabaça de água
Amolam a foice e o terçado.

As casas eram feitas de palhas
As portas feitas de parí
Quando arribava de casa
Carregavam na costa o jamaci
E varriam suas casas
Com vassouras de botão ou vassouras de açai.

Depois de um dia de trabalho
A noite acendiam o lampião
Reuniam a família
E juntos debulhavam feijão
Era uma pequena atividade
Que servia como distração [...]⁵

No pequeno trecho reproduzido acima, é possível observar a trajetória de vida dos habitantes pobres da comunidade do Mocambo, onde a principal atividade desenvolvida é a agricultura, aqui representada através do roçado. Os residentes mais antigos relembram as dificuldades de moradias na época de seus antepassados. A maioria morava em casas construídas de barro, com telhado feito de palhas de açai, ou cavacos (madeira) que na época de inverno, devido às fortes chuvas, eram insuficientes para protegê-los, resultado da fragilidade do material.

Tinham dificuldade de acesso às escolas, já que localizavam-se a 3 km da cidade de Ourém. Naquela época, as crianças revezavam entre os estudos e o trabalho na roça com intuito de contribuir nas atividades praticadas em família, dentre elas, a principal era a preparação da farinha de mandioca. Ainda muito exercida na região, segundo relatos dos entrevistados.

A partir deste contexto, esta pesquisa teve como objetivo principal investigar, a partir da narrativa dos agricultores e agricultoras do Quilombo do Mocambo, quais fatores influenciaram as possíveis mudanças nas práticas produtivas da mandioca. Como objetivos específicos o trabalho caracterizou o perfil socioeconômico dos produtores de mandioca, identificou as variedades utilizada na comunidade, descreveu o modo e as ferramentas com os quais os agricultores produziam e produzem a farinha de mandioca, e finalmente identificou as possíveis mudanças nas práticas e/ou ferramentas envolvidas no processo produtivo da farinha.

Foram entrevistados oito agricultores, portanto, esta pesquisa tem um direcionamento qualitativo. Partindo do pressuposto de que fatores de mercado, novas tecnologia e idade dos produtores influenciaram as mudanças na produção da farinha de mandioca no Mocambo, a pesquisa se desenvolveu em torno da seguinte pergunta: Quais fatores foram responsáveis pelas

⁵(Trecho de “Rimas de cordel recordar é viver”, escrito por Maria Madalena R. Souza, quilombola da comunidade do Mocambo).

possíveis mudanças nas estratégias de produção da farinha de mandioca, no quilombo do Mocambo, Ourém, Estado do Pará?

Assim, a escolha por estudar este tema surgiu a partir do momento em que se observou a importância em (re)conhecer, valorizar e preservar as práticas produtivas da farinha de mandioca no Mocambo, conforme desejo dos próprios agricultores que estão empenhados em resgatar as raízes de sua tradição, seja pelo viés das artes, dança e música, ou através das atividades econômicas e/ou sociais, caso da farinha de mandioca. Na comunidade em questão a produção de farinha se desenvolveu ao longo do tempo, e, por ser um dos principais alimentos integrantes da dieta local, torna-se importante para a segurança e soberania alimentar da comunidade e, por extensão, promove a manutenção das relações históricas e socioeconômicas.

As informações adquiridas nesta pesquisa podem contribuir na perspectiva de demonstrar que o agricultor quilombola reconhece a importância da continuidade dos modos tradicionais de produção, e ao mesmo tempo, incorpora novas técnicas produtivas ao processo de produção da farinha, em que uma não exclui a outra. Acrescenta-se a importância das comunidades tradicionais, e neste caso, quilombolas, frente ao seu papel histórico na construção da sociedade brasileira, como mostraram os pesquisadores José Jorge de Carvalho, Abdias do Nascimento, Beatriz do Nascimento e Clóvis Moura, dentre outros.

O texto apresentado está dividido em cinco partes. A primeira é uma introdução sobre a comunidade do Mocambo e a motivação para iniciar a pesquisa. Na segunda parte, disponho do referencial teórico que contribui para uma reflexão a respeito das comunidades quilombolas e a relação das comunidades tradicionais com a mandioca. Em seguida são descritos o material e métodos utilizados na pesquisa, com objetivo de indicar o caminho percorrido para as análises e conclusão. Na quarta parte, inicia a discussão dos resultados encontrados na pesquisa e finalmente é apresentado as considerações finais das experiências na comunidade.

1 COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Os quilombos foram e são espaços de resistência, ante a escravidão ao longo da história do Brasil (DA SILVA, DA SILVA, 2015). O país é o segundo maior em ascendência Africana, e segundo Anjos (2014), o número de “importação forçada de africanos” ao longo dos séculos XVI e XIX foi maior que quatro milhões de pessoas. Esta violenta e cruel retirada de pessoas de seu ambiente natural, e de sua cultura teve como objetivo sua incorporação “às tarefas básicas para formação de uma nova realidade” (ANJOS, 2011, p. 262) que segundo o mesmo autor foi a base para a construção da sociedade racista que hoje conhecemos (ANJOS; CYPRIANO, 2006, p. 25).

A escravização do negro se tornou efetiva e lucrativa devido a vários fatores. Os africanos tinham habilidades com sua mão de obra que os tornavam mais atraentes, com capacidades na agricultura, na mineração, na construção, como ferreiros, e tinham um baixo custo para os colonizadores (DA SILVA, DA SILVA, 2015). Assim, a mão de obra escrava africana era bem comum em diversas tarefas, desde serviços domésticos, até a construção de pontes e estradas.

Apesar do trabalho forçado, dos castigos e punições, os africanos tiveram como característica marcante a resistência à escravidão (FUNARI, 1996). Assim, segundo Reis e Dos Santos Gomes:

Onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos. Mesmo sob a ameaça do chicote, o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantação, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual ou coletivamente. Houve, no entanto, um tipo de resistência que poderíamos caracterizar como a mais típica da escravidão e de outras formas de trabalho forçado. Trata-se da fuga e formação de grupos de escravos

fugidos. A fuga nem sempre levava a formação desses grupos. Ela podia ser individual ou até grupal, mas os escravos terminavam procurando se diluir no anonimato da massa escrava e de negros livres (REIS; DOS SANTOS GOMES, 1996, p. 9).

Os autores mostram que houve vários tipos de resistência, coletiva ou individual, onde diversas vezes formavam os “quilombos” locais para recomeçar a vida. O termo “quilombo” é de origem banto⁶ e significa acampamento ou fortaleza e foi muito utilizado pelos portugueses com objetivo de reconhecer povoados construídos por escravos fugitivos. Os moradores dos quilombos, mocambos ou arranchamentos eram chamados pelos nomes de Callombolas, Quilombolas ou Mocambeiros (DA SILVA, DA SILVA, 2015).

Para Ramos (1996), não existia homogeneidade nos quilombos, podendo variar sua localização, dimensão, população, configuração organizacional e integrantes. O destaque do autor é para importância destas comunidades, onde “desempenharam um importante papel no complexo tecido social que era o sistema brasileiro da escravidão” (RAMOS, 1996, p. 165). Assim, é importante compartilhar a divergência existente entre os conceitos a respeito dos quilombos, Arruti (2008) faz uma reflexão:

Não é possível falar deles sem adjetivá-los. Seja por meio da fórmula legal que lança mão de “remanescentes”, ou das tentativas de ajuste desta, por meio de “contemporâneos”. Seja ainda porque são necessárias distinções entre estes, quando se usa “urbanos” ou “rurais”. Ou, quando se quer tipificá-los, por meio de “agrícola”, “extrativista”, “nômade” etc. Ou, finalmente, quando se fala em “históricos”, de forma complementar ou concorrente àquelas formas anteriores, já que falar em “quilombos históricos” tem servido tanto para especificar quanto para deslegitimar os “quilombos contemporâneos” (ARRUTI, 2008, p. 102).

Em meio às várias lutas em prol da interpretação mais realística do que sejam “quilombolas”, nesta pesquisa será utilizado o conceito apresentado no decreto 4.887, de novembro de 2003, o qual foi baseado para deliberar o título a comunidade em estudo, que em seu artigo 2º considera:

Remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Parágrafo 1º. Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto definição da própria comunidade.

Parágrafo 2º. São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social e cultural (BRASIL, 2003).

Segundo informações da Fundação Cultural Palmares, até junho de 2021, ela havia emitido 2.819 declarações para comunidades quilombolas, destas 61,9% estavam localizadas no Nordeste, e somente 10% no Norte do país. Os dados indicaram 2006 como o ano que mais se gerou certificações (393), enquanto o ano de 2021 apresentou o menor número de comunidades certificadas (somente 19) desde 2004, período que se iniciou o processo de legitimação. Para estas comunidades a chancela política e social destas certidões projeta e imprime mais visibilidade ao seu contexto histórico de comunidade tradicional.

⁶ Banto é um termo originário de idiomas da África central e austral, como acontece com o umbundo, quimbundo, bakongo etc. [...] A palavra bantu é linguístico dos africanos de Angola, Congo, Moçambique e adjacência, só foi cunhado no século XIX, concentrando-se na região sudeste, mas espalhados por toda parte (VAINFAS, 2000, p. 66).

No Brasil, as comunidades tradicionais, ou populações tradicionais, tiveram sua definição articulada a partir dos debates sobre a criação das unidades de conservação (UCs), sendo aquelas afetadas pelos impactos de grandes projetos, disputas por territórios, grilagem de terra e outras situações que exigiam do poder público a inserção destas comunidades em políticas públicas de proteção, ou garantia dos seus direitos. Para o Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007:

Art. 3º, I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Segundo Santos (2008), as comunidades tradicionais cotidianamente desenvolveram uma vivência harmoniosa com a natureza, pois acreditavam fazer parte dela, de onde coletavam, caçavam, pescavam, manipulavam as propriedades farmacêuticas das plantas e ervas, domesticavam espécies de plantas e plantavam para sua alimentação. Utilizavam formas de desfrutar a natureza sem agredi-la, de forma sustentável. Essa maneira de coexistir com o mundo natural foi passada de pais para filhos(as) de forma oral durante o convívio diário (PASA; ÁVILA, 2010).

Igualmente, a ação de plantar para alimentação trazendo modos particulares de produzir será objeto de estudo desta pesquisa. A mandioca é um exemplo de alimento muito utilizado por populações e comunidades tradicionais, como será visto ao longo do próximo tópico.

2 MANDIOCA: HISTÓRIA E PRODUÇÃO

A mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) já era cultivada por populações indígenas muito antes da chegada dos colonizadores europeus no continente americano, por volta do século XV. Originária, possivelmente do Brasil Central, a raiz era tida como base da alimentação destes povos (ALLEM, 2002; FRASER E CLEMENT, 2008; SCHAAL *et al.*; 2006; PIPERNO, 2011). Nos Estados do Pará e Amazonas foi observado que, ao lado dos indígenas, havia também descendentes de escravos que cultivavam a mandioca como parte de sua cultura, realizando a festa da colheita, a “farinhada” (AGUIAR, 1982). Nos dias atuais, a mandioca é o produto mais consumido no mundo e no Brasil por todas as camadas da população, sendo importante fonte de carboidrato (amido) segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (2017).

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) mostra em números a importância mundial da mandioca que chegou ao número de 277,9 milhões de toneladas no ano de 2017. Os maiores produtores mundiais estão concentrados em três continentes diferentes: A África representada pela Nigéria, principal produtor com 55 milhões de toneladas, seguido pelo continente Asiático (Tailândia com 30,9 milhões de t, e Indonésia produzindo 20,3 milhões de t, segundo e terceiro lugar, respectivamente), enquanto o Brasil é o quarto produtor mundial apresentando 20,1 milhões de toneladas de mandioca. Apesar do volume produzido, a FAO indicou queda na produção mundial e regional entre os anos de 2017 e 2018. No Brasil a seca causou diminuição do plantio resultando em um declínio de 15% na safra.

Dentre os Estados brasileiros, o Pará é o maior produtor de mandioca com 4,19 milhões de toneladas segundo dados da CONAB (2017), movimentando em torno de R\$ 1 bilhão por ano (IBGE). O Estado seguiu as previsões da FAO tendo área colhida reduzida de 294,337 hectares (2017) para 265.578 hectares (2018). Apesar da redução, a cadeia produtiva da mandioca gera empregos desde o início da produção, que se dá no campo, até a fase de processamento e comercialização, gerando aproximadamente um milhão de empregos diretos

(EMBRAPA, 2017). Portanto, a mandioca é importante para o Estado do Pará, não somente para o viés comercial, mas também sociocultural, pois se faz presente na história de comunidades camponesas tradicionais espalhadas por todo o Brasil, geralmente consumida principalmente em forma de farinha.

No Estado do Pará, o meio rural é desenvolvido também em torno da produção da farinha de mandioca. Por possuir características de alta adaptabilidade, mesmo em condições desfavoráveis (solo, clima, variedade), a mandioca se desenvolve bem em solos regionais sendo importante geradora de emprego e renda, principalmente para pequenos e médios produtores. Outra característica da planta é seu aproveitamento total, pois dela pode-se utilizar todas as partes, desde o caule, a raiz e até as folhas (LOBO; DOS SANTOS JÚNIOR; NUNES, 2018).

Sendo intensamente utilizada na culinária amazônica, onde é base para o preparo de pratos cotidianos ou refinados, se destacando por fazer parte na construção da identidade regional. Da raiz faz-se a farinha d'água, farinha de tapioca, farinha temperada, beiju, carimã ou massa puba, o tucupi e a goma utilizados no tacacá paraense. As folhas são moídas e cozidas por sete dias, sendo acrescido da carne de porco salgada, dando origem a Maniçoba, prato típico da comida local.

Logo é notável a relação de proximidade entre a mandioca e as populações tradicionais da região, pois desta relação hoje se tem uma variedade de modos de consumir e produzir a planta. Mas, apesar dessa forte afinidade, o estudo realizado por Santana (2018) mostra as influências pela qual as comunidades têm passado, para a autora, “as famílias que praticam as farinhadas, atualmente passam por um processo de subalternização do *saber fazer* por meio de instituições como a Embrapa” (SANTANA, 2018, p. 34).

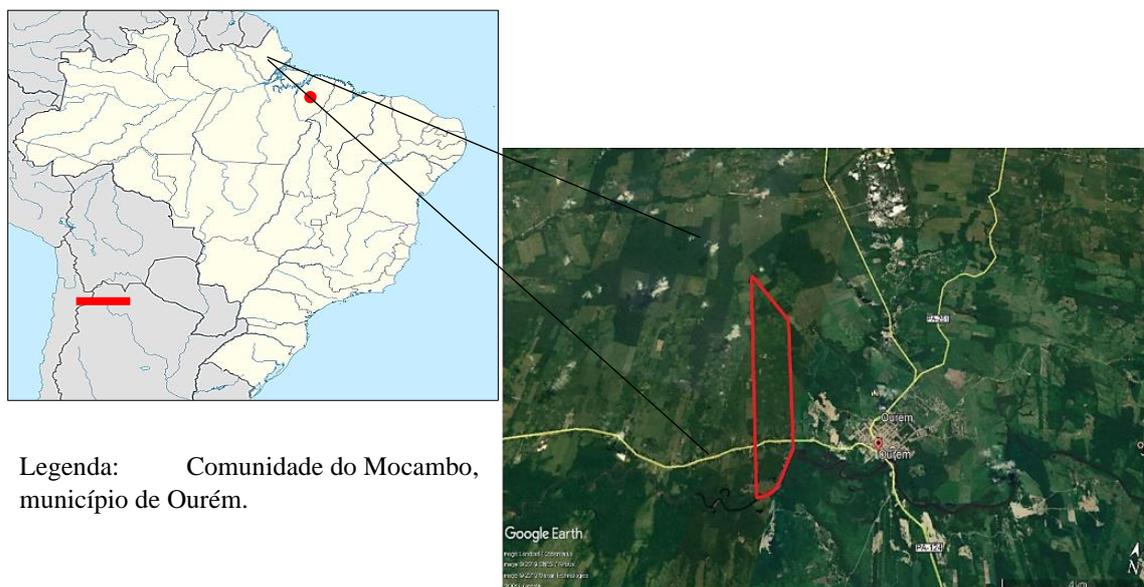
Esta instituição propõe padrões que desafiam a lógica de vida dos agricultores tradicionais, pois estas consideram a farinha como um produto exclusivamente de comercialização, enquanto os agricultores entendem a farinha como o pão para consumo diário. Estando exatamente nesta diferença de perspectiva, entre agricultor quilombola, caso desta investigação, e os estabelecimentos de pesquisa, a divergência fundamental que precisamos entender e por vezes desestimular.

De tal modo, como ocorreu na comunidade do Mocambo, município de Ourém, Estado do Pará, foco desta pesquisa. Na localidade, as relações de produção da farinha de mandioca podem ter sofrido influências de atores externos, e por isso justifica-se esta pesquisa com objetivo de retratar esse cenário.

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 ÁREA DE ESTUDO

Dentro do município de Ourém, está situada a comunidade remanescente de quilombola Mocambo (Figura 1). A comunidade fica distante 3 km da sede de Ourém, à margem direita do Rio Guamá e foi reconhecida oficialmente como remanescente de quilombola em 2012 pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA). Mocambo está localizada na Zona rural do município de Ourém, Estado do Pará e possui uma área total de 657 há, onde moram aproximadamente 147 famílias (IBGE; Secretária municipal de Saúde de Ourém).

Figura 1- Mapa de localização da comunidade do Mocambo, município de Ourém, Estado do Pará

Fonte: Adaptado pela autora do Google Earth, 2019.

A fundação do Mocambo, como hoje é conhecido, será retratada aqui por meio de narrativas dos moradores da localidade e de alguns trabalhos feitos na comunidade pelos próprios quilombolas que tiveram a possibilidade de cursar uma graduação. A comprovação do histórico da comunidade se deu através de relatos orais e a presença de um engenho de açúcar movido a tração animal.

A comunidade foi fundada por avós e bisavós dos atuais moradores, que eram pessoas negras escravizados por volta de 1830. Estas pessoas, em busca de sua liberdade, fugiam através do Rio Guamá utilizando os pequenos vilarejos (Tuntum, Japirica, São João, João Pereira e Menino Jesus) como esconderijo. Este pequeno aglomerado de casas futuramente iria se unir e formar a Comunidade Quilombola do Mocambo.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é um estudo onde procurou compreender as circunstâncias e a conjuntura local, através dos sentidos e emoções dos sujeitos envolvidos, desta forma, os entrevistados são os produtores de conhecimentos e práticas (CHIZZOTTI, 1991). Portanto, esta é uma pesquisa qualitativa onde se observa o elemento em seu estado natural (ANDRÉ, 2005).

3.2.1 PRÉ-TESTE

Esta técnica foi utilizada com objetivo de testar o efeito do questionário, e da abordagem da entrevista, além de iniciar uma sondagem com a comunidade. Assim, tendo proximidade junto aos informantes-chave e na oportunidade esclarecer a pesquisa de forma mais tranquila e se necessário, ajustar a metodologia.

3.2.3 OBSERVAÇÃO DIRETA

Por meio da observação direta e da entrevista fez-se a transcrição de algumas atividades cotidianas dos entrevistados.

3.2.4 ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Esta pesquisa é um estudo de caso, na qual utilizou-se o questionário, contendo perguntas abertas e fechadas. As entrevistas ocorreram de outubro a dezembro de 2019, no período matutino e vespertino adequando-se ao tempo disponível dos entrevistados.

A condução das entrevistas foi inspirada na pesquisa de Santana (2018), que a entende como “a ação de se pôr a ouvir e traduzir para os de fora e, se necessário, apresentar para os de dentro o quão importante é o registro dos saberes e fazeres tradicionais”. Portanto, os pilares que sustentam essa pesquisa são o de registro e o da interpretação.

3.2.5 DIÁRIO DE CAMPO

Este instrumento segundo Magnani (1997) é fundamental em pesquisas observatórias, sendo indispensável para a pesquisa, e utilizado como depositário de notas, impressões, observações, primeiras teorizações, mapas, esboços, desabafos e entrevistas. Foi utilizado gravador de áudio e máquina fotográfica para registrar todos os detalhes.

3.2.6 ESCOLHA DA AMOSTRAGEM

Durante o andamento da pesquisa e após a realização do pré-teste notou-se a necessidade de ouvir os agricultores mais envolvidos na produção da mandioca. Tanto os mais velhos, quanto os mais novos, homens e mulheres. Também foi importante entrevistar aqueles que moravam ao centro da comunidade, ou seja, próximo as casas de farinha industriais, assim como aqueles que viviam distantes destes dois centros, e estavam localizados à beira do Rio Guamá.

O universo da pesquisa foi constituído por moradores da comunidade do Mocambo. As entrevistas foram concedidas nas casas e roças dos agricultores, onde se percebeu maior disponibilidade de abertura. Antes de iniciar a pesquisa explicou-se o seu objetivo, assim como foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram entrevistados oito agricultores, sendo quatro mulheres e quatro homens. Ao longo do texto será utilizada fala direta apenas de quatro produtores, identificados como interlocutores: A, B, C e D. Dessa forma terão suas identidades preservadas.

Os dados coletados foram organizados com ajuda do software da Microsoft Excel®, versão 2013 e posteriormente feita análise do discurso, conforme Bardin (2007, p 27) seguindo as etapas: Pré-análise: fase da organização dos dados, documentos, formulação de hipóteses; Exploração do material: momento da escolha de quais categorias, unidades de registros serão usados para codificar os dados obtidos, e Tratamento dos resultados: após a fase b, com os dados categorizados foram feitas as inferências e interpretações das mensagens e vocabulários observados no discurso dos entrevistados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 RECORTE SOCIOECONÔMICO DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS

Com a titulação de comunidade quilombola, o Mocambo pôde acessar seus direitos básicos, como energia elétrica (Luz para Todos), moradia (Programa Minha Casa Minha Vida), o Bolsa Família, a aposentadoria e a criação de escolas, prerrogativas para uma melhoria de vida. Apesar destes benefícios, a principal motivação da busca pelo título de reconhecimento de domínio coletivo foi a entrada de fazendeiros, seixeiras e indústrias de cerâmica na região. A partir de então, houve o incentivo à exploração ilegal de madeira e à comercialização de terras em área de várzea para retirada de barro. Nesse contexto, percebe-se o uso dos direitos

constitucionais como amparo à luta e defesa do território como sendo o principal estímulo na busca pelo reconhecimento como remanescentes de Quilombo.

Os agricultores entrevistados encontram-se com média de 55 anos de idade, todos estão em uma união estável. A escolaridade é baixa, sendo um agricultor não alfabetizado, enquanto parte frequentou apenas quatro anos de vida escolar (4ª série do ensino fundamental), e o restante aprendeu a ler e escrever por meio da educação à distância através da Radiofônica, programa de rádio que tinha como objetivo levar educação para as áreas de difícil acesso e que não possuíam escolas. Somente um dos entrevistados possui pós-graduação na área de educação.

Da amostra, todos residem há pelos menos 46 anos na comunidade. A economia local é essencialmente agrícola, movimentada principalmente pela renda obtida de aposentadorias, venda de farinha e da raiz de mandioca comercializadas para as farinheiras industriais e por seixeiros e indústrias de cerâmica que empregam alguns moradores. Assim, a renda média familiar dos agricultores chegou a aproximadamente dois salários mínimos.

Quanto à saúde, não há posto na comunidade, porém ocorrem consultas itinerantes, e nos casos mais graves os moradores se locomovem até a cidade de Ourém. Entre os entrevistados faz-se o uso de ervas medicinais, curandeiras, parteiras e benzedeadas, sendo uma prática comum em tempos passados. Hoje, com a introdução do neopentecostalismo evangélico, esses costumes vêm sendo discriminados fazendo com que sua reprodução seja reduzida, ou até mesmo evitada.

Nesse cenário foi observado um diálogo entre religiões de matriz africana e outros movimentos religiosos – principalmente a religião hegemônica no Brasil – o catolicismo. Da mesma forma que o constatado por De Carvalho (1999), esse sincretismo é a base das religiões de matriz africanas atualmente no Brasil. O catolicismo sempre acompanhou a história da comunidade, seguindo com a oração do terço e a coroação de Santa Maria. É a principal religião, onde pode-se encontrar em cada casa uma imagem de Nossa Senhora, ou de Jesus Cristo e diversos Santos e Santas (Figura 2). Esse grupo de pessoas criaram fortes laços ao longo do tempo. É nas proximidades da igreja que se desenvolve a comunidade, lá mulheres e homens se reúnem para realizar atividades e trocar experiências de vida.

Figura 2 - Imagens religiosas encontrada nas casas das famílias entrevistadas



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

O Mocambo possui uma cultura bem marcante. A Ciramba⁷ é a principal atividade cultural e de entretenimento local. O Círio de Nossa Senhora Santa Maria é a principal festa religiosa da comunidade. O cortejo parte da comunidade do Cafeteua chegando à igreja que leva o mesmo nome da santa. No caminho, a imagem e seus peregrinos recebem várias homenagens dos fiéis (Figura 3).

Figura 3 - Círio de Nossa Senhora Santa Maria organizado pelos moradores



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Segundo relatos do presidente da associação, sr. José Maria dos Santos Farias, estruturalmente a comunidade conta com uma escola de ensino fundamental, uma igreja católica, duas igrejas neopentecostais evangélicas e um prédio de um pavimento utilizado para reuniões da associação comunitária agrícola e associação de mulheres (Figura 4: a) Escola de ensino Fundamental; b) Prédio de reuniões da associação comunitária agrícola e associação de mulheres e c) Igreja Católica, respectivamente). Conta também com a presença de um campo de futebol.

Figura 4 - Algumas estruturas da comunidade do Mocambo



⁷ Dança típica da comunidade do Mocambo onde homens, mulheres e crianças dançam entoando cantigas mostrando acontecimentos do dia a dia.

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Figura 5 – Algumas estruturas da comunidade do Mocambo



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

O acesso ao Mocambo se dá através da PA 251, estrada não asfaltada e sem infraestrutura padronizada, como sinalização ou quebra-molas. O intenso trânsito de caminhões e caçambas transportando seixo e barro acaba por mover partículas de solo no ar causando problemas respiratórios em crianças e idosos. Após diversos conflitos, a comunidade entrou em acordo com as empresas, então ficou estabelecido algumas horas do dia (das 13 às 15 horas) para que seja feito o umedecimento do solo por meio de um caminhão pipa (Figura 5). A estratégia vem sendo respeitada, porém, com pouca eficiência, já que até hoje as casas fecham suas portas e janelas durante todo o dia para evitar a entrada da poeira.

Figura 6 – Caminhão pipa molhando a estrada principal (PA 251) na comunidade do Mocambo



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Mudanças ambientais têm sido percebidas pela população, sendo evidenciada através da diminuição ou sumiço dos igarapés às proximidades da comunidade. Isto pode estar ligado ao desmatamento das florestas próximas e a retirada do barro das bordas das nascentes.

O Mocambo, assim como muitas comunidades tradicionais, sofre o impacto da presença de grandes empreendimentos. No caso da comunidade em questão, os principais atores são as seixeiras, os fazendeiros, as indústrias de cerâmica e as farinhas industriais, que juntos têm a capacidade de modificar toda a estrutura social da comunidade. As influências passam por várias nuances, como o modo de produzir a farinha, por exemplo, que segundo relatos dos agricultores, há agora a opção de vender a mandioca em tonelada de raiz, sem ter a obrigação de produzir a farinha. Por outro lado, os preços são controlados pelas farinhas e normalmente são abaixo dos preços de mercado. Além de outras intervenções que serão vistas a seguir.

4.2 A PRODUÇÃO DA FARINHA DE MANDIOCA

A mandioca produzida na comunidade é plantada na roça, distante das residências cerca de 4 a 6 quilômetros cujo tamanho varia entre 2 a 6 tarefas⁸. As casas de farinha comumente se localizam nas proximidades das moradias, mais precisamente no quintal. A estrutura é composta por um barracão, feito de pau-a-pique, um forno, já relativamente padronizado, um ou mais cochos feitos de madeira ou cimento, e diversas ferramentas, instrumentos e recipientes adequados para fazer a farinha, sendo a maioria confeccionados artesanalmente pelos agricultores (Figura 6).

Figura 7 - Algumas estruturas da casa de farinha na comunidade do Mocambo



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

As casas de farinha são artesanais, e assim como as roças, são de propriedade individual, porém, estas são utilizadas de forma coletiva, sendo frequentadas por parentes e vizinhos. A produção de farinha é direcionada principalmente ao autoconsumo, pois, os agricultores produzem em ritmo reduzido, devido principalmente a outras formas de renda, como a aposentadoria e o Bolsa Família. Também se atribui a baixa produtividade à idade avançada dos agricultores, à comercialização em raiz e à utilização de baixa tecnologia.

A comercialização da farinha *in natura* é feita esporadicamente e/ou quando há excesso de produção ou necessidade econômica. Em outras palavras, os agricultores não produzem com

⁸ 1 tarefa equivale a 0,3 hectares.

objetivos mercadológicos, mas direcionados principalmente ao autoconsumo. A venda da farinha e da raiz de mandioca acontece para os atravessadores, que revendem em Belém, Castanhal, e Ourém, ou feita diretamente nas fábricas de farinha industrial localizada as proximidades. Os agricultores entrevistados utilizam a troca entre si. A venda entre vizinhos, acontece de forma esporádica.

Conforme as entrevistas, a produção de farinha é tida como fundamental para a reprodução da família, pois não só garante a segurança alimentar, como também contribui com uma renda extra, além de reviver memórias de convivência com seus antepassados, já que os agricultores assimilaram conhecimentos a respeito dos processos de produção da farinha com os avós, pais, mães e tios.

Seguindo as práticas antigas, ainda hoje, crianças, adolescentes, homens e mulheres se envolvem na produção da farinha. A diferença é que a mulher era a responsável por grande parte do trabalho, inclusive a torragem da farinha. Atualmente, o homem se estabeleceu neste papel, mas a mulher continua a contribuir com seu trabalho em diversas etapas do processo produtivo. Por outro lado, os jovens se interessam cada vez menos pela atividade agrícola, o que pode pôr em risco sua continuidade dentro do processo sucessório.

Os produtores de farinha utilizam alguns critérios para escolha do melhor período para o plantio. Segundo as informações coletadas em campo, eles plantam mandioca duas vezes ao ano, o plantio de inverno (janeiro a março) que eles chamam de “plantio no tempo” e o plantio de verão (julho a setembro). O cultivo é orientado pelo ciclo lunar, especialmente lua crescente e lua cheia, que, segundo os agricultores, são as melhores fases para o plantio.

Além da mandioca, os agricultores cultivam diversas hortaliças, como o milho, o arroz, e algumas frutas, além de espécies madeireiras e plantas medicinais. Cada variedade de mandioca plantada tem um período de colheita que varia de seis meses a um ano, assim os agricultores têm produção dispersa ao longo do tempo, garantindo a segurança alimentar de suas famílias.

Outro aspecto importante é a tradição em plantar as variedades de mandioca na estação chuvosa, ou “plantio no tempo” que segundo Otsubo e Lorenzi (2002), é a época em que o clima está mais quente e úmido, sendo o mais propício para brotação e enraizamento das estacas.

Pesquisas realizadas por Oler e Amorozo, 2017; Peroni; Hanazaki, 2002; Peroni, 2004 mostraram grande riqueza de variedades de mandioca cultivadas em diversas comunidades, diferente do ocorrido no Mocambo. Atualmente os agricultores cultivam principalmente as variedades de mandioca Cearense e Arruda, por suas características, como coloração do caule e raiz, de maior produtividade e mais atrativas na hora da comercialização.

As informações coletadas indicam a importância do encontro entre os saberes locais com os conhecimentos gerados através de instituições científicas, ou de cunho desenvolvimentista, onde a partir daí ocorrem adaptações, ou mudanças nas práticas agrícolas vivenciadas na comunidade ao longo do tempo. Na Tabela 1 é possível observar as mudanças na escolha das variedades utilizadas na produção da farinha.

A baixa diversidade varietal demonstrada pode ser resultado da influência das farinheiras próximas que possuem um padrão de produto, e, portanto, selecionam os fornecedores forçando sua adequação a estes padrões. No passado existiam pelo menos oito variedades (Tabela 1) que deixaram de ser produzido, o que pode causar perdas irreversíveis para a biodiversidade da mandioca local (OLER; AMOROZO, 2017).

O itinerário técnico apresentou transformações (Tabela 1), e observou redução no esforço laboral dos agricultores, pois, a partir de então, houve parcial substituição dos artefatos manuais por máquinas elétricas ou mecânicas. Apesar das modificações ocorridas, os entrevistados ainda conseguem manter alguns conhecimentos locais. As mudanças ocorridas são impulsionadas pela pressão exercida pelo mercado consumidor, porém, grande parte dos

relatos mostraram que a produção é conduzida principalmente para o autoconsumo podendo esta ser uma forma de manter os saberes locais resistentes.

Tabela 1 – Itinerário técnico da roça de mandioca: Continuidades e mudanças

	Antes	Atual
Colheita	Manual	Manual, mecanizada
Variedades	Arruda, Branca Ouro, Cearense, Arruda, Amarela, Caranã, Xibuí, Milagrosa, Pecuí e Pretinha	Cearense e Arruda
Limpeza	Descasca manual com a faca	Descasca manual com a faca
Ralagem	Ralador manual, ralador com pedal e ralador a manivela	Ralador elétrico (Caititu), ralador manual, ralador com pedal e ralador a manivela
Pubagem	Feita no Rio	Feita em tanques de cimento ou camburões de plástico
Prensa	Tipiti ⁹	Tipiti e prensa hidráulica
Desintegração da massa	Crivo manual	Crivo manual
Transporte	Jumento e barco	Jumento, barco e carreta acoplada a moto
Adubos	Não era utilizado	NPK
Preparo de área	Derrubada e queima, machado, terçado, enxada	Derrubada, queima, gradagem, motosserra, terçado, enxada
Ferramentas p/ produção da farinha	Rodo de madeira, cocho, forno a lenha	Rodo de madeira, cocho, forno a lenha
Organização social do trabalho	Meia, troca de dias e diária	Troca de dias e diária

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

Práticas como a pubagem são bem comuns na escala produtiva da mandioca. A pubagem, segundo os agricultores, é a prática onde se coloca a mandioca descascada em sacas dentro do rio, ou em recipientes feitos de cimento ou de plástico cheios de água. Então, a mandioca fica quatro dias de molho para depois ser prensada e torrada, lhe conferindo assim um diferencial da farinha produzida de forma industrial. Conforme relato do entrevistado A da comunidade do Mocambo: “A farinha fica boa, diferente da feita na farinheira grande que eles num deixa de molho e a farinha fica azeda” (Entrevistado A, Mocambo, 2019).

Esta técnica está deixando de ser realizada no rio por conta de os agricultores terem observado mudanças no cheiro e coloração da água. As entrevistas mostraram preocupação por parte dos agricultores em relação às mudanças ambientais, sejam relacionadas a água, solo, clima e/ou vegetação. Estas transformações e as influências externas influenciam seu modo de vida, como ocorre com a produção de farinha e seus derivados.

A Tabela 1 mostra que os produtores utilizam adubo, principalmente após a gradagem realizada com maquinário da prefeitura. E na perspectiva do entrevistado B: “A terra fica fraca com o tempo depois que passa a máquina. Então, a gente põe o adubo. Na terra de toco não precisa” (Entrevistado B, mocambo, 2019).

Essa fala mostra a percepção dos agricultores em relação à mudança na estrutura do solo após a gradagem. A utilização de maquinários agrícolas surgiu com objetivo de tornar o agricultor mais produtivo, no espaço e tempo, porém, estes reconhecem que ao longo do tempo é mais difícil produzir em um solo em que sua estrutura tenha sido modificada. Nestes casos,

⁹ O tipiti é uma espécie de espremedor de palha trançada, usado para escorrer a massa da mandioca passada no caititu (SANTANA, 2018, p. 53).

segundo o entrevistado B: “[...] a terra mexida só tem produção se tiver adubo” (Entrevistado B, Mocambo, 2019).

Alguns dos produtores entrevistados, seguindo as práticas passadas de geração em geração, não utilizavam adubo químico e preferem não fazer a gradagem. Baseado nos dados é possível dizer que estes não dependem da comercialização da mandioca ou da farinha para sua sobrevivência, pois já possuem outras formas de renda, como a aposentadoria. É o caso do entrevistado C, como mostra o relato: “Plantava muita maniva, hoje não planto mais. Já tô velho, só planto para comer. Venda só às vezes, em caso de necessidade ou para comer. Depois que aposentei, eu e a mulher agente só planta por costume” (Entrevistado C, Mocambo, 2019).

A organização social do trabalho, conforme a Tabela 1, acontece em torno da reciprocidade e ação coletiva (MAUSS, 2011). Na época de queima, preparo da terra, plantio, colheita e/ou produção de farinha, os agricultores “trocam dia”. Essa prática acontece quando um agricultor ajuda o outro, e em troca, este terá como dívida moral apoiá-lo quando necessário nas atividades agrícolas, ou seja, eles trocam dias de trabalho. Não existe necessariamente uma relação de troca mercantil, com remuneração em dinheiro. Pelo observado, é uma prática bastante aceita na comunidade. Porém, conforme relatos dos agricultores, essa relação mútua está deixando de ser praticada dando espaço a contratação de mão de obra.

É importante enfatizar algumas diferenças encontradas entre os entrevistados que vivem na Vila Beira Rio (as margens do Rio Guamá) e os entrevistados moradores e/ou próximos da avenida principal (PA 251). Os agricultores da Vila utilizam estratégias rústicas de produção da farinha. Utilizam principalmente o ralador com pedal a manivela e o tipiti e não utilizam defensivos ou adubos químicos conforme a Tabela 1.

Isso pode ser resultado do pouco contato com as farinheiras industriais, diferente do que acontece com alguns agricultores do “centro” da comunidade. Estes já estão investindo em maquinários para produção da farinha, compra de adubo, negociam a farinha e/ou a raiz, e possuem as melhores e mais bem localizadas terras para o plantio.

Dessa forma os moradores da Beira Rio possuem pouco poder de negociação, ficando ao ritmo de produzir para subsistência, e quando possível, fazer a comercialização. Segundo o entrevistado D, morador da Vila: “Para essas banda, nós faz igual ao que aprendeu com os tio, e outros, continua tudo igual, mesmo com a chegada da farinheira grande e da energia” (Entrevistado D, Mocambo, 2019).

O trecho mostra que, principalmente nesta parte do Mocambo, os agricultores usam estratégias de manutenção dos costumes de plantar, colher e consumir/comercializar a farinha, reproduzindo o feito por seus antepassados. Os produtores próximos à avenida principal também mantêm a maioria das práticas produtivas utilizadas no passado, porém são favoráveis as mudanças e/ou adaptações com objetivo de acompanhar as exigências do mercado da farinha industrial.

Essa propensão dos agricultores do “centro” da comunidade pode ser reflexo da facilidade de acesso às informações, como por exemplo, consulta ao edital de chamada para fornecedor do Programa de Aquisição de Alimentos (P.A.A.) do governo federal e financiamento para maquinários agrícolas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa qualitativa teve como objetivo investigar, através de entrevistas com oito agricultores e agricultoras do Quilombo do Mocambo, Estado do Pará, quais fatores influenciaram as possíveis mudanças nas práticas produtivas da mandioca. Os resultados indicaram que a comunidade do Mocambo sofre forte influência de aspectos mercadológicos, novas tecnologias e a falta de sucessores no âmbito da produção de farinha de mandioca. A presença de farinheiras industriais próximas a comunidade aumentou ainda mais a pressão por

adaptação às exigências do mercado. Essas mudanças ocorreram principalmente na escolha das variedades para o plantio, que foram reduzidas, fragilizando a biodiversidade local.

O itinerário técnico indicou algumas mudanças na produção, sejam elas por proximidade às indústrias de farinha, por facilidade de acesso às informações, acesso à energia elétrica, ou simplesmente por incorporação às novas tecnologias. Houve diferença entre os agricultores da Vila Beira Rio e os da PA 251, onde estes já investem em uma produção voltada para o mercado.

Os agricultores do Mocambo produzem e/ou participam da produção da farinha de mandioca desde tenra infância. Essa atividade faz parte de suas histórias e relações socioeconômicas. Apesar da pressão de mudança, ainda conseguem produzir combinando costumes e saberes intergeracionais às novas tecnologias. Essa forma de trabalhar garante, em parte, a continuação dos costumes tradicionais. Assim como permite adaptações em relação às novas tecnologias contribuindo com o incremento da produtividade para uma maior inserção no mercado local. Desta forma, os agricultores podem inclusive negociar a produção diretamente com os compradores. Os agricultores respeitam e sabem o que pode continuar sendo utilizado, assim como entendem a importância de aperfeiçoar as técnicas com a finalidade de melhoria de suas condições produtivas de trabalho.

Assim, sugere-se políticas públicas de incentivo à produção e difusão de novas tecnologias que respeitem as tradições e que ao mesmo tempo deem qualidade e produtividade para que o agricultor se torne competitivo. Ações que contribuam para a fixação do jovem na comunidade, como empoderamento e renda certa podem gerar um cenário de continuidade para a agricultura local.

Pesquisas no âmbito da sucessão familiar e produção de outras culturas agrícolas podem ser articuladas futuramente. Assim como analisar o acesso dos agricultores(as) aos programas governamentais, como PAA, Minha Casa Minha Vida e outros na comunidade.

AGRADECIMENTOS

À Comunidade do Mocambo, Ourém – PA pela disponibilidade de tempo e abertura para esta pesquisa.

À Universidade Federal do Pará, pelo apoio.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, P. **Mandioca**: pão do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

ALLEM, A. C. The origins and taxonomy of cassava. *In*: Hillocks, R. J.; Thresh, J. M.; Bellotti, A. (Eds.). **Cassava**: biology, production and utilization. Wallingford: CABI Publications, p. 1-16, 2002.

ANDRÉ, M. **Etnografia da prática escolar**. São Paulo: Papirus, 2005.

ANJOS, R. S. A; CYPRIANO, A. Quilombolas – tradições e cultura da resistência. **Aori Comunicações**. São Paulo: Petrobras, 2006.

ARRUTI, J. M. Quilombos. **Revista Jangwa Pana**, 8.1: 102-121, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trans.) (3ªed.). Lisboa: Editora 70, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 7 de fevereiro de 2007.

CONAB. **Companhia Nacional de Abastecimento.** Disponível em: <https://www.conab.gov.br/>. Acesso em: 07 jul. 2021.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.

DA SILVA, G. S.; DA SILVA, V. J. Quilombos Brasileiros: alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil. **Revista Mosaico-Revista de História**, v. 7, n. 2, p. 191-200, 2015.

De CARVALHO, J. J. **Um espaço público encantado: Pluralidade religiosa e modernidade no Brasil.** Universidade de Brasília: Departamento de Antropologia, 1999.

EMBRAPA. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.** Sistema de Produção de Mandioca no Semiárido, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Josi/Downloads/Sistema-de-Producao-de-Mandioca-no-Semiarido.pdf>. Acesso em: 02 maio 2020.

FRASER, J. A.; CLEMENT, C. R. Dark Earths and manioc cultivation in Central Amazonia: a window on pre-Columbian agricultural systems?. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 3, n. 2, p. 175-194, 2008.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certificação Quilombola.** Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/quadro-geral-por-estados-e-regioes-15-06-2021.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2021.

FUNARI, P. P. A. A arqueologia de Palmares – Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. *In*: REIS, J. J.; GOMES, F. dos (Org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 06 dez. 2019.

ITERPA. **Institutos de Terra do Pará.** Disponível em: <http://www.iterpa.pa.gov.br/content/quilombolas>. Acesso em: 02 jun. 2020.

LOBO, I. D.; DOS SANTOS JÚNIOR, C. F.; NUNES, A. Importância socioeconômica da mandioca (*Manihot esculenta crantz*) para a comunidade de Jaçapetuba, município de Cametá/PA. **Multitemas**, v. 23, n. 55, p. 195-211, 2018.

MAGNANI, J. G. C. O velho e bom caderno de campo. **Revista Sexta-Feira**, v. 1, n. 1, p. 8-12, 1997.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia.** 4ª ed. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

OLER, J. R. L.; AMOROZO, M. C. M. Etnobotânica e conservação on farm de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) na agricultura de pequena escala no Estado de Mato Grosso, Brasil. **Interações**, Campo Grande, v. 18, n. 4, p. 137-153, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA - FAO. **Food Outlook** - BIENNIAL REPORT ON GLOBAL FOOD MARKETS, 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-I8080e.pdf>. Acesso em: 14 de nov. 2019.

OTSUBO, A. A.; LORENZI, J. O. **Cultivo da mandioca na região Centro-Sul do Brasil**. Embrapa Agropecuária Oeste-Sistema de Produção (INFOTECA-E), 2004.

PASA, M. C.; ÁVILA, G. Ribeirinhos e recursos vegetais: a etnobotânica em Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil. **Interações**, Campo Grande, v. 11, n. 2, p. 195-204, 2010.

PERONI, N. **Ecologia e genética da mandioca na agricultura itinerante do litoral sul paulista: uma análise espacial e temporal**. 2004. 227p. Tese (Doutorado em Biologia Vegetal) – Instituto de Biologia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, 2004.

PERONI, N.; HANAZAKI, N. Current and lost diversity of cultivated varieties, especially cassava, under swidden cultivation systems in the Brazilian Atlantic Forest. **Agriculture, Ecosystems and Environment**, v. 92, n. 2-3, p. 171-83, 2002.

PIPERNO, D. R. The origins of plant cultivation and domestication in the New World Tropics: patterns, process, and new developments. **Current Anthropology**, v. 52, n. S4, p. 453-470, 2011.

RAMOS, D. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais no século XVIII. In: Reis, J. J.; Gomes, F. dos S. (Org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, J. J.; DOS SANTOS GOMES, F. (Ed.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1996.

SANTANA, E. D. Z. F. **A casa de farinha como território de aprendizagem e a farinhada como processo educativo: estudo de caso no Distrito Janarí, Goianésia do Pará/PA**. 90 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, 2018.

SCHAAL, B. A.; OLSEN, K. M.; CARVALHO, L. J. C. B. Evolution, domestication, and agrobiodiversity in the tropical crop cassava. In: Motley, T.; Zerega, N.; Cross, H. (Eds.). **Darwin's harvest**. New York: Columbia University Press. p. 269-284, 2006.

VAINFAS, R. **Dicionário do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Objetiva LTDA, 2000.

“SEM AS PLANTAS A RELIGIÃO NÃO EXISTIRIA”: SIMBOLOGIA E VIRTUALIDADE DAS PLANTAS NAS PRÁTICAS DE CURA EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DE TERREIROS AMAZÔNICOS (SANTARÉM, PA)¹

Myrian Sá Leitão Barboza²
Carla Ramos Munzanzu³
Izonara Augusta dos Santos Souza⁴
Edivanei de Oyá⁵

RESUMO

Existe uma estreita e intensa conexão entre as plantas e as comunidades de Terreiros de religiões de matriz africana, permeada por um complexo estrutural e simbólico de crenças. O emprego das plantas nas práticas de cura nas religiões de matriz africana abrange um universo de mistérios e segredos, que inclui amplo conhecimento e cuidados específicos na coleta, preparo e uso dos vegetais. Fundamentados no sistema nativo de classificação e saberes tradicionais, realizamos um estudo exploratório sobre a simbologia e ritualística que envolve os *Bàbálósányìn* e as *Iyálósányìn* (responsáveis por colher as plantas e prepará-las para os rituais), e a prática de prescrição e aplicação de plantas nos processos terapêuticos de duas comunidades de religiões de matriz africana de Santarém (PA), na Amazônia.

Palavras-chaves: Plantas. Saúde. Cura. Religiões de matriz africana.

“WITHOUT PLANTS THE RELIGION DID NO EXIST”: SYMBOLOGY AND VIRTUALITY OF OF PLANTS IN THE CURE PRACTICES OF AFRO-BRAZILIAN RELIGION IN AMAZON (SANTARÉM, PA)

ABSTRACT

There exists a close and in-depth connection between the plants and the *Terreiros*, places of Afro-Brazilian religion, which are permeated by a complex structural and symbolic belief. The use of plants in the health treatment practice of Afro-Brazilian religion embraces a universe of mystery and secret, besides specific knowledge during the collection, preparation and use of plants. Based on the native system of classification and the traditional knowledge, we propose an exploratory study on the ritualistic developed by the *Bàbálósányìn* and *Iyálósányìn* (responsible for the plants) and the symbology of plants used in the therapeutic processes of two Afro-Brazilian *Terreiros* in Santarém, Brazil.

Key-words: Plants. Health. Cure. African Matrix Religions.

Data de submissão: 20.04.2021

Data de aprovação: 20.06.2021

¹ A versão preliminar deste texto foi apresentada na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia em 2014, em Natal-RN. Este estudo fez parte subprojeto “Etnoecologia das casas/terreiros de religiões de matriz Afro e/ou Ameríndia na cidade de Santarém/Pará”, coordenado por Myrian Sá Leitão Barboza, inserido no projeto de extensão (PROEXT MEC 2012/UFOPA) “Mapeamento das casas/terreiros de religiões de matriz afro e/ou ameríndia na cidade de Santarém/Pará”, coordenado por Carla Ramos Munzanzu.

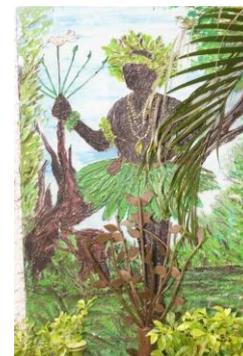
² Bióloga com doutorado em Antropologia e Estudos Latino-Americanos (University of Florida), professora do Programa de Antropologia e Arqueologia (PAA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e vice-coordenadora do NPDAFRO, myrianbarboza@ufl.edu.

³ Doutora em Estudos Africanos e Diáspora Africana, e Estudos em Gênero e Mulheres (University of Texas), professora do curso de Antropologia (PAA/UFOPA), coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Documentação das Expressões Afro-Religiosas no Oeste do Pará e Caribe (NPDAFRO), E-mail: carlaramos@utexas.edu.

⁴ Bióloga, *Hunsó Omifele* do Templo Religioso de Matriz Africana *Kwe Oto Sindoya*, izonarsouza23@gmail.com

⁵ *Bàbálórísá* do Terreiro de Mina Santa Bárbara.

INTRODUÇÃO



Kôsi ewe, kôsi Orixá ⁶
 (“Sem folha não há Orixá”)

Nas religiões de matriz africana as plantas apresentam valor inestimável entre suas lideranças, zeladoras e praticantes, sendo extremamente valorizadas e respeitadas, pois compreendem um legado de conhecimentos que fundamentam a essência e a sobrevivência das próprias comunidades e seus sistemas filosóficos. Assim, inspiradas na virtualidade e autoridade das plantas para as comunidades afro-religiosas, abrimos nosso texto com uma formulação importante para a cosmologia das comunidades tradicionais de Terreiro no Brasil, a de que “*sem as plantas, a religião não existiria*”⁷.

O uso das plantas nas comunidades afro-religiosas constitui-se como prática indispensável não apenas para a realização dos rituais, celebrações de festas, como também no repertório que envolve cuidados do corpo e da alma (AZEVEDO, 2014). Para Lody (2006: 257) “são fortes os vínculos das folhas de defesa com a história fitolátrica e tradicional dos Terreiros”. No sistema de crenças nas religiões de matriz africana, os vegetais possuem importante papel, representando a função de mediadoras entre dois planos de existência: o mundo dos vivos e das representações físicas; e o mundo sobrenatural (ALBUQUERQUE E ANDRADE, 2005).

De maneira geral, é bastante frequente a busca pela promoção de saúde através das consultas terapêuticas e religiosas com uso de vegetais nas comunidades de matriz africana em Santarém. Em estudo realizado em Terreiros de umbanda de São Paulo, Concone (2008) verificou que a maioria dos frequentadores recorre a estes espaços religiosos em busca de superação de sofrimento e aflição relacionados a questões de saúde. A pesquisadora tentou compreender os prováveis motivos para a procura destes espaços pela população envolvida - que apresentava facilidade de acesso à medicina convencional - e constatou que esta busca ocorria concomitantemente aos tratamentos médicos científicos, e não uma substituição ou alternância. Na Amazônia, pesquisadores também verificaram as consultas sincrônicas à medicina convencional bem como aos tratamentos de cura religiosos em comunidades de Terreiros do Marajó (PA) e no Amapá (ALMEIDA, 2019; CORDEIRO, 2016; PACHECO, 2013).

Souza Junior, 2011, p.76-77, Bâbálórisá⁸ do Ilê Obá L’Okê, professor e doutor em antropologia na Bahia, alega que “o tratamento mágico-religioso não dispensa o outro tratamento, e nem muito menos o saber médico desautoriza nem concorre com as diferentes

⁶ Imagem de *Òsányìn* (Ossaim) presente no Terreiro *Kwe Oto Sindoya* (Santarém-Pará), e logo abaixo uma expressão em nagô extraída de Lima (2010, p.50).

⁷ Essa ideia tem sido contada e cantada para nós, pesquisadoras, em grande parte das entrevistas que costumamos realizar junto às lideranças religiosas de Terreiro. No Terreiro de Sindoya (*Kwe Oto Sindoya*), o Ògá Paulo, nos contou sobre essa mesma concepção basilar para as comunidades.

⁸ Sacerdote de Candomblé, autoridade máxima na hierarquia do Terreiro.

maneiras de restabelecer o equilíbrio utilizado pelas comunidades-terreiros”. Todavia, Souza Junior adverte a perspectiva materialista, fragmentada e não-humanista da medicina tradicional que compreende o corpo de maneira desmembrada e distanciada.

O sacerdote juremeiro, candomblecista, historiador e mestre em ciências da religião, Alexandre L’Omi L’Odo, alerta que por causa da falha do estado brasileiro em ações adequadas de políticas públicas de acesso e direito à saúde, as comunidades de baixa renda no Nordeste costumam recorrer aos Terreiros de matriz africana em busca de tratamentos de cura para doenças físicas e psicológicas (L’OMI L’ODO, 2021). Assim, para o sacerdote, os Terreiros de Jurema e Candomblé funcionam como verdadeiros e importantes “hospitais dos pobres”, mas que possuem relevante papel para a sociedade mais rica que também busca terapias de cura nestes espaços⁹. Para L’Omi L’Odo, as comunidades de Terreiros vêm perpetuando ações históricas de cuidado corporal, espiritual e mental por meio do uso sagrado das plantas. A religião se nutre e se fortalece por meio da força dos elementos da natureza, como a força de uma semente, de uma folha, de um fruto, de uma raiz, de uma casca, de uma árvore, de uma madeira, de uma erva, enfim, a religião utiliza a força potencializadora e curadora dos vegetais nos procedimentos terapêuticos.

Assim a saúde está diretamente ligada à relação que o indivíduo possui com a sua ancestralidade. Ter saúde é ter axé, este princípio que nos faz correr, andar, conversar, ter sucesso, sermos dinâmicos e nos manter vivos no mundo. Assim, no Universo tudo é uma troca de axé. É o axé que dá sentido às coisas. Sendo o corpo uma miniatura do universo, é sobre ele que recaem os sinais de desequilíbrio (SOUZA JUNIOR, 2011. p. 76).

Inúmeros estudos etnobotânicos vêm demonstrando que as comunidades afro-religiosas fazem intenso uso de uma impressionante variedade de plantas, contribuindo, desta maneira, para a formação de um rico e detalhado complexo fitocultural brasileiro (GOMES *et al*, 2008; PIRES *et al*, 2009; SATIRO *et al*, 2019). Em dez Terreiros pesquisados de Ilhéus e Itabuna (BA), Pires e colaboradores (2009) identificaram 78 espécies de uso medicinal; nos cinco Terreiros de umbanda e candomblé investigados em Campina Grande (PB), Gomes e colaboradores (2008) identificaram o uso de 101 espécies vegetais; no agreste de Alagoas, Sátiro *et al* (2019) identificaram 198 espécies de uso místico, mágico e medicinal, utilizadas entre 30 Terreiros de candomblé.

Considerando o papel fundamental das plantas nas comunidades afro-religiosas, o presente texto tem como objetivo apresentar um estudo preliminar da simbologia das mesmas, através de levantamento dos diferentes usos e do seu papel para as comunidades de religiões de matriz africanas na cidade de Santarém, além das relações que envolvem os mediadores e frequentadores destes espaços. Relações estas que perpassam o ato de “medicar”, constituindo as ações de coleta, cantos, preparo, cultivo e manutenção das plantas. Adicionalmente, apresentamos as atividades dos zeladores responsáveis pelos cuidados e manuseio com as plantas, e as entidades responsáveis pelas plantas e promoção da saúde.

⁹ É preciso ressaltar que essa é uma leitura particular a respeito dos “motivos”, que levariam as pessoas a buscarem cuidados para sua saúde junto às comunidades tradicionais de Terreiro. Há um rico debate que aponta para outras dimensões sócio históricas desse mesmo fenômeno. O debate feito por Glória Wekker (2006), tomando a realidade das mulheres negras de classe trabalhadora surinamesa, mostra a dinâmica histórica da presença das religiões de matriz africana no cotidiano das populações de uma maneira intrínseca e complexa. Esses acervos, digamos assim, (espiritual) afro-surinameses, informam diretamente os modos como as pessoas vivem os seus dilemas, e o modo como tomam as suas decisões no dia-a-dia. Essa perspectiva escapa a uma lógica de explicação que se baseia num quadro sociológico em que a “falta” de acesso ao sistema normativo de cuidado com a saúde é substituído por “alternativas” mais precárias.

Em meados de 2011 iniciamos um projeto que mapeou um grupo de Terreiros de nação Ketu, Mina, Umbanda e Jeje Savalu na cidade de Santarém¹⁰. Além das atividades de pesquisa, o projeto de mapeamento articulou dezenas de ações de extensão junto às comunidades tradicionais de Terreiro ao longo de quase dez anos. Uma de nossas frentes de trabalho envolveu a produção de algumas etnografias no Terreiro de Mina Santa Bárbara, nação Mina, e no Terreiro Kwe Oto Sindoya, de tradição Jeje Savalu.

Nestas comunidades realizamos um levantamento etnobotânico e etnografias curtas, dando ênfase ao trabalho dos zeladores responsáveis pela coleta, preparo e aplicação das plantas. Ao longo dos três anos iniciais do projeto (2011-2013) participamos de inúmeras cerimônias e rituais, públicos e privados, realizados pelas comunidades tradicionais de Terreiro da cidade de Santarém, com olhar atento para o manuseio e emprego das plantas durante as cerimônias¹¹.

1 CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DE TERREIROS VISITADAS

1.1 TERREIRO DE MINA SANTA BÁRBARA

Pai Edivanei de Oyá é a liderança religiosa e fundador do Terreiro, que data dos anos de 1990. Com uma história pessoal marcada por uma mediunidade que se revela ainda na sua infância, Pai Edivanei é uma espécie de “poliglota” das tradições que vão desde a Mina, como é praticada no Pará (Jeje Nagô) (DE LUCA, 2003; IPHAN, 2012), passando pela Umbanda e o Candomblé de nação Ketu.

O Terreiro de Mina Santa Bárbara tem um calendário regular de atividades, incluindo cerimônias e rituais públicos e obrigações privadas. Há um dia fixo na semana, normalmente às segundas-feiras, dedicado aos trabalhos da Cabocla Mariana¹² e demais entidades¹³ que têm compromissos com a comunidade interna e externa a Casa.

O projeto de mapeamento mantém diálogo e parcerias de pesquisa e extensão de muitos anos com Pai Edivanei e toda a sua comunidade. A primeira oficina realizada pelo projeto aconteceu no espaço do Terreiro, onde reunimos professores da rede municipal de ensino, que atuavam em escolas quilombolas do planalto santareno, para uma formação no âmbito das diretrizes da lei 10.639/2003¹⁴.

O Terreiro de Mina Santa Bárbara¹⁵, situado no bairro Aparecida, possui amplo pátio externo com solo exposto que permite o cultivo de plantas de grande porte. No centro do terreno existem um cajueiro, uma mangueira, vínica, andiroba, espada-de-são-jorge e comigo-

¹⁰ Nosso projeto identificou a presença de cerca de 20 comunidades de Terreiros de religiões de matriz africana em Santarém, município com população de 294.580 pessoas em 2010, e com estimativa de 306.480 habitantes para 2020 (IBGE, 2010).

¹¹ As expressões próprias dos Terreiros em análise foram explicitadas entre aspas, e as palavras em Yorubá foram grafadas em itálico.

¹² Entidade bastante cultuada na região, originária de família da Turquia, é conhecida como Cabocla Mariana.

¹³ Para mais detalhes sobre o panteão e, a respeito das particularidades dos mesmos nas comunidades de terreiro de Santarém, ver a dissertação de mestrado de Anderson Lucas da Costa Pereira, defendida em 2017, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Museu Nacional-UFRJ).

¹⁴ Lei 10.639/2003 que instituiu a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira nos currículos escolares. Em 2011 havia uma coordenação de Educação Escolar Quilombola no município de Santarém que foi organizada pela intelectual negra Willivane Melo, ainda durante o governo da prefeita Maria do Carmo, do Partido dos Trabalhadores. O grupo interdisciplinar que foi montado na Coordenação de Educação Quilombola foi responsável por toda a política de vanguarda que foi criada em Santarém. Mais tarde, esses avanços serviram de base para as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola.

¹⁵ Para uma etnografia completa e inédita sobre o Terreiro Mina Santa Bárbara, ver a dissertação de mestrado de Anderson Lucas da Costa Pereira, defendida em 2017, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Museu Nacional-UFRJ).

ninguém-pode (aninga pará). A parte posterior do terreno apresenta um conjunto de plantas medicinais, como mutuquinha, pau de angola mirra, sabugueiro e elixir paregórico.

O sacerdote responsável pelo Terreiro, o *Bàbálòrìsá*¹⁶ Edivanei de Oyá (figuras 01 e 02), também é o responsável pela coleta e manuseio das plantas.

Figuras 1 e 2 - *Bàbálòrìsá* Edivanei de Oyá durante visita ao seu quintal medicinal



Fonte: Myrian Barboza, 2012.

Conforme seu relato ele aprendeu o ofício de manuseio das plantas com seu Pai e Mãe de Santo¹⁷, e com as entidades que o auxiliam quando o mesmo se encontra incorporado. Pai Edivanei, como é chamado, nos explicou que de maneira geral, as plantas utilizadas em rituais e cerimônias são classificadas em duas categorias: “plantas frias e plantas quentes”.

As plantas frias são utilizadas *in natura*, sem a necessidade de tratamento prévio. Os vegetais que compreendem esta classe são as plantas aromáticas e são indicadas para banho do “corpo” e da “cabeça”. As plantas do tipo “quente” recebem obrigatoriamente preparo prévio de aquecimento para posterior uso, como comigo-ninguém-pode e espada-de-são-jorge que são inicialmente fervidas. Esta classificação também foi encontrada em alguns Terreiros de Salvador, de acordo com Serra e colaboradores (2002).

1.2 TERREIRO *KWE OTO SINDOYA*

O Terreiro *Kwe Oto Sindoya*¹⁸ tem uma história de fundação que data de 1987, com a sua liderança a *Ìyálòlrisà* Ozanélia de Oyá. O Terreiro de Sindoya como é conhecido na cidade, tem funcionamento regular com cerimônias e rituais públicos e privados ao longo de todo ano. A comunidade conta com dezenas de filhas e filhos de Santo, oferece uma função fixa em determinado dia da semana para o atendimento de caboclos, marinheiros, boiadeiros e outras entidades importantes na casa, e que fazem parte da linha de cura.

O Terreiro *Kwe Oto Sindoya*, localizado no bairro Caranazal, possui pátio externo com solo coberto por cimento, porém apresenta uma mangueira fixa ao solo e várias plantas em vasos, como alecrim de angola, akokó, aroeira, boldo, cana mansa, capim santo, elixir paregórico, espada-de-são-jorge, folha da costa, manjeriçã e peregum. A mangueira é muito utilizada para fixação de determinados conjuntos de assentamentos e “fundamentos”. Estes últimos consistem num preparado especial de elementos materiais que são presos em galhos de árvores para adquirir força espiritual especial para uso posterior (figura 4).

¹⁶ São responsáveis pelos templos religiosos conhecidos popularmente por “pais de santo” ou “zeladores”.

¹⁷ Autoridades máximas na hierarquia dos Terreiros.

¹⁸ Para uma etnografia completa do Terreiro Kwe Oto Sindoya, ver a dissertação de mestrado de Beatriz Martins Moura, defendida em 2017, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade de Brasília.

Um dos *Ogãs*¹⁹ do Terreiro de *Sindoya* afirmou que as entidades do panteão Afro-indígena, os caboclos e indígenas da Amazônia, apresentam elevado domínio de conhecimento das plantas, pois estes sempre atuaram em trabalho de cura, realizando uso dos vegetais para combater determinados tipos de enfermidades que atingem o corpo e a alma. Ele revelou que seus pais preparavam muitos remédios à base de plantas, principalmente as garrafadas. Destacou que anteriormente os medicamentos utilizados eram elaborados apenas com as cascas de paus e folhas. As plantas representam um elo essencial de conexão espiritual, e são respeitadas e veneradas como afirmou o próprio *Ogã*: “nós sabemos dar valor em cada pé de planta desses”. No Terreiro de *Sindoya* há um sacerdote responsável pelo manuseio das plantas, *Bàbálósányìn* ou *Iyálósányìn*, como explicaremos a seguir.

2. BÀBÁLÓSÁNYÌN E IYÁLÓSÁNYÌN: GUARDIÕES DAS FOLHAS

Nos Terreiros pesquisados foram encontradas pessoas designadas especialmente para realização do manuseio e coleta das plantas, denominadas como *Bàbálósányìn* ou *Iyálósányìn*. Os *Bàbálósányìn* ou *Iyálósányìn* são detentores (as) de um legado de saberes relacionados ao amplo universo botânico, que envolve desde os procedimentos de extração (período, locais, cantos de permissão, cantos de agradecimento), de conservação, como as práticas terapêuticas (forma de preparo, posologia, parte vegetal utilizada, etc.) (esquema 01).

O sacerdote do Terreiro de Mina Santa Bárbara advertiu sobre a importância da *Iyálósányìn*, em função de seu conhecimento minucioso sobre cada erva, pois a realização de combinações errôneas pode resultar em “choques” nos pacientes ou “aquizilamentos”. De acordo com a *Iya kékeré*²⁰ do templo *Kwe Oto Sindoya*, a designação do *Iyálósányìn* ou *Bàbálósányìn* ocorre por intermédio do *Bàbálórísá* ou da *Ìyálòlrisà*, que possui a incumbência de cumprir as determinações dos Orixás, incluindo iniciações e confirmação de cargos, no interior da sua comunidade. A qualificação da função de *Iyálósányìn* ou *Bàbálósányìn* é realizada através dos jogos de búzios, para as tradições que utilizam esse sistema divinatório, onde as filhas e filhos da Casa²¹ são convocados para “tomar cargo no Terreiro”. Em 2014, o *Bàbálósányìn* do Terreiro de *Sindoyá* havia saído da casa e, por isso, a *Ìya kékeré* estava executando todas as atividades relacionadas ao manuseio das folhas. Apenas em situações muito particulares que outros membros do Terreiro, detentores de conhecimento e com função hierárquica importante, podem executar as atividades do *Bàbálósányìn* ou *Iyálósányìn*.

Os atributos do *Bàbálósányìn* ou *Iyálósányìn* também incluem a ida para as matas para realização dos *ebós*²² de *Òsányìn*²³. Trata-se de uma solicitação de permissão para que o *Orixá Òsányìn* libere as suas ervas necessárias e prescritas para as variadas cerimônias e rituais. Nos processos “iniciáticos”, por exemplo, o *Bàbálósányìn* ou *Iyálósányìn* tem importante papel na coleta das plantas para o preparo da “cama do iniciado”, a “cama *bori*”, a “cama do *odjbo*” respeitando uma complexa performance que envolve rezas e cantos, e que pode durar vários dias.

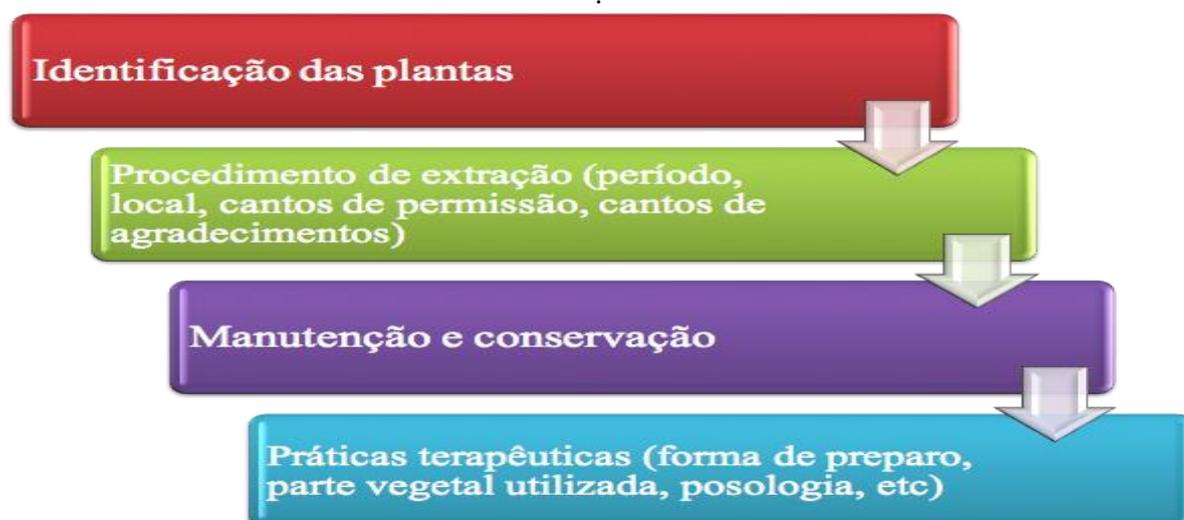
¹⁹ Responsável pela execução dos toques, através do atabaque, durante as cerimônias.

²⁰ Cargo feminino no Candomblé conferido àquela que ocupa o segundo posto na hierarquia da casa. Mãe pequena.

²¹ Termo designado aos praticantes da religião.

²² Banho especial geralmente realizado para os filhos da casa.

²³ “*Òsányìn* Orixá masculino originário da cidade yorubá de *Ìràwò*, que é dono das folhas, médico e conhecedor das propriedades medicinais da flora” (JAGUN, 2017:619).

Esquema 01- Principais atribuições do *Bàbólósányìn* ou *Iyálósányìn*

3 PRÁTICAS DE FORTIFICAÇÃO E CURA NAS COMUNIDADES DE TERREIROS DE SANTARÉM

No Terreiro de Mina Santa Bárbara, Pai Edivanei relatou ser comum a visita de pessoas em busca de tratamentos para curas fisiológicas e auxílio espiritual através do uso das plantas a fim de solucionar problemas de saúde muitas vezes não sanados pela medicina convencional. Nas pesquisas de Concone (2008), em Terreiros de Umbanda de São Paulo, os frequentadores realizavam busca simultânea pelos espaços científicos (consultórios médicos, hospitais, etc.) e pelos recintos mágico-religiosos (casas/Terreiros), o que motivou a pesquisadora a averiguar a lógica entrelaçada entre a concomitância de uso destas instituições. De acordo com ela, na Umbanda existe uma concepção unitária de corpo e globalizante de saúde, sem a fragmentação do sujeito e sem a incompatibilidade entre as práticas, o que permite a livre circulação de uma medicina a outra.

Nos Terreiros estudados em Santarém, o uso das plantas pode ser destinado para pessoas, animais e/ou entidades. Os animais domésticos também podem receber banhos e remédios preparados com ervas em diversos tipos de tratamentos. Para cada tipo de problema, de pessoa e de *Orixá* são utilizadas plantas específicas.

Dentre os principais procedimentos adotados com uso das plantas do Terreiro de Mina Santa Bárbara, foram destacados os seguintes: a) “comida de santo”, que consiste na oferta de determinados alimentos para os *Orixás*²⁴; b) o *amaci*, que consiste numa forma de limpeza de corpo; c) banhos, que podem ser de descarga, para “liberação de cargas negativas”, ou atrativos, para “recebimento de cargas positivas”; d) ornamentação do espaço e dos altares, principalmente para ritos de iniciação e rituais festivos (figura 03); e) uso medicinal; f) “banho para lavar a cabeça”, banho especial para os novos iniciados (esquema 02).

²⁴ Em 2019, realizamos a oficina "Epistemologias no Chão do Terreiro: Os Saberes da Alimentação do Santo e da Comunidade", que fez parte do 2o Simpósio Norte da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR-Norte). Para maiores detalhes ler o texto de Leitão-Barboza e colaboradores (2021).

Figura 03 - Altar ornamentado com plantas

Fonte: Autora: Carla Munzanzu, 2012

Esquema 02 - Principais procedimentos adotados com uso das plantas no Terreiro de Mina Santa Bárbara

No Terreiro *Kwe Oto Sindoya*, dentre os principais procedimentos adotados para os cuidados de saúde e para fortificação espiritual através do emprego das plantas, foram destacados: a) garrafada, tipo de medicamento elaborado com plantas e armazenado em garrafas para posterior ingestão; b) ingestão de ervas através de chás e/ou xaropes; c) infusão de ervas; d) *amaci*; e) *bori* (*bori branco* ou *obi d'água* e *bori vermelho* ou *obi de ejé*) (esquema 03).

Esquema 03- Principais procedimentos adotados com uso das plantas para os cuidados de saúde e fortificação espiritual no Terreiro *Kwe Oto Sindoya*.



O *amaci* é um tipo de limpeza espiritual, fortificação, nos Terreiros aqui tratados é especialmente destinado aos *iyàwó*²⁵ com a finalidade de propiciar recebimento de “bons fluidos do tempo”, e consiste num banho com uso do “fundamento”, um preparado especial.

O preparo requer uso de ervas específicas que são maceradas na água, acondicionadas em recipiente que posteriormente é pendurado em galhos, geralmente na mangueira existente no pátio do Terreiro. Estes preparados são dispostos em locais ritualmente escolhidos e estratégicos, como a copa das árvores e arbustos (figura 4), onde há ocorrência dos ventos, o que implica em maior recebimento de “energia” (*axê*). Após determinado tempo exposto às energias que são mobilizadas ritualmente, estes infusos podem ser utilizados nos banhos das cabeças dos *Ìyàwó* a fim de fortificá-las espiritualmente e torná-las mais próximas do seu *Orixá*, conforme relatado pela *Ìya kèkerè* (informação verbal)²⁶:

A mamãe utiliza os seus galhos (mangueira), uma parte bem alta, para pendurar um fundamento justamente pra pessoa pegar bons fluidos do tempo, tudo que tiver referente ao tempo, aonde tá mais lá em cima fica mais fácil de se absorver a positividade, levar a negatividade e ficar mais próximo às divindades que nós acreditamos (Informação verbal da *Ìya kèkerè* do Terreiro *Kwe Oto Sindoya*, Izonara Souza).

²⁵ “*Ìyàwó* cargo conferido no Candomblé aos iniciados no culto aos Orixás” (JAGUN, 2017:554).

²⁶ Informação fornecida pela *Ìya kèkerè* Izonara do Terreiro do *Kwe Oto Sindoyá* em abril de 2014.

Figura 4 – Fundamento preso em galho de mangueira presente no próprio Terreiro.



Fonte: Anne Py-Daniel, 2012.

Os *boris* consistem em tratamentos de limpeza e fortificação indicados para os que possuem problemas de saúde e/ou problemas de outra ordem. Durante o jogo de *ifá*²⁷ o *Orixá* pode indicar a necessidade de realização de *bori* para a pessoa consultada. A *Ìya kèkerè* mencionou a existência de dois tipos de *bori*: *bori branco (obi d'água)* e *bori vermelho (obi de ejé)*. O *bori branco* pode ser destinado aos filhos da casa e aos clientes. O processo de *bori branco* para os filhos da casa inclui a realização de banhos, *ebós*, e recolhimento durante dois dias no *ronkó*²⁸. Este recolhimento tem por finalidade proporcionar ao *Ìyàwó* a resolução dos seus problemas externos e concentração para os anseios de melhoria.

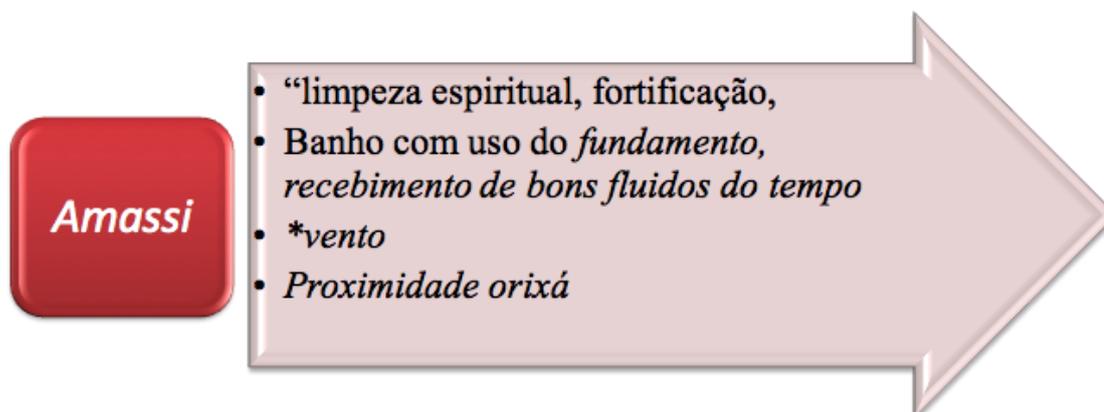
A *Ìya kèkerè* nos relatou que sua filha de 11 anos já havia “tomado” *obi d'água* para garantir o equilíbrio de sua saúde futura. A *Ìyálòlrisà* havia sido notificada, através de jogo de *ifá*, que esta criança poderia desencadear sérios problemas de saúde. Destarte, a criança recebeu *ebó e obi d'água* com a função de “equilibrar o seu odù”²⁹, uma maneira de invocar saúde e produzir uma reorientação profunda das forças do destino de cada pessoa. O *bori vermelho (obi de ejé)*, explicou a *Ìya kèkerè*, consiste numa limpeza mais profunda e demorada. Neste procedimento ocorre o sacrifício de animais (geralmente aves), a realização de oferendas, banhos (*ebó*) e recolhimento da filha (o) da casa durante sete dias ou mais no *ronkó*, a depender do tipo de obrigação que será realizada.

²⁷ “Oráculo feito com coquinhos do dendezeiro, considerado também como divindade, dada a sua relevância. Muitas vezes esta palavra é utilizada como sinônimo de *Òrúnmilà*, que na verdade é a divindade da adivinhação. Desta forma, o Oráculo de *Ifá*, é considerado como a própria presença de *Òrúnmilà* no mundo” (JAGUN, 2017: 600).

²⁸ Cômmodo especial utilizado para recolhimentos das iniciadas.

²⁹ “Odù, destinos, caminhos, signos do oráculo de *Ifá* retratados através de poemas” (JAGUN, 2017:703).

Esquema 04- Exemplos de procedimentos de limpeza e fortificação que utilizam plantas



4 ÒSÁNYÌN: “SENHOR DAS ERVAS”

“Acredita-se que *Ossaim* é o princípio ativo que circula em todos os vegetais”
(SOUZA JUNIOR, 2011, p. 77).

*Ossaim, filho de Nanã e irmão de Oxumarê, Euá e Obaluaê,
era o senhor das folhas, da ciência e das ervas,
o orixá que conhece o segredo da cura e o mistério da vida.*

*Todos os orixás recorriam a Ossaim
para curar qualquer moléstia, qualquer mal do corpo.
Todos dependiam de Ossaim na luta contra a doença.
Todos iam à casa de Ossaim oferecer seus sacrifícios.*

*Em troca Ossaim lhes dava preparados mágicos:
banhos, chás, infusões, pomadas
abô, beberagens.*

*Curava as dores, as feridas, os sangramentos;
as disenterias, os inchaços e fraturas;
curava as pestes, febres, órgãos corrompidos;
limpava a pele purulenta e o sangue pisado;
livrava o corpo de todos os males.*

(Prandi, 2001: 153)

Òsányìn é considerado o *Orixá* conhecedor das ervas, o dono de todas as folhas sagradas e da mata. Este *Orixá* representa o pai criador das ervas e sua morada é na mata. Para realização de qualquer atividade que envolva uso das plantas é necessário solicitar autorização e licença para Òsányìn. A Ìya kèkerè do Terreiro *Kwe Oto Sindoya*, nos contou que para realização dos *ebó* das (os) filhas (os) que estão recolhidas (os), solicita-se primordialmente a autorização para Òsányìn, e posteriormente o *ebo* é levado para a mata junto com outros objetos que vão compor a oferenda. Trata-se de um complexo ritual de autorização para coleta e uso de determinadas folhas e demais elementos de um sistema botânico muito bem definido. Desta maneira, ela nos explica, Òsányìn permite que as folhas saiam do seu ambiente, da “sua essência”, do “local onde nasceu” para servir ao *Orixá* em uma casa de axé. Ainda de acordo com o relato da Ìya kèkerè (informação verbal)³⁰, para qualquer atividade que envolva o uso das folhas, cascas, flores, galhos e frutos é necessário profundo conhecimento e envolvimento prático com a religião, além de uma noção apurada da integralidade e conexão entre todas as dimensões da existência.

³⁰ Informação fornecida pela Ìya kèkerè Izonara, do Terreiro *Kwe Oto Sindoyá* em junho de 2014.

É lógico que tem pessoas que matam e que derrubam, mas sem ter um conhecimento por que não tem um envolvimento, lógico que com o envolvimento em uma religião que é totalmente voltada à natureza e a elementos da natureza, a gente já tem todo esse cuidado, todo esse respeito né (Informação verbal da *Ìya kèkerè* do Terreiro *Kwe Oto Sindoya*, Izonara Souza).

5 OMOLU: “PROVEDOR DA SAÚDE E DA DOENÇA”

Omolu é dono do mundo, é considerado o Orixá que pode trazer a doença e a cura, e segundo a *Ìya kèkerè* “ele traz a vida e a morte”. Nas muitas tradições terapêuticas das comunidades de Terreiro, quando uma pessoa se encontra enferma roga-se pela melhoria do estado de saúde da mesma para os seus *Orixás*, e também para *Omolu*. No Terreiro *Kwe Oto Sindoya* participamos da cerimônia do *Olubajé*, que é realizada anualmente dentro do calendário litúrgico, e tem como função render homenagens a *Omolu* com um banquete de iguarias ofertado por todos os Orixás do panteão.

Nesta ocasião festiva e de muita devoção, pede-se saúde e vida longa (figura 05). Antes que cada convidado inicie o seu saboroso “jantar”, todos são chamados ao barracão, onde a cerimônia pública está acontecendo e, um a um, se aproximam do Orixá que lentamente passa uma porção de pipocas pelo seu corpo, num ritual de purificação. Em seguida, somos orientadas a ingerir uma pequena quantidade que podemos pegar dentro de um grande balaio de bambu que foi colocado no centro do barracão.

Este ato específico simboliza a busca pela saúde, sendo que outros pedidos, como a obtenção de emprego, o pagamento de dívidas, também podem ser requeridos. Antes da realização do tabuleiro, aberto ao público, os filhos da casa já estavam realizando cerimônia interna, com prática de *ebó* e solicitação de saúde.

Figura 5 – Tabuleiro de *Omolu*



Fonte: Myrian Barboza, 2014.

6 DONA MARIANA: “CURADORA DAS ENFERMIDADES”

Dona Mariana representa uma entidade cabocla muito cultuada em Terreiros de Umbanda e Mina da região amazônica (MOURA, 2017) e também atua na cura de

enfermidades, como relatado no Terreiro Kwe Oto Sindoya. Durante consulta no Terreiro, uma frequentadora apresentou problemas de saúde com feridas que se espalhavam pelo corpo, e na ocasião a cabocla dona Mariana interveio através da aplicação de saliva e cinza de cigarro no próprio ferimento. Alguns dias depois da consulta, as feridas foram cicatrizadas conforme descrito pela *Ìya kèkerè* Izonara.

No Terreiro *Kwe Oto Sindoya*, em momentos de consulta terapêutica, o procedimento inicial consiste na realização de jogo de búzios para as orientações sobre o que deverá ser feito. Em muitos casos são aplicados *ebó* para *egúngún*³¹, para que as doenças sejam levadas embora e a pessoa envolvida possa gozar de plena saúde. Quando as enfermidades são espirituais e, sendo assim, não são passíveis de serem diagnosticadas pelos médicos, a prescrição deve ser, entre outros procedimentos, manter equilíbrio do *odù*³² para que o espírito fique, dessa maneira, mais fortificado e positivamente energizado. A prática de cura por intermédio de Dona Mariana foi pouco citada, sendo necessários estudos futuros para melhor compreensão de seu papel nas ações terapêuticas dos Terreiros pesquisados. Uma das narrativas da *Ìya kèkerè* (informação verbal)³³ relembra ações de cura de Dona Mariana:

Eu já vi durante a minha vida aqui dentro, Dona Mariana curar uma enfermidade. Ela já fez cura com a saliva ou então com a cinza de cigarro, ela mesma fumando conversou e conversou e depois aquele cinza todinha ela colocou dentro. Se amanhã você vem aqui já estava seca e depois fechou, lógico gradativamente... Ela energizou a saliva da mamãe. A mamãe não é santa para ela curar ninguém, de onde a gente vai tirar da cabeça que isso poderá curar alguma coisa, na lógica não existe isso, e isso já aconteceu [...] (Informação verbal da *Ìya kèkerè* do Terreiro *Kwe Oto Sindoya*, Izonara Souza).

7 LEVANTAMENTO DAS PRINCIPAIS ETNOSPÉCIES VEGETAIS UTILIZADAS NOS TERREIROS

Durante esta pesquisa realizamos um levantamento preliminar, que necessita de continuidade com estudos futuros para aprofundamento da compreensão e identificação científica da diversidade de plantas utilizadas nas religiões de matriz africana na Amazônia. Neste levantamento preliminar procuramos verificar as diferentes formas de uso das plantas, incluindo, principalmente, as plantas utilizadas nos processos terapêuticos das duas comunidades de Terreiros pesquisadas.

7.1 TERREIRO DE MINA SANTA BÁRBARA

No Terreiro de Mina Santa Bárbara as principais plantas utilizadas foram sistematizadas em tabela específica (tabela 1). Segundo relato de Pai Edivanei, sacerdote do Terreiro, todas as plantas citadas são frequentemente utilizadas. O uso das plantas pode ser destinado para pessoas, animais e/ou entidades. Desta forma, os animais domésticos também podem receber banhos e remédios preparados com ervas em diversos tipos de tratamento como “retirada de mal olhado” e quando o animal encontra-se triste, sem alimentar-se.

7.2 TERREIRO *KWE OTO SINDOYA*

³¹ Egúngún - “Culto aos espíritos ancestrais masculinos de determinada família ou comunidade.” (JAGUN, 2017:596).

³² Energia negativa, segundo informações obtidas no Terreiro.

³³ Informação fornecida pela *Ìya kèkerè* Izonara, do Terreiro *Kwe Oto Sindoyá* em junho de 2014.

No Terreiro *Kwe Oto Sindoya*, as principais plantas utilizadas também foram organizadas na tabela 1. Algumas plantas são utilizadas para banho por serem aromáticas, “ervas cheirosas”, como alecrim e espada-de-são-jorge. O capim santo e erva cidreira, preparados na forma de chá, fazem parte da dieta dos iniciados, os quais experimentam inúmeras restrições alimentares, pois se encontram em período de iniciação conforme relato de um dos nossos interlocutores. São excluídos da dieta os seguintes itens: café, refrigerante, chá mate e chás comercializados em caixinha.

As principais folhas utilizadas para ornamentação do Terreiro são as folhas de akokô, de mangueira (Òró Òyìnbó) e palmeira. A folha de akokó, não recomendada para banho, é empregada no preparo do altar do Orixá dos iniciados. A mangueira é considerada árvore sagrada e é usada também para ornamentação e limpeza do Terreiro. As palmeiras propiciam “força de axé”, porém não devem ser compradas, devem ser resultantes de doações. Determinadas plantas são consideradas como sagradas e, desta forma, não podem faltar nas cerimônias especiais. As folhas da aroeira, conforme revelação da *Ìya kekerê*, tem finalidade de purificar a matéria do *iaô* até a consagração do *orixá*”. Enquanto o peregum é utilizado para as “puxadas de *orixá* do iniciado”, dentre outras finalidades.

Tabela 01 - Principais plantas utilizadas nas comunidades de Terreiros Santa Bárbara e no Terreiro *Kwe Oto Sindoya*

N	Nomenclatura vernacular	Finalidade	Partes utilizadas	Formas de preparo	Local de aquisição	Horário de coleta
01	Acocô	Preparo do altar do orixá (referente à cerimônia dos iniciados)	Folhas			
02	Alecrim	Banho Perfume Defumação		Chá Infusão		
03	Alecrim-do-norte	Harmonia para o lar	Folhas	Após maceração das folhas com água espalhar na casa Chá Banho	Vizinho	
04	Andiroba	Anti-inflamatório		Massagem		
05	Anil estrelado	Dores no estômago	Flor seca	Chá	Quintal do Terreiro Loja "Casa do tempero"	Manhã ou tarde
06	Aroeira	Proteção do Terreiro; “Planta sagrada para fazer <i>Iaô</i> ”				
07	Boldo	Fígado		Chá		
08	Cajueiro	Gripe Catarro no peito Tuberculose Infecção feminina	Entrecasca	Chá Xarope com mel e outras plantas Asseio para mulheres	Quintal do Terreiro	Manhã ou à tarde antes do pôr do sol;

09	Capim santo			Chá Banho		
10	Catinga de mulata	Estômago Aromatizante	Folhas	Chá Banho	Quintal do Terreiro	
11	Cidreira			Chá Banho		
12	Cipó alho	Anti- inflamatório Cicatrizante		Chá Banho	Quintal do Terreiro	
13	Colônia de oxum (jardineira)	Problema no coração	Flor	Banho		
14	Comigo-ninguém-pode (Aninga Pará)			Banho		
15	Elixir paregórico	Febre Estômago Intestino		Chá		
16	Espada-de-são-Jorge	Proteção do Terreiro, das pessoas e das moradias (tirar mau olhado e defesa do corpo);	Folhas	Chá Maceração Banho	Quintal do Terreiro	
17	Folha da costa			Coloca na cabeça		
18	Incenso de jurema	Aromática	Folhas secas	Defumação Banho	Quintal do Terreiro	Manhã ou tarde
19	Iroco					
20	Japana roxa	Cólicas de crianças recém-nascidas e adultos;	Folhas Galhos	Chá	Pequenos produtores	Manhã ou tarde
21	Mangueira	Cicatrizante Limpeza do Terreiro Ornamentação Energizante da casa/Terreiro	Entrecasca Fruto Folhas	Chá Xarope	Quintal do Terreiro	Manhã ou tarde
22	Manjericão	Abre caminho para os negócios e para o amor Alimentação	Banho		Quintal do vizinho	Horários variam de acordo com a nação
23	Mirra	Benzimento Estômago	Planta seca	Maceração com água Banho Defumação Chá		Manhã
24	Mutuquinha	Proteção Dor de ouvido	Banho Chá Maceração		Quintal do Terreiro	

		Dor de estômago				
25	Palmeira	Proteção Ornamentação	Folha			
26	Pau de angola	Dor no estômago Cicatrização de feridas	Maceração Chá Banho		Quintal do Terreiro	Manhã ou tarde
27	Pau ferro	Ornamentação			Mata da Rodovia Everaldo Martins	
28	Peregum	Puxada de <i>Oya</i> ou <i>Ogum</i>				
29	Quina quina	Malária	Planta toda	Chá		
30	Sabugeiro	Sarampo Catapora	Folhas	Chá	Quintal do Terreiro	Manhã ou tarde
31	Vindica pajé (vinho de capajé, colônia da oxum, jardineira)	Calmante Estômago Adquirir sorte	Raiz Folhas	Chá Banho Coloca na carteira Banho	Quintal do Terreiro	

Fonte: Elaborada pelas autoras do presente artigo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mesmo pai de santo que havia cuidado de minha mãe em Cachoeira veio até Água Negra para orientar a transferência de uma casa para outra. Na casa velha havia vivido um homem poderoso que movimentava energias entre o mundo dos vivos e dos mortos. Moveu sentimentos bons e ruins, curou a terra, curou pessoas, evocou espíritos da natureza. Então tudo que havia vivido, todo o movimento de seu mundo de fé estava pairando naquele espaço, e deveria ser encaminhado a um destino. Ela seria desmanchada. Retiraram portas, janelas e o junco que recobria o teto. O pai de santo bateu com ervas nas paredes e entoou cantigas que nunca havia escutado nas brincadeiras de jarê.

(Vieira Junior, 2019:167)

Nas duas comunidades de Terreiros pesquisadas percebemos e vivenciamos uma intensa conexão entre plantas e os praticantes, sendo vital sua existência e acesso para a garantia da perpetuação da religião. Nestes espaços existem pessoas específicas, *Bàbálósányìn* ou *Iyálósányìn*, com atribuições especiais que envolvem o manuseio e o cuidado das plantas. Estes responsáveis possuem um vasto conhecimento a respeito da coleta, usos, preparo e prescrição das plantas.

Os procedimentos que envolvem uso das plantas, seja de rotina ou ritualísticos, requerem cuidados prévios de obtenção e manutenção dos vegetais. Assim, antes da realização de qualquer atividade que demande acesso às folhas, faz-se necessário uma série de rituais específicos dedicados à *Òsányìn*, o *orixá* que é dono de todos os segredos das ervas, guardião e protetor dos vegetais e da floresta. O processo de consentimento de uso de plantas, folhas, cascas, flores, frutos, envolve a ida até a mata com realização de um conjunto de performances, em geral, coletivas, mas não somente, e que incluem cânticos e a manipulação de certos elementos como velas e fumo, grãos e líquidos. Destarte, o uso litúrgico das plantas nas

religiões de matriz africana parece aludir a uma perspectiva ecológica dos ambientes, numa classificação ética, sobretudo através do respeito e manutenção destes espaços em longo prazo.

No conjunto de saberes fitoculturais do universo afro existem entidades singulares responsáveis pela liberação ao acesso às plantas, promoção da saúde e de curas terapêuticas. O *orixá Omolu*, por exemplo, representa a divindade provedora da saúde e da doença, responsável pelo bem-estar espiritual das pessoas. A cabocla Dona Mariana constitui-se como importante representante espiritual das terapias de cura, sendo também responsável por algumas intervenções de promoção à saúde. Estas entidades atuam como interlocutores especiais entre o mundo físico e sobrenatural nas questões relacionadas à promoção de saúde.

Para além do legado fitocultural, ações de respeito, manutenção, uso e conservação das plantas, as religiões de matriz africana desempenham relevante papel no sentido do coletivo e do cuidado mútuo entre seus praticantes e visitantes. Por meio da promoção de um sistema terapêutico de promoção da saúde e de cura, baseado nas ações de fortificação psíquica e física, as comunidades religiões de matriz africana abraçam e abarcam todos que a elas recorrem, conforme alega Souza Junior (2011, p.77):

É, pois, a partir da noção de comunidade, da grande roda que gira no sentido anti-horário, que as religiões de matriz africana não apenas procuram significar a doença, restabelecendo o equilíbrio, mas também buscam de forma inclusiva agregar aqueles e aquelas colocados à margem da sociedade.

Assim, as comunidades tradicionais de Terreiro no Brasil sobrevivem, resistem, se fortalecem e se perpetuam por meio de sua essência cosmológica e filosófica de respeito e valorização das plantas, pois conforme nos cantam e contam as lideranças afro-religiosas “*sem as plantas, a religião não existiria*”.

AGRADECIMENTOS

Somos especialmente gratas às mães, pais e zeladores das Casas e Terreiros no oeste do Pará por todas as colaborações e acolhidas ao longo de mais de 10 anos de nossas interações e atividades de pesquisa e extensão. Agradecemos aos membros participantes do projeto Anderson Pereira, Beatriz Moura, Telma Bermerguy e Rosana Sawaki pelas vivências e aprendizados. À nossa amiga Anne Rapp Py-Daniel agradecemos pelo incentivo e apoio em nossas atividades.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino; ANDRADE, Laíse de Holanda Cavalcanti. Plantas medicinais no Brasil: a contribuição africana. **Revista Racine**, São Paulo, v. 85, p.88-93. 2005.

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino; LUCENA, Reinaldo Farias Paiva de; ALENCAR, Nelson Leal. Métodos e técnicas para coleta de dados. *In: Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica*. Organização Ulisses Paulino Albuquerque; Reinaldo Farias Paiva de Lucena; Luiz Vital Fernandes Cruz da Cunha. Recife: editora Livro Rápido /NUPEEA, 2004. p. 37-62.

ALMEIDA, Lorrán. **Os sentidos da magia: práticas rituais, sacerdotes e clientes nos terreiros**. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2019.

BARROS, José Flávio Pessoa de. **Ewé Orisà: uso litúrgico e terapêutico dos vegetais nas casas de candomblé jêje-nagô**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOTELHO, Pedro Freire. O segredo das folhas e os rituais de cura na tradição afro-brasileira. *In: VI ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA (ENECULT)*. Salvador, Bahia. 2010. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/wordpress/24807.pdf>. Acesso em: 15 de fev. 2021.

CONCONE, Maria Helena Villas Bôas. Cura e visão de mundo. *In: Pajelanças e religiões africanas na Amazônia*. Organização Raymundo Heraldo Maués; Gisela Macambira Villacorta. 1 ed. Belém: editora universitária da UFPA. 2008. p. 225- 238,

CORDEIRO, Maria da Conceição da Silva. **“Doença de feitiço”, ações terapêuticas e os percursos de cura em terreiros de umbanda e candomblé em Macapá-AP**. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2016.

DE LUCA, Thaissa Tavernard. **Revisitando o tambor das flores. A federação espírita e umbandista dos cultos afro-brasileiros do estado do Pará como guardião de uma tradição**. 2003. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2003.

GOMES, Heloisa Helena Sucupir; DANTAS, Ivan Coelho; CATÃO, Maria Helena Chaves de Vasconcelos. Plantas medicinais: sua utilização nos terreiros de umbanda e candomblé na zona leste da cidade de Campina Grande-PB. **Biofar: Revista de Biologia e Farmácia**. v. 3, n. 1, p. 110-120. 2008.

IBGE, **Censo de 2010**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santarem/panorama>. Acesso em: 10 março 2021.

IPHAN. **Cartografia social dos afroreligiosos em Belém do Pará - religiões afro brasileiras e ameríndias da Amazônia: afirmando identidades na diversidade**. Organização Camila do Valle et al. Rio de Janeiro, Brasília: Casa 8. 2012.

JAGUN, Márcio. **Vocabulário Temático do Candomblé**. Rio de Janeiro: Litteris, 2017.

LEITÃO-BARBOZA, Myrian Sá; MUNZANZU, Carla Ramos; SOUZA, Izonara Augusta dos Santos; MOURA, Beatriz Martins; PEREIRA, Anderson Lucas da Costa. Confluência de saberes: vivências alimentares e pedagógicas em uma comunidade tradicional de terreiro na Amazônia. *In: Coletânea educação para as relações étnico-raciais*. vol 1. Organização Cicera Nunes; Jean Gustavo de Oliveira Moraes; Henrique Dias Gomes de Nazareth; Nágila Oliveira dos Santos. Rio de Janeiro: Pachamama editora. 2021.

LIMA, Vivaldo da Costa. **Lessé orixá: Nos pés do santo**. Salvador: Corrupio, 2010.

L'OMI L'ODÒ, Alexandre. Jurema Sagrada. **Webinário Plantas Sagradas de Cura**. Convidados Alexandre L'Omi L'Odò e Renato Athias. Canal Kátia Mesel. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FNwKs7KiFF4>. Acesso em: 15 abr. 2021.

LODY, Raul. **O Povo do santo: religião, história e cultura dos orixás, voduns, inquices e caboclos**. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2006.

MOURA, Beatriz Martins. **"Aqui a gente tem folha": terreiros de religião de matriz africana como espaços de articulação de saberes.** 2017. Tese (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MUNZANZU, Carla Ramos; LEITÃO-BARBOZA, Myrian Sá. "Interseccionalidade de Saberes": Uma década de vivências nas comunidades tradicionais de Terreiro Amazônidas e as ações de promoção da igualdade racial. *In: Estatuto da Igualdade Racial: uma década depois – apontamentos e reflexões.* Organização MOLINA, Sandra Cordeiro Molina; Veyzon Campos Muniz. São Paulo: Editora ESA OAB SP Publicações. p. ISBN: 978-65-87351-24-7. 2020.

PACHECO, Agenor Sarraf. Religiosidade afro- indígena e natureza na Amazônia. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 11, n. 30, p. 476-508. 2013.

PEREIRA, Anderson Lucas da Costa. **A cabocla Mariana e sua corte Ajuremada: modos de pensar e fazer festa um Terreiro de Umbanda em Santarém.** 2017. Tese (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2017.

PIRES, Marcel Viana; ABREU, Priscila Patrocínio; SOARES, Cynthia Silva; SILVA, Delmira da Costa; SOUZA, Breno do Nascimento; MARIANO, Daniela Melo; LUCENA, Emerson Antonio Rocha Melo de. Etnobotânica de terreiros de candomblé nos municípios de Ilhéus e Itabuna, Bahia, Brasil. **Revista Brasileira de Biociências.** Porto Alegre, v. 7, n.1, p. 3-8. 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/seerbio/ojs/index.php/rbb/article/viewFile/1108/839>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás.** São Paulo: Companhia das Letras. 2001.

SÁTIRO, Larissa Nascimento; VIEIRA, Jadla Higino; ROCHA, Dougllas Ferreira da. 2019. Uso místico, mágico e medicinal de plantas nos rituais religiosos de candomblé no agreste alagoano. **Revista Ouricuri**, Juazeiro, Bahia, v. 9, n. 2. p. 45-61. jul./dez., 2019. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/ouricuri/article/view/5530> Acesso em 10 fev. 2021.

SERRA, Ordep; VELOSO, Eudes; BANDEIRA, Fábio; PACHECO, Leonardo. **O mundo das folhas.** 1 ed. Salvador: UEFS/UFBA. 2002.

SOUSA JUNIOR, Vilson Caetano. **Na palma da minha mão: temas afro-brasileiros e questões contemporâneas.** Salvador: UFBA. 2011.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto arado.** São Paulo: Todavia. 2019.

WEKKER, Gloria. **The politics of passion: Women's sexual culture in the Afro-Surinamese diaspora.** New York: Columbia University Press, 2006.

SEÇÃO LIVRE

JOVENS UNIVERSITÁRIOS QUILOMBOLAS E ADAPTAÇÕES DE SEUS MODOS DE VIDA NA CIDADE

Denise Machado Cardoso¹
Ana Carla Vieira Pimentel²
Rosângela do Socorro Nogueira de Souza³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar o estudo sobre o deslocamento de jovens quilombolas que vem de suas comunidades camponesas para estudarem na Universidade Federal do Pará – Campus Guamá, na capital do Estado do Pará. Procuramos identificar suas dificuldades e desafios no processo de adaptação nesta cidade. A pesquisa apresenta abordagem qualitativa, na qual se utiliza de referência antropológica, em especial, a pesquisa etnográfica. Adotamos com técnicas a observação direta, conversas informais e entrevistas abertas sobre o deslocamento entre a comunidade e Belém, e a adaptação nesta cidade. Verificamos que esses e essas jovens saem de suas comunidades para estudarem em busca de formação superior e de novas possibilidades, sendo que muitos deles e delas enfrentam várias dificuldades, pois há neste espaço citado um novo modo de vida, marcado pelas diferenças culturais e identitárias.

Palavras-chave: Cidade de Belém. Juventude Quilombola. Deslocamento e Adaptação.

YOUNG UNIVERSITY QUILOMBOLAS AND ADAPTATIONS OF THEIR WAYS OF LIFE IN THE CITY

ABSTRACT

This article aims to present the study about the displacement of young quilombolas coming from their rural communities to study at the Federal University of Pará - Guamá Campus, in the state capital of Pará. We try to identify their difficulties and challenges during the adaptation process in this city. The research presents a qualitative approach, in which anthropological reference is used, in particular, the ethnographic research. We adopted direct observational techniques, informal conversations and open interviews about the displacement between the community and Belém, and the adaptation in this city. We find that these young people leave their communities to study looking for a higher education and new possibilities, and many of them face several difficulties, because there is a new way of life, marked by cultural and identity differences.

Keywords: City of Belém. Youth Quilombola. Displacement and Adaptation.

Data de submissão: 30.09.2020

Data de aprovação: 11.01.2021

¹ Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental (Pós-Graduação do Trópico Úmido PDTU/ NAEA) pela Universidade Federal do Pará (2006). É mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará (2000) e graduada em História também nesta universidade (1987). Atualmente é pesquisadora do Laboratório de Antropologia da Universidade Federal do Pará. Atua como membro do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPA, coordena o Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia e é Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Antropologia Visual e da Imagem (Visagem). E-mail: denise@ufpa.br.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) e Mestra em Estudos Interdisciplinares em Cidades, Territórios e Identidade (PPGCITI), ambos da Universidade Federal do Pará. Licenciada em Matemática. E-mail: annacarla91@hotmail.com.

³ Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (2016). Mestra em Letras: Linguística pela Universidade Federal do Pará (2007). Graduada em Letras pela Universidade Federal do Pará (2003). Professora do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidade (PPGCITI) da Universidade Federal do Pará. E-mail: rsns@ufpa.br.

INTRODUÇÃO

O acesso à universidade é para muitas pessoas um desafio que requer aprender uma cultura acadêmica que se inicia desde os primeiros dias em que se ingressa no Curso Superior. Desde os primeiros eventos de recepção aos “calouros” e “calouras”, até chegar à defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e solenidade de colação de grau, há um longo percurso marcado por ensinamentos voltados para a autonomia intelectual, produção de conhecimento, gestão de recursos de bolsas e tempo para estudos, e uma série de outros que compõem essa vivência no universo da universidade. Para a maioria que cursa graduação em uma grade universidade pública, como é o caso da Universidade Federal do Pará (UFPA)⁴, a adaptação à sua rotina acadêmica requer esforços e práticas de companheirismo e solidariedade tanto institucional quanto entre colegas estudantes.

Para uma parcela destes e destas pessoas que ingressam na UFPA (bem como em outras Instituições de Ensino Superior – IES) o desafio se mostra redobrado devido à necessidade de aprendizado de outra língua, outra cultura e outros saberes (como é o caso de estudantes estrangeiros). Para aquelas que vivem no Brasil em áreas caracterizadas por práticas predominantemente rurais, como são os povos que vivem em suas respectivas Terras Indígenas (TI) ou as Populações Remanescentes de Quilombos (também denominadas de populações quilombolas), os desafios também são elevados. Para estes grupos sociais, a adaptação na cidade, e suas culturas com traços urbanos, já é um desafio que será acrescido de outros relacionados aos estudos universitários.

Neste estudo sobre o deslocamento de jovens quilombolas da comunidade para a cidade de Belém do Pará fomos motivados pelo interesse em compreender como esses jovens vivenciam este processo de inserção em um novo espaço, como se adaptam e o que pensam sobre tais dinâmicas em suas vidas. Investigar suas percepções sobre esse deslocar-se das comunidades de origem para a cidade na qual passam a morar para cursarem o Ensino Superior é o objetivo central desta pesquisa, pois consideramos importante conhecer as perspectivas e desafios desses e dessas jovens. Assim, apresentamos neste artigo os resultados parciais da pesquisa sobre a trajetória de saída de suas comunidades camponesas para a cidade de Belém e suas maneiras de inserção quando começam a cursar o ensino superior na UFPA⁵.

Desse modo, importa-nos perguntar que desafios são esses enfrentados no cotidiano de estudantes quilombolas da UFPA? Quais são suas impressões e estratégias para superar as dificuldades que encontram ao longo de seus cursos de graduação realizados em espaço citadino? Buscamos neste estudo explicar e compreender de que maneira ocorre a permanência dessas pessoas na cidade de Belém e, especificamente, na universidade. Intencionou-se investigar como percebem suas interações e como se dão esses novos modos de vida e adaptação em espaço urbano, como é o caso de Belém do Pará.

O presente artigo apresenta resultado parcial da pesquisa com estudantes que ingressaram nesta IES através da reserva de vaga para quilombolas no período de 2013 ao primeiro semestre de 2018. Nossa pesquisa se concentra, portanto, nas pessoas que ingressaram em diferentes cursos de graduações no campus Belém da UFPA, via Processo Seletivo Especial (PSE). A escolha do campus Belém se deve ao fato de que dos 1163 estudantes quilombolas que ingressaram pela reserva de vagas desde 2013, 729 estudantes estão nesse campus⁶. Desse

⁴ A Universidade Federal do Pará é considerada a maior universidade do Norte do Brasil em número de alunos matriculados. Em torno de 30 mil estudantes estão matriculados em seus diversos *campi*.

⁵ O Campus Universitário do Guamá é denominado como Cidade Universitária José da Silveira Netto. Dessa maneira, a inserção ocorre em uma cidade dentro de uma cidade, conforme será tratado ao longo desse trabalho.

⁶ Além do campus de Belém, a UFPA integra mais doze (12) campi distribuídos em diferentes regiões do Estado do Pará, o que a torna uma universidade multicampi.

total entrevistamos, até o final de 2018, quatorze estudantes de diferentes cursos e horários de aulas (trazemos neste artigo as falas de dez desses e dessas estudantes). Além desses momentos com as entrevistas, realizamos a observação direta e conversas informais na sala da Associação de Estudantes Quilombolas (ADQ-UFPA), no Restaurante Universitário (RU) e em diversos eventos ocorridos na UFPA.

Diante disso, e em consonância com Bachelard (1996), consideramos que todo conhecimento científico constitui-se na troca que ocorre entre o sujeito e o objeto, ou ainda, entre interlocutores e interlocutoras que estabelecem um diálogo profícuo. No caso específico deste estudo, significou a ampliação do olhar local de quem já vivencia a UFPA para um olhar ampliado no qual se buscam outros pontos de vista. Ainda de acordo com o referido autor, onde a existência do sujeito se “faz presente, as próprias interpretações interferem no ato de ver, pensar, sentir, viver, ser e estar neste mundo” (BACHELARD, 1996, p. 14), ou seja, à medida que o pesquisador e pesquisadora mergulham seus olhares sobre o objeto pesquisado, mais aprofundam sua compreensão do mundo que os cerca.

Assim, para realização do trabalho de pesquisa optamos pela abordagem qualitativa e pela pesquisa etnográfica, por considerarmos um caminho metodológico que contribui para que possamos superar o positivismo-lógico da produção do conhecimento, proporcionando a construção de uma metodologia de pesquisa, que possibilite levar em consideração o conjunto das representações materiais e simbólicas que se constroem a partir de diferentes visões de mundo. Proporcionando, também, a compreensão de como sujeito constrói sua cultura e como essa cultura faz parte de um momento histórico, coletivo e sistematizado de um determinado grupo social. E por tratarmos de um estudo que envolve atores sociais específicos, como é o caso de estudantes universitários quilombolas, daí decorre a importância de fazer uma descrição do contexto desses jovens que se deslocam de suas comunidades para a cidade de Belém.

Compreendendo que a importância da etnografia em um trabalho de pesquisa que se propõe analisar a juventude quilombola e suas relações com o campo e a cidade dentro do conjunto das interações, principalmente por suas características fundamentais entre elas, optou por considerar que as conversas informais, observação direta de estudantes no campus de Belém e realização de entrevistas seriam instrumentos adequados para este estudo.

A etnografia enquanto um estudo descritivo da cultura imaterial dos povos (sua língua, religião, hábitos etc.), como também das manifestações materiais de suas atividades (adornos, alimentação, meios de transporte etc.), possibilita abordar vários e diferentes aspectos dos grupos sociais. Por conseguinte, a etnografia estuda e revela os costumes, as crenças e as tradições de uma sociedade, que são transmitidas de geração em geração e que permitem a continuidade de uma determinada cultura ou de um sistema social. Sendo que para Clifford Geertz (2014, p. 4) “praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante”. Desse modo, a etnografia é inerente a qualquer aspecto da antropologia cultural, que estuda os processos da interação social: os conhecimentos, as ideias, técnicas, habilidades, normas de comportamento e hábitos adquiridos na vida social de um povo.

Nesse sentido, apropriamo-nos da etnografia para descrever, caracterizar e explicar o processo de adaptações da juventude quilombola a partir desse ir e vir entre a comunidade e a cidade de Belém. Ressaltamos que para salvaguardar a identidade das pessoas entrevistadas, utilizamos as iniciais EQ, seguida de numeração. Compreendemos que dessa maneira, a pesquisa poderá expressar o mais próximo possível as percepções e explicações dos próprios estudantes acerca da vivência marcada pelos desafios de ser universitários e universitárias quilombolas.

1 DESAFIOS DE INGRESSO E PERMANÊNCIA NA CIDADE E NA UNIVERSIDADE

O Pará é um dos estados brasileiros com maior número de áreas quilombolas tituladas. Segundo o site oficial do governo do Estado, existem 178 comunidades quilombolas no Brasil; 62 estão no Pará e 53 já foram reconhecidas pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA). De acordo com dados da Fundação Palmares, até o ano de 2015 havia 227 comunidades quilombolas certificadas no Pará. Com estes dados do ITERPA e Fundação Palmares, percebe-se que é inegável a relevância das populações quilombolas, em suas terras certificadas e/ou tituladas.

Além das lutas para regularização de suas terras, e segundo a Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará (MALUNGU), o acesso e permanência em cursos de nível superior é um interesse que se integra a outros elementos da luta por direitos destas comunidades.

Além do território, são preocupações dos quilombolas, o acesso ao ensino superior, o ensino da história africana e afro-brasileira no ensino básico, conforme estabelece a Lei 10.639 de 2003, atenção específica na saúde e na assistência social. (MALUNGU, 2019).

No que concerne aos cursos superiores, destacamos que as IES ofereciam vagas para todos os jovens, mas de maneira que não atendia a parcela negra e pobre da sociedade, pois segundo Gomes (2004, p. 46):

[...] à medida que o movimento negro foi constatando que as políticas públicas de educação, de caráter universal, ao serem implementadas, não atendiam a grande parcela do povo negro, o seu discurso e suas reivindicações começaram a mudar; é nesse momento que as cotas, que já não eram uma discussão estranha no interior da militância, emergem como uma possibilidade e, hoje, passaram a ser uma demanda política real e radical.

As políticas de ações afirmativas são políticas de reparações, de reconhecimento e valorização de determinados povos e populações: sua história, cultura, identidade, do seu lugar. Reconhecimento da alteridade do outro para que todos tenham seus direitos igualmente garantidos para a correção de desigualdades raciais e sociais, e corrigir estereótipos e tratamentos diferenciados e até marginalizados perante a sociedade excludente, segregacionista e discriminatória. Assim, as políticas de ações afirmativas devido à forte atuação do movimento negro ganham força e estes passam a ser ouvidos e suas demandas atendidas. Estas ações também visam combater as desigualdades estruturais e a discriminação que vem de maneira enraizada na sociedade brasileira. Implementando condições para uma condição de igualdade material e de direitos necessários que só é possível através de políticas públicas de Estado que afirmem e garantam condições melhores para sua existência no meio social.

Ainda no entendimento de Gomes (2001, p. 6):

[...] as ações afirmativas consistem em políticas públicas, e também privadas, voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e da neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e compleição física.

Do ponto de vista histórico, as políticas de ações afirmativas são firmadas no estado de direitos. Desse modo, a criação de políticas de ações afirmativas por cotas para o ingresso na educação superior, a qual são reservadas vagas para os grupos étnico-raciais tem grande relevância para esses sujeitos. Entende-se que do ponto de vista histórico, legal e moral estas políticas já se fazem conceituadas, e são justificadas numa sociedade de regime democrático como a brasileira.

Os motivos para que haja uma reduzida participação neste nível de educação escolar se deve, predominantemente, às condições sócio-históricas de exclusão e discriminação das populações com tais características. Assim, o racismo se impõe ao longo dos tempos e dificulta tanto o acesso quanto a permanência de estudantes vindos de áreas remanescentes de quilombos nas universidades.

Com vistas a combater essa desigualdade no acesso e permanência no curso superior, algumas universidades implementaram políticas de ações afirmativas e neste bojo destaca-se a Universidade Federal do Pará (UFPA). Desde o ano de 2009 foi instituído na UFPA um Processo Seletivo Especial (PSE) para o ingresso de estudantes indígenas e quilombolas em todos os cursos de graduação. Além do aspecto do pertencimento ao grupo originário, é considerado relevante a vulnerabilidade socioeconômica.

Para além dessa modalidade de ingresso nos cursos, observou-se que havia uma série de dificuldades na permanência destes e destas estudantes. Algumas dessas dificuldades são de ordem financeira, pois as despesas com os estudos são indicadas como fator relevante para todos aqueles e aquelas que realizam suas atividades ao longo dos dias nos campi da UFPA. Vários não possuem subsídios para a permanência na universidade e na própria cidade devido à falta de recursos financeiros da família e quando chegam à Região Metropolitana de Belém precisam pagar aluguel, alimentação, material acadêmico, o que configura desafios neste novo contexto. Além disso, o fato de estarem longe da família e de seus amigos intensifica os desafios neste duplo processo de adaptação: o meio universitário e o ambiente citadino de uma cidade de grande porte, como é o caso de Belém.

2 COMUNIDADES QUILOMBOLAS E IDENTIDADE

É importante salientar a resignificação do conceito de comunidade quilombola, pois são notórias essas e outras mudanças que ocorrem na sociedade. Nesse contexto, temos o marco normativo que encontramos no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Também em atendimento às condições operacionais decorrentes do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

Inicialmente, as comunidades quilombolas foram inscritas na atual legislação brasileira, no Art. 682 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que se refere à afirmação de seus direitos territoriais. Em 2002, essas comunidades são reconhecidas como povos tradicionais, pelo Decreto Legislativo nº 143 que ratifica a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A definição de comunidades quilombolas, contida no Decreto 4887/2003 é reiterada no Decreto 6040/2007 e no Parecer CNE/CEB 16/2012, como segue:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuidores de formas próprias de organização social, utilizam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, são ocupantes e usuários de territórios e recursos naturais como condição à sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. (Parecer CNE/CEB 16/2012, p. 02).

Ainda neste documento, destacamos o fator histórico de lutas e constituição desses sujeitos:

[...] contra o racismo, pela terra e território, pela vida, pelo respeito à diversidade sociocultural, pela garantia do direito à cidadania, pelo desenvolvimento de políticas públicas que reconheçam, reparem e garantam o direito das comunidades quilombolas à saúde, à moradia, ao trabalho e à educação. (CNE/CEB 16/2012, p. 12).

Desse modo, a identidade quilombola se constitui a partir da necessidade de lutar pela terra ao longo dos últimos anos, uma identificação compartilhada, que tem sido usada como

instrumento para conseguir potenciais benefícios coletivos e uma melhoria nas condições de vida. As identidades, aliás, estão sempre em movimento, conforme afirma Hall (2003), por possuírem um caráter relacional e transitório, e com isso em vez de identidades seria mais apropriado falar de identificações em curso, identidades deslocadas.

De fato, as identidades não se constituem em situações de vida concretas e específicas, localizadas histórica e geograficamente. Assim, uma comunidade étnica se constitui quando o sentido está voltado para uma ação. Isso significa que as identidades não são meros componentes, acessórios fixos e passíveis de uma cultura, imagens ou símbolos representativos ou “folclóricos”, como uma visão ainda muito arraigada defende Hall (2003).

Para Hall (2003), a identidade é definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes, em diferentes momentos sem unificá-las ao redor de um “eu” coerente. Dentro de cada um há identidades contraditórias empurrando para diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. À medida que os sistemas de significação e representação cultural multiplicavam-se, haverá confrontos por uma multiplicidade de identidades possíveis, com cada uma das quais poderiam identificar-se – ao menos temporariamente de acordo com tempos e espaços diferentes.

As identidades são uma autodefinição por meio da qual os sujeitos elaboram um marco de referência e uma visão de mundo e, sobretudo, através da qual acionam suas práticas e representações, seus projetos e estratégias, e assim, definem a forma em como se relacionar e se posicionar frente aos outros, sejam parceiros ou antagonistas, configurando uma relação tanto cultural quanto política. As identidades se reinventam em função dos desafios, problemas e oportunidades do momento presente. Assim,

A noção de identidade quilombola está estreitamente ligada à ideia de pertença. Essa perspectiva de pertencimento, que baliza os laços identitários nas comunidades e entre elas, parte de princípios que transcendem a consanguinidade e o parentesco, e vinculam-se a ideias tecidas sobre valores, costumes e lutas comuns, além da identidade fundada nas experiências compartilhadas de discriminação (SOUZA, 2008, p. 78).

Desse novo prisma, podemos interpretar a insurgência de múltiplas comunidades auto identificadas como quilombolas no Brasil nos últimos 25 anos como um processo de reinvenção e renovação identitária, associada à luta dessas comunidades pelo direito de permanecer nos territórios tradicionalmente ocupados e outros direitos específicos, como: A titulação coletiva e o reconhecimento como terras quilombolas, escola específicas para quilombolas, saneamento e infraestrutura para as comunidades, atendimento e saúde diferenciado, dentre outros. Falamos de insurgência porque estamos frente ao surgimento de novos sujeitos coletivos, previamente inexistentes como tais, pelo menos identificados dentro dessa categoria: quilombola. Segundo Alfredo Wagner Almeida (2002), os quilombolas estariam dentro das denominadas “novas etnias”, nas quais os processos de identificação e autoconsciência como grupos com características culturais e históricas específicas acompanham um processo de reorganização política, mobilização e elaboração de estratégias para a obtenção de recursos básicos para produzir e consumir, ou seja, uma das dimensões mais importantes da identidade como quilombolas é a de ser um meio para lutar por melhores condições de vida.

Deslegitimar a identidade quilombola ou qualquer outra identidade coletiva pelo fato de buscar através dela visibilidade e conquistar melhores condições de vida é ignorar o fato de que as identidades se constituem dentro de ações estratégicas de resistência e reconhecimento; buscando atingir fins específicos como o direito à terra, por exemplo, e o reconhecimento da tragédia que foi a escravidão no Brasil. Tais ações estão em função dos desafios, problemas e oportunidades que cada grupo experimenta em determinado contexto social, geográfico e histórico. Aliás, nessa relação íntima entre identidade e poder, é importante sublinhar que quem

é obrigado a reivindicar uma identidade encontra-se usualmente em posição de subordinação. Reivindicar uma identidade é negar o papel subalterno que a sociedade lhes impôs e resistir por converter-se em agentes da sua própria história, converter-se em sujeitos.

3 JOVENS QUILOMBOLAS E OS DILEMAS ENTRE SUAS COMUNIDADES E A CIDADE

Os jovens que foram entrevistados são oriundos de comunidades quilombolas dos municípios de Baião, Moju e Abaetetuba, comunidades camponesas cujo acesso à cidade é permeado por dificuldades em termos de distância e condições precárias das vias rodoviárias, além da própria falta de transporte regular para estas comunidades.

Muitos jovens se deslocam para a cidade à procura de trabalho e estudos, pois muitos não têm a possibilidade de permanecer na comunidade.

Diversos estudos no Brasil e em outros países apontam para a tendência da saída, nos dias atuais, de jovens do campo rumo às cidades [...]. Se essas pesquisas confirmam o deslocamento dos jovens, outros fatores complexificam a compreensão desse fenômeno. O “problema” vem sendo analisado através de dois vieses. Há certo consenso nas pesquisas quanto às dificuldades enfrentadas pelos jovens no campo, principalmente quanto ao acesso à escola e trabalho (CASTRO *et al*, 2009, p. 189).

Em decorrência das dificuldades para inserção no mercado de trabalho na área rural, acesso à linhas de crédito e formação para o campo, muitos jovens quilombolas buscam sua inserção no ensino superior deslocando-se para a cidade em busca destas novas possibilidades. Nesses termos, para Galindo (2014, p.126),

A migração é um fenômeno de desterritorialização engendrado num sistema social e econômico, que desvaloriza e destitui os povos do campo de seu lugar (territorial, cultural e identitário). É mais que um mero deslocamento geográfico: é a negação do direito de ser e estar no mundo ocupando o lugar da cidadania e da dignidade.

A saída desses jovens quilombolas para a cidade configura-se como um importante passo para a reorganização e possibilidades de melhorias, não somente para si, ou por não gostarem de seus quilombos. Ao contrário, este “ir atrás de novas possibilidades, de oportunidade de trabalho e estudo” é algo que envolve outras pessoas e grupos. Ir para a cidade pode significar busca por autonomia, inclusive de melhoria de sua própria comunidade quilombola de origem. Nesse contexto, e de acordo com Lima (2008), a cidade insere-se enquanto um processo histórico-espacial com suas raízes ligadas a fatores socioculturais e geográficos, assim a cidade é o concreto, o visível.

Ainda para Lima (2008) o urbano ligado ao processo de industrialização, a vida cotidiana e do ponto de vista econômico é um processo bem mais recente. O urbano emerge de uma nova realidade, de um espaço citadino, a partir da vida cotidiana, a relação mercantil e a subjetividade das práticas sociais. Mas ela não se encerra em si, posto que há nos espaços não citadinos uma gama de grupos sociais inter-relacionados de diferentes modos e fatores.

Perceber a cidade e o quilombo numa relação de troca permite compreender que não há isolamento dos espaços urbanos. Além disso, em se tratando de cidades amazônicas muito já foi investigado e evidenciado sobre essa interdependência entre campo-cidade. As cidades da região amazônica estão marcadas por esse ir e vir de gente, e principalmente pelas trocas de produtos, práticas, saberes, modos de fala, modos de interação e consumo com produtos das florestas, dos campos, das várzeas e tudo aquilo que compõe esse bioma.

As pessoas levam suas identidades enquanto quilombolas e incorporam outras identidades cidadinas em suas representações. À medida em que se deslocam se observa que a cidade é:

“Coisa humana por excelência”, a cidade é a “forma mais complexa e refinada da civilização”, escrevia Lévi-Strauss, mas ela lhe parecia ser também o lugar de uma individualização extrema e de um borramento dos limites sociais, atingindo o inapreensível caos. (AGIER, 2017, p. 484)

E pensar a identidade como múltipla, a origem, a luta pela terra, a característica racial. Além da perspectiva da discriminação que enfrentam em outros territórios como na cidade por suas características próprias ou pelo território que estão inseridos nos seus percursos de idas e vindas do quilombo para a cidade também dão corpo a este processo de afirmação de suas identidades, pois no enfrentamento do preconceito e nos conflitos se afirmam símbolos e representações positivas e/ou negativas sobre sua história e sobre si mesmo, se percebendo como sujeito diferenciado em seu modo de viver e ver o mundo. Não colocamos a cidade como lugar da perda dos laços e sim como lugar de troca e de novos aprendizados e de precisar estar. Não levaremos em oposição entre campo e cidade, pois também na cidade esses jovens quilombolas têm seus laços sociais, suas formas de interações, deslocamentos e conflitos com a sua nova trajetória enquanto estudante universitário tendo a cidade como espaço para realização de sonhos e oportunidade.

É importante destacar que muitos jovens que saem do quilombo por falta de oportunidades e/ou à procura de emprego saem em posição de subalternidade. Assim, os estudantes que participaram das entrevistas são jovens que foram os primeiros de suas famílias a adentrarem à universidade, de tal modo que esses estudantes nos primeiros dias sofrem com o estranhamento ao chegarem a sua nova cidade, pois se encontram em um mundo distante e diferente do seu. Além de que para muitos foi o primeiro contato com Belém, como relatam os estudantes quilombolas EQ1 e EQ4:

Logo no começo tive muita dificuldade pra me adaptar aqui, porque a gente vem de lá, é um silêncio, uma tranquilidade, uma coisa muito boa lá, e a gente chega aqui, viver dentro de uma cidade que é um barulho, é trânsito, calor, tudo isso e eu custei muito pra me adaptar, eu até quis ir embora, liguei pra minha família que eu não queria ficar aqui, isso com três meses que eu estava aqui, eu não queria ficar aqui, eu queria ir embora daqui e a minha mãe falou: não minha filha fica que tu vais conseguir se adaptar e eu continuei aqui, graças que eu encontrei meus amigos, minha irmã que também já está aqui e eles me ajudaram muito. (EQ1)

Eu encontrei muita dificuldade, primeiramente porque eu não nunca tinha vindo nem em Belém, eu não tinha noção de como era uma vida na cidade e logo quando eu cheguei eu me deparei, assim, era uma correria pra pegar ônibus e também um modo de vida que era totalmente diferente, porque lá na nossa comunidade as vezes quando falta alguma coisa a gente vai na casa do vizinho e emprestava e quando eu cheguei pra cá eu vi que isso era totalmente diferente, aqui se eu não tiver dinheiro eu não tenho aquilo que eu quero. (EQ4)

Dificuldades que vão desde o deslocamento na cidade e a convivência, assim, demonstram os estudantes quilombolas EQ1, EQ2, EQ3 e EQ5.

Tudo isso fiquei totalmente perdida, que eu não sabia nem como pegar ônibus, pra onde ir, que ônibus pegar. (EQ1)

Quando eu cheguei aqui na universidade, tipo Belém eu não conhecia ninguém, não sabia andar aqui em Belém, eu não sabia nada aqui em Belém, eu não sabia onde procurar informações. (EQ2)

A questão de convivência, a questão financeira, aqui em Belém é muito gasto. (EQ3)

É complicado, é difícil até por conta de se adaptar, eu passei uma semana morando sozinha, num local onde você não conhece ninguém, não tem com quem sair, não tem com quem dialogar, almoçar, numa enorme de uma universidade, onde você não conhece nada. (EQ5)

Além da saudade da família, envolvendo as relações afetivas, havendo certa solidão em torno desses estudantes, pois para muitos estudantes quilombolas essa é a primeira experiência de sair de perto do seu seio familiar. Como demonstram os estudantes quilombolas EQ3, EQ6:

Foi muito difícil porque eu nunca tinha saído de perto de meus pais, ficou muito difícil pra mim a questão de não estar perto deles, eu chorava muito, eu sofri muito, muito mesmo por conta disso. Vim pra cá pra Belém, não conhecia ninguém, nunca tinha vindo pra cá, não sabia nem o rumo da faculdade, nem qual era a minha sala, fiquei perdidinha, foi muito difícil vir pra cá. (EQ3)

Eu nunca sai de casa. Deixei de lado meus familiares, amigos quando vim pra cá não conhecia ninguém, eu achei muito difícil. (EQ6)

E muitos não conseguem se deslocar com frequência para a comunidade devido à distância e os gastos com a viagem, assim, ficam por longo período sem retornarem às suas comunidades. A falta de recursos financeiros para o deslocamento da cidade para o campo e vice-versa apresenta-se como uma das preocupações e um dos desafios para se manter em Belém. Nas falas de EQ5 e EQ7 isso é evidenciado da seguinte maneira:

É muito recente eu vim pra cá, estou no segundo semestre, eu só pude voltar em minha comunidade em setembro, foi quando teve a festividade lá, uma das maiores festas do Baixo Tocantins que é o Festival Quilombola da Vila de Umarizal. (EQ5)

Eu sinto muita falta de casa, eu sempre digo que o povo daqui é privilegiado porque eles sempre estão em seus quilombos, uma hora, duas horas, pra gente é muito complicado porque pra gente chegar à casa a gente precisa ter bastante dinheiro, porque de navio a gente tira três dias até Santarém e de lá ainda temos que pegar mais um barco mais doze horas, é bem puxado e de avião normalmente a passagem é muito caro, e o fato da gente não ter uma renda pra estar fazendo essas viagens, então a gente escolhe normalmente uma vez ao ano pra ir em casa, hoje nós somos quatro, meus irmão e eu conseguimos entrar na universidade juntos, no mesmo ano, de uma vez. (EQ7)

Apesar do interesse em voltar, na cidade acabam por formar relações de sonhos e afetos, ou seja, o encontro de uma nova realidade na qual os jovens quilombolas passam a se relacionar. O estudante quilombola EQ4 ressalta que:

E quando eu vim pra cá, digamos que eu não passei fome, mas eu cheguei a quase passar fome, porque a minha família não tem condições financeira, a única coisa que a minha mãe recebia era o bolsa família, que era o único dinheiro que ela me mandava, ela recebia em torno de R\$ 450 reais e todo o dinheiro que ela recebia, ela só mandava pra mim pra pagar aluguel e pra me manter aqui, foi uma dificuldade muito grande (EQ4).

A maior dificuldade foi financeira porque minha mãe e meu pai não são bem de condições e quando eu cheguei aqui senti muito, principalmente a moradia, porque não tinha onde eu morar, nos primeiros três meses antes de eu receber ficava morando na casa dos outros, e às vezes eu deixava de almoçar pra janta, os três meses foram muito ruins pra mim. (EQ10).

Contudo, esse deslocamento não significa necessariamente ruptura com a comunidade de origem e está relacionado ao jogo de identidades e a interpretações que fazem de seus papéis sociais. Assim, para Williams (1989, p.19):

A vida no campo e na cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo, move-se e sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamento e decisões.

O entrelaçamento significativo de jovens quilombolas, suas comunidades e a universidade remetem à valorização e à importância da reafirmação de sua cultura. Nesse contexto, o uso de ações afirmativas como uma reparação histórica existente para com os negros e negras, torna-se uma forma de dar visibilidade à sua cultura, bem como fortalecê-la e valorizá-la.

Na cidade foram estabelecidas as parcerias em torno da criação da Associação de Estudante Quilombolas da UFPA (ADQ-UFPA), o que contribuiu para melhor e eficaz articulação em torno de objetivos comuns relacionados à permanência na universidade.

Do ponto de vista institucional, a UFPA instituiu a Assessoria da Diversidade e Inclusão Social (ADIS) em outubro de 2017, visando a implementação de ações voltadas para o combate ao racismo institucional e apoio à permanência de estudantes que ingressam via PSE, dentre outras propostas. Em documento que cria esta assessoria fica estabelecido que ela está vinculada diretamente à Reitoria, e é responsável pelo planejamento, coordenação, definição, implementação e acompanhamento de políticas referentes às ações afirmativas com atuação integrada com as diversas Unidades da UFPA. Desde sua criação, a ADIS tem realizado seminários, cursos de capacitação e palestras, além do planejamento e participação em eventos científicos voltados para as temáticas da diversidade.

Além da ADIS a UFPA conta com o Programa Institucional de Assistência e Integração Estudantil (PROAIS) voltado para o processo de democratização das condições de permanência e de formação acadêmica como direito social dos estudantes desta universidade, busca a inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a conclusão do curso superior e a diminuição da evasão e retenção de forma com uma formação integral, sejam eles oriundos de várias regiões do Pará, de outros estados ou de outros países. Atualmente a política de assistência é coordenada pela Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST), também vinculada diretamente ao Gabinete da Reitoria.

Outra iniciativa que contribui para a permanência na UFPA foi a reitoria conceder uma sala específica para o funcionamento de estudantes e suas associações, tais como: estudantes indígenas, quilombolas, estrangeiros e PcD (Pessoas com Deficiência).

Naquilo que concerne a estudantes quilombolas, a sala específica para sua associação foi importante para a articulação do grupo e para fomentar um espaço de convivência mais próximo às suas origens. Isto se percebe, por exemplo, na denominação dada à sala da associação, chamada por vários como: “quilombinho”. Por certo, as práticas sociais que se estabelecem nesse espaço trazem traços identitários de quem viveu e vive em comunidades remanescentes de quilombos, pela solidariedade entre estudantes, pelas práticas alimentares, histórias contadas, narrativas sobre seus lugares e alguns aspectos dos modos de falar; o que se vivencia neste “quilombinho” contribui para a permanência e adaptação na cidade universitária e na cidade de Belém.

O movimento de ir e vir entre o quilombo e a cidade são pautados pela precariedade e provisoriabilidade das condições enquanto estudantes, pois estes dependem da bolsa permanência e muitos só retornam às suas comunidades após três ou seis meses depois que mudam para a cidade de Belém.

Quando entrei na UFPA em 2015 o negócio é muito assustador porque é uma cidade a UFPA, pra gente que vem do interior que não tem muito contato direto com cidade grande, foi diferente, me sentia muito só e perdido (EQ9).

O que fica evidenciado na fala acima do estudante é como a universidade se parece com uma cidade e como toda grande cidade ainda desconhecida, ela causa certo estranhamento e sentimentos de angústia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar os questionamentos que nortearam esta pesquisa, podemos concluir que os jovens e as jovens quilombolas enfrentam várias dificuldades quando vem para a cidade de Belém realizar seus estudos na universidade. Desde questões financeiras, passando por situações de saudade de suas famílias e amigos de suas comunidades, há também as dificuldades em relação ao aprendizado em seus cursos e enfrentamento ao racismo.

Sobre o deslocamento para Belém, ele pode ocorrer de modo intermitente a cada semana ou pode ser feito em períodos mais longos, conforme a distância entre esta cidade e aquelas onde estão localizadas suas comunidades. Desse modo, esse deslocamento não significa necessariamente ruptura com a comunidade de origem, pois muitas vezes estão envolvidos em diversas atividades e possuem laços afetivos significativos.

Sobre suas motivações e enfrentamentos diante dos desafios em novos espaços e culturas mais cidadinas, verificou-se que há uma espécie de “jogo de identidades” marcado pela interpretação que fazem de seus papéis sociais em seus locais de origem e na cidade universitária e em Belém. A saída desses e dessas jovens quilombolas para a cidade é um importante passo para a reorganização e possibilidades de melhorias de vida, não apenas para si, mas abrem novas oportunidades e frentes de luta e resistência de suas respectivas comunidades.

A dualidade existente entre a comunidade de origem e as experiências decorrentes do deslocamento para a cidade é algo que se destaca no processo de formulação de novas práticas sociais. As desigualdades territoriais, educacionais e étnico raciais são inegáveis e marcam as especificidades desse grupo de estudantes universitários. Nesse aspecto, ressaltamos que as relações de poder que estão imbricadas na sociedade mais ampla e os modos de acesso à educação escolar fazem com que essas relações de poder se reproduzam também em espaços mais restritos, como é o caso das universidades. Contudo, diversos grupos minoritários, como é o caso de comunidades remanescentes de quilombos, podem ter cada vez mais possibilidades de inclusão de novos atores sociais.

Embora houvesse há décadas pessoas destas comunidades cursando nas universidades, o ingresso nos moldes de ações afirmativas se deu pelas conquistas dos movimentos sociais em tempos recentes. Assim, os jovens e as jovens quilombolas sofrem um estranhamento quando saem de suas comunidades para a cidade, mas trazem consigo a consciência da relevância de suas permanências nestas IES. Reconhecem que o curso de graduação será importante para si e, notadamente, para suas famílias e comunidades.

Nas entrevistas os jovens colocam as dificuldades enfrentadas ao se deslocarem para a cidade, pois estes vão para um espaço diferente, com costumes e culturas diferentes. Além da distância da família e a falta de recursos financeiros para o deslocamento da cidade para o campo e vice-versa. Ainda assim a cidade e o campo acabam por formar relações de sonhos e afetos, o encontro de uma nova realidade a qual os jovens quilombolas passam a se relacionar. Cabe destacar que um dos principais desafios não está na questão financeira, mas nas situações marcadas pela discriminação e racismo decorrentes do ingresso via PSE, pelas práticas sociais e traços culturais de quem nasceu e vive em comunidade remanescente de quilombo. Os

desafios são, portanto, imensos nestes tempos em que se avizinham ameaças às conquistas territoriais deste e de outros povos ancestrais do Brasil.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **Mana** [online]. vol.21, n. 3: 483-498. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p483>. Acesso em: 07 dez. 2017.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Os Quilombos e as Novas Etnias”. *In*: O´DWEYR, Eliane Cantarino (Org). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BRASIL, Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 4.887/03**, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em: 07 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto Nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 07 de dez. 2017.

BRASIL. **PARECER CNE/CEB Nº: 16/2012** em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&Itemid=30192. Acesso em: 7 dez. 2017.

CARRANO, Paulo César Rodrigues, DAYRELL, Luciano; SILVA, Ana Beatriz. Sementes da Memória: Um documentário sobre Jovens (e) quilombolas. *In*: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X. 2007.

CASTRO, Elisa Guraná de, *at al.* **Os jovens estão indo embora?** juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: Edur. 2009.

GALINDO, Eryka. Em pauta: Juventude rural e políticas públicas. *In*: MENEZES, Marilda Aparecida; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton (Org.) **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República. 2014.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. São Paulo DP&A, 2003.

LIMA, Marcos Castro de. A cidade, o urbano na Amazônia. **Revista ACTA Geográfica**, Ano II, n. 3, jan/jun: 107-117. Disponível em:
<https://revista.ufr.br/actageo/article/download/203/367>. Acesso em: 07 dez. 2017.

MALUNGU. **Vidas Quilombolas importam**. Disponível em:
<https://malungupara.wordpress.com/>. Acesso em: 12 de jan. 2019.

PARÁ. **Secretaria de Planejamento**. (2018). Disponível em:
<https://www.seplan.pa.gov.br/com-53-%C3%A1reas-tituladas-par%C3%A1-o-estado-que-mais-reconhece-comunidades-quilombolas>. Acesso em: 12 jan. 2019.

SOUZA, Bárbara Oliveira de. **Aquilombar-se**: panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro. Universidade Federal de Brasília. Dissertação. (Mestrado em Antropologia. UnB. 2008.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Paulo: Companhia das Letras, 1989.

AVALIAÇÃO DA ARBORIZAÇÃO URBANA NO MUNICÍPIO DE MARACANÃ, PARÁ

Sérgio Brazão e Silva¹
Jessivaldo Rodrigues Galvão²
Naiane Franciele Barreira de Melo³
Hugo Manoel Santos Costa⁴

RESUMO

A arborização urbana é representada pela cobertura vegetal de porte arbóreo existente nas cidades. Desta forma, este estudo visa avaliar a arborização existente em vias, sua relação com a cidade e apresentar sugestões para seu incremento. Foi realizado levantamento qualitativo da arborização de vias na área urbana do município de Maracanã/Pará, em cinco bairros, assim como avaliação dos vegetais e do estado do passeio onde se encontram. A avaliação foi realizada em calçadas com presença de indivíduos vegetais, em calçadas estreitas, se apresentando em intervalos de classes. Segundo o inventário levantado, a maioria das calçadas encontrava-se no intervalo de classe $\leq 2\text{m}$. Desta forma, o crescimento desordenado e acelerado da cidade permitiu a utilização das calçadas para plantio de árvores de porte inadequado. A respeito da arborização urbana não há nenhuma instituição municipal responsável por um plano de arborização e manutenção adequada para o município.

Palavras-chave: Arborização urbana. Levantamento qualitativo. Avaliação dos vegetais. Intervalo de classes.

EVALUATION OF URBAN AFFORESTATION IN THE MUNICIPALITY OF MARACANÃ, PARÁ

ABSTRACT

The arboreal vegetation cover existing in cities represents urban afforestation. In this way, this study aims to evaluate the existing afforestation in roads, its relation with the city and to present suggestions for its increment. A qualitative survey of the afforestation of roads was carried out in the urban area of the municipality of Maracanã / Pará, in five neighborhoods, as well as an assessment of the vegetables and the state of the sidewalk where they are located. The assessment was made on sidewalks with the presence of plant individuals, as it was verified the sidewalks are narrow, presenting themselves in a range of classes. Most of the width of the sidewalks found in the inventory is in the smallest class range $\leq 2\text{m}$. Thus, the disordered and accelerated growth of the city, allowed the use of sidewalks for planting trees of inadequate size. Regarding urban afforestation, there is no municipal institution responsible for a plan for afforestation and adequate maintenance for the municipality.

Keywords: Urban afforestation. Qualitative lifting. Evaluation of vegetables. Class interval.

Data de submissão: 14.07.2021

Data de aprovação: 27.09.2021

¹Engenheiro Agrônomo, Dr. em Geologia e Geoquímica pela Universidade Federal do Pará. E-mail: sergio.brazao@ufpa.edu.br.

²Engenheiro Agrônomo, Dr. em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia. E-mail: jessigalvao50@gmail.com.

³Graduanda em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia. E-mail: naianemlo@gmail.com.

⁴Graduando em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia. E-mail: hugoagro17@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A arborização urbana é representada pela cobertura vegetal de porte arbóreo existente nas cidades. Nas últimas décadas de crescimento das cidades, áreas verdes foram derrubadas para o desenvolvimento de empreendimentos da construção civil, sem a preocupação de compensar a perda da vegetação, resultando na necessidade de agregar a conservação de espécies existente no habitat natural do centro urbano (LACERDA *et al.*, 2013).

Todas as árvores existentes nas cidades colaboram para o bem-estar, por estarem distribuídas nas vias e protegerem o passeio, além de outras vantagens e, desta forma, é importante índice para avaliar a boa condição ambiental em centros urbanos. A arborização é a forma do homem animar a paisagem, realizando o plantio de espécies exóticas e nativas no meio urbano, como discute Milton Santos (2003) no livro “A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção”.

O Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) que regulamenta o Art. 182º e 183º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), no Art. 2º e 4º parágrafo III, afirma ser de responsabilidade do poder público municipal planejar, promover e manter a arborização nos municípios brasileiros, incluindo vias públicas, praças e áreas verdes e Unidades de Conservação. Aplicada corretamente e através de sua manutenção, a arborização urbana apresenta vantagens primordiais para minimizar os efeitos do desenvolvimento urbano desenfreado.

A valorização da cobertura vegetal urbana nas cidades brasileiras vem ocorrendo nas últimas décadas em função da redução e pressão que essas áreas sofrem frente ao crescimento vertical e horizontal das cidades (LUZ & RODRIGUEZ, 2014).

Naturalmente, conhecer o patrimônio arbóreo de uma cidade trará conhecimentos que facilitarão a manutenção de uma arborização de qualidade (SILVA *et al.*, 2006). De acordo com Brum *et al.* (2008), por não se tratar de atividade prioritária das gestões municipais, que são precárias na região norte, a arborização urbana é relegada a segundo plano e, muitas vezes a tarefa de planejar, fiscalizar e manter a vegetação urbana é relegada a pessoas sem competência à esta atividade.

Para a melhoria da qualidade ambiental e climática dos centros urbanos, é necessária a inclusão de espaços livres com vegetação. Os impactos causados pela ação humana têm chamado a atenção para mitigar esses impactos, através da consciência ambiental (OLIVEIRA *et al.*, 2013). As áreas verdes são um recurso fundamental dentro dos ecossistemas urbanos, pelos mais variados benefícios a eles proporcionados (GOMES, *et al.*, 2016).

As árvores podem ser encontradas em vários ambientes urbanos, normalmente plantadas em fileiras nas calçadas ou em canteiros centrais, em grande parte, dispensando planejamento prévio e manutenção adequada (RACHID e COUTO, 1999).

Considerando que 87% da população habitam áreas urbanas (FILHO *et al.*, 2005), sua instalação em bairros não planejados promoveu a substituição do meio natural, por estruturas que captam calor como estruturas metálicas, asfaltos, pisos pré-moldados, vidros, entre outros. O levantamento da arborização nas vias de cidades brasileiras realizado pelo IBGE (2010) demonstra que as cidades mais arborizadas do país são Goiânia (89,5%), Campinas (88,4%) e Belo Horizonte (83,0%). Neste levantamento, importantes cidades da região norte como Manaus (25,1%) e Belém (22,4%) apresentaram os menores percentuais dentre as cidades com mais de 1.000.000 de habitantes. De acordo com o mesmo levantamento, a cidade de Maracanã apresentou 78,2 % de sua superfície de suas vias ocupadas com arborização.

Os benefícios da expansão da área verde nos grandes centros são indiscutíveis e essenciais. Além de embelezar o espaço urbano, as árvores purificam o ar pela fixação das

partículas de poeira e gases tóxicos e reciclam os gases através da fotossíntese. Suas copas reduzem a incidência direta de raios solares, propiciam sombra, diminuem a velocidade dos ventos, funcionam como amortecedor de ruídos além de oferecerem abrigo para a fauna existente, como as aves que estão diretamente ligadas ao controle de insetos vetores de doenças, visando todos os benefícios que uma cidade pode ter com a arborização devidamente colocada dentro dos canteiros, ajudando no embelezamento da ornamentação, melhoria do clima, diminuição da poluição, entre diversos outros benefícios (LACERDA *et al.*, 2013; RIBEIRO, 2009).

O município de Maracanã, local deste estudo, está localizado na Microrregião do Salgado, na margem esquerda do Rio Maracanã, nas coordenadas 0°45'39" S e 47°27'13" O, distante da capital do estado, Belém, a 145 quilômetros (PEREIRA, 2007). Segundo o IBGE (2016), sua área territorial equivale a 855.664 km² e a sua população no ano de 2016 foi estimada em aproximadamente 28.668 pessoas.

Segundo Pereira (2007), o clima é característico da Amazônia Equatorial, super úmido, características da zona tropical chuvosa. As precipitações anuais de chuvas possuem em média de 1900 mm, distinguindo-se duas estações: inverno (dezembro a julho) e verão (agosto a novembro). A temperatura tem uma variância média de 25 a 27° C, podendo atingir uma máxima de 32° C e mínima de 22° C, podendo ter essa temperatura amena devido aos ventos dominantes que vem do oceano Atlântico.

Os solos do município são classificados como latossolos amarelos de textura média e plintossolos nas áreas de terras firmes. Solos hidromórficos indiscriminados de mangues nas terras semi-litorâneas e litorâneas. Ainda de acordo com Pereira (2007), o município possui vestígios da mata original de terra firme, cujo subsolo de floresta densa de baixos platôs. Todavia, nos últimos anos, houve desmatamento, fazendo com que predomine uma grande extensão de capoeira secundária e terciária.

O setor econômico está ligado a três atividades principais: a pesca artesanal, a agricultura de subsistência e o comércio. Atualmente, a pesca é a atividade que mais emprega mão de obra no município. O extrativismo do caranguejo também é atividade constante na região, que, embora sem orientação e fiscalização adequada, torna-se predatória e arriscando a preservação desta espécie na região. Produtos frutíferos ainda estão lentamente sendo introduzidos nos plantios pelo apoio da Secretaria de Agricultura e Secretaria de Pesca, onde através de palestras e programas de trabalho no campo são incentivados.

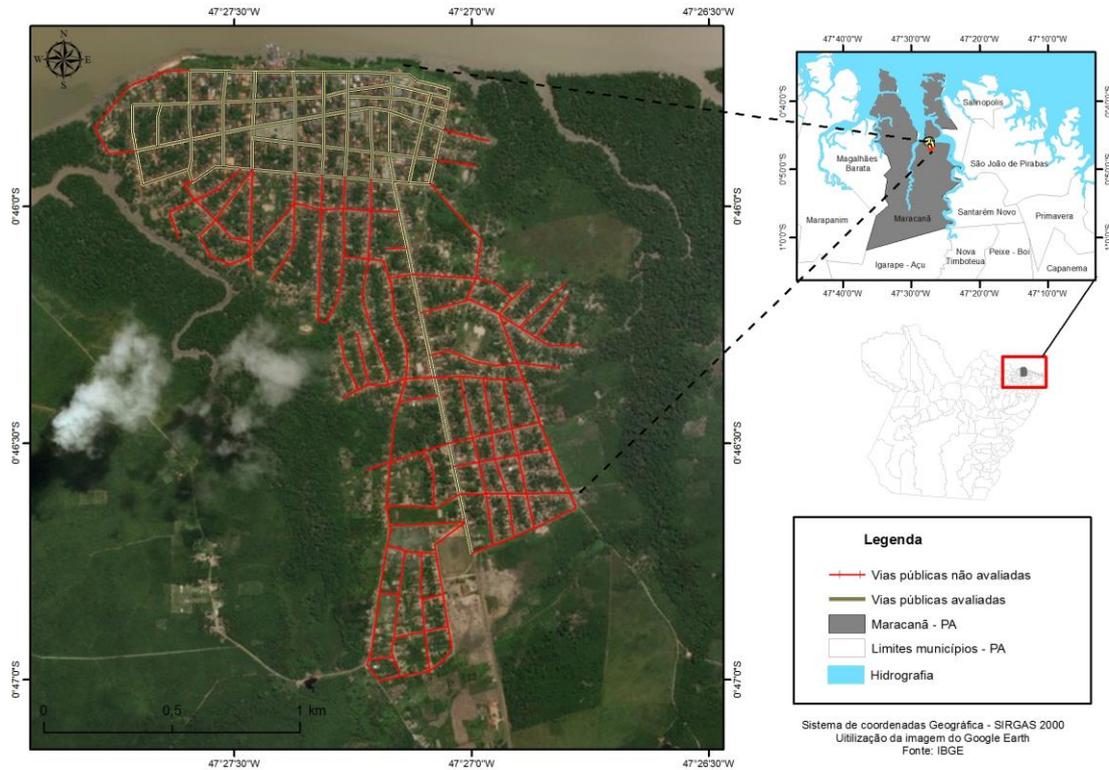
Todas estas atividades contribuíram para que ocupação do ambiente municipal ocorresse em parte ordenadamente e em parte, desordenadamente. O declínio das atividades comerciais e a consequente desestabilização da economia do município impossibilitaram a prefeitura de acompanhar o crescimento, de forma a planejar e a executar a arborização de vias de forma adequada (PEREIRA, 2007). Desta forma, este estudo visa avaliar a arborização existente em vias, sua relação com a cidade e apresentar sugestões para seu incremento, para que, enfim, a cidade usufrua de seus benefícios em sua totalidade.

1 MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizado levantamento qualitativo da arborização de vias na área urbana do município de Maracanã/Pará, em cinco bairros, assim como avaliação dos vegetais e do estado do passeio onde se encontram instaladas as árvores. A seleção dos bairros se deveu à importância dos mesmos para a cidade, com maior circulação de pessoas, ficando de fora do levantamento dois bairros da área de expansão, habitados por ocupação, sem planejamento, arborização e segurança para a livre circulação. Os bairros selecionados para o levantamento são Itacoã, Centro, São Miguel, Campina e Jurunas, tendo destacadas as suas vias na Figura 1, em vermelho. Estes bairros estão localizados próximos as avenidas e ruas principais do centro

comercial, sendo os maiores bairros do município, incluindo neles, a Prefeitura Municipal, o Fórum, a Câmara Municipal e o Terminal Rodoviário.

Figura 1- Localização das vias públicas selecionadas para o inventário urbano do município de Maracanã, Pará.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na figura 1 estão contidos os limites dos bairros avaliados: Avenida Beira Mar (Norte), Rua Felon Barbosa (Sul), Travessa Tiradentes (Oeste), Travessa Padre João (Leste). O estudo abrangeu as vias públicas compostas por 3 avenidas (Geraldo Manso Palmeira, Beira Mar e Magalhães Barata), 10 travessas (Anízio Dias, 15 de agosto, São Jorge, Floriano Peixoto, Padre João, Cintra, Olavo Nunes, Ulisses Penafort, Saturnino Costa e Tiradentes) e 5 ruas (Espírito Santo, Cantídio Guimarães, Santa Rosa, Felon Barbosa e São Miguel).

O levantamento abrangeu os aspectos qualitativos e quantitativos de todas as árvores, arbustos e palmeiras detectadas em todas as vias públicas dos bairros selecionados do município de Maracanã – PA, nos meses de abril a junho de 2016.

Foi empregado o método de Inventário Florestal 100%, de acordo com Rossetti *et al.*, (2010), que recomenda para cidades de pequeno e até médio porte a necessidade de inventários totais da população arbórea, no qual cada indivíduo da área precisa ser levantado. Para anotação dos dados foi utilizada uma ficha de campo (Anexo). Visando obter características e parâmetros essenciais para a análise da arborização urbana, foram coletados os seguintes dados: Espécie (identificação da espécie inventariada, esse dado foi coletado em campo pelo nome vulgar e após foi identificada devidamente pelo nome científico); Altura Total - HT (considerando o tamanho da árvore desde a superfície do solo até o fim da copa); Diâmetro a Altura do Peito - DAP (medição realizada no tronco da árvore, a partir de 1,30 cm do solo, utilizando fita métrica, obtendo assim a medida da circunferência e dividindo esse valor por π , encontrando-se assim, o diâmetro).

Visando avaliar o ambiente de plantio, foi realizada análise das características do passeio em relação à árvore da seguinte forma: a largura da calçada onde há presença de árvores, o posicionamento da árvore na calçada (espaçamento entre a árvore e o muro, assim como entre a árvore e o meio fio ao longo do passeio) com o uso da trena, além do espaçamento entre árvores dentro da mesma calçada, medindo a distância entre uma árvore e outra.

Foram observadas características em aspectos de fitossanidade, podas irregulares, condições de plantio (canteiro inadequado e inclinação), relação com os instrumentos da cidade (fios elétricos) e a presença de lixo.

1.1 ANÁLISES DOS DADOS

Foi realizada a análise de frequência relativa (%) indicando como os indivíduos de uma determinada espécie estão distribuídos sobre a área selecionada para o estudo, sendo feito pela seguinte fórmula.

$$FR (\%) = \left(\frac{n_i}{N} \right) * 100$$

Onde:

FR (%) = Frequência relativa

n_i = número de indivíduos da espécie

N = Número total de indivíduos

Os nomes científicos foram atualizados de acordo com o banco de dados da plataforma virtual Flora do Brasil (<http://floradobrasil.jbrj.gov.br/>) e verificada a origem do indivíduo vegetal (nativa ou exótica).

As características florísticas dos vegetais identificados e sua adaptabilidade ao local em que se encontram, foram localizadas na bibliografia especializada.

2 RESULTADOS

2.1 CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DAS VIAS PÚBLICAS

A avaliação foi feita em calçadas com presença de indivíduos vegetais. Conforme verificado, as calçadas são estreitas, se apresentando no intervalo de classe ≤ 2 m (58%), seguido da classe de 2,5 – 4,0 m (27%) e a classe ≥ 5 m (15%) (Tabela 1). Dentre as avenidas mais importantes, a Avenida Geraldo Manso Palmeira apresentou 17% na classe ≤ 2 m, assim como as demais avenidas Magalhães Barata e Beira Mar.

Na Avenida Magalhães Barata, é possível, pela existência de algumas calçadas com dimensões maiores, perceber árvores de maior porte. Já na Rua Felton Barbosa, também com calçadas largas, ocorrem árvores grandes, embora com muitas espécies arbustivas em áreas em que há a possibilidade de implantação de árvores.

Tabela 1 - Largura média das calçadas em cinco bairros estudados do município de Maracanã, Pará.

Vias Públicas	Largura das Calçadas (m)		
	$\leq 2,0$	2,5 - 4,0	$\geq 5,0$
Av. Beira Mar	6	2	

Av. Geraldo Manso Palmeira	23	1	6
Av. Magalhães Barata	7	5	1
Rua Cantídio Guimarães	3	4	1
Rua Espírito Santo	4	2	1
Rua Fenelon Barbosa	4	2	3
Rua Santa Rosa	7		
Rua São Miguel	3		
Tv. 15 de Agosto	6	1	2
Tv. Anízio Dias	2	5	
Tv. Cintra		4	2
Tv. Floriano Peixoto	5	3	
Tv. Olavo Nunes		2	2
Tv. Padre João	3	2	
Tv. São Jorge		2	
Tv. Saturnino Costa	2	1	
Tv. Tiradentes	5		1
Tv. Ulisses Penafort	1	1	2
Total Geral	81	37	21

Fonte: Elaborado pelos autores.

2.2 ARRANJO FLORÍSTICO DA ARBORIZAÇÃO URBANA

No levantamento florístico realizado verificou-se a presença de três ocorrências vegetais: vegetais de porte arbóreo, arbusto e palmeiras, onde se detectou 36 espécies diferentes, dispostas na Tabela 2. As mais abundantes foram *Ficus benjamina* L. (Moraceae) (22,5%), *Ixora* sp. (Rubiaceae) (16,7%) e *Roystonea oleraceae* (Jacq.) O. F. Cook. (Arecaceae) (12,1%). Uma quantidade considerável de espécies encontra-se com uma frequência $\leq 1\%$, denotando ausência de planejamento na arborização, indicando plantio por escolhas aleatórias. Ocorre homogeneidade de plantio das principais vias públicas. A diversidade geral foi detectada com 36 espécies.

Foram detectadas vinte famílias diferentes, onde as mais abundantes foram: Moraceae (22,69%), Arecaceae (19,70%) e Rubiaceae (17,31%), que são as famílias que integram as espécies *Ficus*, *Palmeira-imperial* e *Ixora*, respectivamente. Outras famílias encontradas correspondem a sete famílias que são de espécies arbóreas, nove famílias que são de espécies arbustivas, uma família de palmeiras e três famílias que possuem formas de vida tanto arbórea quanto arbustiva. A forma de vida mais frequente nesse estudo foram as arbóreas de pequeno porte, correspondendo ao *Ficus*.

Os indivíduos mais frequentes são de origem exótica, representando 563 indivíduos (84%) e apenas 107 indivíduos (16%) de origem nativa. Dentre as exóticas mais presentes estão a *Ixora* sp. (Rubiaceae), *Ficus benjamina* L. (Moraceae), *Roystonea oleraceae* (Jacq.) O. F. Cook. (Arecaceae) e *Terminalia catapa* L. (Combretaceae). E as nativas mais presentes foram *Codiaeum* sp. (Euphorbiaceae) e *Endopleura uchi* (Huber) Cuatrec. (Humiriaceae).

Tabela 2 - Distribuição quantitativa das espécies inventariadas no estudo da arborização urbana dos bairros do município de Maracanã, PA.

Nome Vulgar	Nome Científico	Família	FDV	Origem	Total	FR (%)
Abacateiro	<i>Persea americana</i> Mill.	Lauraceae	Árv.	E	2	0,3
Acácia-amarela	<i>Cassia fistula</i> L.	Fabaceae	Árv.	E	19	2,8
Açaí	<i>Euterpe oleraceae</i> Mart.	Arecaceae	Pal.	N	1	0,1
Aceroleira	<i>Malpighia emarginata</i> DC.	Malpighiaceae	Arb.	E	7	1,0
Alamanda	<i>Alamanda</i> sp.	Apocynaceae	Arb.	N	1	0,1
Alamanda-amarela	<i>Allamanda cathartica</i> L.	Apocynaceae	Arb.	N	6	0,9
Alamanda-branca	<i>Alamanda</i> sp.	Apocynaceae	Arb.	N	1	0,1
Araçazeiro	<i>Psidium rufum</i> Mart. ex DC.	Myrtaceae	Arb.	N	4	0,6
Areca-bambu	<i>Dyopsis lutescens</i> (H.Wendl.) Beentje & J. Dransf.	Arecaceae	Pal.	E	8	1,2
Brasileirinho	<i>Erythrina variegata</i> L.	Fabaceae	Árv.	E	7	1,0
Cacto	NI	Cactaceae	Arb.	N	2	0,3
Cajueiro	<i>Anacardium occidentale</i> L.	Anacardiaceae	Árv.	N	3	0,4
Castanholeira	<i>Terminalia catapa</i> L.	Combretaceae	Árv.	E	13	1,9
Cróton	<i>Codiaeum</i> sp.	Euphorbiaceae	Arb.	N	33	4,9
Duranta	<i>Duranta repens</i> L.	Verbenaceae	Arb.	N	1	0,1
Ficus	<i>Ficus benjamina</i> L.	Moraceae	Árv.	E	151	22,5
Goiabeira	<i>Psidium guajava</i> L.	Myrtaceae	Arb.	N	3	0,4
Gravioleira	<i>Annona muricata</i> L.	Annonaceae	Arb.	E	1	0,1
Ipê-de-jardim	<i>Tecoma stans</i> (L.) Juss. ex Kunth	Bignoniaceae	Arb.	E	1	0,1
Ipê-rosa	<i>Tabebuia heptaphylla</i> (Vell.)	Bignoniaceae	Árv.	E	10	1,5
Ixora	<i>Ixora</i> sp.	Rubiaceae	Arb.	E	112	16,7
Jambeiro	<i>Syzygium malaccense</i> (L.) Merr. & L.M. Perry	Myrtaceae	Árv.	E	2	0,3
Jaqueira	<i>Artocarpus heterophyllus</i> Lam.	Moraceae	Árv.	E	1	0,1
Jasmim-de-leite	<i>Tabernaemontana laeta</i> Mart.	Apocynaceae	Arb.	N	9	1,3
Jasmim-de-venezuela	<i>Plumeria pudica</i> Jacq.	Apocynaceae	Arb.	E	27	4,0
Limoeiro	<i>Citrus limon</i> (L.) Burm. f.	Rutaceae	Arb.	E	4	0,6
Mamoeiro	<i>Carica papaya</i> L.	Caricaceae	Arb.	N	6	0,9
Mangueira	<i>Mangifera indica</i> L.	Anacardiaceae	Árv.	E	27	4,0
Noni	<i>Morinda</i>	Rubiaceae	Árv.	E	4	0,6

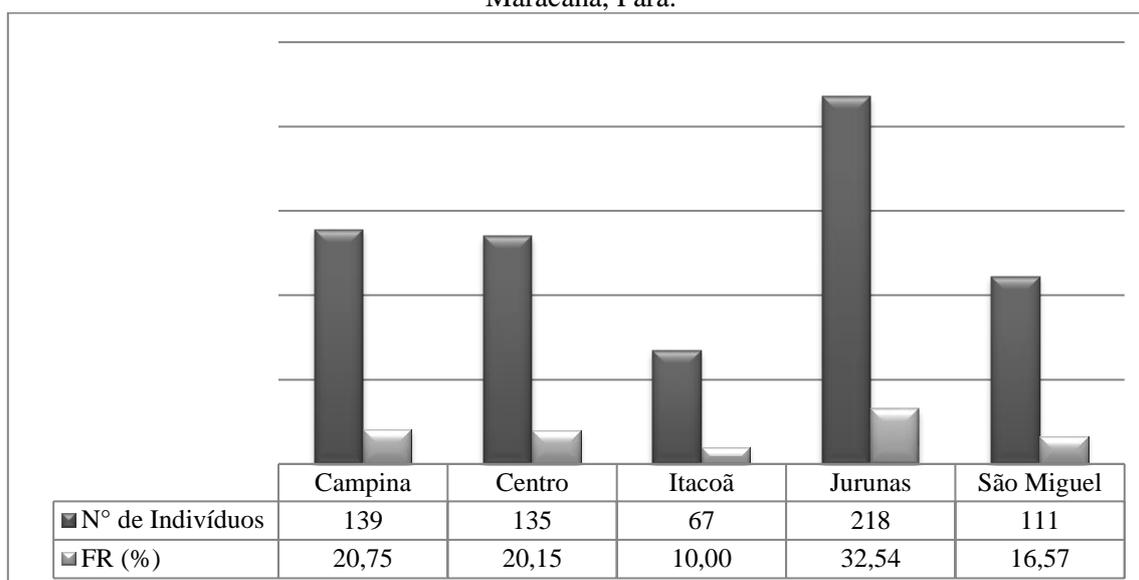
Nome Vulgar	Nome Científico	Família	FDV	Origem	Total	FR (%)
	<i>citrifolia</i> L.					
Palmeira	NI	Arecaceae	Pal.	E	4	0,6
Palmeira-fênix	<i>Phoenix roebelenii</i> O'Brien	Arecaceae	Pal.	E	5	0,7
Palmeira-imperial	<i>Roystonea oleraceae</i> (Jacq.) O. F. Cook.	Arecaceae	Pal.	E	81	12,1
Palmeira-real	<i>Archontophoenix cunninghamiana</i> H. A. Wendl. & Drude	Arecaceae	Pal.	E	33	4,9
Papoula	<i>Papaver</i> sp.	Papaveraceae	Arb.	E	22	3,3
Pata-de-vaca	<i>Bauhinia forficata</i> Link	Fabaceae	Árv.	E	11	1,6
Piã-oxo	<i>Jatropha gossypifolia</i> L.	Euphorbiaceae	Arb.	N	13	1,9
Pinheiro	<i>Pinus</i> sp.	Pinaceae	Árv.	E	11	1,6
Uxizeiro	<i>Endopleura uchi</i> (Huber) Cuatrec.	Humiriaceae	Árv.	N	24	3,6
Total Geral		670			100	

Fonte: Elaborado pelos autores.

*FDV = Forma de Vida; N = Número de Indivíduos; FR (%) = Frequência Relativa em Porcentagem.

Comparando a arborização por bairro, é demonstrado que nos cinco bairros estudados o Jurunas foi o bairro mais arborizado, contando com a presença de 218 indivíduos (33%). É seguido pelo bairro Campina com 139 indivíduos (21%) e, em seguida, o bairro Centro com 135 indivíduos (20%). No entanto, o bairro Jurunas apresentou pouca diversidade de indivíduos, com 17 espécies diferentes, predominando *Ficus benjamina* L. (Moraceae), *Roystonea oleraceae* (Jacq.) O. F. Cook. (Arecaceae). Nos bairros principais restantes, correspondente à Centro e São Miguel, foi registrada a presença de 25 espécies diferentes no levantamento (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Quantidade e frequência de indivíduos no inventário urbano em 5 bairros do município de Maracanã, Pará.

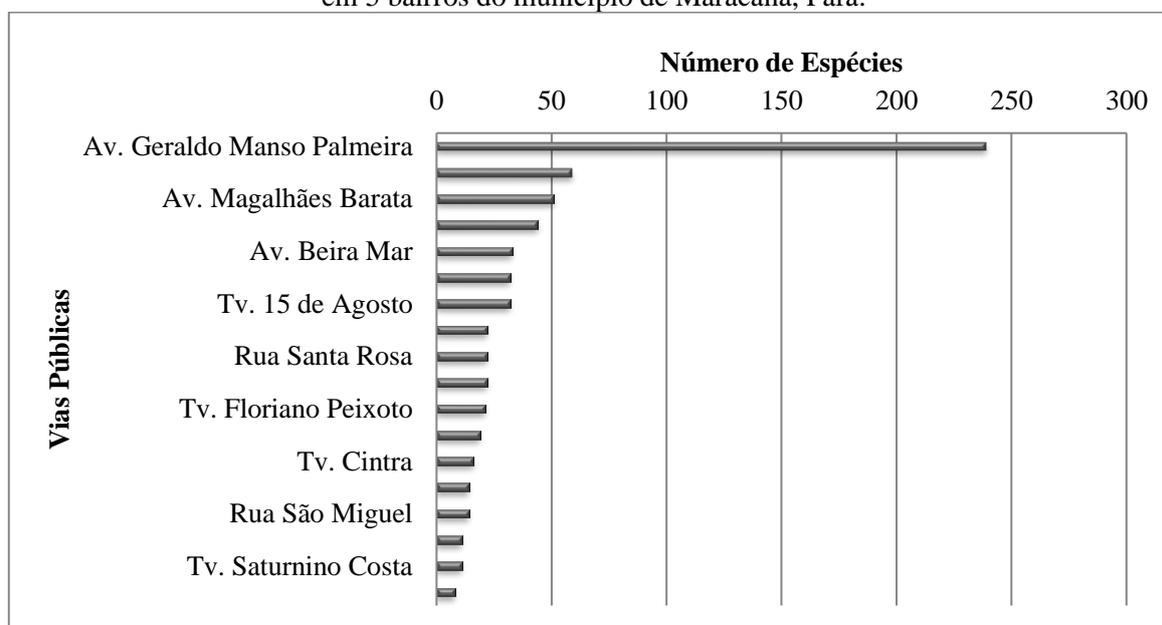


Fonte: Elaborado pelos autores.

O canteiro central da Avenida Geraldo Manso Palmeira foi representativo para a arborização das vias deste município com 239 indivíduos plantados, representando 36 % do total das árvores. Nas vias públicas restantes, esta presença se restringiu a quantidade inferior a 60 indivíduos cada (Gráfico 2).

A distância média entre indivíduos dentro de uma mesma calçada, apresentou distância média 15,0 m, independente do porte dos indivíduos.

Gráfico 2 - Quantidade e frequência de indivíduos nas 18 vias públicas no inventário urbano em 5 bairros do município de Maracanã, Pará.



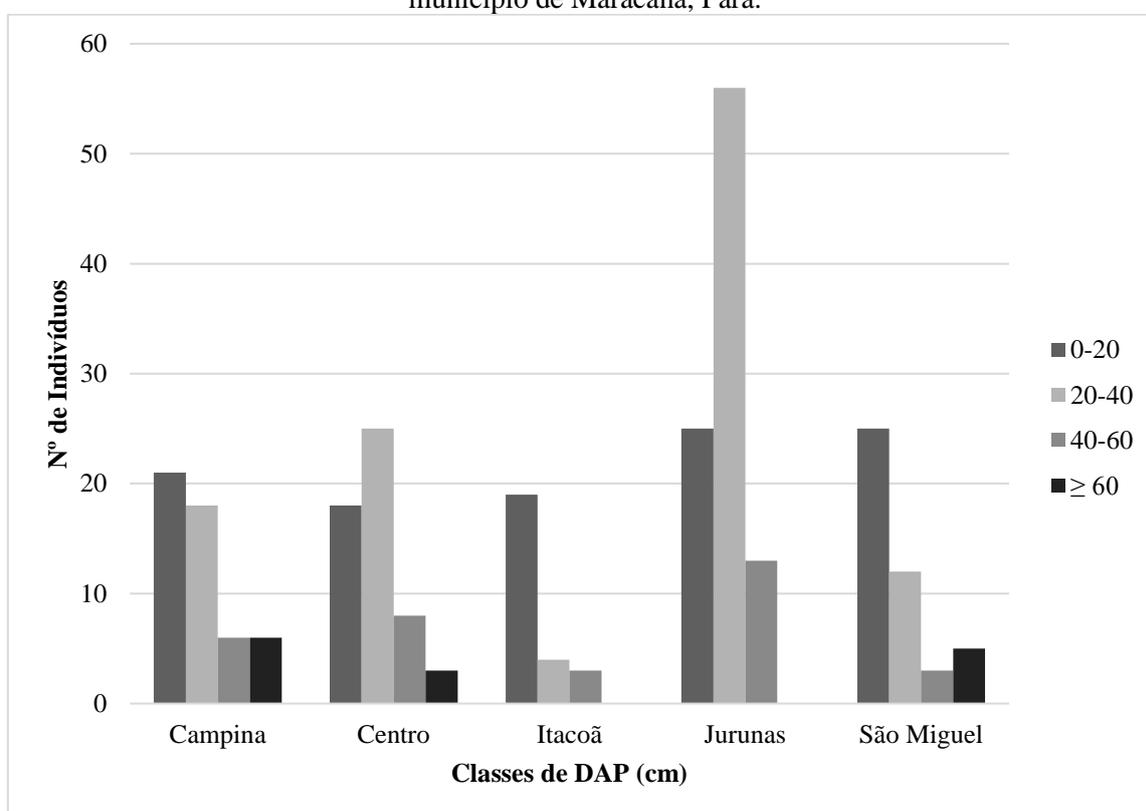
Fonte: Elaborado pelos autores.

2.3 CARACTERÍSTICAS DIAMÉTRICAS

A medição de Diâmetro a Altura do Peito – DAP feita aos indivíduos arbóreos realizada no município apresentou 285 indivíduos inventariados agrupados em quatro classes de DAP (0-20 cm; 20-40 cm; 40-60 cm e ≥ 60 cm). Foi encontrada predominância de indivíduos na classe de DAP 20-40 com 115 indivíduos e em seguida pela classe de DAP de 0-20, 108 indivíduos. A espécie com maior DAP foi da *Terminalia catapa* L. (Combretaceae). Foram encontrados indivíduos com DAP inferior a 10 cm, indicando plantio recente (Gráfico 3).

O bairro do Jurunas apresentou maior quantidade de indivíduos na classe de DAP 20-40 cm (35%), indicando uma ausência de indivíduos adultos nessa área. Os bairros da Campina, Centro e São Miguel foram os únicos bairros com presença de indivíduos na classe de DAP ≥ 60 cm, representando 5% de indivíduos nessa classe de DAP em relação ao total inventariado.

Gráfico 3 - Distribuição de DAP de indivíduos no inventário urbano em 5 bairros do município de Maracanã, Pará.

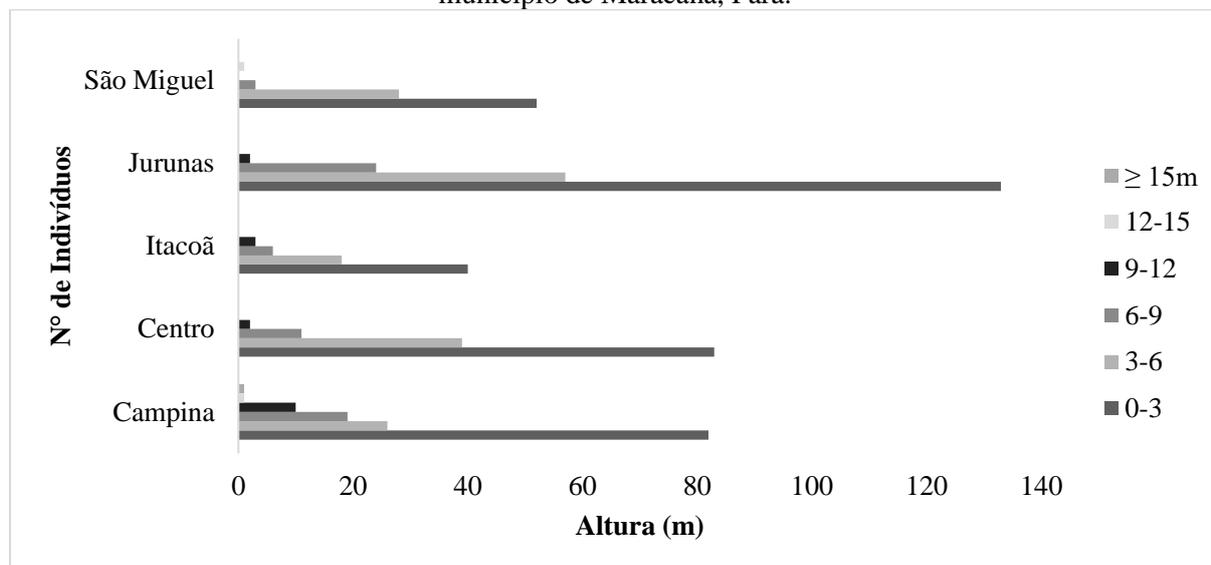


Fonte: Elaborado pelos autores.

2.4 ALTURA TOTAL

Para a apuração de valores da Altura Total, foram agrupados valores por classe de altura (0-3 m; 3-6 m; 6-9 m; 9-12 m; 12-15 m e ≥ 15 m). Os valores encontrados concentraram-se nas classes inferiores, onde a maior quantidade de indivíduos foi na classe de altura de 0-3 m, com 390 indivíduos, equivalendo 61% do total. A seguir, a classe de indivíduos com 3,0-6,0 m apresentou 168 indivíduos nas ruas, correspondendo a 26% (Gráfico 4). A árvore mais alta da cidade, *Endopleura uchi* (Huber) Cuatrec. (Humiriaceae), está localizada no bairro da Campina, Avenida Geraldo Manso Palmeira.

Gráfico 4 - Distribuição da altura de indivíduos no inventário urbano em 5 bairros do município de Maracanã, Pará.



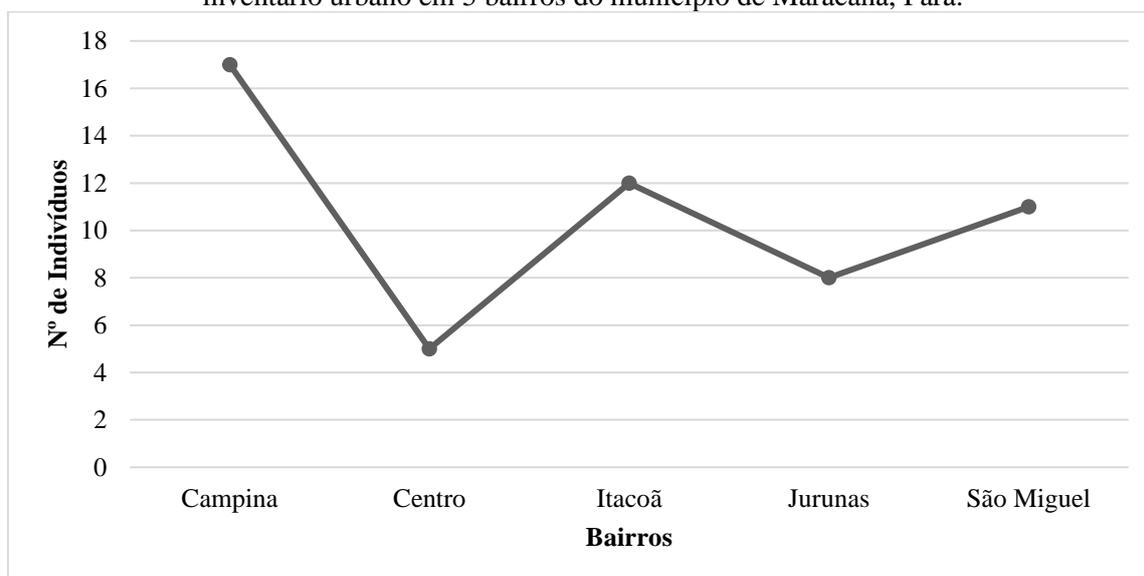
Fonte: Elaborado pelos autores.

2.5 RELAÇÃO COM A FIAÇÃO ELÉTRICA

Houve 53 indivíduos atingindo a fiação elétrica, representando 10% dos problemas detectados. Estas ocorrências estavam nos bairros Campina (32%), Itacoã (23%) e São Miguel (21%) (Gráfico 5).

O bairro da Campina teve 17 indivíduos no total, sendo que 12 indivíduos são da espécie *Endopleura uchi* (Huber) Cuatrec. (Humiriaceae) e estão presentes no mesmo canteiro e foram plantados sem levar em conta a largura adequada em relação a fiação elétrica. A espécie *Endopleura uchi* (Huber) Cuatrec. (Humiriaceae) foi a que mais atingiu a fiação dos bairros do Itacoã e São Miguel.

Gráfico 5 - Número de indivíduos ocorrentes em calçada com presença de fiação elétrica no inventário urbano em 5 bairros do município de Maracanã, Pará.



Fonte: Elaborado pelos autores.

2.6 PODA INADEQUADA E CORTE CRIMINOSO

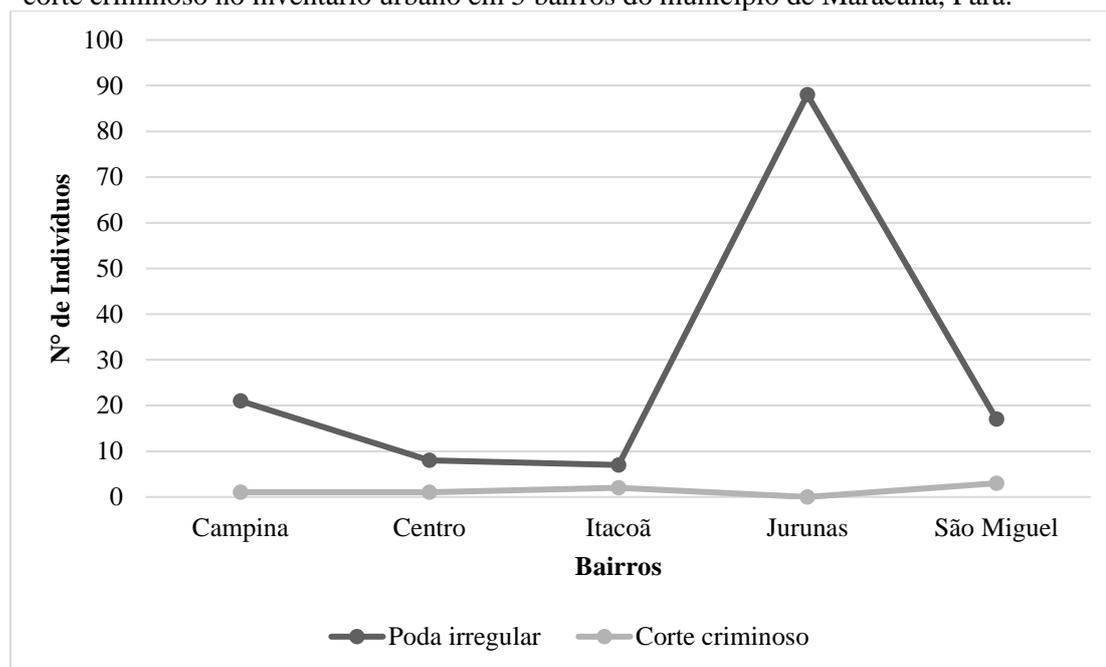
Esses dois parâmetros mostraram muita similaridade no modo de ocorrência, isso se deve ao fato das podas, principalmente em árvores serem feitas pelos próprios moradores, causando plantas tortuosas e frágeis a arborização urbana.

O bairro Jurunas foi mais frequente nas ocorrências de poda inadequada com 88 indivíduos correspondendo a 63% do total. Os bairros restantes com problemas relacionados à poda foram Campina, com 21 indivíduos e São Miguel, com 17 indivíduos detectados, correspondendo à 15% e 12% respectivamente (Gráfico 6).

A espécie mais atingida pela poda irregular foi o *Ficus benjamina* L. (Moraceae) no bairro Jurunas, onde, apesar de estar em canteiro central e haver bastante espaço para o desenvolvimento de copa, a poda é feita resultando em aproximadamente 0,50 cm de altura da copa. Nos demais bairros as espécies mais atingidas foram *Terminalia catapa* L. (Combretaceae), *Mangifera indica* L. (Anacardiaceae) e *Cassia fistula* L. (Fabaceae).

O corte criminoso foi detectado em sete indivíduos presentes em todos os bairros, que incluíam as espécies *Ficus benjamina* L. (Moraceae), *Mangifera indica* L. (Anacardiaceae) e *Endopleura uchi* (Huber) Cuatrec. (Humiriaceae).

Gráfico 6 - Número de indivíduos ocorrentes em calçada com a realização de poda irregular e corte criminoso no inventário urbano em 5 bairros do município de Maracanã, Pará.



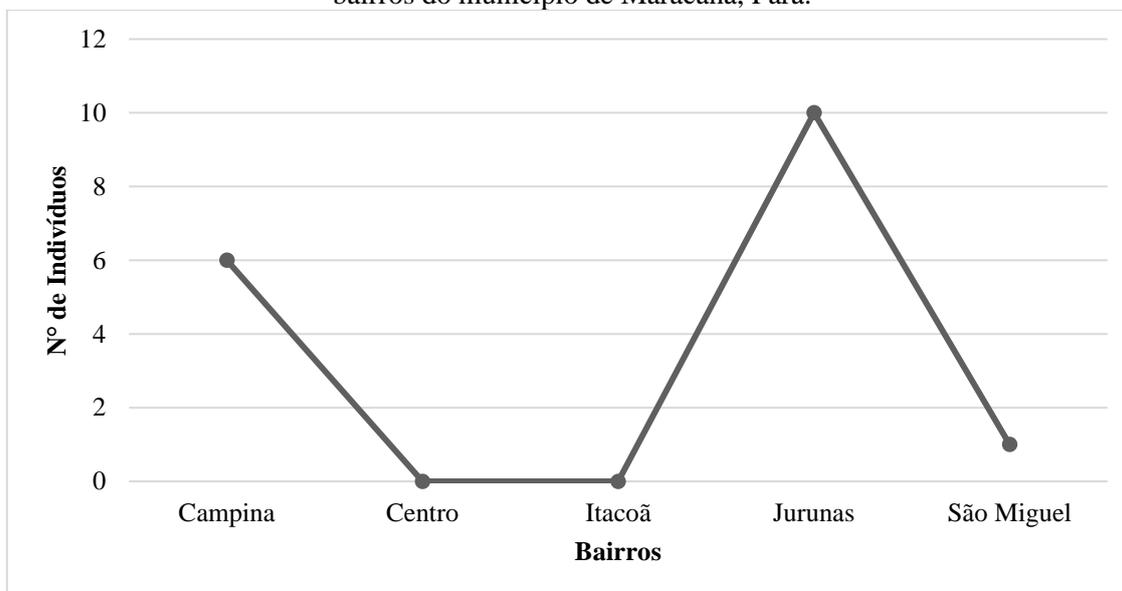
Fonte: Elaborado pelos autores.

2.7 CARACTERÍSTICAS FITOSSANITÁRIAS

Esta avaliação foi realizada identificando a presença de doença no vegetal, sem identificar o agente etiológico causador da doença e classificá-la. Foram utilizados critérios fitotécnicos e nutritivos visando separar sintomas de doenças, de sintomas de deficiência nutricional. Foram encontrados 17 indivíduos nesse parâmetro concentrados em apenas três bairros que apresentaram indivíduos doentes. O bairro do Jurunas apresentou a maior ocorrência com um total de 10 indivíduos (59%), seguido pela Campina com seis indivíduos (35%), sendo que no bairro São Miguel houve apenas um indivíduo (6%) (Gráfico 7).

A possibilidade desta ocorrência localizada pode ser explicada pela homogeneidade de plantas de uma mesma espécie no canteiro, seguida da ausência de tratamentos fitossanitários aos vegetais. O bairro do Jurunas possui homogeneidade elevada das espécies, *Ficus benjamina* L. (Moraceae) e *Roystonea oleracea* (Jacq.) O. F. Cook. (Arecaceae), as mais atingidas por doença. Também foi detectada doença na espécie *Endopleura uchi* (Huber) Cuatrec. (Humiriaceae).

Gráfico 7 - Número de indivíduos ocorrentes em calçada com doenças no inventário urbano em 5 bairros do município de Maracanã, Pará.



Fonte: Elaborado pelos autores.

2.8 CANTEIRO INADEQUADO E PRESENÇA DE LIXO

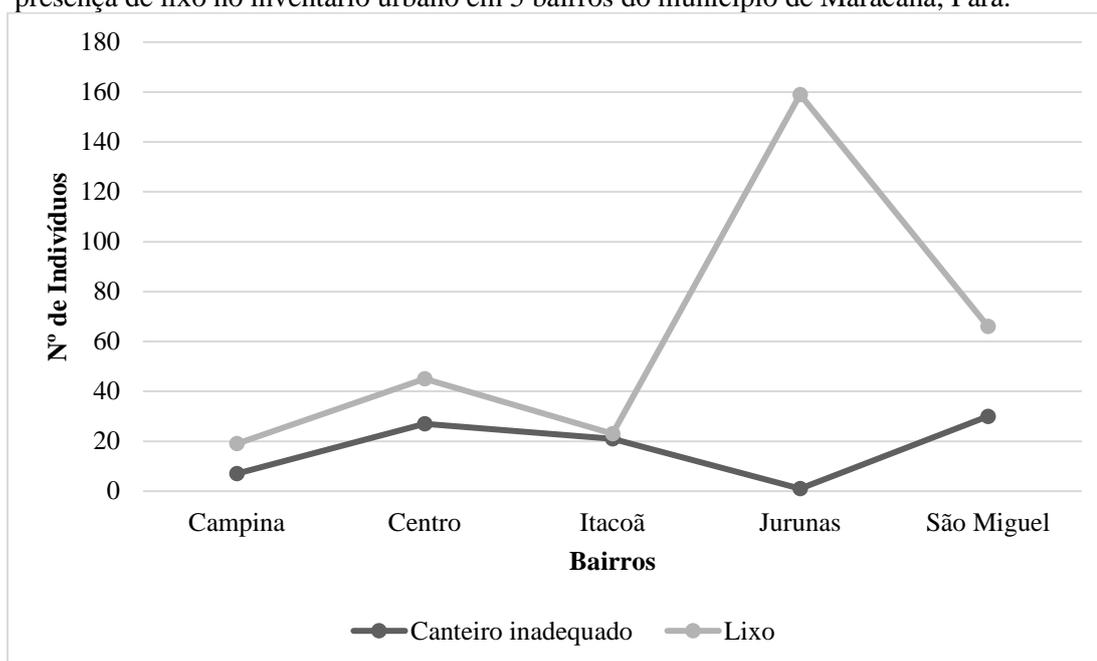
O canteiro inadequado ficou muito associado às espécies arbóreas pela implantação de espécies de porte elevado em canteiros de dimensões pequenas. Foram detectados 86 casos de inadequação ao passeio público, tendo maior destaque os bairros Centro (27), Itacoã (21) e São Miguel (30) (Gráfico 8).

No canteiro principal da Rua Santa Rosa, no Bairro do São Miguel, foi plantada *Tabebuia heptaphylla* (Vell.) (Bignoniaceae) e *Mangifera indica* L. (Anacardiaceae) em ambiente de 1,0 m de largura, e com baixa distância entre árvores que possuem a necessidade mínima de espaçamento de 8 m de uma árvore para outra.

Na Travessa Anízio Dias, no bairro do Centro, foram plantadas diversas espécies, arbóreas e arbustivas, com a largura do passeio de cerca de 2 m. As espécies inventariadas com este tipo de problema eram o *Pinus* sp. (Pinaceae) e *Mangifera indica* L. (Anacardiaceae), situadas muito próximas de um muro que pertence a uma escola. Também apresentavam espaçamento inadequado, com 1-2 m.

Foi verificada a presença de lixo nos canteiros de árvores e até mesmo em arbustos. No total 226 indivíduos foram afetados. O bairro do Jurunas teve 158 indivíduos nesse parâmetro, representando 70%, a maioria são do canteiro central. Os moradores utilizam as árvores como suporte para depositar lixo, assim como os arbustos, refletindo ausência de política adequada de coleta de lixo em centro urbano.

Gráfico 8 - Número de indivíduos ocorrentes em calçada com canteiros inadequados e presença de lixo no inventário urbano em 5 bairros do município de Maracanã, Pará.



Fonte: Elaborado pelos autores.

3 DISCUSSÃO

Os critérios de Silva *et al.* (2011), indicam que a árvore só pode ser implantada em uma calçada que houver largura $\geq 3,50$ m. O plantio de árvores de médio porte deve ser feito em calçadas com um espaçamento mínimo de 6 m, e quando for árvores de grande porte o espaçamento deve ser maior ou igual a 10 m. Quando não houver a dimensão adequada (largura e comprimento) para o plantio de árvores deve ser feito o plantio de arbustos ou palmeiras ou arboretos. Por outro lado, na região norte do Brasil, em cidades situadas próximas a linha do Equador, a procura e a aceitação do plantio de árvores de grandes portes se torna uma necessidade em razão da existência de clima quente durante o ano inteiro. Isto faz com que se encontrem árvores de grande porte em locais inadequados, exigindo adaptações para conviver com árvores que comumente retiram espaço dos passeios para se caminhar.

A maioria da largura das calçadas encontradas no inventário está no menor intervalo de classe ≤ 2 m, e mesmo com essa largura há a presença de indivíduos arbóreos. Desta forma, o crescimento desordenado e acelerado da cidade permitiu a utilização das calçadas para plantio de árvores de porte inadequado. A ausência de planejamento urbano resultou nesta cidade, em vias muito estreitas, resultando também, em calçadas estreitas.

O plantio de *Ficus* encontrado em quantidade elevada é considerado inadequado por ser espécie exótica e de grande agressividade radicular (Carvalho *et al.* 2013).

A *Ixora*, que é um arbusto de porte pequeno a médio, possui um grande valor ornamental e é adequado para calçadas de largura pequena, mas pode ser substituído por árvores de pequeno porte que proporcionam mais sombreamento que um arbusto.

A Palmeira-imperial também apresenta grande valor ornamental e simbólico dentro do município, pois todo o canteiro central da avenida Geraldo Manso Palmeira é feito com a espécie de mesmo nome.

O censo 2010, realizado pelo IBGE (2010), detectou a arborização 78,20% dentro do município de Maracanã, sem especificar as espécies existentes, sua adequação ao ambiente

ou seu estado fitotécnico, objetos deste estudo. Neste trabalho, entretanto, foram detectadas 42,54% de árvores nas vias públicas. A divergência de resultados pode ter sido causada pela margem de erro que o IBGE teve na coleta de dados, se estas foram feitas via satélite, podendo ter considerado a vegetação dos quintais das casas.

O número de diversidade geral (36 espécies) pode ser considerado baixo, analisando os valores registrados em outros trabalhos com o inventário de uma cidade. Dantas & Souza (2004), avaliando as plantas existentes nos logradouros de Campina Grande, Paraíba, encontrou 132 espécies diferentes. Tendo como base também o trabalho de Moura & Santos (2009) onde foram avaliadas as vias públicas de dois bairros de Várzea Grande, Mato Grosso, Brasil, detectando 32 espécies.

Dito isso, verifica-se a necessidade de melhorias na diversificação das espécies das vias públicas no município. Ressalta Ribeiro (2009) que a diversidade da arborização deve ser maior possível, pois irá trazer maiores benefícios estéticos, preservação da fauna e mantém a biodiversidade vegetal, levando em consideração a valorização da cultura local, priorizando, sempre que possível, as espécies nativas. A diversificação de espécies promove o equilíbrio ecológico na cidade, proposto pelo Plano Diretor do município de Maracanã (2006) em seu Art. 2º, que busca realizar o desenvolvimento em função socioambiental do território municipal e promover a integração completa entre atividades socioeconômicas e ambientais (urbanas e rurais), assegurando a utilização do território de forma socialmente justa e ecologicamente equilibrada.

A diversidade é muito importante, visto que quanto maior a diversidade, maior a resistência fitossanitária, fazendo com que a menor diversidade seja causadora de doenças e pragas em larga escala.

De acordo com Machado *et al.* (2006), a implantação de espécies exóticas no país altera o ambiente natural, fazendo com que as paisagens em cidades diferentes sejam mais uniformes e reduz as características da biodiversidade nos centros urbanos, modificando o conceito ambiental onde as árvores estão inseridas. O autor ressalta também que o emprego de espécies nativas é uma prática desejável, um argumento à considerar, tendo em vista que a quantidade de espécies exóticas nas vias da cidade de Maracanã foram superiores ao número de espécies nativas.

O espaçamento entre árvores é uma prática fitotécnica importante. De acordo com o Pivetta e Filho (2002), o espaçamento entre uma árvore e outra varia em função do porte das árvores. Recomenda-se assim avaliar o diâmetro da copa da espécie e acrescentar 1 m, ou se preferir uma sombra contínua, o espaçamento será recomendado igual ao diâmetro da copa.

A análise do DAP nas árvores da cidade demonstra que os indivíduos se encontraram nas menores classes. Os valores encontrados são similares com o trabalho de Gomes *et al.* (2016), que afirma que a maior quantidade de indivíduos presentes nestas classes representa indivíduos jovens com pouco tempo de plantio. Almeida & Rondon Neto (2010), encontraram maiores indivíduos na classe de 3-6 m, sendo o mais similar aos valores encontrados nas vias públicas de Maracanã.

O resultado encontrado de altura total apesar de ter divergido do trabalho de Redin *et al.* (2010), que encontrou mais indivíduos nas classes acima de 6 m. A explicação para os indivíduos dessa cidade se concentrarem em classes de altura menores se dá pelo fato de terem a mesma distribuição que as florestas tropicais, chamado de “jota invertido”. Com isso a quantidade de indivíduos vai caindo de acordo com o aumento da classe de altura (CORDEIRO e RODRIGUES, 2007); isso pode se atribuir também a classe de DAP.

Conflitos na arborização de vias com a rede elétrica aérea são comuns. No trabalho realizado por Silva *et al.* (2012), analisando a arborização viária da cidade de Jerônimo Monteiro, Espírito Santo, encontrou-se o valor de 55,8% dos indivíduos em conflito com a rede elétrica. Estes valores, comparados com os dados encontrados no município de

Maracanã, estão bem abaixo desse valor. Isso se deve ao fato das árvores serem podadas e cortadas drasticamente para evitar o contato árvore e fio elétrico resultando em poda desfavorável à árvore e favorável apenas à rede de transmissão de energia, sendo essa prática contrária aos princípios citados no Cap. II, Art. 3º e parágrafo VIII do Plano Diretor do município de Maracanã (2006), que visa a proteção do ambiente natural.

A poda, em alguns casos, é feita pelos próprios moradores sem que ocorra aviso prévio à Prefeitura para a realização das medidas cabíveis. Durante o estudo das medidas de árvores de *Cassia fistula* L. (Fabaceae), *Bauhinia forficata* Link (Fabaceae) e 2 *Erythrina variegata* L. (Fabaceae) com 9 m, 3 m, 4 e 3 m respectivamente, foram cortadas logo após a medição.

4 CONCLUSÃO

A discrepância de dados entre o resultado do IBGE e o deste estudo demonstra que a cidade necessita de investimento em arborização de vias. O estudo demonstra que a cidade de Maracanã pode ter sua arborização de vias incrementada em bairros com presença escassa de vegetais. Para isto, sugere-se a adoção de espécies locais evitando o emprego do *Ficus benjamina*.

A respeito da arborização urbana não há nenhuma instituição municipal responsável por um plano de arborização e manutenção adequada para o município. Com isso as árvores são plantadas nas calçadas pelos próprios moradores, assim como a manutenção, que fica restrita a estes. Desta forma, não existir um planejamento adequado por órgão competente e sem auxílio de pessoas capacitadas para a realização de podas periódicas, pode resultar em acidentes e, em vias públicas inadequadas para o desenvolvimento de uma árvore e passagem de pedestres, com as consequências para o meio ambiente urbano de Maracanã.

Por fim, recomendamos que as atividades de gestão ambiental da cidade sejam implementadas de forma a atuar em educação ambiental, fiscalização com aplicação de multas se necessário, gestão de resíduos sólidos, dentre outras medidas que poderiam coibir as agressões que os vegetais sofrem na cidade.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, Jaime Rabelo; WERNECK, Gustavo Azeredo Furquim; SANTOS, Max André dos; SOUZA, Rita de Cássia A construção de cidades saudáveis: uma estratégia viável para a melhoria da qualidade de vida?. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro; Editora Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2000. p. 53-62, 2000.

ALBERTIN, Ricardo Massulo; ANGELIS, Rafaela De, ANGELIS NETO, Generoso; ANGELIS, Bruno Luiz Domingos De. Diagnóstico quali-quantitativo da arborização viária de Nova Esperança, Paraná, Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**. Piracicaba, São Paulo, Brasil, v. 6, n. 3, p. 128-148, 2011.

ALMEIDA, Danielucia Noya; RONDON NETO, Rubens Marques. Análise da arborização urbana de três cidades da região norte do Estado de Mato Grosso. **Acta Amazonica**. v. 40, n. 4, 2010. p. 647 – 656.

ARAÚJO, Luan Henrique Barbosa de; NÓBREGA, Camila Costa da; SILVA, Ane Cristine Fortes da; VIERA, Fábio de Almenida. Análise quali-quantitativa da arborização da Praça Pedro Velho, Natal, RN. **Revista Agropecuária Científica no Semiárido**, v. 1, n. 1, p 65-71, jan./mar., 2015.

BIAS, Edílson de Souza; BAPTISTA, Gustavo Macedo de Mello; LOMBARDO, Magda Adelaide. Análise do fenômeno de ilhas de calor urbanas, por meio da combinação de dados Landsat e Ikonos., 2013, Belo Horizonte. **Anais XI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais – INPE**. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, p. 1741 – 1748.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Assembleia Nacional Constituinte, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.257/2001**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 23 nov. 2016.

BRASIL. Lei Complementar nº 9 de 05 de outubro de 2006, **Plano Diretor Municipal**. Município de Maracanã – PA. 2006. Disponível em: <https://camaramaracana.pa.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/Plano-Diretor-2006-LEI.pdf> Acesso em: 30 de set. de 2021.

BRUM, Flávia Gisele König; FUCHS, Regina Hradok; BRUN, Eleandro José; ARAÚJO, Luiz Ernani Bonesso de. Legislações municipais do Rio Grande do Sul referentes à arborização urbana – estudo de caso. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Piracicaba, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 44-64, mar. 2008.

CARVALHO, Ailton Alves de; SILVA, Luzia Ferreira da; LIMA, Adao Pereira de. SANTOS, Tâmara Pires. A inviabilidade do Ficus (Ficus Benjamina L.) para a arborização viária. **XIII Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão – JEPEX**. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 09-13 dez. 2013.

CARVALHO, Dark Lane Rodrigues; SOARES, Carlos Benedito Santana da; SILVA, Mauro Mendonça da. Identificação de ilha de calor urbana na cidade de Manaus – AM. **Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto – SBSR, Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE**, Foz do Iguaçu, Paraná, 13-18 abr. 2013.

CORDEIRO, Juliano; RODRIGUES, William Antônio. Caracterização fitossociológica de um remanescente de floresta ombrófila mista em Guarapuava, PR. **Revista Árvore**, Viçosa, Minas Gerais, v. 31, n. 3, p. 545-554, 2007.

DANTAS, Ivan Coelho; SOUZA, Cinthia Maria Carlos de; Arborização Urbana na cidade de Campina Grande – PB: Inventário e suas espécies. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, Campina Grande, Paraíba, v. 4, n. 2, 2004.

FARAH, Ivete Mello Calil. Árvores e população: as relações que se estabelecem no contexto da cidade. **Paisagem Ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 18, p. 99-120, 2004.

FILHO, Demóstenes Ferreira da Silva; PIZZETA, Patrícia Unger Cássia; ALMEIDA, João Batista Salmito Alves de; PIVETTA, Kathia Fernandes Lopes; FERRAUDO, Antônio Sérgio. Banco de dados relacional para cadastro, avaliação e manejo da arborização em vias públicas. **Revista Árvore**, Viçosa, Minas Gerais, v. 26, n. 5, p. 629-642, 2002.

FILHO, Demóstenes Ferreira da Silva; PIVETTA, Kathia Fernandes Lopes; COUTO, Hilton Tadeu Zarate do; POLIZEL, Jefferson Lordello. Indicadores de floresta urbana a partir de

imagens aéreas multiespectrais de alta resolução. **Scientia Forestalis**, Instituto de Pesquisas e Estudos Florestal - IPEF, Piracicaba, São Paulo, Brasil, n. 67, p. 88-100, abr. 2005.

FLORA DO BRASIL 2020 EM CONSTRUÇÃO. **Jardim Botânico do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2017.

GOMES, Ediellen Mayara Corrêa; RODRIGUES, Danielle Miranda de Souza; SANTOS, Jaqueline Tavares; BARBOSA, Elilson de Jesus. Análise quali-quantitativa da arborização de uma praça urbana do norte do Brasil. **Nativa, Sinop, Pesquisas Agrárias e Ambientais**, v. 4, n. 3, p. 179-186, mai./jun. 2016.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo 2010: população do Brasil é de 190.732.694. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=2140&busca=1&t=censo-2010-revela-mais-metade-domicilios-situavamse-locais-sem-bueiros>. Acesso em: 25 de junh. de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 06 de jun. de 2017.

LACERDA, Marcos André de; SOARES, Fernanda de Santana; COSTA, João Paulo Medeiros; MEDEIROS, Roberta de Souza; MEDEIROS, Egnaldo Nascimento de; CARVALHO, Jaires Alvarenga de; SILVA, Zaqueu Lopes da. Levantamento florístico da arborização urbana nas principais vias públicas do município de Boa Ventura – PB. **Revista Brasileira de gestão Ambiental**, Pombal, Paraíba, v. 7, n. 4, p. 12-16, out./dez. 2013.

LEITE, Germano Leão Demolin; SOARES, Marcus Alvarenga; JUNIOR, Georgino Jorge de Souza; FAHEL, Murilo Cássio Xavier. Para não dizer que não falei das flores: jardins como fator de promoção social em escolas. **Unimontes Científica**, Montes Claros, Minas Gerais, v. 6, n. 1, p. 171-179, jan./jun., 2004.

LIMA NETO, Everaldo Marques de; RESENDE, Wagner Xavier; SENA, Maria Goretti Dantas; SOUZA, Rosimere Melo e. Análise das áreas verdes das praças do bairro Centro e principais avenidas da cidade de Aracaju - Sergipe. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Piracicaba, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 17-33, 2007.

LIRA, Ronny Soffiatini; DANTAS, Ivan Coelho.; CAVALCANTI, Mário Luiz Farias; BARROS, Maria José Benício; LIRA, Vanda Maria de; CARNEIRO, Paulo Torres. Diagnóstico paisagístico do Parque da Criança em Campina Grande, PB. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, Brasil, v. 4, n. 1, 2004.

LUZ, Luziane Mesquita da; RODRIGUES, José Edilson Cardoso. Análise do índice da cobertura vegetal em áreas urbanas: estudo de caso da cidade de Belém - PA. **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, Pará, n. 1, v. 01, p. 43-57, jan.- jun. 2014.

MACHADO. Roselis Ribeiro Barbosa; MEUNIER, Isabelle Maria Jacqueline; SILVA, José Antônio Aleixo da; CASTRO, Antônio Alberto Jorge Farias. Árvores nativas para a arborização de Teresina, Piauí. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Piracicaba, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 10-18, 2006.

MAGALHÃES, Luís Mauro S. Arborização e florestas urbanas terminologia adotada para a cobertura arbórea das cidades brasileiras. **Floresta Ambiente**, Seropédica, Rio de Janeiro, v. 1, p. 23-26, 2006.

MALAVASI, Ubirajara Contro; MALAVASI, Marlene de Matos. Avaliação da arborização urbana pelos residentes – estudo de caso em Mal Cândido Rondon, Paraná. **Ciência Florestal**, Santa Maria, Rio Grande do Sul, v. 11, n. 1, p. 189-193, 2001.

MIRANDA, Talita Oliveira de; CARVALHO Silva Méri. Levantamento quantitativo e qualitativo de indivíduos arbóreos presentes nas vias do bairro da ronda em Ponta Grossa - PR. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Piracicaba, São Paulo, v.4, n.3, p.143-157, jul./set. 2009.

MOURA, Thalita de Almeida; SANTOS, Vera Lúcia Lopes Vieira. Levantamento quali-quantitativo de espécies arbóreas e arbustivas na arborização viária urbana dos bairros centro e centro norte, Várzea Grande, Mato Grosso, Brasil. **Revista Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Piracicaba, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 97-117, 2009.

PAIVA, A.V.; LIMA, A. B. M.; CARVALHO, A.; JUNIOR, A.; GOMES, A.; MELO, C. S.; FARIAS, C. O.; REIS, C.; BEZERRA, C.; JUNIOR, E. A. S.; MACEDO, E.; LIMA, E. S.; SOBRINHO, F.; SILVA, F. M.; BONFIM, J. C.; JUNIOR, L. S.; CORREA, M.; DUMONT, M. L.; JUNIOR, M. A. I.; PANTOJA, N. V.; DAVILA, R. M.; GABRIEL, R.; SILVA, R. A.; CUNHA R. M.; OLIVEIRA, R. S.; DIAS R.; NICHELI, S. P.; COSTA, S.; SOUZA, T. C.; PEREIRA, T. F.; CASTELO, Z.; FERRARI, Z. S. Inventário e diagnóstico da arborização urbana viária de Rio Branco, AC. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Piracicaba, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 144-159, 2010.

PEREIRA, Emanuel S. **Revendo Caminhos: a saga maracanaense**. Rocha Gráfica e Editora LTDA. 136 p, 2007.

PIVETTA, Kathia Fernanda Lopes; FILHO, Demóstenes Ferreira da Silva. **Boletim Acadêmico: Arborização Urbana: Série Arborização Urbana**. Universidade Estadual Paulista: Jaboticabal, 174 p., 2002.

PORTO, L. P. M. *et al.* **Manual de Orientação Técnica da Arborização Urbana de Belém: Guia para planejamento, implantação e manutenção da arborização em logradouros públicos**. Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, Pará, 2013.

OLIVEIRA, Angela Santana de; SANCHES, Luciana.; MUSIS, Carlo Ralph de; NOGUEIRA, Marta Cristina de Jesus Albuquerque. Benefícios da arborização em praças urbana – o caso da Cuiabá/MT. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 9, n. 9, p. 1900-1915, fev. 2013.

RACHID, Carolina; COUTO, Hilton Thadeu Zarate do. Estudo da eficiência de dois métodos de amostragem de árvores de rua na cidade de São Carlos – SP. **Scientia Forestalis**, Piracicaba, São Paulo, n. 56, p. 59-68, 1999.

REDIN, Cristina Gouvêa; VOGEL, Carina; TROJAHN, Cristiano Daniel Pizarro; GRACIOLI, Cibele Rosa; LONGHI, Solon Jonas. Análise da arborização urbana em cinco

praças do município de Cachoeira do Sul, RS. **Revista Brasileira de Arborização Urbana**, Piracicaba, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 149-164, 2010.

RIBEIRO, Flávia Alice Borges Soares. Arborização urbana em Uberlândia: Percepção da população. **Revista da Católica**, Uberlândia, Minas Gerais, v. 1, n. 1, p. 224-237, 2009.

ROSSETTI, Adriana Inês Napias; PELLEGRINO, Paulo Renato Mapias; TAVARES, Armando Reis. As árvores e suas intenções no ambiente urbano. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Piracicaba, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 1-24, 2010.

SANCHES, Patrícia Mara; COSTA, Juliana Amorim da; FILHO, Demóstenes Ferreira da Silva. Análise comparativa dos planos diretores de arborização quanto instrumento de planejamento e gestão. **Revista Brasileira de Arborização Urbana**, Piracicaba, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 53-74, 2008.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção**. 3ª Edição. São Paulo: Edusp 2003.

SILVA, Aderbal Gomes; GOLÇALVES, Wantuelfer; LEITE, Hélio Garcia; SANTOS, Edinilson dos. Comparação de Três métodos de obtenção de dados para avaliação quali-quantitativa da arborização viária, em Belo Horizonte-MG. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Piracicaba, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 31-44, 2006.

SILVA, Luzia Ferreira da; VOLPE-FILIK, Andrea; LIMA, Ana Maria Liner Pereira; FILHO, Demóstenes Ferreira da Silva. Participação comunitária no planejamento viário de alguns bairros da cidade de Americana/SP. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Piracicaba, São Paulo, v. 2, n. 3, 2007.

SILVA, Fernanda Francisco da; FIDELIS, Maria Ernestina Alves; CASTRO, Protásio Ferreira e. Arborização e acessibilidade em calçada: comentários sobre o deslocamento do Campi da Universidade Federal Fluminense. **Revista Brasileira de Arborização Urbana**, Piracicaba, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 43-63, 2011.

SILVA, Aderbal Gomes da; CARDOSO, Ariana de Lima; RAPHAEL, Marthina. **Diagnóstico quali-quantitativo da arborização viária da cidade de Jerônimo Monteiro, ES**. Enciclopédia Biosfera: Centro Científico Conhecer, Goiânia, Goiás, v. 8, n. 14, p. 1179-1188, 2012.

UMA PONTE PARA O PASSADO: COLONIALIDADE E MINERAÇÃO NO BRASIL E NO PERU (1990-2018)

Guilherme da Silva Monteiro¹
Vanderlei Vazelesk Ribeiro²

RESUMO

Neste trabalho, partindo das reflexões de Enrique Dussel e Horácio Machado Aráoz, buscamos analisar a relação entre colonialidade e mineração no Brasil e no Peru, a partir da década de 1990, no momento que o neoliberalismo impacta os dois países. Baseado na reflexão de Aníbal Quijano, e de alguns autores brasileiros pensaremos o impacto de megaprojetos de mineração, no Brasil e no Peru, percebendo em uma chave gramsciana a relação entre repressão e consenso que se desenvolve para importar tais projetos em ambas Amazônia e nos Andes Peruanos. Por fim, identificamos os elementos de colonialidade nos projetos Volta Grande do Xingu e Conga.

Palavras-chave: Colonialidade. Mineração. Grandes Projetos. História Comparada da América Latina.

A BRIDGE TO THE PAST: COLONIALITY AND MINING IN BRAZIL AND PERU (1990-2018)

ABSTRACT

In this paper, based on the reflections of Enrique Dussel and Horácio Machado Aráoz, we seek to analyze the relationship between coloniality and mining in Brazil and Peru, from the 1990s onwards, when neoliberalism had an impact on both countries. Based on the reflection of Aníbal Quijano, and some Brazilian authors, we will think about the impact of mining megaprojects in Brazil and Peru, realizing in a Gramscian key the relationship between repression and consensus that develops to import such projects in both the Amazon and in the Peruvian Andes. Finally, we identify the elements of coloniality in the Volta Grande do Xingu and Conga projects.

Keywords: Coloniality. Mining. Large Projects. Latin America 's Comparativa History.

Data de submissão: 27.07.2021

Data de aprovação: 19.11.2021

INTRODUÇÃO

O sistema-mundo que foi constituído a partir de 1492, início da Conquista da América, tem como base a mineração transnacional moderna. Esse fenômeno, que tem como marco fundador o *boom* da mineração na cidade de Potosí (Bolívia), estabeleceu a base material para o desenvolvimento comercial que culminou no advento da sociedade capitalista. Potosí cresceu muito rapidamente, chegando a contar com mais de sessenta mil *mitayos*,³ que foram explorados exaustivamente. Foi esse trabalho de exploração da natureza e da mão de obra nativa

¹ Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Email: guilherme.monteiro@edu.unirio.br.

² Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor de História da América Latina da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: vvazelesk@gmail.com.

³ Membros das comunidades indígenas, que eram obrigadas a ceder uma porcentagem de seus habitantes para trabalharem nas minas e nas plantações espanholas. Era um trabalho forçado, apesar de remunerado, e provocava o deslocamento de grandes contingentes populacionais para outras regiões.

que marcou o lugar de “*Nuestra América*” no sistema centro-periferia⁴ que se instaurou. O filósofo argentino Enrique Dussel⁵ (2004, p.204) argumenta que a grande quantidade de metais preciosos (ouro e prata) extraídos das colônias, as terras disponíveis para plantio, a força de trabalho dos povos originários e de africanos escravizados, assim como os inovadores descobrimentos científicos, possibilitaram nesse momento que a centralidade geopolítica e geoeconômica passasse a ser desempenhada pela Europa ocidental, desbancando assim o Oriente. Em outras palavras, foi a Conquista da América e a superexploração de seus recursos naturais e humanos que permitiram aos europeus a consolidação como força hegemônica dentro do sistema-mundo moderno.

O início da colonização na América Latina foi feito com base na procura por metais preciosos, tendo em Potosí sua maior descoberta, na América Espanhola os principais momentos da mineração são nos séculos XVI e XVII. Já a América Portuguesa tem seu auge no século XVIII, sendo descoberto o ouro apenas após a exploração profunda de seu território. apesar da importância adquirida pela atividade mineira após a descoberta das jazidas em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, a mineração passou rapidamente a decadência no curto espaço de tempo de cem anos. “A maldição da abundância” termo cunhado pelo economista equatoriano Alberto Acosta⁶ (2009, p.11) exemplifica a situação dessas nações que baseiam suas economias na exploração de seus bens comuns, consolidando a dependência econômica do capital estrangeiro e voltando suas sociedades para a lógica extrativista, que não leva em conta a sustentabilidade de suas práticas, e o limite socioambiental desses recursos ou dos territórios explorados, norteando sua atuação através de um processo acumulador-explorador, que não permite a redução de seu ritmo.

O *modus operandi* da mineração transnacional moderna, tem como base a degradação da vida coletiva, destruição dos territórios e à violação sistemática dos direitos das populações que habitam os locais explorados, emulando a violência colonial originária que pode ser observada a partir de Potosí:

Dali se abre um trajeto no qual as violências se diversificam e as matanças se reproduzem ciclicamente, enquanto o sujeito moderno (o conquistador, em particular) vai subindo novos degraus na escala de cobiça e crueldade, amálgama mineiro da razão colonial, selado sob a liga metálica do ouro e da prata com chumbo e ferro” (ARÁOZ, 2013, p.18).

Os países da América Latina, vivem desde a década de 1990 uma reconfiguração política, com governos pautando seus projetos de poder, baseados, como na maior parte de nossa História, em um *ethos* eurocêntrico de desenvolvimento nacional. O modelo neoliberal⁷ de exploração dos recursos naturais e reprimarização das economias latino-americanas⁸ teve um papel central nessa mudança. No Brasil a neoliberalização econômica e social foi

⁴ Para além das zonas geográficas as regiões tidas como centrais, dentro desse sistema, se constituem assim pois dominam os processo de exploração e concentração de riqueza, sendo por sua vez as regiões exploradas tidas como periféricas.

⁵ Filósofo argentino exilado desde 1975 no México, sua atuação se concentra na crítica ao pós-modernismo através da defesa de um novo momento denominado transmodernidade, entendido como radical ruptura com o eurocentrismo estruturante tanto da modernidade, como da pós-modernidade.

⁶ Economista e político equatoriano, que reivindica os direitos da natureza e o *buen vivir*, percebido como a construção de uma sociedade cujo desenvolvimento não esteja baseado nem na destruição sistemática dos recursos naturais nem na exploração do homem por homem.

⁷ Entendemos neoliberalismo como políticas de liberalização econômica, que são empreendidas por meio de cortes de despesas governamentais, desestatização de empresas nacionais e adoção de políticas de austeridade fiscal, a fim de reforçar economicamente o setor privado.

⁸ Diminuição da exportação de produtos manufaturados em consequência do aumento das exportações de *commodities* (PIERRE, 2016).

promovida nos governos democráticos de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992- 1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), conservando os projetos no país apesar da alternância de poder. Os governos progressistas do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), estabeleceram programas desenvolvimentistas que mantiveram a subordinação do país às linhas anteriores. Neste sentido pensou-se a integração da Amazônia ao mercado internacional, como uma região que pode ser explorada e consumida pelo grande capital, ignorando sistematicamente os desejos das populações locais, visando apenas a exploração de seus recursos naturais para as grandes indústrias, sendo esse processo ampliado em um contexto de reprimarização da economia.

A mineração durante os anos 1990 se expandiu, pautada no aumento do preço do ouro, já na década de 2000 a demanda por matéria prima aumentou com o crescimento econômico de países como Brasil, China e Índia, além dos mercados já estabelecidos da Europa e dos Estados Unidos da América, gerando assim, clima favorável para economias primário-exportadoras dirigidas por governos interessados em maior crescimento econômico a curto prazo (SVAMPA, 2012, p. 81).

O eixo econômico dos países latino-americanos têm um caráter de colonialidade, que está presente no padrão de poder hoje hegemônico. O cientista social peruano Aníbal Quijano⁹ (2005, p.107), defende que o atual padrão de poder hegemônico foi formado durante a colonização da América, tendo três elementos principais: a colonialidade do poder¹⁰, o capitalismo e o eurocentrismo.

Esses elementos integram o eixo colonial/moderno, ao qual os países da América Latina continuam interligados, mesmo sendo independentes politicamente, uma vez que as elites soberanas dos países colonizados, são dominantes em seus territórios, mas são dominadas na articulação dos poderes globais. O conceito de colonialidade será complementado pelo de hegemonia, permitindo melhor compreensão do processo que estamos estudando. Para referenciar o conceito supracitado, utilizaremos os trabalhos do filósofo italiano Antonio Gramsci (1978), que investiga as relações sociais, políticas e econômicas de exploração de um grupo social sobre outro, no qual o grupo subordinado adota a concepção do mundo dos dominantes, essa hegemonia cultural que produz a homogeneização do pensamento, é sustentada pelo convencimento que os grupos dominantes obtêm dos dominados: Seja pela esfera de consenso demonstrando que o interesse desses grupos é o interesse de toda a sociedade, podendo ser observados no eurocentrismo, e na adoção do discurso hegemônico do mercado pró-mineradoras, de que a expansão da mineração é um fator fundamental para o desenvolvimento de todos os setores da sociedade; como também pelo poder de coerção, inclusive armado, do grupo dominante que mantém a sujeição sobre os demais, podendo ser observado na militarização de zonas de conflitos territoriais e na criminalização dos movimentos antimineração.

1 AMAZÔNIA BRASILEIRA

A Amazônia é uma floresta tropical transnacional que se estende entre as fronteiras de nove nações: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e o território ultramarino da Guiana Francesa. Dentro da lógica desenvolvimentista extrativista, a floresta amazônica é vista como uma reserva de valor, de lá serão extraídos os recursos naturais que servem de base para as grandes indústrias do Norte global.

⁹ Sociólogo peruano que se dedicou aos estudos decoloniais. Tais estudos sublinham o peso da colonialidade nas relações de poder na América Latina, calcada nas relações raciais, nas quais o predomínio do que se entende por raça branca ocidental é naturalizado.

¹⁰ Classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção eurocêntrica que expressa a experiência da dominação colonial.

O historiador paraense César de Souza (2018, p.22) argumenta que a questão Amazônica é formada por olhares de fora, visando apenas atender as demandas do mercado externo. A maior parte das populações locais são ignoradas nas tomadas de decisões, excetuando-se uma pequena parcela das elites políticas e econômicas, mesmo que os projetos tenham um grande impacto socioambiental no estilo de vida das comunidades afetadas pelos projetos, afinal nos séculos XIX e XX, a narrativa homogênea exercida pelo aparelho de Estado brasileiro era de que a região amazônica era um “grande vazio demográfico”. A região, teoricamente vazia, torna-se atrativa para migrações populacionais, rumo a projetos extrativistas:

Fossem as propostas da era Vargas (1930-1945), de colonização ou retomada da produção seringueira, fossem as do regime empresarial-militar (1964-1985), cujo maior símbolo seria a rodovia Transamazônica, ou mais recentemente a hidrelétrica de Belo Monte, (há dezenas em projeto), tudo parece pensado como se ninguém morasse na imensa área marcada pela floresta equatorial (RIBEIRO, p. 101).

Poderíamos associar esse fenômeno ao conceito de “colonialismo interno” proposto pelo sociólogo mexicano Pablo González Casanova¹¹ (2006), que reflete a colonialidade de poder reproduzida no interior do Estado-nação, criando uma hierarquia interna de regiões desenvolvidas/subdesenvolvidas. No caso brasileiro, essa condição é evidenciada na visão homogeneizante do sul e sudeste, centro econômico do país, sobre as demais regiões, a colonialidade do poder só admite uma única escala de desenvolvimento universal, espelhada no modelo eurocêntrico. Logo os territórios tidos como desenvolvidos são aqueles que mais se aproximam do estágio econômico das nações colonizadoras, legitimando as relações de dominação impostas durante a colonização.

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA EXPLORAÇÃO SOBRE A REGIÃO

A exploração da região amazônica se divide nas últimas décadas em três esferas: geração de energia através da expansão das hidrelétricas; logística, em obras de transporte de *commodities*; e mineração, a Amazônia é rica em minérios que atraem grandes empresas e garimpeiros individuais (CHAVES; SOUZA, 2018, p.4). Segundo o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves¹² em seu artigo *Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: Uma contribuição para a ecologia política da região* (2015, p.81), o atual ciclo de exploração dos recursos naturais amazônicos se iniciou na década de 1960 com uma série de grandes projetos organizados pelo regime empresarial-militar brasileiro (1964-1985), baseado na inauguração de grandes estradas amazônicas, tendo como marco a Transamazônica (1971) que buscava integrar à região ao restante do país, facilitando o escoamento de produtos para outros pontos do território nacional e ao exterior.

A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)¹³ teve como subproduto o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) organizado pelos governos do PT no Brasil, esse programa teve como símbolo a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE), que provocou um grande impacto ambiental às populações que vivem entorno do rio Xingu. A construção de Belo Monte seguiu o processo de colonialismo interno, ignorando as populações

¹¹ Sociólogo mexicano com amplos estudos sobre colonialismo, especialmente a noção de colonialismo interno, que expressa relações de dominação de uma região sobre outra num mesmo país.

¹² Geógrafo brasileiro com estudos acerca da Geografia Social, é Professor Titular da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Coordenador do LEMTO - Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades.

¹³ Trata-se de uma proposta surgida no início dos anos 2000 no sentido de integrar redes de transportes, energia e comunicações nos doze países independentes da América do Sul.

locais e servindo como um projeto pautado para o desenvolvimento da infraestrutura de integração da região, ao mercado capitalista globalizado.

A inauguração do empreendimento hídrico em 2016, marcou o último compromisso oficial de Dilma Rousseff (2011-2016) como presidente do Brasil, que naquele momento já sofria com o avançar do processo de *impeachment* que iria removê-la do cargo poucos dias após o evento. No discurso proferido pela mandatária, podemos observar a narrativa hegemônica desenvolvimentista, Belo Monte é tratada como um legado ao povo de Altamira e do Xingu, pois permitiria que empresas privadas estabelecessem seus negócios na região explorando os recursos minerais, tendo na hidroelétrica sua base energética necessária para realizar grandes empreendimentos extrativistas¹⁴. Esse é um legado antigo, anterior as obras do PAC, da Transamazônica ou dos empreendimentos de colonização getulistas, esse é o legado de Potosí, a exploração e sacrifício dos povos e dos territórios, a naturalização da barbárie. Nas palavras de Horácio Machado Araújo,¹⁵ esse é um traço da colonialidade sendo “O colonialismo em estado de naturalização” (2020, p.258).

Nesse contexto os protestos de moradores locais, ambientalistas e dos povos originários são ignorados, em carta aberta o movimento Xingu vivo para sempre¹⁶ acusa Dilma de submeter a região ao mesmo plano extrativista que o regime empresarial-militar¹⁷, vemos que as narrativas contra-hegemônicas de movimentos sociais locais, captam o fenômeno da mineração transnacional moderna, como algo que transpassa governos; os políticos no poder mudam, mas a orientação político-econômica segue sendo norteadada por ideais desenvolvimentistas eurocêntricos, conectados a colonialidade do poder que veem a Amazônia como um local à ser explorado. Essa continuidade fica evidente quando analisamos as propostas do governo de Michel Temer (2016-2018), sucessor de Dilma na presidência, as mesmas foram compiladas no programa denominado “Ponte para o Futuro”, visando a continuidade das medidas de expansão da infraestrutura, a fim de comportar grandes empreendimentos na região. A ponte para o futuro, vem diretamente de 1492.

Se quisermos ultrapassar essa visão colonial, será necessário adotar uma perspectiva capaz de notar a multiculturalidade e a complexidade da região amazônica e de seus povos:

Ainda hoje cerca de 180 línguas são faladas na Amazônia, um dos maiores patrimônios culturais do Brasil e da humanidade. Assim, sobre a Amazônia, além de referirmos a biodiversidade é importante atentarmos para a diversidade cultural existente na região e nos acostumarmos com a ideia de que existem Amazônia e amazônidas. Pensar uma região com essa extensão, com essa complexidade, como se fosse homogênea implica tornar invisíveis esses outros povos e suas territorialidades ancestrais/atuais. (PORTO-GONÇALVES, 2015 p.70).

Os povos que habitam a Amazônia não podem ser encaixados em uma categoria definitiva, tão pouco tem necessidades e pensamentos únicos, as ideias desenvolvimentistas em seu âmago tendem a dividir o mundo na dualidade colonial entre atrasados e desenvolvidos. Uma visão limitada para suprir os anseios das diversas comunidades amazônidas.

2 VOLTA GRANDE DO XINGU E CONGA

¹⁴ Ver em: BRUM, Eliane. Dilma compôs seu réquiem em Belo Monte. **Jornal El País Brasil**, São Paulo, 10 de maio de 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/09/opinion/1462804348_582272.html. Acesso em: 26 jul. 2021.

¹⁵ Filósofo argentino, professor da Universidade Nacional de *Catamarca* e pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas – CONIC.

¹⁶Ver em: MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE. Fazem com você o que você fez conosco; mas nem assim, Dilma. | **Xingu Vivo**. Altamira, 05 de maio. de 2016. Disponível em: <https://xinguvivo.org.br/2016/05/05/fazem-com-voce-o-que-voce-fez-conosco-mas-nem-assim-dilma/>. Acesso em: 26 jul. 2021.

¹⁷ Dilma é uma ex-guerrilheira que foi presa e torturada durante a ditadura.

Neste ponto vamos fazer uma abordagem comparativa entre o projeto de mineração brasileiro Volta Grande do Xingu e o peruano *Conga*, procurando demonstrar sua conexão com o fenômeno da mineração transnacional moderno, a transterritorialidade de seus impactos ambientais e analisar de que forma atuam o poder hegemônico em suas esferas de consenso e coerção.

O estudo da mineração no Brasil e no Peru, vai levar em conta as noções de colonialidade já expostas nesse artigo, que entendem ambas como nações componentes da América Latina moderna, formadas a partir de uma estrutura de origem e caráter colonial, sendo essa estrutura mais duradoura do que o colonialismo em cuja matriz foi concebida. A validade da comparação entre as duas nações latino-americanas, ocorre também por suas interinfluências históricas¹⁸ (PRADO, 2005, p. 15). Acredito que ao realizarmos um trabalho de História Comparada, de forma crítica poderemos desenvolver um trabalho que enriqueça a produção historiográfica brasileira.

2.1 IMPACTOS AMBIENTAIS TRANSNACIONAIS

Volta Grande do Xingu é um empreendimento que busca ser a maior mina de exploração de ouro a céu aberto, no Brasil. Esse projeto, encontrou a resistência de ambientalistas, moradores das comunidades e terras indígenas, que irão sofrer com os impactos ambientais, na região de Altamira¹⁹. Os mesmos já se ressentiram, anteriormente, com a construção da rodovia Transamazônica (1970) e da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (2011), que fica também no Estado do Pará, localizando sua ação na bacia do rio Xingu que nasce no Mato Grosso e se torna afluente do rio Amazonas, diversas terras indígenas se encontram ao seu redor e desenvolvem seu modo de vida a partir deste rio. É importante ressaltar que é nessa mesma região do Pará, onde foi estabelecido o emblemático garimpo de Serra Pelada²⁰ (1979-1992)²¹, que chegou a ser o maior garimpo a céu aberto²² do mundo na década de 1980.

Esse projeto minerador conta com a participação do capital da empresa canadense *Belo Sun Ltda*, subsidiária da *Belo Sun Mining Corporation* (empresa de capital aberto que compõe o grupo *Forbes & Manhattan INC*), sua sede regional fica no município de Senador José Porfírio, no Estado do Pará. O empreendimento está com a Licença de Instalação (LI) suspensa pela Justiça desde 2017, devido à não realização da consulta pública às Terras Indígenas (TI) prevista em lei em regulamentos internacionais.

O Peru também está inserido no já mencionado contexto de neoliberalização e reprimarização econômica das nações latino-americanas, em meados de 1992, ano em que desfechou um golpe de Estado fechando o congresso nacional, a ditadura Alberto Fujimori (1990-2000) produziu profundas mudanças neoliberais na economia peruana, que afetaram as estruturas sociais no país amazônico-andino. O neoliberalismo prosseguiu nos governos de Alejandro Toledo (2001-2006), Alan García Pérez (2006- 2011), Ollanta Humala (2011-2016) e Pedro Pablo Kuczynski (2016-2018) a mineração foi percebida pelos diversos governos como bastião dos planos econômicos desenvolvimentistas peruanos:

¹⁸ Cito aqui as de maior destaque: Colonização ibérica, preeminência dos ingleses na economia, e posteriormente dos estadunidenses, formação dos estados nacionais, economias primário-exportadoras e recentemente a presença econômica de investimentos brasileiros na economia peruana.

¹⁹ Sudeste do Pará.

²⁰ O garimpo de serra pelada contou com investimentos da multinacional brasileira Vale S.A. (antiga estatal)

²¹ A mina de ouro da vila de Serra Pelada continua fechada, porém os garimpeiros podem explorar os recursos auríferos em uma área próxima.

²² Nos referimos a atividade realizada em rochas aflorantes ou aluviões.

Posto que esta neoliberalização da sociedade se tratava principalmente de investimentos em mineração e hidrocarbonetos, se reafirmou e produziu a histórica dependência econômica do Peru e da exploração de seus bens comuns, consolidando-o como uma sociedade extrativista por excelência. (HOETMER, 2013, p.20, tradução nossa)²³

O projeto Conga estabelece uma área de exploração de ouro e cobre na região de *Cajamarca*, pela empresa *Yanacocha* (com capital de uma empresa estadunidense *Newmont Mining Corp*), se concluído Conga será o maior empreendimento minerador da América Latina. Em caso semelhante ao Brasil, a luta contra a mineração converge com a oposição aos projetos de construção de hidrelétricas no rio Marañón, uma vez que, a crescente demanda por energia elétrica pelas mineradoras, está diretamente ligada a estes projetos visando abastecer aquelas. O complexo de hidrelétricas conhecido como “*Chadín*”²⁴, que incluem Rio Grande 1, Rio Grande 2 e *Chandín 2*, fazem parte de um plano para a edificação de 20 represas ao longo do rio Marañón. Em 2010 um acordo de exportação de energia entre os governos de Brasil e do Peru, levou a ativação desse projeto elaborado pela Eletrobrás²⁵, que é operado pelo conglomerado transnacional brasileiro Odebrecht.

O rio Marañón corta os Andes, sendo considerado sagrado para povos que cultuam a deusa da terra *Pachamama*, justamente pela sua capacidade de irrigação e fertilização do solo. Esse rio andino é um afluente do Amazonas, ele percorre a região norte do Peru atravessando uma área de fusão de dois biomas: o planalto dos andes e a floresta tropical Amazônica. Podemos concluir então que tanto *Conga* quanto o complexo hídrico *Chandín*, vão provocar um impacto ambiental em larga escala, transcendendo o território do Peru e o bioma de *Cajamarca*, até atingir a floresta amazônica e os territórios alcançados pelo rio Amazonas em ambos os países, drenando uma fração de sua capacidade hídrica. A natureza permanece em estado de equilíbrio, interconectando diferentes biomas e territórios, logo, quando esse equilíbrio é prejudicado, pelos os impactos ambientais da mineração transnacional moderna, o desequilíbrio natural transcende os territórios nacionais.

A interconexão entre Volta Grande e *Conga*, não está somente no plano ambiental, como também no *modus operandi* da mineração transnacional moderna. Como já foi exposto na primeira parte deste artigo, o poder hegemônico atual é calcado na colonialidade de poder, diante disso vamos explorar como as esferas de consenso e de coerção atuam na implementação de ambos os projetos de mineração.

2.2 ESFERA DE CONSENSO

A esfera de consenso exercida pelo poder hegemônico, pode ser observada na homogeneização do conceito de desenvolvimento universal, que perpetua a lógica eurocêntrica, na qual os países colonizadores são continuamente associados como desenvolvidos e por consequência os países colonizados são taxados como subdesenvolvidos.

Segundo o trabalho *Los imaginarios que sostienen la expansión minera en los Andes* de Rodríguez-Carmona e Castro (2013, p.34) no Peru o discurso de combate à pobreza foi assimilado pela direita peruana e pelas grandes corporações de minério, centralizando os debates em torno da mineração, entre: Os campesinos retratados como atrasados, agricultores

²³ Original em espanhol: Puesto que esta neoliberalización de la sociedad peruana se trataba principalmente de inversiones mineras y de hidrocarburos, se confirmó y profundizó la histórica dependencia económica del Perú de la explotación de sus bienes comunes, consolidando al Perú como una sociedad extractivista por excelencia.

²⁴ No caso de *Chadín* a construtora brasileira conseguiu a concessão do governo e a licença ambiental pelo Ministério de Minas e Energia peruano, mas não a licença social, que da forma que é prevista em lei, deve passar por uma consulta pública às comunidades tradicionais que terão suas terras afetadas.

²⁵ Empresa de capital aberto, controlada de forma acionária pelo Governo brasileiro.

de subsistência que seriam incapazes de fazer a economia do país se desenvolver; e as mineradoras, lançadas à posição de líderes do progresso, modernizadores sociais que permitiriam que suas atividades econômicas modificassem a vida no interior do país, levando tecnologia e renda.

O presidente Alan García (2006-2011), em 2007 escreveu um artigo no importante jornal *El Comercio*, *El síndrome del perro del hortelano*²⁶, relacionando os camponeses de origem nativa a cachorros em hortaliças, que não comem e nem deixam os outros comerem. Ou seja, ocupam uma terra rica em recursos extrativistas, não exploram economicamente esses recursos e nem permitem que outros explorem. O próprio lema do Ministério de Minas e Energia do Peru é “*Perú: un país minero*”, a síntese dessa ideia do país andino como pátria mineradora pode ser observado no discurso de Alan García em 20 de julho de 2007, na inauguração de *Cerro Lindo* da companhia de mineração *Milpo* “Podemos desenvolver muitas mais minas. O Peru é um país que Deus assinalou como país minero e pôr-se contra esse desígnio é lutar em vão...” (ARÁOZ, 2020, p. 78).

Discurso similar ao adotado pelo aparelho de Estado brasileiro para justificar a instalação de grandes projetos desenvolvimentistas, ditos como um bem para toda a população, como a promessa de royalties e multiplicação de empregos que beneficiaram os moradores das comunidades afetadas, o prefeito Dirceu Biancardid (2016-2020, e reeleito em 2021 para governar até 2024) do município de Senador José Porfírio/PA²⁷, é uma das autoridades que defendem o projeto, incitando um enfrentamento contra os moradores antiminação, tidos como barreiras ao desenvolvimento nacional. Em fala pública em 2017, o prefeito defendeu essa ideia de mineração como progresso local: “A empresa tem projeto, a empresa tem condicionantes pro povo, vai gerar emprego pro nosso município, vai ter estrada boa, vai ter mais escolas, vai ter melhora pro nosso município” (BRUM, 2017).

2.3 ESFERA DE COERÇÃO

Já a escala de coerção pode ser vista através do cerceamento de fala das populações tradicionais, criminalização dos movimentos sociais, remoções forçadas e perseguições.

No Peru desde 2002 uma série de leis e normas foram criadas para reprimir os protestos sociais como a *Lei N° 29166*²⁸ que permite o uso de armas de fogo pelas forças armadas para o “controle interno”. A criminalização dos movimentos sociais demonstra que o aparelho de Estado peruano está comprometido com a viabilização dos projetos mineiros, não importa o custo social. É importante acrescentar que entre 2004 e 2013, segundo o relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH, 2015) somente em *Cajamarca*, protestos antimineradoras deixaram 11 mortos e 282 feridos.

O discurso de criminalização é articulado entre a grande mídia que tem ligações com empresas ligadas a mineração²⁹ e setores políticos de extrema direita³⁰, sendo construído na

²⁶ Ver em: PERÉZ, Alan García. El síndrome del perro del hortelano. **El Comercio**, Lima, 28 de out. de 2007. Disponível em: <https://indigenasdelperu.files.wordpress.com/2015/09/26539211-alan-garcia-perez-y-el-perro-delhortelano.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

²⁷ Ver em: BRUM, Eliane. Senador José Porfírio, Pará, Amazônia: altíssimo risco. **Jornal El País Brasil**, São Paulo, 11 de dez de 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/11/opinion/1512997340_266770.html. Acesso em: 26 jul. 2021

²⁸ Ver em: PERU. Ley que establece reglas de empleo de la fuerza por parte del personal de las fuerzas armadas en el territorio nacional. **Ley N° 29166 de 19 de dez. 2007**. Disponível em: <https://leyes.congreso.gob.pe/Documentos/Leyes/29166.pdf>. Acesso em: 29 de dez. 2020.

²⁹ Caso do jornal *El Comercio*, no qual os donos têm estreitas ligações com empreiteiras ligadas a projetos de mineração, como a transnacional brasileira Odebrecht (DURAND, 2018, p. 107).

³⁰ Esse discurso pode ser observado recorrentemente em vídeos vinculados a canais da extrema direita peruana na internet (SANTISTEBAN, 2013, p. 443).

tentativa de ligar os movimentos antimineração a organizações criminosas, como o narcotráfico que supostamente financiava marchas contrárias às ações mineradoras, como a famosa “*Conga no va*”, permitindo assim que diversos governantes peruanos fundamentassem suas ações repressivas como “combate ao narcotráfico”:

O uso da violência pelo Estado, que é legitimado para cumprir os objetivos de ordem e segurança, é uma forma de recuperar a ordem das coisas em que os seres das terras voltam a ser mero recurso a ser explorado, principalmente no caso de conflitos mineiros. O estado de exceção reforça e constrói o mito hegemônico, a história que se deseja manter linear, “Peru: país mineiro”. (PEÑAFIEL, 2016, p. 98).

No Brasil, a coerção pode ser observada na tentativa de deslegitimação dos povos originários como atingidos, a empresa canadense *Belo Sun* recorreu diversas vezes ao judiciário na tentativa de impedir que fosse realizada uma consulta pública às populações indígenas afetadas por Volta Grande. A empresa também utiliza uma tática de pressão usada por empresas ligadas ao setor de mineração em *Cajamarca*³¹, mesmo sem licença de construção elas adquirem terras públicas, com a finalidade de minar a articulação entre os moradores locais contrários à mineração. Outra estratégia de pressão, é a proibição da extração de ouro de maneira artesanal do leito do rio Xingu, estrangulando economicamente as comunidades tradicionais de Volta Grande que tem na extração artesanal do ouro uma de suas principais fontes de renda (CHAVES; SOUZA, 2018, p.7).

A coerção dos movimentos sociais contrários à mineração também é exercida por representantes públicos, o prefeito de Senador José Porfírio, utiliza o poder do aparelho de Estado municipal para perseguições, em 2017 ele invadiu o auditório da Universidade Federal do Pará (UFPA), impediu o debate acadêmico referente a instalação de Volta Grande e trancou estudantes e professores dentro da sala³². Podemos reconhecer que existe, em ambos os casos apresentados, uma articulação entre as esferas hegemônicas de consenso e coerção, uma vez que medidas de coerção são sistematicamente adotadas contra indivíduos ou comunidades que não aderem ao consenso pró-mineradoras.

3 CONCLUSÃO

Ao estudarmos os projetos de mineração Conga e Volta Grande, buscamos identificar como atuam os elementos de colonialidade presentes em todas as suas estruturas. Sendo possível observar que eles são implementados por uma lógica desenvolvimentista, que se vale do discurso eurocêntrico produzido na colonização, de divisão entre atrasados e desenvolvidos, sendo os primeiros todos que se integram de uma forma subordinada a produção capitalista, no Peru são os camponeses de origem nativa e os moradores da região de *Cajamarca*, que sofrerão os impactos ambientais em suas terras ao longo do rio Marañón, e no Brasil os ribeirinhos, pequenos agricultores, extrativistas e as terras indígenas Arara da Volta Grande do Xingu, *Paquiçamba*³³ e *Itun/Itatá*, ou seja, todas as comunidades que vivem em torno do Rio Xingu.

Os países latino-americanos enquanto adotarem esse modelo primário-exportador ficarão reféns das flutuações do mercado, uma vez que as empresas de extração de minérios são de capital estrangeiro e buscam atender demandas de mercados externos, os países exportadores ficam dependentes que o consumo de bens primários se mantenha sempre elevado, não podendo forçar a produção desses bens, pois correm o risco de que com o aumento da

³¹ Em entrevista à Agência Pública (2015) à líder comunitária dos municípios de *Huanabamba* e *Celendín* Aurora Araujo acusa a empreiteira transnacional Odebrecht de infiltrar pessoas nas comunidades e forçar a compra de terras, na tentativa de desmobilizar as articulações internas.(GOYZUETA, 2015)

³² Ver Nota 24.

³³ A terra indígena de *Paquiçamba* se encontra a menos de 9,5 km do local de construção de Volta Grande.

oferta, o valor do produto diminua. Na definição de Alberto Acosta (2009, p.11) essa é a “A maldição da abundância”, que permeia nosso objeto de estudo, demonstrando a incapacidade das nações colonizadas em se desassociar desse modo produtivo de exploração dos próprios recursos naturais, enfraquecendo suas democracias e impedindo o exercício pleno da cidadania por muitos de seus cidadãos, vistos como barreiras ao crescimento comercial.

Por fim é importante destacar a luta e resistência dos movimentos sociais antiminação no Brasil e no Peru, movimentos esses que lutam pela preservação de seu modo de vida, oferecendo uma visão contra-hegemônica da difundida pelos patronos da mineração que caminha para um ideal desenvolvimentista específico, sem levar em conta o progresso cultural de comunidades locais. Um espelho que nunca vai refletir a realidade dos povos latino-americanos como um todo.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **La Maldición de la abundancia**. Quito: CEP, Swissaid e Abya-Yala, 2009.

ARAÓZ, Horácio Machado. **Mineração, genealogia do desastre**: o extrativismo na América como origem da modernidade. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

BRUM, Eliane. Dilma compôs seu réquiem em Belo Monte. **Jornal El País Brasil**, São Paulo, 10 de maio de 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/09/opinion/1462804348_582272.html. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRUM, Eliane. Senador José Porfírio, Pará, Amazônia: altíssimo risco. **Jornal El País Brasil**, São Paulo, 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/11/opinion/1512997340_266770.html. Acesso em: 26 jul. 2021.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Informe de la Relatoría Especial para la libertad de expresión**. Washington: CIDH, 2015.

DURAND, Francisco. **Odebrecht**: la empresa que capturaba gobiernos. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2018.

ECHAVE, José De; DIEZ, Alejandro. **Más allá de Conga**. Lima: RedGE, 2013.

GOYZUETA, Verónica. Eles que comam ouro! **Agência Pública**, São Paulo, 19 de ago. de 2015. Disponível em: <https://apublica.org/2015/08/eles-que-comam-ouro>. Acesso em: 29 de dez. 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HOETMER, Raphael. Introducción. In: HOETMER, Raphael (Ed.), *et al.* **Minería y movimientos sociales en el Perú**: instrumentos y propuestas para la defensa de la vida, el agua y los territorios. Lima: Programa Democracia y Transformación Global, 2013, p. 19- 28.

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE. Fazem com você o que você fez conosco; mas nem assim, Dilma... | **Xingu Vivo**. Altamira, 05 de maio. de 2016. Disponível em: <https://xinguvivo.org.br/2016/05/05/fazem-com-voce-o-que-voce-fez-conosco-mas-nem-assim-dilma/>. Acesso em: 26 jul. 2021.

PEÑAFIEL, Adriana Paola P. **Desenhos e relações e desenvolvimento**: conflitos em torno da mineração na região andina de Cajamarca, Peru. 229 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PERÉZ, Alan García. El síndrome del perro del hortelano. **El Comercio**, Lima, 28 de out. de 2007. Disponível em: <https://indigenasdelperu.files.wordpress.com/2015/09/26539211-alan-garcia-perez-y-el-perro-delhortelano.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

PERU. Ley que establece reglas de empleo de la fuerza por parte del personal de las fuerzas armadas em el territorio nacional. **Ley N° 29166 de 19 de dez. 2007**. Disponível em: <https://leyes.congreso.gob.pe/Documentos/Leyes/29166.pdf>. Acesso em: 29 de dez. 2020.

PERU. Ley que establece reglas de empleo de la fuerza por parte del personal de las fuerzas armadas em el territorio nacional. **Ley N° 29166 de 19 de dez. 2007**. Disponível em: <https://leyes.congreso.gob.pe/Documentos/Leyes/29166.pdf>. Acesso em: 29 de dez. 2020.

PIERRE, Salama. Reprimarização sem industrialização, uma crise estrutural no Brasil/ Reprimarization without industrialization, a structural crisis in Brazil. **Argumentum**, v. 8, p. 127, 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: Uma contribuição para a ecologia política da região. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 107, p. 63–90, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.6018>. Acesso em: 26 jul. 2021.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a história comparada da América Latina. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, n. 153, p. 11–33, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade de poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **Colonialidade do Saber**: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLASCO, 2005.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Na selva reina a lei da selva: Reflexões sobre a Amazônia peruana (1821-2009). In: ROMANI, Carlos (Org.), et al. **Fronteiras e Territorialidades**: miradas sul-americanas da Amazônia à Patagônia. São Paulo: Editora Intermeios, 2019, p. 101-123.

RODRÍGUEZ-CARMONA, Antonio; CASTRO, Miguel. Los imaginários que sostienen la expansión minera em los Andes. In: HOETMER, Raphael (Ed.), et al. **Minería y movimientos sociales en el Perú**: instrumentos y propuestas para la defensa de la vida, el agua y los territorios. Lima: Programa Democracia y Transformación Global, 2013, p. 31- 45.

SANTISTEBAN, Roción Silva. Porque son perros: protestas, discursos autoritarios y industrias extractivas. El caso Conga. In: HOETMER, Raphael (Ed.), et al. **Minería y movimientos sociales en el Perú**: instrumentos y propuestas para la defensa de la vida, el

agua y los territorios. Lima: Programa Democracia y Transformación Global, 2013, p. 435-453.

SOUZA, César Martins de. A região dos desejos e das aventuras: diálogos sobre grandes projetos de integração e desenvolvimento na Amazônia nos séculos XIX e XX. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 31, n. 48, p. 21–29. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22562/2018.48.02>. Acesso em: 26 jul. 2021.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities y megaminería. **América Latina en Movimiento**. Quito, n.473, 2012, p.79-105.

O EXTRATIVISMO DA MADEIRA NO IMPÉRIO DO BRASIL (1822-1831)

Paulo Henrique Martinez¹

RESUMO

Estudo de significados econômicos e simbólicos da extração de madeiras para a construção naval da Marinha mercante e de guerra do Império do Brasil. Algumas referências da historiografia nacional e estrangeira permitem conhecer locais, procedimentos, materiais e técnicas utilizados nesta atividade, particularmente na segunda metade do século XVII e no início do século XIX. As fontes primárias examinadas são de caráter seriado e de natureza administrativa e jurídica, a Coleção de Leis do Império do Brasil e a Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil, referente ao período de 1822 a 1831, quando o Império brasileiro esteve sob a condução de D. Pedro I. Os dados reunidos pela pesquisa possibilitaram conhecer algumas práticas de extrativismo nas florestas tropicais durante a primeira década da vida nacional e aspectos econômicos deste processo.

Palavras-chave: História Ambiental. Império do Brasil. Mata Atlântica.

THE EXTRACTIVENESS OF MADEIRA IN THE EMPIRE OF BRAZIL (1822-1831)

ABSTRACT

Study of economic and symbolic meanings of logging for the naval construction of the merchant navy and war of the Empire of Brazil. Some references from national and foreign historiography allow us to know places, procedures, materials and techniques used in this activity, particularly in the second half of the 17th century and the beginning of the 19th century. The primary sources examined are of serial character and of administrative and legal nature, the Collection of Laws of the Empire of Brazil and the Collection of Decisions of the Government of the Empire of Brazil, referring to the period from 1822 to 1831, when the Brazilian Empire was under the leadership by D. Pedro I. The data gathered by the research made it possible to learn about some extractivism practices in tropical forests during the first decade of national life and economic aspects of this process.

Keywords: Environmental History. Empire of Brazil. Atlantic Forest.

Data de submissão: 28.07.2021

Data de aprovação: 03.12.2021

INTRODUÇÃO

No início do século XIX, as terras do continente americano, em geral, e as do nascente Império do Brasil, em particular, encontravam-se ainda densamente arborizadas. Na América do Sul, as mais extensas e ricas estavam na bacia amazônica, mas o seu aproveitamento econômico comercial não alcançara escala apreciável no comércio colonial. A vastidão, a exuberância e a diversidade das matas e espécies vegetais presentes no litoral atlântico, por sua vez, forneciam um acessível e inquietante contraste com as terras da Europa e com as de Portugal, secularmente desflorestadas.²

As madeiras para construção tornaram-se mais atrativas para a coroa portuguesa no fim do século XVIII, em atendimento ao espírito reformista das políticas inauguradas pelo Marquês de Pombal. O interesse pela educação e as ciências, particularmente a História Natural, tomara

¹ Doutor em História Social, Professor na Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Departamento de História da Universidade Estadual Paulista. E-mail: martinezph@uol.com.br.

² Cf. John Perlin. **História das florestas**. Trad. M. M. Bezerra. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

impulso com a reforma da Universidade de Coimbra, em 1772, e a criação da Academia Real de Ciências de Lisboa, em 1779. A orientação racional das condutas políticas nas monarquias bafejadas pelas ideias da Ilustração, a expansão e o aprimoramento das investigações científicas, com fins utilitários e mercantis, ampliaram a curiosidade e a incorporação de novos produtos, em disponibilidade nos territórios coloniais da América, África e Ásia, ao mercado europeu.

Os estudos botânicos, por exemplo, visaram ao incremento de tratamentos medicinais, da agricultura e do extrativismo vegetal, particularmente, de espécies tropicais. Ocorreram inúmeras experiências de transplantação e de aclimação destas espécies em diferentes possessões e territórios do Império português, mediante a observação, descrição, classificação e beneficiamento de produtos naturais. Estas experiências e informações foram reproduzidas em desenhos, catálogos e coleções. Espécimes foram estudadas, reunidas e exibidas em museus e jardins botânicos, igualmente criados em Portugal neste contexto de reformas sob a inspiração de novos conhecimentos científicos e princípios filosóficos do Iluminismo. Tratava-se de recuperar economicamente o Reino e de fortalecer a sua posição no âmbito das relações internacionais na Europa e nos espaços coloniais.

O Brasil, desde logo, tornou-se foco privilegiado desta atenção com a elaboração de estudos e relatos sobre o potencial econômico da natureza em províncias como a Bahia, Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro e, principalmente, a bacia Amazônica. Esta última foi percorrida pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, entre 1783 e 1792. A sua expedição estava encarregada de conhecer a fauna, a flora e os minérios compor e enviar coleções, descrições e ilustrações da História Natural, além de identificar as oportunidades de sua incorporação às práticas agrícolas, medicinais, mercantis e manufatureiras em expansão, como a construção naval. Esta foi também a maior expedição científica realizada nos domínios portugueses. Desde 1796, quando o D. Rodrigo de Souza Coutinho ocupou a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, seguindo preceitos do pensamento de fisiocratas franceses, a terra e a natureza do mundo colonial tornavam-se a base de sustentação do comércio, da indústria e da arrecadação de tributos em Portugal³.

A reconstrução da marinha e a reconstrução da cidade de Lisboa, arruinada por um terremoto em 1756. Caio Prado Júnior informa que em Carta Régia de 13 de março de 1797 foram reservadas ao uso da coroa as matas da costa e das margens dos rios e os “corte reais” na comarca de Ilhéus, na Bahia, e em Alagoas e Paraíba. Aos conservadores de matas caberia tanto exercer o controle dos serviços de corte e quanto impedir a destruição das matas, como a retirada de árvores, comercialização, queimadas e derrubadas, e demais iniciativas de extração e aproveitamento que não aquelas ligadas aos fins e necessidades da coroa, como desmancho, reparos e construção de embarcações. Segundo o historiador paulista, embora na Bahia funcionasse um estaleiro real, a construção naval nunca alcançou importância significativa, estando dedicada, sobretudo, à navegação costeira.⁴

Evaldo Cabral de Mello parece ratificar tal percepção em esclarecedoras informações sobre a construção naval no mesmo período e que permitem conhecer as práticas e os materiais então empregados nesta atividade extrativa e na disseminação da barcaça no litoral nordestino. Diz ele:

A proximidade de matas ricas em madeiras nobres e a possibilidade de transportá-las por via fluvial tornaram a antiga comarca pernambucana o centro natural de fabricação de pequenos barcos, escavando-se ali no século XVIII canoas não de pau-carga ou amarelo, como em Pernambuco, mas de vinhático, madeira reservada ao mobiliário da gente de prol. Ao invés de canoas monóxilas ou das jangadas, a barcaça exigia uma variedade de madeirame, como o angelim-amargoso e o amarelo ou a

³ Cf. Maria Elice B. Prestes. **A investigação da natureza no Brasil colônia**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2000.

⁴ Caio Prado Júnior. **Formação do Brasil contemporâneo**. 11ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1971, p. 216-217.

*maçaranduba para mastreação; a oiticica, o pau-carga, o cedro, o vinhático, a peroba para tabuados; a sucupira para cavernas ou vãos; o barabu e a batinga para cavilhas; o jenipapo, a oiticica, o pau d'arco para liames; o louro-de-cheiro verdadeiro para forro. Onde obter tal variedade a preços razoáveis senão nas cercanias da faixa de matas que se estendia do sul de Pernambuco a Alagoas? Daí a possibilidade de que a barçaça tenha sido concebida e originalmente executada no litoral alagoano, de onde se irradiou para o norte.*⁵

Nas pesquisas de José Roberto do Amaral Lapa há um estudo pormenorizado sobre a construção naval na Bahia, na segunda metade do século XVII, precisamente, o que ele denominou a história de “um navio de longo curso”, destinado à carreira das Índias.⁶ Trata-se da nau Nossa Senhora da Caridade, São Francisco de Paula e Santo Antônio, lançado ao mar em 1757, dois anos após o início de sua construção. Ao contrário de Caio Prado Júnior, Lapa destaca a intensa atividade do estaleiro no qual o navio foi construído: “um dos mais movimentados da colônia, isto é, a *ribeira das naus* do Salvador, Bahia, a primeira que se construiu no Brasil e onde não poucas embarcações de longo curso foram feitas naquele período, particularmente no século XVIII” (grifos no original).⁷

Quanto aos materiais utilizados na obra, Lapa comenta as recomendações régias ao Vice-Rei da Bahia, para que fosse observada atentamente a escolha de madeiras, a fim de evitar aquelas mais leves, dado também “serem mais porosas e se deteriorarem mais facilmente”.⁸ A sucupira foi a principal madeira empregada (375 paus), destinada aos arcos, braços, aposturas e cavernas da nau. Entre as dificuldades de suprimento de madeiras, o autor aponta as distâncias das matas das quais eram extraídas, em Alagoas, medidas erradas nos cortes, a demora nas comunicações quanto ao início e suspensão de cortes e a deterioração dos caminhos em épocas de chuvas, o esgotamento das “matas reais” e a dependência de fornecimento por parte de particulares.⁹ Além de madeiras, o estaleiro naval demandava diversos materiais de origem vegetal – resinas, tecidos grosseiros e reforçados para o vestuário de escravos e a confecção velas, e fibras para cabos e cordas, como a embira, cairo (fibra do coco), linho e piaçaba¹⁰. Em 1788, a nau foi vendida para ser desmanchada, após 31 anos de vida útil em viagens interoceânicas por quatro continentes, entre a Bahia, Angola, Goa e Portugal.

A organização geopolítica dos impérios europeus no período pós-napoleônico moveu-se pela acirrada rivalidade em busca de assegurar domínios territoriais, incrementar as relações econômicas internacionais e exercer a missão civilizadora de expandir e propagar as ciências, a cultura, as artes, as novas técnicas e a religião cristã em todas as partes do mundo. A constituição do Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves, em 1815, procurou acompanhar os passos e os rumos do erguimento dessa nova ordem política e composição cultural da imaginação romântica, ditados pela Santa Aliança e a restauração de casas dinásticas na Europa.¹¹

Na opinião do historiador norte-americano Warren Dean, em 1822, a separação do Brasil do Reino Unido representou a autonomia na definição de trocas materiais e intelectuais com o restante o mundo. No tocante à Mata Atlântica, o fato implicou também no abandono dos estudos, das ideias e propostas de racionalidade na exploração e conservação dos solos e

⁵ Evaldo Cabral de Mello. **Um imenso Portugal**: história e historiografia. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 215.

⁶ José Roberto do Amaral Lapa. **Economia colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 231-278.

⁷ *Op. cit.*, p. 233.

⁸ *Op. cit.*, p. 247.

⁹ *Op. cit.*, p. 250-253.

¹⁰ *Op. cit.*, p. 259-260.

¹¹ Nicolau Sevckenko. O paraíso revelado pela ciência ou o Dr. Langsdorff e o descobrimento russo do Brasil. In BECHER, Hans. **O Barão Georg Heinrich von Langsdorff**: pesquisas de um cientista alemão no século XIX. São Paulo: Diá; Brasília: UnB, 1990, p. 134.

produtos florestais, na intensificação do ritmo e ampliação da abrangência espacial das atividades econômicas nas áreas desta cobertura vegetal.¹²

A conduta do Estado imperial brasileiro no tocante às práticas, áreas e produtos do extrativismo vegetal, ao longo do Primeiro Reinado, destacou-se pelas atenções que dedicou à exploração econômica das madeiras de construção, particularmente a naval, de caráter mercantil e de guerra. Esta ação estatal foi apreendida aqui pelo estudo dos atos normativos e administrativos expedidos pelos poderes Executivo e Legislativo. São decretos, cartas-régias, resoluções, decisões de governo, entre outros, reunidos na Coleção de Leis do Brasil¹³. Um conjunto de dezoito documentos compõe a base a partir da qual buscou-se conhecer o extrativismo de madeiras no Império do Brasil no período em que reinou o primeiro imperador.

Os atos governamentais referentes à extração de madeiras e de outros recursos vegetais, como as folhas de quina, apresentaram distribuição regular ao longo da década de 1820, adquirindo maior expressão numérica em 1829 e 1830. A incidência espacial desses mesmos atos distribuiu-se por seis províncias do Império do Brasil, quais sejam: Maranhão, Alagoas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. Excetuando o Maranhão, que possuía áreas florestadas em sua franja costeira, um prolongamento espacial da matas da região amazônica, as demais províncias abrigaram, originalmente, a hoje denominada Mata Atlântica. Outros dois atos foram destinados ao conjunto do Império e outros três não contêm especificação espacial, mas permitem entrever que estavam destinados à área da Corte, no Rio de Janeiro.

O principal aspecto abordado pelo governo imperial esteve voltado para a organização dos cortes de madeiras, respondendo pela metade das medidas adotadas. Em segundo lugar, a construção naval, seguida pelas rotinas administrativas e os conflitos entre autoridades e esferas regionais de governo. Dada a sua preponderância, no conjunto da documentação abordarei aqui aquele primeiro aspecto, tomando em consideração as características do domínio de natureza no frontão atlântico, as pressões sobre áreas florestadas na costa brasileira, os impactos ambientais e sociais deles resultantes, as ações do Estado e, a partir de então, o alcance das transformações observadas.

1 O QUADRO PAISAGÍSTICO E ECOLÓGICO

No percurso de sua viagem a bordo do *Beagle*, Charles Darwin aportou no Brasil em fevereiro de 1832. O relato elaborado por esse naturalista, em seu Diário, contém passagens emblemáticas e que permitem pensar o lugar do extrativismo vegetal no Brasil da primeira metade do século XIX. Em que pese a extensão do trecho abaixo, convém destacá-lo com a finalidade de apreender um máximo de elementos, com os quais passamos a refletir sobre o objeto de estudo aqui delimitado. Em julho, durante a sua estada no Rio de Janeiro, Darwin visitou o navio *Warspite*, de bandeira britânica, que se encontrava no porto da cidade, registrando depois os seus sentimentos:

Assisti ao serviço divino a bordo do Warspite. A cerimônia foi imponente, especialmente os trechos preliminares tais que o 'Deus salve o rei', quando 650 homens tiraram seus chapéus. Ver, entre estrangeiros, a força e o poder de nossa própria nação gera uma sensação de exaltação que não sentimos em casa. Este navio

¹² Warren Dean. **A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira**. Trad. C. K. Moreira, São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 159. Ver ainda José Augusto Pádua. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

¹³ **Coleção das Leis do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Sobre as potencialidades e o método de trabalho com essa fonte de documentos oficiais, remeto ao meu artigo "O Ministério dos Andradas (1822-1823)", publicado em **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec/Fapesp; Ijuí: Unijuí, 2003 (Organização de István Jancsó).

*estaria exatamente neste mesmo estado se fosse lutar uma nova batalha de Trafalgar. Ele é, em seu todo e em suas partes, um **belíssimo** aparato. Pode-se estranhar o **orgulho** do capitão, quando ele sabe que tudo e todos se dobram a sua vontade; quando, de pé no tombadilho, em meio a uma tripulação como esta, pode ser imaginada situação mais **altiva**? Depois da ordem do dia (...) os oficiais comandantes fazem a inspeção de todo o navio. Eu os acompanhei e, assim, vi bem os depósitos &c. Aqueles que nunca os viram não formarão qualquer noção justa de sua **limpeza** e de sua extrema **organização**. (...) Antes de retornar ao Beagle, vi carregarem as redes dos cordames: diz-se que tal movimentação dos homens surpreendeu Napoleão mais do que qualquer outra coisa em um navio inglês (grifos meus)¹⁴.*

As palavras do naturalista atestam a imponência, a força e o poder, a beleza, o orgulho, a altivez, a limpeza e a organização de um “navio inglês”. O expressivo símbolo de uma potência militar e econômica, em uma era em que o poder naval se constituía em condição indispensável para participar das oportunidades do comércio mundial e assegurar uma posição na economia capitalista em expansão¹⁵. O *Warspite* era um navio de guerra, dotado de setenta e quatro canhões e seu próprio nome traduzia o seu poder de ingerência em um eventual conflito armado. Foi nele, ainda, que D. Pedro I encontrou abrigo, enquanto preparava a sua partida após abdicar do trono, pouco mais de um ano antes da visita de Charles Darwin.

Não foi apenas a pujança marítima de sua coroa que encantou o visitante britânico. Em um olhar invertido, agora de mar para a terra, em seu primeiro contato visual com a costa brasileira, Darwin registrou, em fevereiro daquele ano:

*Vimos uma bela porção dela. Toda a linha é consideravelmente baixa e irregular e, graças à **profusão de madeira e de folhagem**, de uma cor verde brilhante (grifos meus)¹⁶.*

O quadro paisagístico e ecológico que Darwin vislumbrou do *Beagle* corresponde ao chamado “domínio tropical atlântico”, um “contínuo norte-sul das matas atlânticas” e que abrangia, no início da colonização portuguesa na América, cerca de um milhão de quilômetros quadrados, distribuídos perpendicularmente do sudeste dos atuais estados do Rio Grande do Norte até o sudoeste de Santa Catarina. Segundo Aziz Ab’Sáber, este é o “segundo grande complexo de florestas tropicais biodiversas” existente no País, correspondendo a um quarto da área do maior deles, a Amazônia¹⁷. De acordo com este geógrafo, estas “florestas tropicais iniciavam-se em um longo corredor norte-sul, de largura aproximada entre 40 e 50 quilômetros para o interior”, alcançando um nível de interiorização no continente que pode chegar a seiscentos quilômetros, na região sul de Minas Gerais e interior do Rio de Janeiro¹⁸. Este domínio de natureza caracteriza-se como reduto de florestas e refúgios de fauna, responsáveis pela rica biodiversidade que abrigam¹⁹.

Foi nesta extensão territorial que Charles Darwin realizou visitas às matas, vilas e localidades do Império, coletando amostras para as suas coleções e estudos. Foi ela, também, quem conheceu as medidas governamentais sobre o extrativismo vegetal, no decorrer da década

¹⁴ Charles Darwin. **O diário do Beagle**. Trad. C. W. Galindo. Curitiba: UFPR, 2006, p. 99 e 100.

¹⁵ Nesta direção, convém lembrar as ponderações de Milliet de Saint-Adolphe, quando destacava as vantagens comparativas da localização geográfica do Brasil, frente às rotas de comércio e de navegação mundial. Uma compensação natural para as fraquezas sociais e econômicas, de então, 1845. *Apud* Ilmar Rohloff de Mattos. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987, p. 9-11.

¹⁶ Charles Darwin. **O diário do Beagle**, p. 56.

¹⁷ Aziz Ab’Sáber. **Domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê, 2003, p. 45.

¹⁸ IDEM, p. 48. Ver mapa na p. 16.

¹⁹ IDEM, p. 52-54.

de 1820. O primeiro Brasil fora já a madeira, antes da cana-de-açúcar, extraída nesta fachada frontal atlântica, notadamente o pau-brasil²⁰.

2 AÇÕES DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO

O esforço para organizar e obter maior rendimento na exploração das madeiras extraídas nessas matas da vertente atlântica pode ser verificado pela leitura dos atos governamentais sob o Primeiro Reinado. O conteúdo destes permite a visualização das pressões que ocorriam em praticamente toda a extensão territorial do domínio tropical atlântico, com exceção de Bahia e de Pernambuco. Estas capitânicas, supostamente, encontravam-se com seus estoques naturais de madeiras bastante comprometidos, após quase trezentos anos de ocupação, exploração agrícola e atividades produtoras de açúcar, com a construção de engenhos, a fabricação de seus componentes mecânicos, infraestrutura e transporte, artefatos e o consumo de lenha como combustível, que exauriam e suprimiam suas florestas costeiras. Os documentos examinados revelam, também as pressões sobre aquelas matas “pertencentes ao Estado”, as “matas nacionais” e as “matas navais”, como eram, então, denominadas as áreas florestadas destinadas ao fornecimento de madeiras para os arsenais da Marinha. Foram, sobretudo, ações restritivas e disciplinadoras da extração das madeiras por particulares. A atuação do governo imperial procurou deter a apropriação privada de um patrimônio, então, considerado como um bem do Estado e da Nação, distribuído nas matas atlânticas das províncias de Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Alagoas.

Tomemos, em primeiro lugar, as pressões exercidas sobre esses recursos florestais em seu ambiente natural. Em 1825, o comandante militar das vilas de Macaé e de Campos, na província do Rio de Janeiro, era lembrado de que “as licenças para cortar madeiras entendem-se só a respeito daquelas que, posto sirvam para a construção naval, todavia não são das três qualidades”: perobas, tapinhoãs e brasis. Esta menção indica que tais árvores estavam sendo alvo de cortes indesejados, sendo necessário coibi-los²¹. A região de Macaé foi uma das localidades visitadas pelo naturalista Charles Darwin que, lá estando, não deixou de assinalar o “caráter inteligente e empreendedor” de um proprietário, o senhor Manoel Joaquim da Figueirada (sic):

ele consertou uma serraria, que corresponde de forma admirável serrando o jacarandá que, cortado em espessas tábuas, vai flutuando até Macaé. Se muitos imitassem o exemplo desse homem, que diferença produziriam alguns anos nos Brasis²².

A observação de Darwin demonstra a existência da atividade extrativa de madeiras de forma regular e organizada, conduzida por iniciativa particular, na região de Macaé. Cerca de quatro anos depois, diante do “abusivo corte de madeiras feito por particulares nas matas nacionais no distrito de Paranaguá, então, província de São Paulo, foi determinado ao presidente desta que ficava “livre o seu corte (à exceção das expressamente proibidas por lei) aos particulares nas matas situadas em terrenos seus, ou de outros particulares”²³.

No Espírito Santo, por sua vez, em 1830, era lembrado ao Intendente da Marinha ser proibido “o corte das madeiras de construção em geral, além das que se denominam de lei”, nos

²⁰ Frédéric Mauro. **Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)**. Trad. M. Barreto. Lisboa: Estampa, 1997, p. 161 e 163 (Vol. I).

²¹ **Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1825**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, nº 254, de 4 de novembro de 1825, p. 182.

²² Charles Darwin. **O diário do Beagle**, p. 75.

²³ **Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1829**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, nº 48, de 14 de março de 1829, p. 42.

termos em que registrara um Alvará de 1795²⁴. Naquele mesmo ano, dois decretos foram expedidos regulamentando o corte de madeiras em Alagoas e em Santa Catarina, e nos possibilitam conhecer a pressão do extrativismo vegetal naquelas províncias. No Nordeste, eram apontadas as áreas nas quais os cortes deveriam ser interrompidos, frente ao esgotamento dos componentes arbóreos úteis à Marinha, nas freguesias de Nossa Senhora de Brotas da Atalaia e em Santa Luzia do Norte, ao passo que novas áreas de extração eram destinadas nas matas do sul, nas margens do rio Subaúma²⁵. Em Santa Catarina, procurava-se, por um lado, reservar ao “Corte Nacional” a extração de perobas e de incuranas, substitutas do tapinhoã, em “terrenos possuídos”, por outro, encerrava o corte de madeiras no lugar denominado Serraria (sic)²⁶.

Vistas algumas das pressões exercidas sobre as matas atlânticas, na primeira década da vida nacional, convém destacar alguns dos impactos que sobre o meio ambiente e a vida social. Na província do Rio de Janeiro, houve o rareamento das espécies especificadas, perobas, tapinhoãs e pau-brasil, e foi apontado o risco de que indivíduos aos quais foram concedidas licenças “estraguem as matas”, devendo o comandante militar evitar ambas as situações²⁷. Em Paranaguá e no Espírito Santo, o caráter “abusivo” dos cortes realizados por particulares nas “matas nacionais”, naquele distrito paulista, e das madeiras de construção em geral, na província, foram os principais impactos negativos aos interesses da Marinha do Império²⁸. Em Alagoas, “a grande destruição” em que se encontravam as matas de Atalaia e de Santa Luzia do Norte, além da distância e das dificuldades “no fabrico, e na condução” de suas madeiras, motivara a transferência para o sul das áreas de extração, com vistas ao fabrico de “vasos de guerra”. Para tanto foi mandado, ainda, a execução da “limpeza” do “Subaúma, para embarque de madeiras nas duas margens desse rio”²⁹. Por fim, em Santa Catarina, as novas áreas de impacto da perda de árvores e de florestas seriam o vale do rio Itajaí, “incorporado hoje aos próprios nacionais” e tendo suas terras consideradas “matas navais”, e três léguas às margens do rio Tijucas Grandes, então destinadas, aos “serviços dos Arsenais da Nação”³⁰.

Importa, agora, assinalar a reação do Estado imperial brasileiro ao conjunto de fatos acima referidos e que marcaram o extrativismo de madeiras, particularmente, entre 1825 e 1830. No primeiro ano, a expectativa governamental era de que o comandante militar das vilas de Macaé e de Campos, na província do Rio de Janeiro, “empregue a maior vigilância possível em evitar” tanto o que era considerado um “abuso”, qual seja, o corte de perobas, tapinhoãs e pau-brasil, ainda que tal ocorresse por desinformação, quanto a destruição das matas pelos particulares, uma vez obtidas licenças para efetuar cortes de madeiras³¹. Ao presidente da província de São Paulo era comunicada a intenção de “conciliar a franqueza do comércio com a utilidade da Marinha de Guerra”, razão pela qual o Imperador determinara, por um lado, a

²⁴ **Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1830**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, nº 147, de 9 de agosto de 1830, p. 116-117.

²⁵ **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1830**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, Decreto do Poder Legislativo, de 9 de dezembro de 1830, p. 86.

²⁶ **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1830**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, Decreto do Poder Legislativo, de 9 de dezembro de 1830, p. 87.

²⁷ **Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1825**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, nº 254, de 4 de novembro de 1825, p. 182.

²⁸ **Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1829**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, nº 48, de 14 de março de 1829, p. 42 e **Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1830**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, nº 147, de 9 de agosto de 1830, p. 117.

²⁹ **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1830**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, Decreto do Poder Legislativo, de 9 de dezembro de 1830, p. 86.

³⁰ **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1830**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, Decreto do Poder Legislativo, de 9 de dezembro de 1830, p. 87.

³¹ **Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1825**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, nº 254, de 4 de novembro de 1825, p. 182.

subsistência “em todo o seu vigor” da proibição do corte, por particulares, das “madeiras próprias para a construção naval” em “matas nos terrenos pertencentes ao Estado”. E, por outro lado, franqueava o corte de madeiras aos particulares, excetuando-se aquelas proibidas por lei, nas “matas situadas em terrenos seus, ou de outros particulares, com quem se conveniassem”³².

No Espírito Santo, o Intendente da Marinha local foi informado de que, a fim de evitar “abuso” do “corte de madeiras de construção em geral”, recorresse aos Juizes de Paz, por intermédio do Presidente da Província, uma vez que aqueles estavam incumbidos da “fiscalização das matas”, nos termos da Carta de Lei de 15 de outubro de 1827³³. Em Alagoas tratou-se de evitar a “despesa enorme” representada pelo transporte das madeiras até o porto de Jaraguá. Para tal, foi elaborado um novo traçado, a realização de obras e o embarque de madeiras pelo Porto Francês, mediante a expectativa de reduzir os custos então vigentes³⁴. Em que pese o decreto de dezembro de 1830 ter encerrado “totalmente o corte de madeiras por Conta da Nação”, em Serraria, Santa Catarina, o mesmo ainda poderia ser realizado “se o administrador do corte obtiver faculdade dos proprietários dos terrenos”. Em seu artigo 5º estabeleceu-se que as perobas e incuranas derrubadas em “terrenos possuídos”, antes de serem conduzidas para outro local, poderiam ser examinadas pelos proprietários das terras, a fim de “presenciarem (se quiserem) se lhes foi tirada alguma madeira além das reservadas”³⁵.

3 CONCLUSÕES

Quando atentamos para a conduta do Estado imperial brasileiro diante da extração de madeiras é possível identificar uma reação para evitar a transformação de todos os terrenos e plantas da Marinha em mercadorias, de forma a conter a pressão sobre áreas e árvores consideradas de utilidade nacional e do Império. Revelou-se uma tensão latente entre diferentes interesses estatais e privados, coletivos e individuais. Os de natureza econômica e militar do Estado nacional em construção, trazidos na busca de inserção no mercado mundial, mediante as práticas do livre comércio e o incremento da construção naval, e na preocupação em guarnecer o Império, assegurando o fornecimento dos insumos básicos e necessários para a organização da Armada.

Os interesses privados, por sua vez, exerceram uma pressão constante e crescente sobre os recursos naturais e novas áreas de florestas na costa atlântica, impulsionados pela expansão da agricultura mercantil-escravista³⁶. O estudo dos atos normativos e administrativos referentes à extração vegetal permitiu entrever algumas das alavancas da acumulação primitiva de capital, na qual a apropriação de bens de consumo sobrepõe-se aos bens de produção³⁷. Esta acumulação de riquezas encontrou na conquista territorial, na violência, na predação, na pilhagem, no roubo, no favorecimento, na fraude, na legislação e no sistema tributário, os principais móveis para a formação do capital e de sua reprodução.

Nos termos acima, podemos indagar também sobre “as consequências econômicas da independência brasileira”, alcançando uma resposta diferente daquela sugerida pelos

³² **Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1829**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, nº 48, de 14 de março de 1829, p. 42.

³³ **Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1830**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, nº 147, de 9 de agosto de 1830, p. 117.

³⁴ **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1830**. Decreto do Poder Legislativo, de 9 de dezembro de 1830, p. 86.

³⁵ **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1830**. Decreto do Poder Legislativo, de 9 de dezembro de 1830, p. 87.

³⁶ Ilmar Rohloff de Mattos. **O tempo saquarema**, p. 30-80.

³⁷ Segundo Marx, trata-se de “uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida”. Karl Marx. **O capital**. Trad. R. Barbosa e F. Khote. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Vol. I, t. 2, p. 261.

formuladores desta questão³⁸. Podendo afirmar que o desmembramento do Reino do Brasil do Reino Unido, em 1822, franqueou um forte impulso nos processos internos de acumulação capitalista, cuja fonte residia, precisamente, na articulação entre negócios e política, ela mesma uma poderosa alavanca na acumulação primitiva de capital. No Brasil, essa articulação adquiriu maior autonomia e conheceu novas composições e possibilidades a partir da instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808. Novos enlaces políticos e econômicos tornaram-se possíveis tanto sob a Regência do príncipe D. Pedro, a partir de abril de 1821, quanto nos momentos seguintes à abdicação do Imperador, dez anos depois, abrindo espaço para a cristalização de uma hegemonia, a dos chamados saquaremas³⁹.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz. **Domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê, 2003.

BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. **De Alteza Real a Imperador**. 2006. Tese (Doutorado em História Social) - USP, São Paulo, 2006.

BRASIL. **Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

BRASIL. **Coleção das Leis do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

DARWIN, Charles. **O diário do Beagle**. Trad. C. W. Galindo. Curitiba: UFPR, 2006.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira**. Trad. C. K. Moreira, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HARBER, Stephen H.; KLEIN, Herbert S. “**As consequências econômicas da independência brasileira**”. *Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap, 1992, 3: 236-248.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Economia colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**. São Paulo: Símbolo, 1979.

MATTOS, Ilmar Rohloff de Mattos. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.

MAURO, Frédéric. **Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)**. Trad. M. Barreto. Lisboa: Estampa, 1997(Vol. I).

MARX, Karl. **O capital**. Trad. R. Barbosa e F. Khote. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Vol. I, t. 2.

³⁸ Stephen H. Harber e Herbert S. Klein. “As consequências econômicas da independência brasileira”. *Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap, 1992, 3: 236-248. Na avaliação destes autores, “na prática não houve nenhum” efeito econômico decorrente da independência, p. 248.

³⁹ Ver, respectivamente: Alcir Lenharo. **As tropas da moderação**. São Paulo: Símbolo, 1979; Vera Lúcia Nagib Bittencourt. **De Alteza Real a Imperador**. São Paulo: USP, 2006 (Tese de Doutorado - História Social) e Ilmar Rohloff de Mattos. *Op. cit.*.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Um imenso Portugal:** história e historiografia. São Paulo: Editora 34, 2002.

PÁDUA, José Augusto Pádua. **Um sopro de destruição:** pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PERLIM, John. **História das florestas.** Trad. M. M. Bezerra. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** 11ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1971.

PRESTES, Maria Elice B. **A investigação da natureza no Brasil colônia.** São Paulo: Annablume, Fapesp, 2000.

SEVCENKO, Nicolau . O paraíso revelado pela ciência ou o Dr. Langsdorff e o descobrimento russo do Brasil. *In:* BECHER, Hans. **O Barão Georg Heinrich von Langsdorff:** pesquisas de um cientista alemão no século XIX. São Paulo: Diá; Brasília: UnB, 1990.

CRÔNICAS ETNOGRÁFICAS

QUANDO A VIDA PEDE ESPERANÇA

WHEN LIFE ASKS FOR HOPE

Beatriz Maria de Figueiredo Ribeiro¹

Durante o verão amazônico do ano de 2009, em pesquisa de campo numa área de assentamento da reforma agrária, na cidade de Eldorado dos Carajás – PA, comecei a ouvir de forma recorrente que fulano e beltrano tinham ido para o sem-terra. Havia sempre alguém indo ou voltando de lá. Por sem-terra, as pessoas do assentamento denominavam o acampamento do MST mais próximo; neste caso, tratava-se do Acampamento Dalcídio Jurandir, nome dado à ocupação realizada na Fazenda Maria Bonita, amplamente citada nos noticiários da mídia em 2008 por ter ocorrido, próximo ao local, conflitos violentos desencadeados por parte da escolta armada do Grupo Santa Bárbara - pretense dono da área -, que rondava o acampamento dia e noite.

Cheguei ao acampamento às 11h30min da manhã. Sol quente. A van parou em frente ao local onde era a antiga entrada da sede da fazenda. A parada era bem movimentada de pessoas e mercadorias, pois o comércio se fazia do lado de fora do acampamento. Da van, junto comigo, desceram mais duas pessoas para os sem-terra. De cara, vi o aceno de uma nova territorialidade: o portão de entrada da fazenda, feito com duas toras grossas de mogno dispostas em formato de um T com o nome da fazenda grafado na tora de cima, havia sido interditado, estando o portão batido à prego e acorrentado. Faixas e bandeiras alusivas ao MST indicavam agora a existência de uma outra territorialidade no local, confirmada com o nome recém grafado no portal: Dalcídio Jurandir e, ao lado, o nome antigo, Fazenda Maria Bonita, ganhava um adendo – Ex.

Na guarita havia dois vigias muito jovens. A regra era clara: qualquer pessoa que quisesse entrar ou sair teria que se identificar, mesmo sendo os próprios acampados. O Liu, coordenador da juventude do acampamento, me advertiu muito sobre este procedimento e recomendou que eu falasse em seu nome quando chegasse. O rapaz que desceu da van junto comigo estava chegando para se cadastrar. Tinha uma tia no acampamento e estava indo ocupar uma das vagas abertas por ocasião das desistências e expulsões do acampamento. A outra pessoa que também chegou na van, foi o pai da Marleide e do Neneco. Havia entrevistado esses dois irmãos no Assentamento 17 de Abril. Eles estavam no acampamento, e mais tarde pude encontrá-los na barraca, bem insatisfeitos por estarem ali, aguardando o pai que havia saído para receber o pagamento em Eldorado.

Um dos vigias era o Quarenta, que me levou até a praça. Já era quase meio-dia, horário do revezamento dos turnos dos grupos de segurança. Na subida até a praça fomos passando por entre os barracos de palha e cruzando com as pessoas que a essa hora se abrigavam do sol quente para fazer a sesta. Parávamos para falar com um e outro, e toda a conversa entabulada pelo Quarenta era sobre comida e almoço. Percebi que isso se tratava de mais uma das tarefas coletivas diárias que aconteciam ali: onde e o que comer? Eu, como não havia almoçado, tratei de arrumar um prato de comida para mim: um pouco de arroz de uma barraca, feijão de outra, uma misturinha em outra, e assim consegui o almoço. A peregrinação foi finalizada na barraca do pai do Neneco, onde me sentei para comer. Quando finalmente cheguei ao local do encontro,

¹ Graduação em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1992), mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (2003) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, na área de concentração Ordenamento Territorial e Ambiental (2011). Tem experiência na área de ensino da Geografia e em metodologia de pesquisa em Ciências Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: território-territorialidade, campesinato, movimentos sociais e juventude. E-mail: beatrizmfribeiro11@gmail.com.

no barracão da saúde, era meio-dia, sol a pino. O vento quente soprava forte e levantava a poeira que cobria tudo, deixando coisas e pessoas todas num mesmo tom marrom-amarelado. Havia muitos jovens e crianças, e o som ligado estava muito alto. Dois rapazes dançavam muito bem o *break*, fazendo uma demonstração de suas habilidades, como num desafio. Estavam ensaiando para a “noite cultural” do encontro da juventude.

Por algum tempo não percebi a presença de adultos, homens e mulheres, pelo acampamento. Havia uma reunião da coordenação que acontecia desde a manhã e Liu também estava lá. Enquanto via e ouvia coisas sobre aquela realidade, apareceu Marleide e depois Liu, que propôs que déssemos uma volta para conhecer o acampamento. Fomos os três. Primeiro visitamos a horta do Ezequiel, - um dos coordenadores do acampamento -, uma horta bem diversificada com tomate, pimentão, berinjela, abobrinha, alface, couve, cheiro-verde. Antes passamos pela barraca do professor Rui. Ao lado do seu barraco ele fez uma garagem para guardar o carro. Rui e sua esposa, também professora, moravam em Eldorado dos Carajás e fizeram a opção de vir para os sem-terra: - “Aqui podemos ao mesmo tempo trabalhar como professores e lutar para conseguir uma terra”, disseram. Levei filmes sobre o Che Guevara atendendo ao pedido feito por telefone antes da minha ida. A sessão aconteceu na praça do acampamento, na televisão comunitária, sob protestos dos demais acampados que queriam ver a novela da Globo.

Mas, foi na última noite que lá passei que me vi, literalmente, num campo de batalha - no *front*. Naquele dia, pela tarde, ensaiamos a mística que seria apresentada logo mais na noite cultural. A minha personagem era a de uma jornalista do Jornal Nacional, que pedia, ao repórter da televisão local, maiores informações sobre o conflito entre fazendeiros e sem-terra ocorrido na região de Eldorado do Carajás. Da mística, constavam ações de sequestro, violência física e psicológica em meio a tiroteios e assassinatos. Mas eis que na boca da noite deste mesmo dia, fui surpreendida com os fogos que avisavam sobre um perigo iminente. Em virtude de uma missão mal sucedida dos acampados, o chão do acampamento levantou poeira, desta vez não com o vento, mas com a correria de todas as pessoas visivelmente aterrorizadas.

Na tensão do momento todos já sabiam quais eram os seus papéis, ou seja, onde estar, se posicionar, quem procurar ou o que fazer. Eu, sem entender nada, fiquei bastante assustada com a situação, pois na hora do aviso feito com os foguetes me encontrava no banho. O banheiro era um pouco afastado das barracas, com as paredes não muito altas, feitas de palha, o que me permitia ver um pouco do movimento que estava acontecendo. Apressei-me, e quando saí, já não havia mais ninguém nos arredores da casa. Achei estranho, e rapidamente me arrumei e fui à busca das pessoas. Foi quando me encontrei no *front*, ao ver a encenação do ensaio da mística se tornando realidade diante dos meus olhos. Meu corpo titubeou e eu não sabia muito bem como me posicionar: qual era o meu papel? o que fazer? Tentei me colocar em cena buscando entendimento junto às mulheres que, com as crianças pequenas no colo, formavam uma roda em frente à escola. Elas não falavam sobre o motivo, mas diziam que um grupo de pessoas do acampamento fora surpreendido pelos jagunços da fazenda, e que ainda ouviram tiros, mas que não se sabia se haviam mortos ou baleados. O pânico era geral. As mulheres conversavam entre si tentando descobrir quem eram os homens e os jovens que estavam no grupo. Liu, o coordenador da juventude, veio ao nosso encontro e propôs à esposa do coordenador que me levasse pra barraca, mas não houve reação da parte dela e eu disse então que não se preocupasse e que ali estaria segura. A pastora gritava ao microfone: - “Crianças, não tomem partido, venham para cá”, chamando-as para o barracão da igreja, mas eram poucas as que para lá se direcionavam. A maioria das pessoas corria em direção à guarita, justamente de onde vinha o aviso do perigo, e as demais, mulheres e crianças menores, ficavam na praça do acampamento ao lado da escola. Percebi, neste momento, a disposição dos jovens para o enfrentamento, para o combate, para o *con-fronto*.

Depois da correria em direção à guarita da castanheira, na divisa com o campo da

fazenda, uma nova informação fez com que o fluxo se invertesse. Diziam que a polícia estava chegando ao acampamento, e então todos correram em direção à guarita da entrada, na pista da BR-155. Todo este alerta e preparação para o confronto teve a duração de quase 1 hora, até que chegasse a nós a informação de que o grupo dos sem-terra que fora realizar a missão, estaria a salvo. Lá mesmo na guarita da entrada foi realizada uma assembleia dos acampados na qual foi discutida a possibilidade da existência de um informante do fazendeiro dentro do acampamento. Este estaria com os dias contados e nova providência seria tomada com relação aos celulares. Medidas de segurança. Território como controle.

Depois de passado o susto, voltamos à barraca do coordenador. Naquela noite teríamos a festa e a realização da mística preparada durante a tarde. Presumi que depois de toda aquela tensão a mística estaria cancelada. Mas logo percebi que essa suposição correspondia ao lugar social que eu ocupava, o qual me levava a pensar que a realização da mística seria desaconselhável depois do conflito, como se a representação desta realidade, depois de senti-la na pele, fosse desnecessária; ou como se a mística sobre o conflito fosse uma brincadeira e que, no momento em que o acontecimento real desfez o seu caráter lúdico, não haveria mais nenhum sentido realizá-la. Certa, e dentro destes pensamentos, me pus calmamente a jantar na casa vazia do coordenador do acampamento. Todos estavam na praça. Foi quando irrompeu pela barraca adentro o Quarenta: – “E aí Bia, só tá faltando tu pra começar a mística”. Eu imediatamente respondi: – “Cês são malucos”. Larguei o prato de comida e fomos. Foi a primeira vez que vi a celebração de uma mística onde a fronteira entre o real e o imaginário se desfez. As meninas e os meninos rolavam pelo chão de poeira do acampamento simulando a guerra, tendo como plateia todos os acampados, que em uníssono vibravam. E até a minha encenação no papel da jornalista foi parabenizado por eles. Ao final da minha estadia, em reunião com a juventude, durante a nossa solene despedida, fui convidada por eles para me acampar!

Data de submissão: 27.05.2021

Data de aprovação: 12.12.2021

ENSAIOS ETNOFOTOGRAFICOS

O PROTAGONISMO JUVENIL EM PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO NORDESTE PARAENSE, BRASIL

YOUTH PROTAGONISM IN ENVIRONMENTAL EDUCATION PRACTICES IN A PUBLIC SCHOOL IN NORTHEASTERN OF PARÁ, BRAZIL

João Rodrigues Silva¹
Sabas Mescouto e Silva²
Miguel Braga³

Data de submissão: 05.09.2021

Data de aprovação: 20.12.2021

O presente ensaio etnográfico destaca o protagonismo juvenil de estudantes de ensino médio de uma escola pública do município de Primavera, estado do Pará, na resolução de situações-problemas reais que envolvem a relação homem e natureza, mais precisamente a degradação ambiental de nascentes. O referido ensaio registra a experiência da Escola Manoel Lobato na promoção de uma aprendizagem diferenciada que priorize a construção dos aspectos formativos dos jovens por meio de práticas de Educação ambiental que estimulem suas potencialidades e contribuições no contexto socioambiental em que vivem.

Com a reestruturação do Novo Ensino Médio a partir das alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o protagonismo juvenil passou a ser incentivado e destacado como uma das principais premissas (BRASIL, 2018). Essa formação do jovem deve contemplar os aspectos físicos, cognitivos e socioeconômicos, e potencializar sua capacidade de liderança e resolução de situações-problemas reais (SANTOS e GOMES, 2016).

O município de Primavera está inserido no nordeste paraense, uma região considerada como a mais antiga fronteira de colonização do estado do Pará, cuja paisagem atual, marcada por um cenário de erosões, rios e igarapés assoreados, resulta de ações antropogênicas como a agricultura, exploração madeireira, produção mecanizada, projetos agropastoris e minerários (CORDEIRO *et al.*, 2017). O desmatamento também avançou sobre as encostas e matas ciliares, áreas que protegem e aumentam a taxa de infiltração de água no solo propiciando o afloramento do lençol freático na forma de nascentes. Essas Áreas de Preservação Permanente (APP) precisam ser protegidas, e recuperadas em caso de degradação (SILVA *et al.*, 2008). Estudos indicam que o avanço contínuo do desmatamento na Amazônia pode levar a uma redução precoce de 55% a 70% no volume anual de precipitação na região e que ações de reflorestamento são cruciais para a reconstituição desse equilíbrio no regime de chuvas (BAUDENA *et al.*, 2021).

Diante da carência e indisponibilidade de dados oficiais sobre o número de nascentes urbanas e rurais, localização e estado de conservação, a escola Manoel Lobato criou o Projeto Trilha da Águas com o objetivo de avaliar as condições socioambientais acerca dos recursos naturais e sensibilizar o poder público municipal sobre a necessidade de conhecê-los e preservá-los. Com as ações promovidas pela escola e alunos, as nascentes foram identificadas, classificadas, georreferenciadas, mapeadas e caracterizadas quanto ao seu estado de conservação.

¹ Professor de Biologia de ensino médio (biologia) da rede pública de ensino- SEDUC-PA. Graduado em biologia- UFPA (2007) e Mestre em biologia ambiental- UFPA (2013). E-mail: jrsilvabio@gmail.com.

² Professor de Geografia na rede estadual de Educação, SEDUC – PA. Especialista em Geografia da Amazônia, Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA), Campus Belém – PA. E-mail: geo_sabas@yahoo.com.br.

³ Doutor em Química, Universidade Federal do Pará, Campus Belém. Professor EBTT do Instituto Federal do Pará (Campus de Bragança). E-mail: miguel.braga@ifpa.edu.br.

Em sua fase inicial (2017-2018), as propostas do projeto foram apresentadas à comunidade escolar na forma de palestras. Os critérios adotados para participação dos alunos seria o interesse, o histórico de boa conduta escolar e a obtenção de bom desempenho em disciplinas como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, Biologia, Física e Química. De acordo com o perfil e interesse dos alunos, eles foram treinados por meio de oficinas: técnicas básicas de fotografia científica ambiental; técnicas de georreferenciamento; aplicação e análise do protocolo macroscópico de avaliação ambiental de nascentes; redação científica.

Na etapa pós-campo, foram avaliados os métodos mais adequados para adotar no processo de recuperação de 02 das nascentes que apresentaram níveis críticos de conservação. Em 2019, um mutirão de limpeza de uma das nascentes contou com a participação de professores, alunos, de integrantes do Projeto social “Força Jovem” e de funcionários da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Em 2020, em decorrência da Pandemia de COVID - 19, a etapa de revitalização das nascentes, a partir do plantio de mudas de espécies nativas (doadas por viveiristas locais), ocorreu com uma equipe reduzida. Nesse mesmo ano, a área já revitalizada com o plantio, foi severamente atingida por um incêndio, com fortes indícios de ter sido criminoso. Em 2021, o trabalho de revitalização se voltou para a mesma área atingida pelo fogo e contou com a parceria de viveiristas locais, órgão ambiental municipal, alunos e ex-alunos da escola Manoel Lobato.

Nesse contexto, estratégias de revitalização e preservação de nascentes pode ser o ponto de partida para despertar uma consciência de uso racional da água, bem como da preservação dos mananciais, principalmente, no momento que se avizinha uma crise hídrica e num cenário que aponta para a possibilidade de drástica redução no volume anual de precipitação na região amazônica.

REFERÊNCIAS

BAUDENA, M. et al. **Effects of land-use change in the Amazon on precipitation are likely underestimated.** In *Global Change Biology*, p. 1- 8, July 2021. DOI: 10.1111/gcb.15810. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/gcb.15810>. Acesso em: 24 ago. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO; FÓRUM NACIONAL DOS CONSELHOS. **Guia de implementação do Novo Ensino Médio.** Brasília: [s.n.], 2018.

CORDEIRO, I. M. C. C.; ARBAGE, M. J. C.; SCHWARTZ, G. **Nordeste do Pará: Configuração atual e aspectos identitários.** In: CORDEIRO, I. M. C. C., *et al.* *Nordeste Paraense: Panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias.* Belém: EDUFRA, 2017. Cap. 1, p. 19-58.

SANTOS, H. F. D. S.; GOMES, J. J. **O Protagonismo Juvenil como Processo Educativo e Direito Humano Positivado no Ordenamento Jurídico Brasileiro.** *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, Vitória, 17, n. 2, JUL/DEZ 2016. p. 465-492.

SILVA, M. P. S. D.; BARBOSA, T. R. L.; BARROSO, D. G. **Preservação de Nascentes.** Niterói: Programa Rural, v. 8, 2008.











VÍDEOS ETNOGRÁFICOS



AVOADO: PESCA E CULTURA ALIMENTAR NA AMAZÔNIA

Deylson Silva Paixão¹
Luís Junior Costa Saraiva²

Sinopse: A produção audiovisual faz parte de uma pesquisa com pescadores na praia de Ponta Grossa em Viseu-Pará, sobre práticas alimentares em espaço de pesca amazônico e sobre o processo denominado avoado. Conta com a colaboração de moradores locais que enriquecem ainda mais o trabalho e a pesquisa.

Palavras-chave: Praia de Ponta Grossa. Viseu-Pará. Avoado. Cultura alimentar

¹Graduado em Letras - Português pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2010) e Complementação Pedagógica - Faculdade Pan Americana. Especialista em Docência no Ensino Superior - Faculdade Pan Americana. Mestrando em Linguagens e Saberes na Amazônia - UFPA. E-mail: dedepaixao.arena@gmail.com.

² Graduado em História pela Universidade Federal do Pará UFPA (1999). Mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Pará UFPA (2002). Doutor em Ciências Sociais na especialidade Antropologia Cultural e Social pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS). Professor associado da Universidade Federal do Pará (UFPA) e professor do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA). E-mail: luisjsaraiva@gmail.com.

AVOADO: FISHING AND FOOD CULTURE IN THE AMAZÔNIA

Synopsis: The audiovisual production is part of a research with fishermen on Ponta Grossa beach in Viséu-Pará, on eating practices in an Amazonian fishing space and on the process called avoado. It has the collaboration of local residents who further enrich their work and research.

Keywords: Ponta Grossa Beach. Viséu-Pará. Avoado. Food culture

FICHA TÉCNICA:

Produção: Deylson Paixão / Luis Saraiva

Operador de Câmera: Jorge Luiz / Deylson Paixão

Edição: Jéssica Leite / Luis Saraiva

Roteirista/Texto: Deylson Paixão / Luis Saraiva

Música: Avoado, Paulo Uchoa

Agradecimento: Aos pescadores e seus familiares da praia Ponta Grossa, Viséu-PA

CREDITS :

Production: Deylson Paixão / Luis Saraiva

Images/camera person: Jorge Luiz / Deylson Paixão

Edition: Jéssica Leite / Luis Saraiva

Scriptwriter/Text: Deylson Paixão / Luis Saraiva

Music: Avoado, Paulo Uchoa

Thanks: Fishermen and their families from Ponta Grossa beach, Viséu-PA

Nova Revista Amazônica

novarevistaamazonica.ufpa@gmail.com